

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

YURI POTRICH ZANATTA

PAISAGEM, PATRIMÔNIO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
AS MISSÕES JESUÍTICO-GUARANIS COMO ELO RAIANO NA FRONTEIRA
ENTRE BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI

ERECHIM

2022

YURI POTRICH ZANATTA

**PAISAGEM, PATRIMÔNIO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
AS MISSÕES JESUÍTICO-GUARANIS COMO ELO RAIANO NA FRONTEIRA
ENTRE BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo José de Souza

ERECHIM

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Zanatta, Yuri Potrich

Paisagem, patrimônio e políticas públicas: as missões jesuítico-guaranis como elo raiano na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai / Yuri Potrich Zanatta. -- 2022.

184 f.

Orientador: Doutor Reginaldo José de Souza

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Chapecó, SC; Erechim, RS, 2022.

1. Paisagem. 2. Patrimônio histórico. 3. Patrimônio cultural. 4. Desenvolvimento regional. 5. Turismo. I. Souza, Reginaldo José de, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

YURI POTRICH ZANATTA

**PAISAGEM, PATRIMÔNIO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
AS MISSÕES JESUÍTICO-GUARANIS COMO ELO RAIANO NA FRONTEIRA
ENTRE BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 25/10/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo José de Souza – UFFS
Orientador

Prof. Dr. Éverton de Moraes Kozenieski - UFFS
Avaliador

Prof. Dra. Maria de Fátima Velez de Castro – UCoimbra
Avaliadora

Dedico este trabalho à minha trajetória,
aos que estiveram comigo, aos que lutam pela
preservação do patrimônio cultural e
a todos os povos raianos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Marcianita Potrich e Albertinho Zanatta, pelo apoio que viabilizou esse sonho, cada um à sua maneira.

Ao Prof. Dr. Reginaldo José de Souza por me abrir as portas ao debate da raia e toda a paciência em orientar um arquiteto teimoso. Agradeço a relação de amizade que criamos e a maneira como conduziu as orientações, tornando tudo mais leve.

Aos amigos Lucas Ponte Mesquita, Stéfany Pereira e Luis Guilherme Benitez por me apresentar o mundo mágico da geografia, me incentivar a adentrar nessa jornada de pós-graduação e ouvir minhas inseguranças em áudios intermináveis.

Aos amigos que conheci no mestrado, Ana Carolina Perusin Flores, Bruna Natali de Castro Keschner, Daniela Loureiro Romanoski e Vinicius Nalin. Nosso grupo foi o alicerce que manteve tudo em pé nos momentos mais críticos.

Aos também amigos que fiz no mestrado, Nicolas Cortes Granville e Odirvan Gritti, pelo companheirismo.

Aos demais colegas da turma, Dilmar Paulo Pfeifer, Eliane Terezinha Thiago Popp, Nadialine Zambot, Nilmar Fernando Jevouski, Rayneken Casanova Santos, Rômulo Scariot e Sabhrina Lya Pezenatto Piazza, pelos momentos ao longo das disciplinas.

Aos amigos que nunca fogem da raia, Raquel Agnes Santos Fonseca e Michele Zanin Zonin. Que ainda venham muitos trabalhos de campo e debates raianos pela frente.

Aos professores Dra. Daiane Regina Valentini e Dr. Marlon Brandt pelas contribuições no início da dissertação, através do Seminário de Projetos.

Aos professores das banca de qualificação e defesa, Dra. Maria de Fátima Velez de Castro e Dr. Éverton de Moraes Kozenieski, pela leitura atenta, sugestões, debates e provocações que me ajudaram a aprimorar esse trabalho.

À professora Dr. Natália Biscaglia Pereira por ensinar com maestria e fazer todos se apaixonarem pelo tema do patrimônio no curso de arquitetura e urbanismo. Também, por abrir as portas de sua disciplina para que eu realizasse estágio de docência.

Aos profissionais da secretaria de turismo de São Miguel das Missões/RS, os guias turísticos, os turistas, as pessoas dos comércios locais e todos aqueles que de alguma maneira contribuíram com informações e percepções que compuseram as reflexões contidas nesse trabalho.

Aos docentes do PPGGeo, especialmente os professores das disciplinas que cursei, Dr. Igor de França Catalão, Dr. Marlon Brandt, Dr. Reginaldo José de Souza, Dr. Ederson do Nascimento, Dr. Fernando Rossetto Gallego Campos e Dra. Juçara Spinelli. Também ao professor Dr. Jaisson Teixeira Lino, do PPGH, onde cursei disciplina externa.

Ao lindo Grupo de Pesquisa em Geografia e Gênero, Natureza e Vida Cotidiana - GENVI/UFFS pelas trocas proporcionadas.

À Universidade Federal da Fronteira Sul pela concessão de bolsa de estudos e pelo importante papel social que exerce no cenário regional e nacional.

Meu muito obrigado.

Olha-me de novo. Com menos altivez.

E mais atento.

Hilda Hilst (1974)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo produzir um estudo interdisciplinar entre Geografia e Arquitetura para compreender o papel da paisagem e do patrimônio histórico enquanto elementos de aproximação cultural e social entre povos em situação de fronteira. Para isso, tem-se como ponto de partida as chaves de leitura da paisagem, do patrimônio histórico e das políticas públicas para construir uma interpretação crítica acerca do potencial dos remanescentes arquitetônicos das missões jesuítico-guaranis como elemento base para o desenvolvimento regional transfronteiriço da faixa de fronteira que compreende o noroeste do Rio Grande do Sul, no Brasil; a província de *Misiones*, na Argentina; e o departamento de *Itapúa*, no Paraguai. As missões jesuíticas configuram uma das estratégias adotadas pelas coroas portuguesa e espanhola para a colonização das terras sul-americanas entre os séculos XVI e XVIII, sendo que as experiências com os povos guarani são consideradas as de maior sucesso econômico e cultural. No final do século XX, um conjunto desses sítios históricos foi declarado Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO. Atualmente, esse recorte espacial é caracterizado por desenvolvimento opaco, com falta de pontos de ligação na fronteira entre os países. Por isso, analisamos esse complexo cultural em busca de possíveis relações raianas, isso é, relações sociais que ultrapassam os limites territoriais pelas continuidades paisagísticas. Essa busca ocorreu a partir da maneira como esses sítios se apresentam aos visitantes, bem como os valores patrimoniais atribuídos a eles. Assim, investigamos se essas relações podem constituir aproximações políticas, econômicas e culturais nesse território, promovendo a integração transnacional. Como procedimentos metodológicos, utilizamos duas metodologias de apreensão paisagística: o Catálogo da Paisagem Urbana e a Avaliação do Desempenho Topoceptivo através do Registro Sequencial da visitação dos sítios. Também compuseram as estratégias de análise: revisão bibliográfica dos conceitos e objetos de estudo, visitas técnicas nos sítios históricos e trabalho de campo na fronteira. A estratégia analítica se baseou nas percepções dos investigadores, transformando-os em protagonistas da experiência paisagística. Os resultados apontam para aproximações incipientes entre as gestões dos sítios históricos, mas também indicam que as comunidades que ali vivem possuem vinculações afetivas com o patrimônio muito maiores do que aquelas expressas na paisagem dos sítios, ocasionando um descompasso entre a atuação territorial e os sentimentos das populações.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Raia sociocultural. Desenvolvimento regional. Cooperação internacional. Turismo.

ABSTRACT

This work aims to produce an interdisciplinary study between Geography and Architecture to understand the role of landscape and historical heritage as elements of cultural and social approximation among peoples in frontier situations. For this, the starting point is the reading keys of the landscape, the historical heritage and public policies, in order to build a critical interpretation about the potential of the architectural remnants of the Jesuit-Guarani missions as a base element for the transboundary regional development of the strip border that comprises the northwest of the state of Rio Grande do Sul, in Brazil; the province of *Misiones*, in Argentina; and the department of *Itapúa*, in Paraguay. The Jesuit missions are one of the strategies adopted by the Portuguese and Spanish crowns for the colonization of South American lands between the 16th and 18th centuries, and the experiences with the Guarani peoples are considered the most economically and culturally successful. At the end of the 20th century, a group of these historic sites were declared a World Heritage Site by UNESCO. Currently, this spatial cut is characterized by weak development, with a lack of connection points on the border between countries. Therefore, we analyze this cultural complex in search of possible border relationships, that is, social relationships that go beyond territorial limits through landscape continuities. This search took place starting with the way these sites are presented to visitors, as well as the heritage values attributed to them. Thus, we investigate whether these relationships can constitute political, economic and cultural approximations in this territory, promoting transnational integration. As methodological procedures, we used two landscape apprehension methodologies: the Urban Landscape Catalog and the Topoceptive Performance Assessment through the Sequential Record of site visitation. The analysis strategies were also composed: bibliographic review of the concepts and objects of study, technical visits to historical sites and field work on the border. The analytical strategy was based on the researchers' perceptions, transforming them into protagonists of the landscape experience. The results point to incipient approximations in the midst of the management of historic sites, but also indicate that the local communities have affective bonds with the heritage much greater than those expressed in the landscape of the sites, causing a mismatch between territorial action and the feelings of the populations.

Keywords: Cultural heritage. Sociocultural streak. Regional development. Border integration. Tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização dos 30 povos das missões da Companhia do Paraguai	16
Figura 2: Sistema GTP e Atributos Qualitativos da Paisagem	32
Figura 3: Espacialidade da paisagem em Assunto e Corajoud	40
Figura 4: Limite e Fronteira segundo Machado	50
Figura 5: Ponte Internacional Barão de Mauá, entre Brasil e Uruguai.....	95
Figura 6: Data de criação das reduções dos 30 Povos das Missões	108
Figura 7: Reduções com e sem vestígio material	109
Figura 8: Reduções inscritas na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade da UNESCO	110
Figura 9: Localização das reduções de São Miguel Arcanjo (BR), <i>San Ignacio Miní</i> (AR) e <i>Santísima Trinidad del Paraná</i> (PY).....	111
Figura 10: Esquema de organização de uma redução jesuítico-guarani.....	114
Figura 11: O sítio histórico e a cidade de São Miguel das Missões, Brasil.....	115
Figura 12: Sítio histórico da redução de São Miguel Arcanjo, Brasil.....	116
Figura 13: O sítio histórico e a cidade de <i>San Ignacio</i> , Argentina.....	117
Figura 14: Sítio histórico da redução de <i>San Ignacio Miní</i> , Argentina	118
Figura 15: O sítio histórico e a cidade de <i>Trinidad</i> , Paraguai	119
Figura 16: Sítio histórico da redução de <i>Santísima Trinidad del Paraná</i> , Paraguai	120
Figura 17: Ficha de identificação da paisagem de São Miguel Arcanjo, Brasil.....	129
Figura 18: Ficha de identificação da paisagem de <i>San Ignacio Miní</i> , Argentina.....	130
Figura 19: Ficha de identificação da paisagem de <i>Santísima Trinidad del Paraná</i> , Paraguai	131

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Categorias de Paisagem Cultural segundo a UNESCO.....	72
Quadro 2: Registro Sequencial do sítio histórico de São Miguel Arcanjo, Brasil	136
Quadro 3: Registro Sequencial do sítio histórico de <i>San Ignacio Miní</i> , Argentina	142
Quadro 4: Registro Sequencial do sítio histórico de <i>Santisima Trinidad del Paraná</i> , Paraguai	148
Quadro 5: Aspectos dos sítios históricos estudados	159

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAP	Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas
AR	Argentina/República Argentina
ASOPAICO	<i>Asociación Costarricense de Arquitectos Paisajistas</i>
AUDADP	<i>Asociación Uruguaya de Arquitectura de Paisaje</i>
BR	Brasil/República Federativa do Brasil
CAAP	<i>Centro Argentino de Arquitectos Paisajistas</i>
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CPU	Catálogo da Paisagem Urbana (método de Peries <i>et. al.</i>)
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICHAP	<i>Instituto Chileno Arquitectos Paisajistas</i>
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFLA	<i>International Federation of Landscape Architects</i>
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LALI	<i>Iniciativa Latinoamericana del Paisaje</i>
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
ONG	Organização Não Governamental
PARCUM	Parlamento Cultural do Mercosul
PY	Paraguai/República do Paraguai
RS	Estado do Rio Grande do Sul/Brasil
SAP	<i>Sociedad Colombiana de Arquitectos Paisajistas</i>
SAPM	<i>Sociedad de Arquitectos Paisajistas de Mexico</i>
SAPEMA	<i>Sociedad de Arquitectos Paisajistas Ecologia y Medio Ambiente</i> (Bolívia)
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SVAP	<i>Sociedad Venezolana de Arquitectos Paisajistas</i>
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UC	Unidade de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	PAISAGEM	22
2.1	A PAISAGEM COMO CONCEITO CIENTÍFICO	23
2.2	A PAISAGEM COMO CATEGORIA ESTÉTICA	33
2.3	A PAISAGEM COMO DIMENSÃO DA EXISTÊNCIA	42
2.4	A PAISAGEM NA FRONTEIRA – A FRONTEIRA COMO PAISAGEM.....	47
3	PATRIMÔNIO E POLÍTICAS PÚBLICAS	58
3.1	PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E VALORES	61
3.2	LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS ...	67
3.3	A PAISAGEM COMO PATRIMÔNIO DOS POVOS: O QUE DIZEM AS CARTAS NACIONAIS E CONTINENTAIS DA AMÉRICA LATINA?	83
3.4	PATRIMÔNIOS RAIANOS.....	93
4	MISSÕES JESUÍTICO-GUARANIS.....	97
4.1	NOTAS SOBRE JESUÍTAS E GUARANIS	99
4.2	OCUPAÇÃO TERRITORIAL E CONSTITUIÇÃO DOS SÍTIOS	105
4.3	APREENSÃO PAISAGÍSTICA	122
4.3.1	Catálogo de Paisagem Urbana (CPU) – Método de Peries et. al.	125
4.3.2	Desempenho Topoceptivo por Registro Sequencial – Método Kohlsdorf.....	134
5	ELO RAIANO	157
5.1	IMPRESSÕES E DISCUSSÕES	158
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
	REFERÊNCIAS.....	175

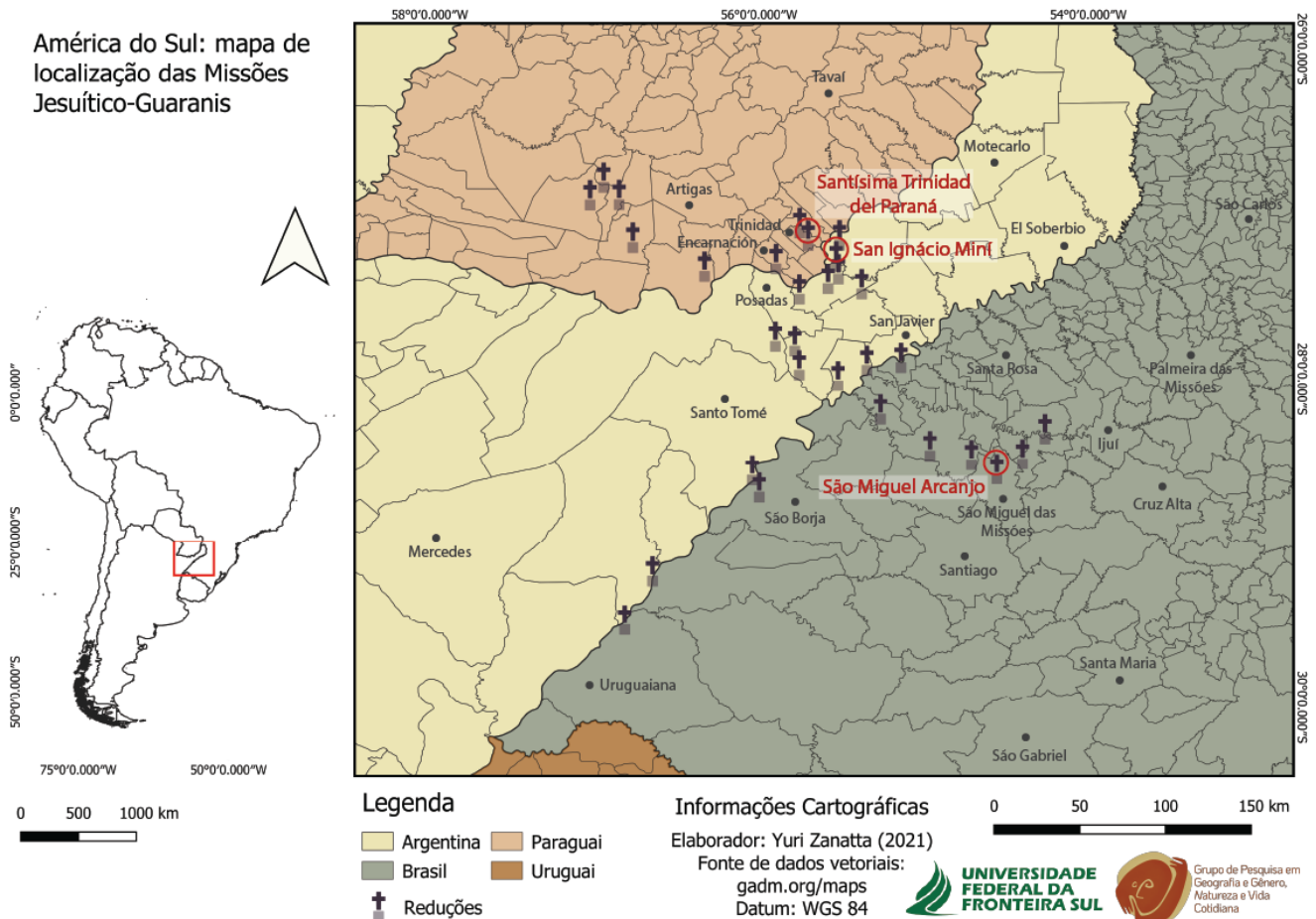
1 INTRODUÇÃO

O campo de trabalho da Geografia permite o estudo e a compreensão das dinâmicas entre natureza e sociedade e a maneira como essas relações se espacializam, oferecendo um conhecimento sistêmico e diversificado que serve de base teórica para diversas outras áreas do conhecimento. O campo da Arquitetura, mais especificamente quanto ao debate patrimonial, traz à discussão a função social do elemento edificado na denúncia de práticas sociais e configura um vestígio cultural de modos de fazer e organizar o espaço, tendo importante papel educativo na manutenção da memória de um passado. O Urbanismo, por sua vez, permite indagações acerca das potencialidades sociais e econômicas de determinado espaço ou região, bem como a análise e proposta de alternativas de intervenção e desenvolvimento. Juntos, esses três campos e seus saberes formam um conjunto poderoso para identificação, discussão e proposição acerca de problemáticas sociais, ambientais, culturais e econômicas.

Nesse sentido, a paisagem é um conceito amplamente discutido em diversas áreas do conhecimento e que vem sendo cada vez mais explorada na Geografia, na Arquitetura e no Urbanismo, configurando um grande potencial integrador entre esses campos enquanto categoria de análise. Muitos problemas e problemáticas tratadas como objetos de pesquisa possuem manifestações paisagísticas, sendo vistas no espaço e no território. Enquanto a Geografia estuda a relação socioambiental envolvida na construção das paisagens, a natureza, a arquitetura e o urbanismo dão cara a ela, constituindo-se como componentes paisagísticos que evocam a memória e a identidade dos agentes sociais envolvidos na sua produção.

Parte-se dessa ideia de que a paisagem pode configurar um importante conceito de ligação entre diversas frentes de pesquisa. Na nossa proposta, trataremos da relação entre paisagem e patrimônio histórico e cultural, considerando a relevância da percepção da paisagem e do patrimônio arquitetônico para a manutenção da memória cultural da sociedade, bem como sua valoração e usufruto. Para isso, são utilizados como objetos de estudo o complexo dos sítios históricos componentes da rota internacional das Missões Jesuítico-Guaranis da Companhia do Paraguai, localizados no noroeste rio-grandense, nordeste argentino e sudoeste paraguaio (Figura 1). A escolha do tema das missões como alvo de análise relaciona-se à sua relevância cultural para a história da formação regional dos três países e à importância desses remanescentes históricos no conjunto de patrimônios do Rio Grande do Sul.

Figura 1: Localização dos 30 povos das missões da Companhia do Paraguai



(Fonte: elaborado pelo autor, 2021)

Assim, o **objetivo** do presente trabalho é produzir um estudo interdisciplinar entre Geografia e Arquitetura para compreender o papel da paisagem e do patrimônio histórico enquanto elementos de aproximação cultural e social entre povos em situação de fronteira. Para isso, elencamos como objetivos específicos: (1) investigar as dinâmicas fronteiriças dos remanescentes das missões jesuítico-guaranis, considerando a gestão atual dos sítios e as relações culturais pelas chaves de leitura da paisagem e do patrimônio; e (2) discutir a relevância da paisagem e do patrimônio como categorias de interpretação de dinâmicas geográficas e produção cultural comum em áreas de fronteira.

A Companhia de Jesus foi fundada em 1510 por Inácio de Loiola e era baseada no espírito militante de resposta à reforma de Lutero, tendo diversas atuações em vários continentes, como a Ásia, a África e as Américas (CORDEIRO, 2016). Os jesuítas que se dirigiram ao vice-reino do Peru, em 1567, adotaram o estilo de ação conhecida como “missão”, um avanço temporário sobre zonas indígenas ou centros urbanos espanhóis, onde pregavam por um período de tempo e em seguida retornavam ao colégio central. Essas missões tinham por

objetivo a educação de setores seletos, como espanhóis, crioulos e filhos de caciques indígenas que permitissem uma permeabilidade e vigência das formações e conceitos recebidos. Porém, problemas administrativos e tributários, a exploração intensa dos espanhóis e a debilidade das ordens religiosas fez com que fossem organizadas “reduções” (como eram chamadas as aldeias construídas pelas frentes missioneiras), reforçando a ação de persuasão nas comunidades aborígenes (GUTIERREZ, 1987).

Essas reduções tinham o intuito de possibilitar uma aprendizagem mais eficaz da doutrina, além de um rigoroso controle tributário. As primeiras experiências no Peru e na Bolívia contaram com várias dificuldades administrativas, não impedindo que os indígenas continuassem a ser explorados para trabalhos em minas e outros serviços espanhóis. No período entre 1576 e 1608 as ações dos jesuítas foram aprimoradas, buscando formas com que os indígenas pagassem tributos diretamente ao rei, sem a intermediação de colonos espanhóis. Chegaram à conclusão de que deveriam proteger alguns traços culturais próprios das comunidades, como o idioma e a sacralização das ações cotidianas, os meios de produção e seus cultivos, a estrutura de assentamentos urbanos próprios e o respeito à estruturação política e às hierarquias internas, para que obtivessem maior êxito em suas ações evangelizadoras. O propósito era manter traços da cultura local, mas influenciar práticas que iam contra os dogmas do cristianismo, o que fez com que as propostas não contassem com diretrizes muito rígidas de implantação pois deveriam se harmonizar com a realidade local (CORDEIRO, 2016; GUTIERREZ, 1987).

A partir disso, os jesuítas começaram um intenso processo de transformação social e cultural com os guaranis na região do Paraguai, Argentina e Brasil, onde ainda hoje existem remanescentes de alguns assentamentos. Ao todo foram criadas 30 aldeias, sendo que algumas mudaram de lugar para melhor segurança de seus ocupantes devido às frentes de exploração em busca da mão-de-obra indígena. Nem todas as aldeias possuem vestígios materiais atualmente, mas algumas ainda apresentam ruínas que possibilitam a compreensão das dinâmicas espaciais, bem como a qualidade arquitetônica e artística de suas produções. Um conjunto de sete dessas reduções que apresentam melhor grau de conservação foi declarado Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO¹: no Brasil, o sítio de São Miguel Arcanjo; na Argentina, os sítios de *Nuestra Señora de Loreto*, *Santa Maria Mayor*, *San Ignacio Miní* e *Nuestra Señora de Santa Ana*; e no Paraguai, os sítios de *Jesús de Tavarangue* e *Santísima Trinidad del Paraná* (SOSTER, 2014).

¹ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Tendo em vista a exequibilidade da pesquisa, optamos por estudar o caso específico das reduções de São Miguel Arcanjo (Brasil), *San Ignacio Miní* (Argentina) e *Santísima Trinidad del Paraná* (Paraguai) (Figura 1). A delimitação do objeto de estudo entre esses três exemplares baseia-se em interpretação de Soster (2014), que aponta que esses podem ser considerados os sítios com melhor estado de conservação entre os componentes da rota das Missões da Companhia do Paraguai e, conseqüentemente, os sítios que concentram a maioria das iniciativas dos órgãos responsáveis pela conservação, manutenção e divulgação nos três países.

A região analisada é caracterizada pelo extinto Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2009) como uma área de relações sinápticas e capilares, com presença de cidades gêmeas alimentadas ou não por pontes de ligação. As relações sinápticas são caracterizadas por alto grau de interação entre as populações, que são apoiadas pelos Estados nacionais através de infraestruturas de comunicação e mecanismos de apoio ao intercâmbio e regulamentação de dinâmicas comerciais e de mercado. Porém, o documento avalia que essa faixa de fronteira abrangida pela região das missões precisa ser dinamizada pois apresenta desenvolvimento opaco, com infraestruturas precárias no que tange à exploração fluvial e à quantidade e grau de preservação das rodovias estaduais e federais, além da falta de pontes de ligação e postos de fronteira em algumas cidades. No lado brasileiro, ainda hoje percebe-se uma situação precária em termos de infraestrutura rodoviária, informações e outras questões logísticas, o que dificulta em muito a integração transfronteiriça e a fluidez das dinâmicas espaciais.

Tendo em vista essa complexidade, corroboramos com a premissa de que regiões fronteiriças “podem se constituir em um novo território com peculiaridades que não condizem necessariamente aos contextos de seus respectivos governos centrais” (SOUZA, 2010, p. 87) e que semelhanças naturais e sociais na fronteira constituem-se como possibilidades de aproximação política, econômica e cultural entre territórios. Dessa ideia surge a noção de *raia*, isso é, áreas de integração que ultrapassam as delimitações territoriais a partir da continuidade das relações sociais, econômicas, culturais e/ou naturais. No que tange à paisagem, temos que a continuidade desses elementos sicionaturais transpõe as delimitações políticas – a paisagem não respeita fronteiras. No caso das Missões Jesuítico-Guaranis, o processo de criação das reduções também não se restringe a um ou outro território nacional, criando uma continuidade de relações sociais – e paisagísticas – que talvez possam configurar um elo raiano entre Brasil, Argentina e Paraguai.

Indaga-se, portanto, se a herança cultural e os remanescentes dos sítios históricos das missões podem servir como elemento base para políticas de integração transnacional na faixa de fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, dado pelo potencial turístico e educativo de tais

remanescentes na região, considerando o fluxo de pessoas, uma possível rede de interação de gestão conjunta e a educação patrimonial através de estratégias de valoração desses bens com vistas ao desenvolvimento regional dos três países. Para isso, tomaremos como ponto de partida essa noção de raia, isso é, a leitura de espaços fronteiriços a partir do componente da paisagem, uma relação espacial que leva em conta a aproximação entre os povos e a gestão conjunta dos bens culturais e ambientais (SOUZA, 2015, 2018a).

A partir disso, também traremos questionamentos sobre se o Brasil é um país de cultura paisagística, isto é, se o Brasil utiliza a paisagem como elemento de promoção de uma cultura ética dos territórios e se as políticas públicas nacionais levam em conta essa dimensão da vida humana na promoção de iniciativas culturais. Parece-nos que estamos distantes das discussões sobre o assunto em âmbito mundial e até mesmo continental: enquanto alguns países da América do Sul se apropriam de iniciativas mundiais para evidenciar o papel da paisagem na promoção de identidades e culturas e, a partir disso, na geração de renda para a população, no Brasil pouco vemos da dimensão paisagística nas políticas governamentais.

Para responder essas questões, lançaremos mão de pesquisa bibliográfica através de uma tríade que direcionará a nossa leitura do objeto de estudo: Paisagem, Patrimônio e Políticas Públicas. Também realizamos pesquisa de campo nos três sítios históricos para compreender suas dinâmicas locais, as estratégias de intervenção e musealização dos bens, a gestão dos sítios, a inserção da comunidade e outros aspectos, adotando um método aberto baseado na observação e na apreensão das ambiências locais. A construção do conhecimento também contou com conversas com guias turísticos e gestores disponíveis durante nossas visitas, cujas informações serão devidamente referenciadas ao longo do trabalho.

Enquanto apreensão da paisagem dos sítios históricos, utilizamos dois instrumentos de identificação e imersão espacial: o Catálogo da Paisagem Urbana, elaborado por Peries *et al.* (CELIS; PERÍES, 2018; PERÍES *et al.*, 2013; PERÍES; BARRAUD; KESMAN, 2021; PERÍES; KESMAN; BARRAUD, 2020; PERÍES; OJEDA; KESMAN, 2013), e a avaliação do desempenho topoceptivo do lugar por meio de Registro Sequencial, metodologia elaborada por Kohlsdorf (KOHLSDORF, 1996, 2001, 2005; KOHLSDORF; KOHLSDORF, 2005). Os procedimentos metodológicos, aplicação e resultados referentes a esses instrumentos serão apresentados em momento oportuno, no item 4.3 *Apreensão paisagística*, do capítulo em que trataremos especificamente sobre as missões jesuítico-guaranis.

Antes de avançarmos à estruturação do texto, dois apontamentos se fazem necessários. Primeiramente, optamos por utilizar o termo "paisagem" sem acréscimos de adjetivos (natural, cultural, social, entre outros), salvo quando discorrermos sobre a visão de autores ou documentos que se apropriam desse recurso linguístico. Tal fato se dá pelo entendimento de que a adjetivação da paisagem não contribui para a compreensão do todo desse trabalho: visto que estamos abordando um objeto de estudo sociocultural, fruto da interação entre sociedade e natureza, todas essas dimensões estão intrínsecas ao conceito. Além disso, aceitamos a ideia de que a adjetivação da paisagem contribui para a sua fragmentação enquanto abordagem científica e filosófica nos diferentes campos do conhecimento ou áreas de atuação, o que também vai de encontro com a perspectiva que defendemos.

Outro ponto que também merece ressalva diz respeito à formação acadêmica do presente pesquisador. Trata-se de uma dissertação elaborada por um arquiteto urbanista, no âmbito de um programa de pós-graduação em Geografia, influenciado por leituras do campo da Filosofia. Tivemos, ao longo do trabalho, o esforço de ser fiel às epistemologias dos diferentes campos científicos, construindo uma ideia conjunta sobre o valor político da paisagem e seu potencial enquanto elemento de estudos interdisciplinares.

Dito isso, a estrutura do trabalho apresenta-se bastante setorizada, mas pouco seccionada. Dividimos a dissertação em dois grandes momentos: no primeiro, que compreende os capítulos 2 (Paisagem) e 3 (Patrimônio e Políticas Públicas), produzimos o levantamento teórico da tríade que elencamos para produzir a chave de leitura dessa pesquisa – Paisagem, Patrimônio e Políticas Públicas. A paisagem é o tema estruturante que perpassa toda a discussão, sendo relacionada com os espaços fronteiriços, a dimensão patrimonial e o objeto de estudo. O patrimônio é o filtro para a interpretação do papel da paisagem na constituição de valores e identidades para a sociedade e seu papel educativo na promoção da ética do ser humano em suas práticas sociais e espaciais. As políticas públicas são discutidas na ótica de como esses temas vêm sendo tratados pelo poder público brasileiro para entender suas possibilidades de ação e inserção nas práticas cotidianas.

Nos capítulos 4 (Missões Jesuítico-guaranis) e 5 (Elo Raiano), utilizamos esses conceitos como chaves de leitura do objeto de estudo, isto é, na interpretação do complexo das reduções criadas pelas missões jesuítico-guaranis e seu potencial raiano. O capítulo 4 possui caráter descritivo, onde estudaremos o conjunto das missões jesuítico-guaranis enquanto complexo patrimonial e paisagístico, discutindo também a sua posição geográfica, a constituição dos sítios e como esse objeto se apresenta para nós em uma perspectiva paisagística. Depois, no capítulo 5, trataremos do elo raiano no intuito de promover uma

discussão que investiga se esses objetos podem servir como base para políticas públicas patrimoniais e paisagísticas que aproximem os países, valorizando a gestão conjunta dos sítios, os seres humanos e as comunidades que vivem em zonas de fronteira.

Finalizada essa introdução, convido todos a viajar conosco às fronteiras sul-americanas, aos patrimônios e às paisagens dos recantos e confins do mundo. E, antes que eu esqueça, não fujam da raia!

2 PAISAGEM

*Mais do que um simples verbete no dicionário,
a paisagem é uma dimensão da existência.*
Souza, 2018b.

Paisagem é um conceito amplo, fluido, dinâmico e multifacetado que transita entre diversas áreas do conhecimento, apresentando inúmeras abordagens. Encontramos a ideia de paisagem nas artes pictóricas e nos historiadores de arte, nos estudos literários, nos trabalhos de arqueologia, nas leituras da realidade dos geógrafos e nos projetos de planejamento dos arquitetos (CLAVAL, 2014). Trata-se de um conceito extremamente interdisciplinar: em cada área do conhecimento ela é analisada de maneira distinta. Muitas vezes essas diferentes noções são até contraditórias², mas a riqueza do conceito se expressa mesmo por essa amplitude de noções e chaves de leitura.

Estudar a paisagem é uma tarefa complexa, seja nas artes, na filosofia ou nas demais ciências. Ainda mais para quem vem de uma área do conhecimento que tende a abordá-la de uma maneira mais operativa: os arquitetos geralmente estudam a paisagem como um instrumento de planejamento (os potenciais do ambiente em que se intervém, bem como as manifestações morfológicas da atuação do ser humano e do projeto que se propõe), e nisso confundem-se distintos métodos e chaves de leitura de outros campos científicos. Por isso, no item 2.1 *A Paisagem como conceito científico*, produzimos um breve entendimento sobre a gênese desse conceito nas ciências, especialmente a compreensão da Geografia e da Arquitetura: longe de propor uma historicidade do conceito, lançaremos alguns apontamentos iniciais sobre as suas diferentes abordagens e as maneiras como o tema foi e vem sendo tratado ao longo das diferentes fases em que passaram esses campos do conhecimento.

Depois, no item 2.2 *A Paisagem como categoria estética*, buscaremos em autores da Filosofia e das Artes a potencialidade de outras noções de paisagem, atentando para a sua configuração estética e seus modos de leitura e espacialização, na perspectiva de que algumas

² Pela diversidade de ciências e áreas de pesquisa que utilizam a ideia de paisagem, não é surpresa percebermos contradições conceituais. A noção de paisagem sonora ou olfativa, por exemplo, vai de encontro com a espacialidade proposta por filósofos da estética da paisagem, que veremos adiante. Além disso, a expressão “paisagem urbana” é contraditória se pensarmos a entrada do conceito através das artes, quando configurava uma corrente pictórica que buscava devolver a imagem da natureza nos salões europeus em um contexto histórico de separação e distanciamento entre sociedade e natureza.

dimensões acerca do tema não são totalmente apreendidas pelas abordagens tratadas anteriormente. Além disso, dissertaremos sobre a crise da natureza e, conseqüentemente, a crise da sociedade e do conceito de paisagem, discussão que se estende para o item 2.3 *A Paisagem como dimensão da existência* - termo emprestado de Souza (2018b). Nessa parte, defenderemos a ideia da paisagem como um componente da existência humana, isto é, atribuir à apreensão estética da paisagem um estatuto ético e político e refletir como este conceito pode contribuir para a produção de valores morais e culturais na sociedade através da educação paisagística na leitura do território.

Em um quarto momento, no item 2.4 *A paisagem na fronteira – a fronteira como paisagem*, produziremos um breve estudo histórico sobre as noções de fronteira e proporemos um esforço teórico rumo à compreensão da fronteira a partir do componente da paisagem: a noção de *raia*. Posteriormente utilizaremos essa noção na interpretação do objeto proposto. Trata-se, portanto, de um capítulo onde serão apresentadas as bases teóricas da pesquisa, com ênfase em conceitos e interpretações, em que daremos os pontapés iniciais da nossa abordagem para depois nos direcionarmos às temáticas patrimoniais e à interpretação das missões jesuítico-guaranis. Seguimos.

2.1 A PAISAGEM COMO CONCEITO CIENTÍFICO

Parece-nos muito aceita – para não dizer “unânime” – a ideia de que a paisagem surge nas ciências pelo positivismo, tendo duas correntes principais na sua gênese no século XIX: uma primeira ligada à escola alemã, que trata a paisagem como um agrupamento de fatores geográficos em unidades espaciais, em uma leitura de composições morfológicas do ambiente natural; e uma visão mais dinâmica na geografia francesa, focada no seu caráter processual e destacando o funcionamento da paisagem a partir dos diferentes fatores (MOURA-FÉ, 2014; SCHIER, 2003).

Maciel e Lima (2011) nos trazem que o histórico linguístico da palavra data do século XV a partir do distanciamento entre o ser humano e a natureza e a introdução da ideia de que o desenvolvimento das técnicas possibilitaria a apropriação e a transformação dela pela ação humana. A etimologia da palavra derivaria do latim *pagus* (país), que gerou quatro outros termos: *paese*, país, *pays* (esses carregando o termo original, de uma porção de espaço geográfico atrelado à noção de território) e *land*, voltado à noção de terra, entendida como

região, terreno, propriedade rural, porção de território (BARBOSA; GONÇALVES, 2014). Também Besse (2006) afirma que, antes de ser ligada a um gênero específico de pintura a partir dos séculos XVII e XVIII, a palavra *landschap* (*Landschaft*) possui uma significação territorial, tomada num sentido jurídico-político e topográfico que designa a província, a pátria ou a região. Na sua interpretação, a paisagem, na perspectiva geográfica, não é definida de início como a extensão do território abarcada a partir de um ponto de vista elevado, visão herdada e tornada clássica a partir da pintura, no século XVII. Para ele, “ela é entendida como espaço objetivo da existência, mais do que como vista abarcada por um sujeito.” (BESSE, 2006, p. 21), e assim continua:

A *Landschaft* (*landschap, paese*) se define pelo seu *sitium*, ou seja, ao mesmo tempo por uma posição e por uma vizinhança características. Por essa definição, Albinus redescobre Ptolomeu, que designa como objeto do geógrafo a análise da *thesis* (posição) e da *physis* (natureza) dos lugares, mas também os historiadores gregos e latinos, bem como os autores que celebram as cidades, pois, tanto uns quanto outros, estruturam suas descrições dos territórios em diferentes escalas em função destes dois itens (*positivo* ou *situs, natura*). A *Landschaft* é de início um lugar que se define por vizinhanças, humanas e naturais, que se pode designar como objetivas, e que podem assim ser cartografadas. Além da mera consideração de sua posição relativa, a *Landschaft* se define também por um conjunto de propriedades, naturais e humanas, cujo inventário constitui sua *qualidade* ou sua *natureza* próprias.

Para Barbosa e Gonçalves (2014), a paisagem na geografia clássica aparece associada a três significados: (1) arranjo fisionômico das características biofísicas e humanas de uma área; (2) extensão do terreno perceptível a partir de um lugar; e (3) percepção subjetiva de um cenário ou cena e as decorrentes representações em pinturas e fotografias³. Assim, a paisagem possui dois sentidos: um objetivo voltado aos aspectos concretos do meio ambiente, derivado da influência do racionalismo positivista; e um sentido subjetivo ligado à percepção do sujeito, em uma perspectiva idealista e romântica de maior relação com as artes e a literatura. Portanto, a paisagem surgiria, na geografia,

sob a influência da noção evolutiva da paisagem pitoresca, de representar cenários da natureza através da pintura, e da arte de ornamentação de jardins, mas também da sua noção literária, associada a uma concepção estética, assumindo nessa ciência, caráter **estético-descritivo**, considerando a morfogênese e a magnitude dos objetos para fins de **classificação dos elementos da natureza** (BARBOSA; GONÇALVES, 2014, p. 96, grifos nossos).

³ Para Passos (2013), a fotografia ganha importância especial na representação da paisagem a partir de Vidal de La Blache, na obra *La France. Tableau géographique*, de 1908. Através da técnica de fotografia comentada, o autor reforça um método particular de análise produzindo significados pela associação de textos e imagens. À essa prática, Passos denomina “geo-foto-grafia”.

Assim, Besse (2006, p. 40) nos afirma que a importância da representação paisagística para a geografia reside no fato de que “a paisagem *evidencia* aquilo de que trata a geografia, ou seja, a experiência sensível da Terra com o espaço aberto, espaço a ser percorrido.” E, mais do que isso, a representação da paisagem, herdada das artes, tem como potencialidade geográfica o fato de carregar consigo, graficamente, “o novo pensamento e a nova experiência da Terra como solo universal da existência humana” (p. 40).

A paisagem como conceito científico nasceu no século XIX com os naturalistas alemães, inclusive sendo essencial para o processo de institucionalização da Geografia como ciência, juntamente com os conceitos de espaço, lugar, território e região, fazendo com que a geografia se tornasse o campo de estudo da superfície da Terra e dos seus aspectos físicos e humanos (SILVA; OLIVEIRA, 2015). Enquanto Maciel e Lima (2011) apontam para um método de trabalho embasado em “cartografia geomorfológica”, Moura-Fé (2014) nomeia esta paisagem que se desenvolveu entre os geógrafos alemães de Perspectiva Morfológica, baseada no estudo da relação do ser humano com a natureza a partir dos aspectos físico-naturais das paisagens e da abordagem estético-descritiva.

Moura-Fé (2014) explica que Humboldt, considerado o precursor dos estudos da paisagem na geografia, propôs o método do “empirismo raciocinado”. Uma “intuição” a partir da observação onde, através da contemplação estética e a observação sistemática dos seus elementos, a paisagem causaria uma impressão no observador que levaria à explicação da causalidade e das conexões contidas no território. Para Silveira e Vitte (2009), a paisagem em Humboldt é produto de legados filosóficos (a teoria estética de Kant e a noção de natureza em Goethe), científicos (em uma abordagem naturalista) e artísticos (a contemplação estética do território). Em uma perspectiva estética e fisionômica, seu trabalho seria influenciado por uma abordagem idealista baseada na valorização do olhar e do papel ativo do sujeito na construção da cena contemplada; e uma abordagem realista, reconhecendo a particularidade de um ambiente através de sua disposição geográfica e sua configuração fisionômica.

Depois de Humboldt, outros geógrafos buscam definir o que seria a ideia de *Landschaft* na geografia, aproximando-se da visão positivista descritiva mas negando o caráter estético e “libertador” de Humboldt (SCHIER, 2003). Em Ritter, a geografia seria uma ciência enciclopédica que buscava organizar os estudos sobre países e regiões a partir da descrição dos sistemas presentes nas paisagens. Em Ratzel, a paisagem assumiu uma abordagem antropogênica, distanciando o espírito humano do seu meio natural, mas mantendo a visão naturalista baseada no racionalismo e positivismo ambiental, estudando assim as relações causais da natureza e como ela influencia o ser humano. Em Passarge, os elementos climáticos

atuam na destruição da composição morfológica das paisagens e cabe à vegetação a conservação das formas: nesse sentido, a unidade integrada de Humboldt não pode ser a soma dos seus elementos, pois é a interação entre esses elementos que determina uma estrutura, a criação de algo diferente (BARBOSA; GONÇALVES, 2014). Em síntese, a escola alemã trata a paisagem sob dois vieses: um naturalista, a partir da descrição das formas e dos sistemas naturais; e um cultural, tratando dos impactos do processo de apropriação do espaço no ambiente e vice-versa.

Com a difusão do termo para outras regiões, a noção de paisagem na geografia foi desenvolvida principalmente nas escolas russa, francesa e anglo-americana, apresentando diferentes trajetórias no desenvolvimento do conceito e de suas abordagens. Entre os então soviéticos desenvolveu-se essencialmente a noção de paisagem natural (*naturlandschaft*), com o propósito de identificação, classificação e cartografia de unidades naturais, produzindo modelos sistemáticos de mapeamento dos elementos da natureza em diferentes escalas de análise e conformando, assim, uma abordagem apoiada no materialismo dialético, onde a natureza configura uma totalidade dialética (BARBOSA; GONÇALVES, 2014). Esse ponto de vista deu origem à Teoria dos Geossistemas, um modelo teórico e conceitual destinado à identificação, interpretação e classificação de unidades taxonômicas (SILVA; OLIVEIRA, 2015); e à teoria do Complexo Natural Territorial (CNT), baseada na interpretação de processos físicos, químicos e bióticos, sendo o solo um produto da interação entre relevo, clima e vegetação, e essa última o elemento capaz de diferenciar tipologias nas unidades de paisagem (MACIEL; LIMA, 2011).

Na escola francesa clássica foi muito presente a noção de região, sendo esse conceito por muito tempo o pilar da geografia francesa, principalmente através da figura de La Blache, que aplicava-o tanto a conjuntos físicos, estruturais ou climáticos, quanto aos domínios das vegetações (MACIEL; LIMA, 2011). Assim, a relação ser humano-natureza aparecia ligada ao concreto e ao regional, no conceito de *pays*, mas sob uma ótica de relações mútuas entre o humano e o ambiente físico, não podendo estabelecer limites entre fenômenos naturais e culturais porque eles se interpenetram nessas leituras regionais (SCHIER, 2003).

Já na escola anglo-saxônica/anglo-americana desenvolveu-se uma visão culturalista, com principal expoente creditado a Carl Sauer, em que entendia-se que a paisagem era formada quando o ser humano interagia com a natureza a partir de sua cultura, numa visão unitária. A natureza era então vista como um todo harmonioso, sem muita preocupação com a integração sistemática dos elementos (BARBOSA; GONÇALVES, 2014). Nessa perspectiva, Sauer trabalhava a compreensão da categoria da paisagem como elo integrador dos fatores naturais e

sociais, correspondendo a um organismo complexo composto por formas e sistemas, dividindo o conteúdo da paisagem entre o “sítio”, representando o somatório dos recursos naturais; e a expressão cultural, a marca da ação humana sobre determinada área (MACIEL; LIMA, 2011).

Portanto, a paisagem na perspectiva da geografia clássica seria “a expressão materializada do homem com a natureza num espaço circunscrito” (SUERTEGARAY, 2001, p. 4), tratando-se de uma paisagem apreendida do exterior (CLAVAL, 2014). Verdum *et. al.* (2016) analisam que, ao longo do século XX, os estudos de paisagem priorizavam sua morfologia, a paisagem concreta, e a partir do final dos anos 1960 ganham destaque os estudos sobre a simbologia da paisagem, isto é, a paisagem-fenômeno. Essa época coincide com a virada cultural da Geografia, quando se evidencia ainda mais a dimensão cultural da paisagem e ela assume significados tão amplos que começa a ser empregada sobre quase todo objeto de estudo, acarretando uma grande ampliação do conceito. Nesse sentido, Besse (2014, p. 9) nos traz que:

Fala-se, atualmente, das paisagens sonoras, mas também da paisagem dos sabores, ou até das paisagens tácteis, no âmbito de uma reflexão geral que insiste na dimensão da polissensorialidade própria das experiências paisagísticas. Na mesma ordem de ideias, o desenvolvimento da mídia – como a fotografia e o cinema – e o das técnicas digitais de gravação, de fabricação e de reprodução dos sons e das imagens levaram a considerar outros tipos de paisagens, que se avizinhavam dos universos da imaterialidade e da virtualidade e que, de qualquer forma, vão além das tradicionais referências à pictorialidade.

Claval (2014, p. 235) nos afirma que, a partir dos anos 1970, a paisagem interessa cada vez mais aos geógrafos pela maneira como ela modifica as interações humanas pois “o indivíduo não é indiferente ao que vê” e “a paisagem não é talhada por aquele que a habita ou visita. Ela faz, de certa forma, parte do seu ser”, na perspectiva de que o clima, a vegetação e a atmosfera modificam o estado de espírito dos indivíduos presentes em determinado lugar. Para o autor, a paisagem é semeada de símbolos – alguns concebidos e instaurados como tais, no caso de igrejas, templos, estupas; e outros traços que adquirem valores simbólicos indiretamente, “por derivação”: modos de apropriar-se do espaço construindo lugares simbólicos comuns a determinada cultura, constituindo indicadores espaciais que apontam até onde vai o território e onde ele termina. A paisagem passa então a ser apreendida “nas relações complexas que os homens alimentam com ela.” (p. 240).

Nessa dimensão simbólica, Cosgrove (2012, p. 226) explica que:

Na paisagem, o bosque sagrado ou a fonte sagrada, o local da batalha que afundou ou salvou uma nação, são lugares de intenso significado cultural pelos quais os não

iniciados passam. Revelar os significados na paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira autoconsciente e, então, *re-*representar essa paisagem em um nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos. Uma vantagem que temos ao tratar a paisagem dessa maneira é que muitos de seus significados estão “naturalmente” encontrados no sentido de que seu ponto de partida é algo comum à nossa experiência, na medida em que somos parte da natureza, por exemplo, quando associamos o prado na primavera com o aparecimento de vida nova, ou o pomar do outono como melancolia.

Para o autor, todas as paisagens possuem significados simbólicos devido ao fato de que são produto da apropriação e da transformação do ambiente pelo ser humano. De acordo com Corrêa (2011), a paisagem nos estudos de Cosgrove evidencia a sua máxima de que “a geografia está em toda parte”, pois ela pode ser analisada geograficamente em várias escalas, desde a região, cidade ou bairro, até a escala de um agrupamento de edificações ou um monumento pontual (como no caso do seu estudo sobre o monumento a Vittorio Emanuele II, inaugurado em 1911). Além dessa diversidade de escalas, a paisagem é vista como *representação* através da fotografia ou a tela das pinturas, fazendo com que a análise iconográfica também componha o rol de estudos paisagísticos. Na perspectiva de Cosgrove (2012, p. 224), a paisagem é um conceito de valor único para a geografia humana e sua potencialidade de abordagem consiste no fato de que:

Ao contrário do conceito de *lugar*, [a paisagem] lembra-nos sobre nossa posição no esquema da natureza. Ao contrário de *meio ambiente* ou *espaço*, lembra-nos que apenas por meio da consciência e da razão humanas esse esquema é conhecido por nós, e somente através da técnica podemos participar dela como seres humanos.

Antes de finalizar esse estudo sobre a paisagem na Geografia, mencionaremos ainda outras duas perspectivas importantes para o presente trabalho. Consideramos de grande relevância a discussão de Aziz Ab’Saber, ao colocar a paisagem como uma herança de processos fisiográficos e biológicos e como “patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades” (AB’SABER, 2007, p. 9). O uso da palavra “herança” para designar a relação entre ambiente natural e ação humana é cirúrgica para a compreensão de paisagem que propomos: herança significa os patrimônios, tradições, bens, direitos e dívidas deixados para a geração atual ou futura. Nessa perspectiva, existe um potente princípio de responsabilização da paisagem-patrimônio, visto que, como herança, as sociedades devem assumir o compromisso de salvaguarda de suas paisagens.

Também é notória a ideia de paisagem elaborada por Georges Bertrand e Claude Bertrand através do sistema GTP (Geossistema-Território-Paisagem) (BERTRAND; BERTRAND, 2002; BERTRAND, 2004, 2009). O sistema GTP analisa a paisagem através de

uma leitura geográfica integrada de distintos conceitos: o geossistema (*source*), que abarca a caracterização do objeto de estudo pelo ponto de vista naturalista, através da análise de fatores geomorfológicos, climáticos e hidrológicos, ou seja, a “escala geográfica da natureza primeira” (BOSA; SOUZA, 2021, p. 30); o território (*ressource*), trazendo as dinâmicas de apropriação, exploração, transformação e uso dos recursos naturais, sendo o momento em que a natureza é tomada como recurso e as fontes são apropriadas e utilizadas através de projetos econômicos e intenções políticas; e a paisagem (*ressourcement*), constituída como um produto destas relações e da subjetividade do pensamento humano e seus simbolismos ao analisar o território e a natureza.

Assim, o sistema GTP propõe que a paisagem surge das relações de provisão simbólico que os indivíduos carregam, sendo ela o resultado da subjetividade do olhar ao cruzar com a materialidade de um território (METAILIÉ; BERTRAND, 2006). Ela constitui, portanto, um conjunto indissociável de ações humanas e dinâmicas da natureza: um percurso e um recurso de representação para analisar as modificações e os usos da natureza tornada bem econômico. Como sintetizam Bosa e Souza (2021, p. 30), no sistema GTP “A paisagem é a escala da natureza objetiva e subjetivamente tornada arte e, por consequência, ligada tanto às práticas do ordenamento do território quanto à experiência estética das pessoas no mundo”. Nessa leitura, a paisagem pode ser abordada como uma alternativa de debate para compreender as constituições culturais e simbólicas dos espaços - inclusive as áreas de fronteira -, para além das delimitações político-territoriais (SOUZA, 2010).

A partir de toda essa gama de abordagens, recortes, perspectivas e definições, Schier (2003) afirma que não existe uma geografia que sirva ao estudo da paisagem em todos os níveis porque a sua complexidade inviabiliza qualquer análise sob a ótica de uma única abordagem:

Assim, toma-se então que o olhar a partir de uma determinada abordagem constrói um filtro que ressalta o que essa abordagem propõe, e a paisagem, seja física ou cultural, exige uma filtragem mais ampla que, algumas vezes, foge até mesmo das questões geográficas mais clássicas, necessitando uma filtragem científica, cultural, filosófica, política, entre outras, mostrando um caráter multidisciplinar no seu estudo. Defende-se que, em muitos casos, a paisagem deve ser encarada não apenas como um objeto de estudo, refletido e interpretado intelectualmente, mas como uma forma de vivência na sua plena positividade do cotidiano das pessoas (SCHIER, 2003, p. 85).

No campo da arquitetura, os estudos da paisagem como conhecemos iniciaram na segunda metade do século XX como uma forma de compreender os conflitos ambientais decorrentes do avanço acelerado dos processos de urbanização da Europa e dos Estados Unidos da América (MACEDO, 1993). Atualmente, a paisagem é estudada enquanto instrumento de

planejamento para os diferentes ambientes – paisagismo, espaços públicos, parques, organização da cidade e zoneamento urbano. Para Silva e Oliveira (2015, p. 3, grifo nosso), “A importância da paisagem para o arquiteto vem da própria multiplicidade de sentidos deste conceito e da imensa gama de possibilidades que oferece à **reflexão** e à **ação** sobre o espaço.” Como imagem de uma organização espacial, a paisagem se transforma em um instrumento poderoso para a compreensão do território dado ou a projeção de algo novo, seja sob um viés artístico, pela prática projetual estético-compositiva, ou um viés funcional, com o estudo das morfologias das edificações e os reflexos na dinâmica urbana e ambiental.

Besse (2014) nos coloca que, em um contexto de transformação das cidades, onde passou-se da ideia de cidade histórica para a cidade “difusa”, “explodida” ou “espraiada”, a paisagem hoje é considerada um recurso para o urbanismo e para as estratégias de ordenamento do espaço em diferentes escalas, ocupando um lugar crucial nas preocupações sociais e políticas quanto ao quadro de vida oferecido às populações e abordando, inclusive, a identidade dos lugares. Além disso, as paisagens “são hoje tratadas no âmbito de uma reflexão mais geral sobre as cidades e a extensão suburbana, sobre os locais industriais e sua ocupação territorial, sobre as áreas industriais devolutas, sobre o impacto das instalações técnicas dedicadas ao transporte dos homens e das mercadorias ou, ainda, à produção e à circulação de energia.” (p. 8). Essas visões vão ao encontro com as abordagens da paisagem vivenciadas no curso de arquitetura e urbanismo e na produção científica desse campo em que, em uma de suas abordagens, é identificada uma correlação conceitual entre paisagem e ambiência urbana.

Macedo (1993) estuda a paisagem como a expressão morfológica das ocupações e transformações dos ambientes no tempo, considerando-a, simultaneamente, como um produto e um sistema que leva em conta a percepção humana:

como **produto** porque é resultado de um processo social de ocupação e gestão de um território; e como um **sistema**, na medida que a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente, no caso equivalendo ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total. Estas duas posturas se interpenetram e são totalmente dependentes uma da outra, como também é um fato, que toda paisagem está ligada a uma ótica de percepção humana, a um ponto de vista social e que sempre representa total ou parcialmente um ambiente. (MACEDO, 1993, p. 11, grifos do autor).

Essa perspectiva alinha-se à ideia da paisagem marca-matriz, apresentada por Berque (2004, p. 84-85): “A paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas também é uma *matriz*, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com

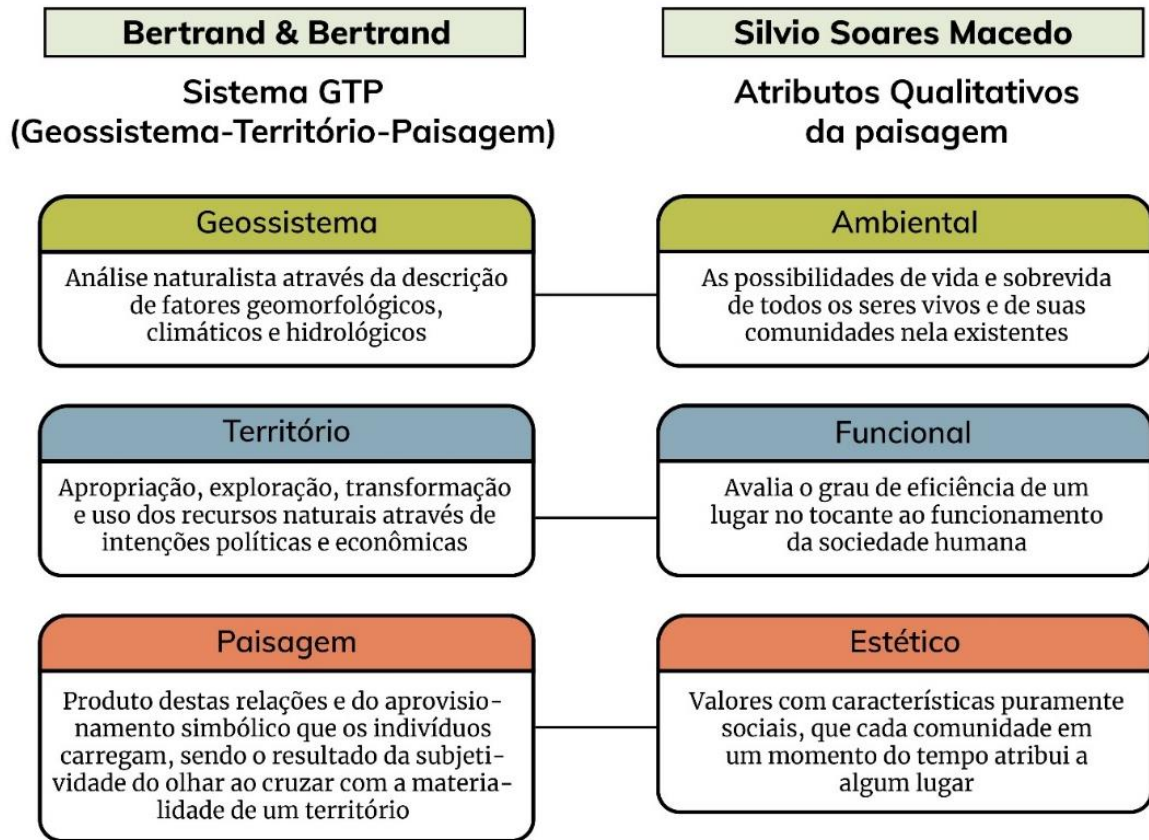
a natureza”. O autor então coloca que, como *marca*, a paisagem pode e deve ser descrita e inventariada, configurando-se como uma *geo-grafia* - a escrita da terra por uma sociedade - e essa marca “possui um sentido que implica toda uma cadeia de processos físicos, mentais e sociais na qual a paisagem desempenha um papel perpétuo e simultâneo de marca e de matriz.” (*ibid*, p. 88).

Como *matriz*, ela determina o olhar perceptivo, sua apreensão, sua experiência, sua estética e sua política. Assim, a paisagem se desenha como um fator plurimodal, pois atua como agente passivo-ativo-potencial, bem como paisagem e sujeito (nesse caso, o sujeito coletivo, a sociedade) configuram um conjunto unitário co-integrado que se autoproduz e auto reproduz (BERQUE, 2004). Em suma, é o espaço (aqui apreendido como paisagem), sendo componente ativo das percepções e do modo como enxergamos o mundo à nossa volta.

Macedo também afirma que todos os ambientes contém paisagens, porém as paisagens não representam um ambiente de maneira completa, por se tratar de estruturas finitas e interpretadas a partir de uma escala. A apreensão da paisagem depende do campo visual de análise que, por sua vez, apresenta limitações físicas que impedem que o observador tenha uma visão geral do espaço. Portanto, a experiência com os ambientes se daria através de uma sequência de paisagens, que podem ser lidas e interpretadas de diferentes maneiras: “para o ser humano a cada paisagem sempre sucederá uma outra e assim por diante” (MACEDO, 1993, p. 11).

Pela dimensão do planejamento urbano e regional, a paisagem na arquitetura e no urbanismo é intimamente ligada à ideia de espaço ou a manifestação visual desse espaço, diferenciando morfologias de apropriação. Macedo (1993) atribui à paisagem três categorias de qualidades: (1) ambiental, medindo as possibilidades de vida dos seres vivos e suas comunidades; (2) funcional, avaliando a eficiência do ambiente em atender o funcionamento da sociedade humana; e (3) estética, considerando valores sociais que as comunidades atribuem a determinado lugar. Aqui percebemos uma íntima relação entre a tríade de Macedo com o sistema GTP de Bertrand e Bertrand (*opt. cit.*): a categoria ambiental como um estudo do Geossistema, a categoria funcional relacionada à leitura do Território enquanto apropriação do ambiente natural, e a dimensão estética equivalente à construção subjetiva da ideia de Paisagem (Figura 2).

Figura 2: Sistema GTP e Atributos Qualitativos da Paisagem



(Fonte: Bertrand; Bertrand (2002), Bertrand (2004, 2009), Macedo (1993), organizado pelo autor.)

Levando em conta essas categorias de qualidade, Macedo (1993) propõe que as bases dos estudos para projetos de ocupação ou intervenção em um espaço deveriam considerar uma série de fatores, tais como: as características funcionais do suporte físico (as redes de drenagem e a suscetibilidade dos aquíferos à ação humana); as possibilidades de adaptação ao clima; as principais formas de vida dos ecossistemas e o seu valor no contexto regional ou nacional, atentando para o potencial de aproveitamento de seus recursos; os valores culturais atribuídos ao local e como eles influenciam o comportamento social; os padrões das ocupações antrópicas e sua relação com o suporte físico (porte, dimensionamento, tendências e possibilidades de expansão); a capacidade de processamento das estruturas ambientais a médio e curto prazo, isto é, avaliar o estoque e a produtividade dos recursos ambientais e sua capacidade de absorção e recuperação ao ser submetida a diferentes formas de exploração; e as características dos elementos da estrutura morfológica da paisagem, as diferentes formas de ocupação e os elementos naturais, considerando a excepcionalidade do valor paisagístico dentro de um contexto maior, ou seja, o que, naquele lugar, difere dos demais e pode ser explorado como marco que o coloca como único.

Essas diferentes estruturas de análise resumem satisfatoriamente os métodos de intervenção em arquitetura paisagística e aliam-se aos estudos geográficos apresentados anteriormente, considerando o ambiental e o social dentro de uma estrutura comportada pela paisagem através de uma leitura espacial e propositiva. Nisso, ambas as ciências (Geografia e Arquitetura) se encontram. Nesse sentido, a paisagem é mais do que um instrumento de compreensão do território: é também um instrumento de transformação do espaço, seja pela relação produto-sistema/marca-matriz apresentada por Macedo (1993) e Berque (2004), seja pelo seu papel no processo de projeto dos arquitetos e urbanistas.

2.2 A PAISAGEM COMO CATEGORIA ESTÉTICA

Como vimos na seção anterior, o conceito de paisagem nas ciências surge a partir de uma abordagem estético-naturalista através da compreensão do ambiente natural e da relação do ser humano com a natureza. Porém, com o desenvolvimento do tema, a paisagem assume outras significações e várias escalas de análise, muitas vezes confundindo a noção de paisagem com a de espaço e também de natureza. Também vimos que desde a gênese da Geografia moderna a dimensão estética da paisagem está presente através dos estudos de Humboldt. A partir daqui, discutiremos a noção de paisagem enquanto categoria estético-filosófica⁴ atrelada ao conceito de natureza em Adriana Serrão e Georg Simmel. Além disso, buscaremos indícios de materialização dessa paisagem através das reflexões estéticas de Rosario Assunto e demais autores que dialogam com suas obras.

Para Adriana Serrão (2013), a reflexão filosófica contemporânea acerca da essência da paisagem inicia em 1913 com Georg Simmel, ao adotá-la como uma unidade dentro de um todo único que é a Natureza: “Por natureza, entendemos o nexu infindo das coisas, a ininterrupta

⁴ A estética é um dos ramos tradicionais da filosofia, primeiramente utilizado por Baumgarten no século XVIII para referir-se ao estudo da sensação e do gosto subjetivo, uma “ciência do belo”. Em Kant, é tratada como a ciência dos princípios da sensibilidade, uma crítica do gosto, não necessariamente do “belo”; além de ser utilizada como chave interpretativa para distinguir o belo da natureza e o belo do espírito. Em Hegel, é estudada conjuntamente aos problemas da arte enquanto obra do espírito a partir do real, isso é, a manifestação sensível da ideia. Enquanto alguns autores defendem a *estética subjetiva*, psicológica, acreditando que o belo está no homem e ele o empresta às coisas, outros formulam o postulado de que o belo pode ser encontrado em alguns objetos, procurando fora do sujeito uma *estética objetiva*. Na contemporaneidade, a estética na ciência filosófica é caracterizada por uma grande gama de correntes com teorias particulares (ABBAGNANO, 2007; JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008; SANTOS, 2008). Nessa seção, trataremos da estética da natureza pelo componente da paisagem, abordando autores clássicos e contemporâneos como Simmel, Assunto, Serrão e Courajoud.

parturição e aniquilação das formas, a unidade ondeante do acontecer, que se expressa na continuidade da existência espacial e temporal.” (SIMMEL, 2009 [1913], p. 5), ou seja, a Natureza não possui cortes ou frações, é uma unidade indivisível.

Porém, a natureza tida a partir das discussões estéticas do belo natural é um elemento singular, que se situa entre uma posição estética global (onde toda a natureza é bela) e a singularidade de seres naturais tomados individualmente e isolados da sua envolvimento natural - uma flor em um jarro é diferente de uma flor em um campo, pois esta não existe sem as características do solo, movimentos do vento e propriedades da terra: “Tão destituída de significação é a afirmação genérica da beleza natural, entendida a natureza como totalidade indiferenciada, como absurdo seria chamar natureza ao objeto natural singular quando deslocado para situações artificiais.” (SERRÃO, 2004, p. 90). A autora nos coloca que a natureza das estéticas da natureza não é algo uniforme com leis e princípios, mas uma realidade complexa e diversificada, composta por conjuntos e singularidades. Assim, o apreender esteticamente a natureza passa por uma categoria diferenciada desse todo natural: a categoria da paisagem, pois só ela possui a capacidade de manter todos esses traços, garantindo a consistência dos elementos e a sua integração em unidades amplas:

Paisagem refere-se, em sentido amplo, uma porção de natureza, uma parte da realidade natural, uma unidade diferenciada contendo os seres naturais no seu elemento próprio. Resguarda portanto a solidez de um conjunto, integrando nele os seus elementos e também todo o enquadramento vital. Um conjunto não idealizado [pela natureza], mas real, presente e, enquanto tal, visível e sensível, que se oferece à percepção. (SERRÃO, 2004, p. 91).

Por isso, segundo Serrão (2004), os teóricos da estética da natureza preocupam-se em demarcar nitidamente uma diferença de abordagem entre a natureza estética e a objetividade das descrições da paisagem em tipologias e fisionomias, como são nas ciências da Terra, no ordenamento territorial (urbanismo) e nas ciências geográficas. Além disso, tenta se distanciar da abordagem paisagística como panorama, vista, enquadramento, moldura, fundo das coisas ou uma forma de espetáculo onde se assiste, um cenário que se vislumbra de tempos em tempos. Isso é, a estética da natureza experienciada diretamente a partir da paisagem reside na compreensão de que vivemos nela: o nosso “*estar-em nela*”, a nossa experiência vivendo na natureza (SERRÃO, 2004).

O pensamento de Serrão alinha-se à teoria estética de Simmel (2009, p. 6), ao afirmar que:

[...] para a paisagem, é justamente essencial a demarcação, o ser-abarcada num horizonte momentâneo ou duradouro; a sua base material ou os seus fragmentos singulares podem, sem mais, surgir como natureza – mas, apresentadas como “paisagem”, exige um ser-para-si talvez óptico, talvez estético, talvez impressionista, um esquivar-se singular e característico a essa unidade impartível da natureza, em que cada porção só pode ser um ponto de passagem para as forças totais da existência. Ver como paisagem uma parcela do chão com o que ele comporta significa, então, por seu turno, considerar um excerto da natureza como unidade – o que se afasta inteiramente do conceito de natureza.

A paisagem então seria a natureza individualizada, em que se toma uma parte e atribui-se a esse recorte uma unidade particular. Contudo, tratar a paisagem como uma parte do solo seria uma definição contrária à totalidade da natureza, por mais que, para se constituir paisagem, é fundamental a presença da natureza, do meio natural. Nisso temos a primeira premissa do conceito de paisagem: paisagem não é só natureza e, como unidade, também não pode ser apenas o agrupamento de elementos da natureza.

Só que a fórmula inconscientemente activa, que engendra a paisagem enquanto tal, não se apresenta de modo tão simples, e até talvez se não deva, em princípio, apresentar. O material da paisagem, tal como a simples natureza o fornece, é tão infundamente variado, tão mutável de caso para caso, que os pontos de vista e as formas, que aglutinam estes elementos naquela unidade de impressão, serão igualmente muito variáveis. (SIMMEL, 2009, p. 8).

A paisagem se sobressai à apreensão/impressão das coisas naturais singulares – é preciso uma lei, um princípio de ordem para a composição de uma paisagem, pois os elementos que vimos momentaneamente no horizonte, por si só, não podem configurar uma paisagem, mas são o material para ela. A paisagem em Simmel constituiria, portanto, uma camada intermediária entre elementos identificáveis um por um e a Natureza, aquela totalidade indivisível que, na *physis* de Aristóteles (2009), é caracterizada pelo movimento contínuo de auto geração e destruição das formas.

Porém, o que define essa unidade a que chamamos paisagem e que, por sua vez, é uma parte de um todo único – a natureza? Como uma paisagem é classificada, dividida como uma porção do território e adotada como um outro elemento que possui unidade em si? Serrão (2013, p. 9) explica que essa construção se dá a partir de um processo no qual: “a percepção (do sujeito) e a constituição (do objeto) são aqui um único acto, sendo a paisagem uma forma de ver o mundo natural não enquanto tal, como um em-si, mas já modelado pelo olhar humano”. Simmel, de maneira didática, relaciona esta construção do pensamento para com a paisagem comparando-a como uma obra de arte pictórica:

O que o artista faz - extrair da torrente e da infinidade caóticas do mundo imediatamente dado um fragmento, apreendê-lo e formá-lo como uma unidade, que agora encontra em si mesma o seu sentido e intercepta os fios que a ligam ao universo e os reata de novo no ponto central que lhe é peculiar - eis o que também nós fazemos de um modo mais chão, com menos princípios, mais incerto nos seus limites, logo que contemplamos uma "paisagem" em vez de um prado, de uma casa, de um riacho e de um séquito de nuvens. (SIMMEL, 2009, p. 9).

Nesse caminho, a experiência estética se configura como uma ponte entre a unidade do espírito e a Natureza. Simmel (2009) nos introduz à ideia de disposição anímica (*Stimmung*), isto é, quando a percepção da experiência da natureza é apreendida como uma unidade, quando não é possível distinguir este ou aquele elemento e nada se sobressai: cada item tem na paisagem seu papel, seu ordenamento, mas a apreensão do todo entra em *sintonia* com o espírito, em um deleite contemplativo que faz com que a paisagem seja algo além do agrupamento de elementos, mas que subsiste da própria conformação destes elementos e da percepção que deles resulta. Assim, esse sentimento faz com que determinado agrupamento seja lido como uma unidade, uma paisagem única dentro do conjunto totalitário que é a natureza.

Pode-se dizer que Besse apresenta um exemplo sobre a *stimmung*: ao analisar os escritos de Goethe sobre suas viagens pela Itália, aponta que, para Goethe:

Ver a paisagem italiana é captar a verdadeira Natureza, que é **simultaneamente a ordem do cosmo e da alma humana, combinadas harmoniosamente num olhar**. A paisagem italiana é vista por Goethe como reconciliação entre o exterior e o interior, entre o visível e o invisível. Esta paisagem é vista ao mesmo tempo como imagem idílica, evocação nostálgica, e como revelação da eternidade inapreensível da ordem cósmica, na tentativa de justificar a ideia de que **uma totalidade rompida poderia ainda ser percebida em sua integridade a partir dos vestígios da separação**. Toda aventura da paisagem, em particular das ruínas humanas e naturais que nela se dispersam, reside nesta tentativa. (BESSE, 2006, p. 45, grifos nossos).

Adriana Serrão resume esse sentimento apresentado por Simmel (e também presente em Goethe) ao classificar a paisagem como uma “categoria mista, cultural pela forma e natural pelo conteúdo, [...] uma síntese de subjectividade e objectividade, duplicidade de realidade e idealismo, em que Vida e intuição de Vida são indissociáveis” (SERRÃO, 2013, p. 11). Nessa leitura, a paisagem se configura como uma terceira zona ontológica entre a sociedade e a natureza. Nos interstícios do social e do natural, a paisagem modifica o natural, pois o natural não é mais natureza já que é fruto da percepção humana; e modifica o social, pois o humano não é só humano porque é fruto do natural.

Também de forma didática, Simmel apresenta uma comparação entre a paisagem e o ser humano: a capacidade plástica e artística se realiza mais facilmente na paisagem do que na contemplação dos indivíduos, porque a paisagem está a uma distância objetiva que favorece o

comportamento artístico. No caso dos indivíduos, o obstáculo se apresenta nas digressões subjetivas entre simpatia e antipatia, nos sentimentos que temos sobre eles. Outro aspecto é a sua própria conformação: o ser humano é uma totalidade em si, possui limites demarcados, enquanto a paisagem é moldável: “o nosso olhar pode jungir os elementos paisagísticos ora neste ora naquele agrupamento, deslocá-los entre si de múltiplas maneiras, deixar variar o centro e os limites.” (SIMMEL, 2009, p. 12). Aqui aparece explícita a importância da relação ser humano-natureza e da percepção-constituição do sujeito-objeto na composição da paisagem. Nesse sentido, também temos implícito o papel do planejamento do espaço na constituição do olhar paisagístico: o papel dos arquitetos enquanto definidores dos enquadramentos e dos limites do campo de visão e como isso influencia a experiência estética da paisagem.

Outro ponto que deve ser destacado na teoria de Simmel é que o autor é contrário à ideia de que o verdadeiro sentimento da natureza se desenvolveu na época moderna, derivado do lirismo e do romantismo. Para ele, as religiões de épocas primitivas revelavam um sentimento mais profundo sobre a natureza, mas reconhece que a sensibilidade para a paisagem surgiu tardiamente porque para seu surgimento era preciso o afastamento do sentimento de unidade da natureza, aquele afastamento promovido em função da evolução técnica e tecnológica e que, segundo Serrão (2013), conforma, do ponto de vista filosófico, a grande tragédia da humanidade – a separação ser humano-mundo, a divisão sociedade-natureza. Em Serrão, a paisagem constituiria, portanto, uma noção moderna que tem o intuito de reconectar o ser humano com a natureza através do encontro entre a unidade do espírito e o ambiente natural.

Tendo em vista o que o foi exposto, podemos perceber um problema filosófico na teoria de Simmel, baseado em uma contradição que ele mesmo identifica: a paisagem faz todo o sentido enquanto uma espécie de síntese da totalidade da natureza, um trecho de sua unidade. Entretanto, se a natureza é uma totalidade, ela não pode ser apreensível em um lance de visão – um simples olhar sobre o território. Quem nos auxilia a responder tal contradição é Rosario Assunto (2013 [1974]) ao afirmar que o que está contido na paisagem é a *representação* do infinito da natureza, e não toda a infinidade da natureza. Seguiremos com os principais pontos da estética da paisagem em Assunto.

Primeiramente, a paisagem em Assunto (2013) é abordada através de uma articulação espaço-temporal, identificando modalidades de espaço que se apresentam como paisagem e como estes exemplares abarcam diferentes dimensões de tempo. Dessa maneira, Assunto nega a ideia de paisagem e espaço como conceitos justapostos e que expressam o presente, argumentando que passado, presente e futuro se mostram nas paisagens através de um complexo sistema de temporalidades e temporaneidades.

Assunto (2013) argumenta que toda paisagem é espaço: não ocupa um espaço ou representa algo que está em um espaço, mas é, em si, um espaço, ou a representação de um espaço. Mas ambos os conceitos não estão submetidos a um juízo de identidade recíproca: um não coincide perfeitamente com o outro. O conceito de espaço inclui em si a paisagem mas não é totalmente coberto por ela: o espaço é matéria de constituição da paisagem, mas nem todo espaço é paisagem; e a paisagem é mais do que só o espaço. Souza (2018a) explica que Assunto constrói sua reflexão a partir da relação sujeito-predicado, afirmando que “paisagem é espaço” mas, ao inverter-se a ordem, a expressão “espaço é paisagem” não é verdadeira, pois o espaço vai além da própria paisagem, abarcando dimensões além daquela expressa pela paisagem:

No interior de qualquer corpo há espaço, vazio ou preenchido. Dentro de um salão, por exemplo, pode-se constatar certamente a presença do espaço, contudo, que paisagem há entre quatro paredes, piso e teto? Que paisagem poderia haver em qualquer subsolo, em uma caverna ou em um túnel de metrô? Na representação do interior do planeta, desde a superfície, crosta, às mais profundas camadas de circulação magmática e ao núcleo, sempre muito utilizada nas aulas de geologia/geomorfologia quando se trata da tectônica global, evidentemente se remete ao espaço interior da Terra, mas jamais a uma paisagem interior. O mesmo também se diz do céu: não se olha para ele, durante o dia ou noite, em quaisquer condições meteorológicas, para afirmar ter ali uma paisagem. Mas não é negado o fato de haver ali o espaço, no mínimo, estético e, no máximo, cósmico. (SOUZA, 2018a, p. 77-78).

Ou seja, a paisagem é um espaço expresso por uma espacialidade particular. Esse espaço, entretanto, é algo que se configura como objeto de experiência estética, de um ajuizamento atribuído esteticamente: ver a paisagem estritamente como espaço gera problemas no contexto da destruição do ambiente natural pela expansão da rede urbana, como no caso das autoestradas e os grandes arranha-céus (a base do pensamento de Assunto está na crítica aos grandes projetos desenvolvimentistas da Itália no pós-guerra, que produziam grandes obras de reestruturação urbana passando por cima de suas paisagens). Nessa leitura, temos que a paisagem vista estritamente como espaço abre margens para uma transformação desenfreada do ambiente que não respeita as suas particularidades e a sua morfologia de modo geral. Interpretamos, portanto, que a paisagem vista apenas como espaço não é elevada a bem preservável, a bem patrimonial.

A partir da discussão anterior, Souza (2018a) aborda que a paisagem também não pode ser definida como tudo aquilo que a vista alcança em uma visada do território, como definida em alguns dicionários, primeiro porque a sua constituição não se dá somente do ponto de vista espacial e, em segundo lugar, porque sua apreensão não depende exclusivamente da visualidade. Para o autor, essa consideração da paisagem a partir da extensão do olhar gera duas situações problemáticas, porque “tudo o que a vista alcança, neste contexto de interpretação da

paisagem, pode ser muita coisa ou quase nada” (p. 74). Podemos, a partir de uma determinada posição no espaço, ver aves, árvores, parques, praças, ruas, prédios, crianças correndo, mas nada disso configura uma paisagem, apesar de que possamos ver tudo isso a partir de um único lance de vista.

O problema de denominar a paisagem como tudo aquilo que a vista alcança é duplo por isto: podemos ver em detalhes muitas coisas e também não podemos capturar os detalhes de outras tantas. Nesse momento é que o tudo vira quase nada. A questão principal, entretanto, não chega a ser a quantidade de elementos que se pode elencar através da visada. O principal problema ao entendimento da paisagem é aquilo que ela não aparenta ser, mas ao ser, sem que nos apercebamos imediatamente disso, torna-se uma amálgama de relações entre tempo, espaço e natureza, que é a chave interpretativa para os sentidos da existência e, por conseguinte, para a elaboração de uma visão de mundo que nos faça melhores do que os nossos erros e suplante o pessimismo de uma vida sem sentido. (SOUZA, 2018a, p. 74-75).

A teoria estética de Assunto (2013) propõe uma definição teórica da paisagem para diferenciá-la do conceito de espaço, no entendimento de que o conceito de paisagem inclui *notas* que não são próprias do conceito de espaço enquanto tal. Assim, a paisagem se expressa na **finitude** (em adesão ao conceito de Simmel, diferenciando-a da Natureza totalitária e inapreensível, mas também na definição da limitação do olhar, o que nos lembra o argumento de Macedo de que a experiência dos ambientes se daria por uma sequência de paisagens); na **abertura** (a paisagem não pode se apresentar em espaços fechados); na **exterioridade** (não há paisagem em espaços internos); e comporta um complexo sistema temporal que abarca passado, presente e futuro. Vejamos:

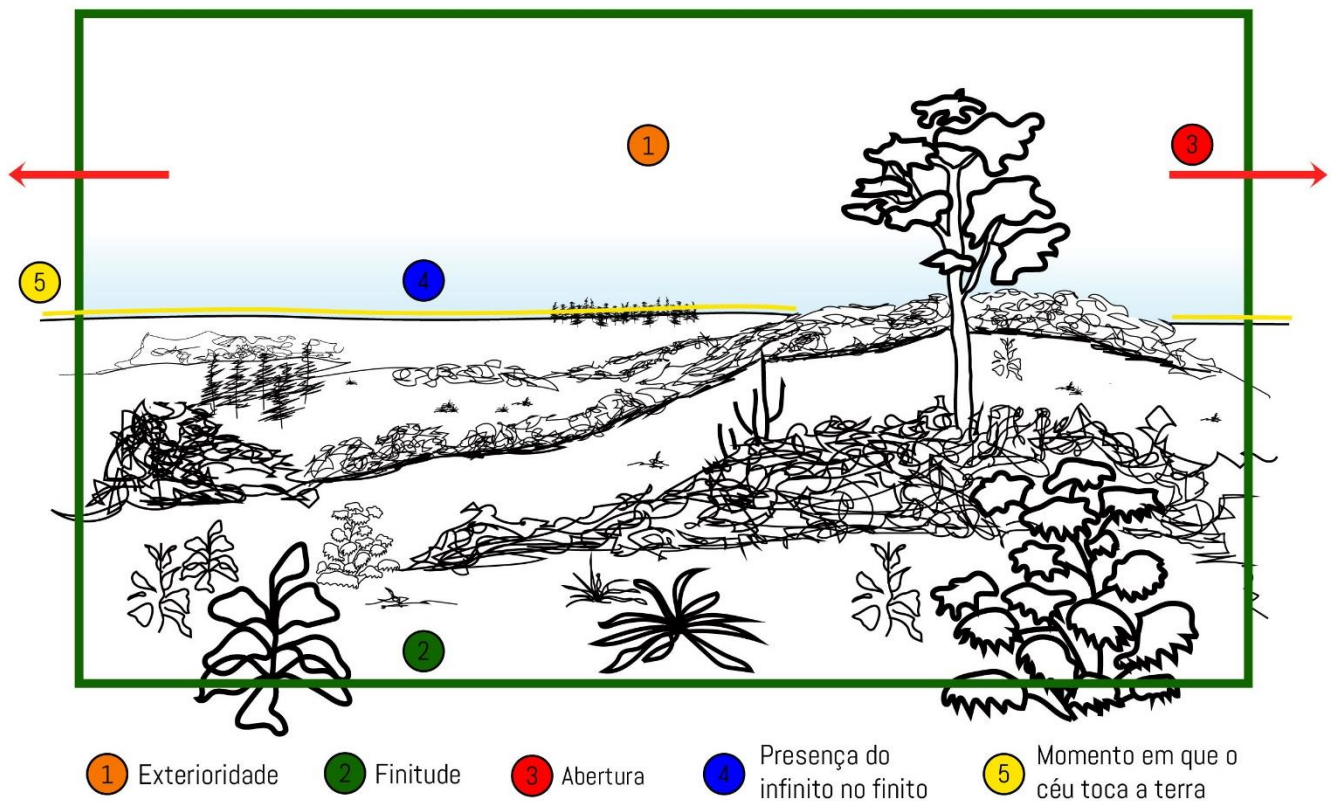
Em primeiro lugar, Assunto exclui da espacialidade da paisagem (1) o espaço *fechado* – um interior é espaço, mesmo esteticamente, mas não é paisagem – e (2) o espaço *ilimitado*, como o céu. Mas há uma potencialidade no elemento “céu” na paisagem:

O céu que não é paisagem, mas que com sua presença define a paisagem enquanto espaço *aberto* – digamos: *abre a paisagem* – não menos quanto o solo, qualquer que seja a configuração topográfica e seja ou não povoado de construções humanas, ocupado por vegetação, habitado por animais, determina a paisagem, e até mesmo a institui como um espaço *limitado*, similar aos espaços fechados, mas não *finito*, como são os espaços fechados (ASSUNTO, 2013, p. 344-345, grifos do autor).

A paisagem então é um espaço limitado mas aberto pois, diferentemente dos espaços fechados, tem sobre si o céu, que é ilimitado. Ela não representa o infinito, mas abre-se ao infinito: há a presença do infinito na paisagem (o céu), mas ela em si é finita. Além de limitado, a paisagem é um espaço aberto pois contém tudo aquilo que não há no espaço fechado: árvores, castelos, *villas*, animais, o céu.

Porém, sobre esses dimensionamentos estéticos que definem a paisagem, há de se fazer algumas ressalvas: Souza (2018b) nos lembra que é possível tratar de uma experiência paisagística direta e outra indireta. A experiência direta seria aquela efetivamente vivida (em um espaço exterior), enquanto a indireta é a experiência com a paisagem diante da tela de um artista, em um museu ou um salão. Existe paisagem enquanto representação em espaços fechados, mas, para uma experiência paisagística vívida, confinamento e interioridade são qualidades espaciais que não a definem. Além disso, o autor também nos traz que a abertura não deve ser concebida isoladamente, pois nem sempre estar fora de um cômodo significa estar diante de uma paisagem. Pode-se estar em um espaço ladeado de paredes e sem teto, como em um claustro, ou em uma rua de um bairro muito adensado – espaços abertos e externos, mas que não definem paisagens. Para ilustrar essa dinâmica de espacialidades que configuram uma paisagem pelos princípios de Assunto, Souza evoca Corajoud (2013), ao afirmar que a paisagem é o lugar onde o céu e a terra se tocam (ou seja, a linha do horizonte). Assim define-se esse significado do infinito na paisagem, o distanciamento necessário e os seus ângulos de observação e entendimento. Esquematizamos esses princípios na Figura 3.

Figura 3: Espacialidade da paisagem em Assunto e Corajoud



(Fonte: Elaboração própria, a partir de Assunto, 2013; e Corajoud, 2013)

Souza (2018b) produz um ensaio explicando a importância dessa dimensão espacial e a premissa do encontro do céu com a terra. Se olharmos para cima, veremos o céu, mas o céu em sua plenitude, sozinho, não é paisagem. O mesmo caso quando olhamos para baixo e vemos apenas terra e outros elementos que compõem uma vista e não uma paisagem:

Portanto, a paisagem se encontra em um campo de observação da própria experiência humana entre entes que possibilitam a vida e possibilitam a consciência de que esses entes, eles mesmos, permitem a vida: não se vive somente da terra, sem seus frutos, sem torná-la campos de cultivos, sem trabalhá-la de acordo com os desígnios e desejos humanos. Assim como não se vive no céu, ou apenas do céu, sem que a energia solar tenha um plano de retenção, a terra, para se tornar energia viva em corpos orgânicos ou transformar os corpos inorgânicos. Como representação, a presença do infinito no espaço - ao mesmo tempo aberto, exterior e limitado - da paisagem se faz nos planos vertical e horizontal. No plano vertical, trata-se do dimensionamento do próprio céu enquanto conexão com a natureza etérea, cósmica. No plano horizontal, trata-se da impermanência da paisagem no ato da caminhada humana sobre a terra: vejo uma paisagem aqui e agora, mas, ao me deslocar em direção a ela, certamente transforma-se em outra, e outra, e mais uma e, assim, constantemente (SOUZA, 2018b, p. 385).

Assim, “a paisagem é um acontecimento de intermédios de escalas de apreensão” (p. 385), pois sua plenitude exige um distanciamento comedido – tanto a proximidade quanto o afastamento em excesso atrapalham. Se nos posicionarmos muito distantes, perderemos a compreensão de seus elementos; em contrapartida, se muito próximo, perdemos a dimensão do todo: se nos aproximarmos tanto que “adentramos” a paisagem, estaremos em um lugar e, deste lugar, a paisagem já é outra, pois certo distanciamento é necessário.

Na dimensão temporal, Assunto (2013) nos coloca que o elemento “tempo” se constitui enquanto temporaneidade e temporalidade. A temporaneidade teria uma dimensão quantitativa e exclusiva, sendo uma perpétua remoção caracterizada pelo contínuo aniquilamento do presente face ao emergir do futuro. É uma sucessão de transformações que geram sempre um novo presente efêmero,

[...] que também ele se afundará, perseguido por um ulterior *não-ainda*, destinado, por sua vez, depois do estrépito de um instante, a apagar-se sem qualquer possibilidade de ser recuperado, numa ausência ainda mais sombria do que aquela de onde o vimos momentaneamente surgir: a ausência do *não-ser-mais*. (ASSUNTO, 2013, p. 351).

Enquanto isso, a temporalidade seria qualitativa, inclusiva e integradora, pois ela prolonga o passado no presente, no presente antecipa o futuro, e no futuro o presente feito passado se conserva. Uma temporalidade circular, sem começo e sem fim, onde o tempo não corre linearmente rumo ao envelhecimento pois se renova e rejuvenesce a cada momento (SERRÃO, 2004). Cada elemento na paisagem, cada ser novo, seja animal ou vegetal, seja

natural ou antrópico, renova-a e a reconstitui de uma nova maneira. Presente, passado e futuro coexistem na temporalidade da paisagem.

Nessa leitura, o espaço seria a imagem do tempo como temporaneidade que exclui a temporalidade, pois nega a duração desta (ASSUNTO, 2013). Para o autor, o espaço tecnológico-industrial urbano e extra-urbano é a imagem do tempo como não-memória e não-espera, uma “finitude que se afunda sobre si mesma”, pois a temporaneidade é a finitude do tempo, enquanto temporalidade é a temporalização do infinito.

A relação espaço-temporal é doravante uma simples relação de mediação ou de concentração, e o sentimento de infinito tornou-se sofrimento pelo indefinido, cujas manifestações extremas são claustrofobia e agorafobia. O espaço da cidade já não é imagem do tempo como *temporalidade* (qualitativa) histórica, mas imagem do tempo como *temporaneidade* (quantitativa) *mecânica*: e o espaço em torno da cidade é um território de urbanização industrial ou agrícola-industrializada, no qual a paisagem morre porque o seu espaço é imagem da temporaneidade serial, e não do tempo como qualidade. Do tempo-quantidade, digamos, e não da temporalidade qualitativa. Daquela temporalidade qualitativa que, se nas cidades que antecederam a transformação tecnológico-industrial do mundo (e daquilo que nelas ainda sobrevive) era, como vimos, a temporalidade como *história*, aqui, no espaço extra-urbano na medida em que não foi ainda industrializado, ou nem sequer dividido em lotes para uma sua mais ou menos próxima urbanização, é a temporalidade enquanto *natureza*. (ASSUNTO, 2013, p. 356, grifos do autor).

Que interpretação tiramos dessa discussão entre temporaneidade e temporalidade do espaço? A conclusão de que, para constituir paisagem em sua compreensão mais ampla, a apreensão precisa ser temporalizada. Alinhado a isso, Meneses (2012) nos indica que a experiência com os bens patrimoniais (e paisagísticos) precisa ser historicizada, pois, sem tal relação, corremos o risco de promover a visitação desterritorializada dos bens culturais que muitas vezes se constitui prática recorrente: a contemplação de paisagens e bens patrimoniais que não leva em consideração a história dos monumentos, seus significados, ideologias e os laços afetivos que as comunidades historicamente construíram com os objetos e a natureza. Nesse sentido, argumentamos que a paisagem precisa ser tomada como uma dimensão da existência humana.

2.3 A PAISAGEM COMO DIMENSÃO DA EXISTÊNCIA

Mostramos a importância da apreensão estética da paisagem para nos conectar com a natureza, mas não podemos tratá-la como produto último da contemplação do território.

Precisamos inserir nesta dinâmica um elemento político: a contemplação com o intuito de construir também uma interpretação ética do mundo. O que é considerar a paisagem como uma dimensão da existência? O que é atribuir à estética da paisagem um estatuto ético? Nesta seção, trataremos dos conceitos anteriormente apresentados rumo ao argumento de que a paisagem precisa ser considerada um ato político: um instrumento de valorização ambiental, cultural e social para as comunidades.

Adriana Serrão (2013) nos coloca que essa conexão subjetiva dada pela estética da paisagem é hoje retomada e acrescida de uma dimensão moral. Que dimensão é essa? É a percepção, no plano do coletivo, de que “os seres humanos devem saber-se membros de uma comunidade alargada, composta por humanos e não humanos, em relação aos quais se impõe a responsabilidade dos nossos actos, requerida pelo seu bem-estar” (p. 22). Isso é, a objetividade moral se impõe para além da ética subjetiva, indo além da esfera do prazer e colocando que os seres naturais possuem valor intrínseco e direitos inalienáveis.

A experiência estética, enquanto atitude de reflexão e prazer, que capta as coisas como elas são e as conserva sem intervir no seu ser, prestando atenção à presença do que está próximo, detém um lugar privilegiado no conjunto das dimensões humanas. É por esta razão que quando se passa do plano da contemplação para o da acção – em resposta à interrogação “o que devo fazer?” – esta comporta já uma ética da não violência, que modela o agir segundo o desinteresse, o respeito e o cuidado para com o outro. (SERRÃO, 2013, p. 21-22).

Se, como abordado por Simmel, a experiência estética da paisagem, que é uma representação do infinito da natureza, configura uma ponte entre a unidade do espírito e a Natureza, a apreciação paisagística não poderia servir como um instrumento de educação ética, social e ambiental? Ao experimentar o deleite daquele todo sublime (KANT, 2017) que está na paisagem, para além de seus elementos individualizados, mas ordenados em uma disposição anímica (SIMMEL, 2009) que conecta o espírito humano com a totalidade indivisível do ente natural, não experimentamos também um sentimento de responsabilidade com essa ligação, que surpreende o espírito através da apreensão de uma conexão que transcende os limites do corpo e nos liga ao todo da natureza? E, no caso de esta paisagem conter elementos de produções culturais – as ruínas de uma sociedade passada, por exemplo – não podemos associar este elemento, que faz parte da unidade da paisagem, como também algo que compõe essa ligação entre espírito e natureza e que, por isso, também deve ser preservado?

Sobretudo como um vestígio de posturas antigas/anteriores que representavam outros tipos de ligação entre outros espíritos e a natureza. Será que o posicionamento dos sujeitos e dos órgãos públicos que gestam os sítios históricos das Missões está ligado a essa leitura

paisagística do espaço? Aquele complexo cultural possui cosmovisões distintas na relação com o território: a cosmovisão do guarani era uma, a do jesuíta era outra, e juntas, essas culturas constroem uma terceira cosmovisão entre a fusão cultural de jesuítas e guaranis, que se expressa na paisagem. É nesse sentido que trabalharemos ao longo dessa dissertação: a educação paisagística, isto é, o apreender esteticamente uma paisagem (e, com isso, conectar o espírito humano à natureza) como instrumento de valorização da cultura dos povos e de um sentimento de responsabilização pela manutenção dos traços desta cultura e do respeito à natureza e à sua preservação.

Nessa linha de pensamento e considerando que a paisagem tem o intuito de reconectar o ser humano com a natureza, Serrão (2013) produz uma contundente reflexão acerca do regresso da natureza na paisagem. Segundo ela, é cada vez mais enraizada a ideia do declínio do mundo natural devido à ação humana: o aquecimento global está ocasionando o desaparecimento de espécies e a escassez de recursos primários, além da poluição química e manipulação genética, que coloca em dúvida a naturalidade do que ainda resta de natural no mundo: “a questão actual da paisagem acompanha a crise da Natureza pois, quer enquanto estrutura basilar em perigo, quer enquanto crise da sua naturalidade, a distinção entre natural primevo, ou intocado, e natural trabalhado ou intervencionado, já mal se consegue discernir.” (SERRÃO, 2013, p. 17).

Para a autora, o distanciamento cada vez maior entre sociedade e natureza faz com que a paisagem acabe por ser aplicada a domínios não naturais, no caso de paisagens urbanas, industriais, entre outras. A crise da natureza e a extensão das cidades, paradoxalmente, não estão colocando em extinção a noção de paisagem, mas ocasionando a expansão do conceito:

[paisagem] já não designa as porções tradicionais, idílicas ou maravilhosas ainda virgens; menos ainda designa o fundo teatral, a decoração, o enquadramento, a vista e o panorama, noções que a desvalorizam como objecto secundário ou oferecido à simples contemplação, mas os espaços integrados onde se desenvolve a vida concreta das pessoas, lugar de habitação, espaço de vida. (SERRÃO, 2013, p. 17).

A natureza é algo importante, mas não compõe toda a paisagem. A crise da natureza coloca a paisagem em crise? A crise da natureza é o afastamento do natural pela intervenção do trabalho humano. Talvez a expansão do conceito de paisagem não seja uma expansão, mas o reflexo dessa perda de sentido da paisagem com a crise da natureza, porque a crise da natureza também é a crise da sociedade. Isso é, se a natureza e a sociedade estão em crise, como a paisagem sobrevive enquanto produto dessas duas esferas? A paisagem, enquanto conceito,

subexiste de outras formas: a paisagem urbana e suas derivações, como a paisagem sonora, olfativa, residual, isso é, noções cada vez mais distantes da natureza.

A cidade e a paisagem urbana talvez sejam a própria negação da paisagem dentro do dimensionamento estético apresentado por Rosário Assunto. A noção contemporânea de paisagem muitas vezes acaba sendo o resultado/produto de uma crise social, onde tem-se o advento econômico confundindo paisagem com espaço, planejando o espaço, o que faz muitas vezes com que o indivíduo da cidade não tenha uma experiência direta com a paisagem. Ele tem a paisagem em pinturas ou em viagens de lazer, mas não em sua vida cotidiana, não enquanto elemento componente do seu fluir vital.

Nesse sentido, “*el desarrollo urbano no planificado y acelerado atenta contra la **image-paisaje** de la ciudad, por consecuencia del patrimonio y el equilibrio ambiental, sustituyendo o transformando componentes paisajísticos.*” (PERÍES *et al.*, 2013, grifo dos autores). Em Rosário Assunto (2013), a paisagem é o ajuizamento estético do espaço, o momento em que o ser humano aprecia esteticamente determinado ambiente. Mas essa esteticidade não é olhar para o espaço de maneira inocente e descompromissada: é perceber nuances da nossa atuação que vão de encontro com a vida humana, é ajuizar esteticamente as condições de existência e sobrevivência. Em função desse debate estético, podemos ajuizar esteticamente nossas relações, isso é, como cada indivíduo valoriza as dimensões do seu existir: os lugares, os territórios, os ambientes, as paisagens, as regiões, a natureza.

Para Souza (2018b, p. 389), “a projeção das relações de poder no espaço geográfico é o fator central para o entendimento do território e, assim, essa dimensão da vida social é concebida quase unanimemente como a base das contradições e conflitos entre classes sociais, movimentos sociais, empreendimentos, facções e nações.” Ou seja, por excelência o conceito de território é a dimensão política, sendo o espaço um elemento resultante de relações de manifestação e projeção de poder. Já na história da Geografia enquanto ciência, a paisagem não é abordada como política: quando se fala em política, se fala em território, delegando à paisagem a dimensão da contemplação estética. Mas, segundo o autor, a paisagem também pode aparecer nesse discurso como uma base política da vida humana, na hipótese de que “o conteúdo político da paisagem e do lugar pudesse trazer mais um tom de pacificação do que de combate.” (*ibid*, p. 390), construindo assim relações mais harmoniosas com o outro e com a natureza.

A política do território tem o caráter do conflito/embate, enquanto a política da paisagem tem a dimensão do acordo: é o olhar para as pessoas que existem dentro dela. É o entendimento do lugar do outro e do que fica nesse intervalo, isso é, um espaço de reconhecimento de

necessidades comuns, na perspectiva de que todos estamos sobre a Terra e precisamos utilizar os recursos da natureza para garantir a nossa existência.

Esse raciocínio automaticamente implica considerar o lugar, enquanto concretude da experiência de alguém no mundo, que só é possível de assim ser percebida/vivida em função da intuição/abstração das vidas que são diferentes, mas, que se encaram umas às outras a partir das diferenças, porém, reconhecem-se umas às outras por um fator de convergência muito elementar e essencial: são vidas no mundo, precisando da natureza, do espaço e do tempo de maneira igual para realizarem suas trajetórias de experiências enquanto tais vidas estiverem vivas. (SOUZA, 2018b, p. 390).

Nessa ótica, a paisagem como dimensão da existência é considerar a experiência do mundo como elemento vital do ser humano. Porém, tal experiência paisagística se apresenta de maneira distinta para os diferentes grupos sociais: por exemplo, a contemplação da paisagem se dá de modo distinto para quem mora em uma casa de luxo, à beira mar, e para quem mora em espaços diminutos pauperizados nas grandes zonas de ocupação de baixa renda (SOUZA; LINDO, 2021). A paisagem portanto possui um viés político da nossa relação com a natureza e com o outro, denunciando desigualdades socioeconômicas e a própria maneira como julgamos e subjugamos grupos e culturas diferentes da nossa. Nos termos de Souza e Lindo (*ibid*, p. 275), a paisagem “possibilita uma reflexão sobre o enlace entre estética e ética, permitindo que as pessoas percebam a importância de ver o mundo com os olhos da contemplação, mas, para além disso, também vejam o mundo com olhares críticos sobre os problemas que afetam diretamente a constituição de suas existências.”

Como fica o entendimento da paisagem-patrimônio nesse debate? Como os elementos patrimoniais podem nos auxiliar na compreensão paisagística ética e estética?

A dimensão da paisagem na compreensão de elementos patrimoniais perpassa a mesma dinâmica: é a paisagem nos mostrando práticas espaciais e culturais da nossa relação com o espaço, da nossa relação com o mundo e com a natureza, da nossa relação com nós mesmos. É reconhecer o lugar do outro na paisagem, reconhecer as virtudes e a importância da diversidade e da diferença e com isso aprender a solucionar os problemas que encontramos em nossa sociedade. É entender que não somos todos iguais e que não deveríamos ser, mas que o respeito e a valorização da vida do outro é necessária para manutenção da nossa própria vida enquanto humanidade.

A paisagem enquanto elemento patrimonial perpassa a valorização e a preservação de modos de fazer e produzir o espaço humano no mundo, além do reconhecimento de que temos muito a aprender com outras culturas e outros grupos sociais. O patrimônio, sobretudo a paisagem como bem patrimonial, toca essa discussão: é a contemplação de determinado espaço

a fim de reconhecer o lugar do outro e as potencialidades da relação do outro com o mundo e, com isso, repensar as nossas próprias práticas espaciais e sociais. A finalidade da preservação deve ser associada a essa perspectiva, senão cairemos em um discurso desprovido de significado, o “preservar por preservar”, sem uma análise crítica que produza uma relação mais ética de reconhecimento e valorização do lugar do outro.

Portanto, o que defendemos é que essa grande filosofia paisagística da estética, da contemplação, da conexão do espírito humano com a natureza, da paisagem como expressão da vida de determinada comunidade, precisa ser absorvida pelo discurso patrimonial. É preciso um conteúdo, um elemento de valoração para que as políticas de preservação não caiam em um discurso vazio que só importa para a sociedade em que o bem se insere, apresentando-se de forma alheia aos impactos que essa valorização pode produzir nos grupos que o circundam e, conseqüentemente, com o que podemos aprender em contato com outras culturas. A paisagem é lugar habitado, não é algo exterior à sociedade. O seu potencial ético de denúncia e rememoração precisa ser politizado e interpretado para repensar nossas relações enquanto sociedade rumo à paz e ao respeito entre os seres humanos.

2.4 A PAISAGEM NA FRONTEIRA – A FRONTEIRA COMO PAISAGEM

A fronteira é um assunto complexo, com longo histórico de discussão dentro das ciências, principalmente a Política e a Geografia, e mais longa ainda a sua noção na constituição histórica das relações sociais dos seres humanos. Muito antes do sedentarismo dos grupos antigos a noção de fronteira já existia, mesmo tratando-se de uma fronteira móvel, muitas vezes simbólica e subjetiva, sem demarcações físicas (MARTIN, 1998). A fronteira, desde o início, separou a ideia do aqui e do lá, do nosso e do outro, do conhecido e do desconhecido, do seguro e do perigoso, do domado e do selvagem. Qual a implicação de introduzir a dimensão da paisagem na leitura de espaços fronteiriços? O que se entende por uma interpretação paisagística do território, sobretudo na faixa de fronteira? O que significa tomar a fronteira como paisagem?

Quando pensamos em fronteiras, um primeiro aspecto que sobressalta é a sua dimensão política e territorial, muito em função da maneira como o assunto é ensinado na educação básica. Ao sermos apresentados à noção de fronteira no ensino fundamental ou médio, comumente utilizam-se de mapas da delimitação territorial dos países, fazendo com que essa

dimensão política seja apreendida quase de maneira intrínseca ao conceito. Tal prática, segundo Dorfman, Filizola e Félix (2021, p. 14), faz parte de um projeto de fortalecimento dos nacionalismos e da noção moderna de Estado, onde “[...] a escola tem sido um veículo para construir as nações nos processos de descolonização, cabendo aos sistemas educacionais, à escola, assegurar o desenvolvimento moral, cultural e político das novas nações”.

Porém, na ciência contemporânea e até no uso comum, a ideia de fronteira vem carregando significados outros, alguns inclusive em sentidos simbólicos, como a fronteira entre os conhecimentos, a fronteira moral, epistemológica, linguística, entre o bem e o mal, entre a vida e a morte. Trata-se, portanto, de um desses conceitos que vão sendo apropriados pelas diferentes ciências e acabam tendo significados e abordagens tão distintos entre si quanto é possível a criatividade do pesquisador, como é o caso das noções de paisagem, espaço, corpo, entre outros. Para Ferrari (2014), a fronteira não é mais estudada estritamente sob seu aspecto político, apresentando-se também como objeto de estudo dentro de outros campos da geografia social e cultural e nas integrações econômicas e regionais.

Nesse sentido, Martin nos traz que “de um ponto de vista mais ‘neutro’ e quem sabe mais verdadeiro, podemos simplesmente designar por ‘fronteira’ aquele espaço que ‘separa dois povos’.” (MARTIN, 1998, p. 12). Porém, por que a fronteira não pode ser, mais verdadeiramente ainda, um espaço que une dois povos? Ou melhor, um espaço que integra diferentes povos distintos das realidades nacionais internas, com identidades próprias e que não respeitam os limites territoriais nas suas práticas cotidianas? É nesse sentido que trataremos o assunto: abordaremos o tema da fronteira a partir de aspectos sociais e culturais, tratando-a como um espaço de integração e não separação, que abarca a dimensão política do acordo e não do conflito, introduzindo a leitura desse conceito a partir da ideia de “raia” pelo componente da paisagem - um estudo que pode seguir na direção de uma outra interpretação política, social, cultural, patrimonial, ambiental e geográfica de regiões transfronteiriças.

Para Cataia (2001), falar do mundo é falar das sociedades e falar das sociedades é falar dos territórios, pois não existem sociedades a-territoriais. Ao produzirem territórios, as sociedades também são condicionadas pelos usos que inventaram para ele:

No começo da história, os elementos naturais condicionaram os homens nas suas atividades, impondo-lhes limites. Um rio ou uma floresta de difícil acesso produziram barreiras que o desenvolvimento técnico e o trabalho suplantaram. Hoje o mundo é um só porque o ecúmeno é todo o planeta. Pela técnica e pelo trabalho o homem venceu os limites que a natureza impôs. À medida que caíam as barreiras naturais, erigiam-se barreiras políticas, as fronteiras. Quanto mais limites naturais foram rompidos e o mundo foi ocupado, mais limites políticos foram produzidos. Fluidez e limites formam um par dialético de ecumenização do mundo. Hoje perdura a

imposição de limites ao homem, só que não mais imposições naturais, mas imposições políticas. Viver é defrontar-se com limites a todo o momento. (CATAIA, 2001, p. 6).

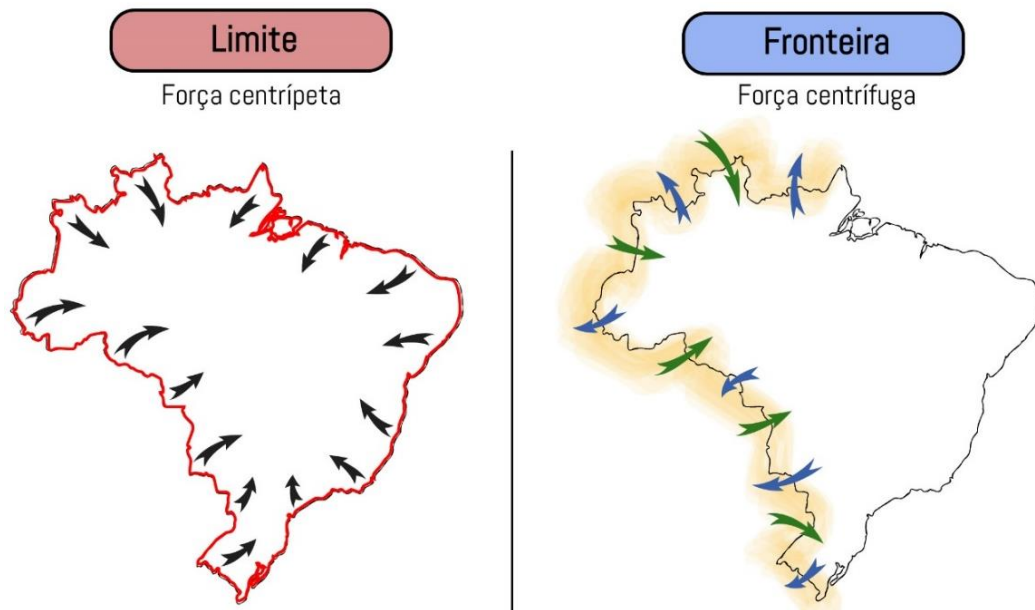
Segundo Martin (1998), a palavra “fronteira” deriva do latim “fronteria” ou “frontaria”, ou seja, a parte do território que se situa “in frente”, “à frente de”. Machado (1998) nos coloca que a origem histórica da palavra não sugere um conceito legal, político ou intelectual, mas sim um fenômeno espontâneo da vida social, indicando a margem do mundo habitado - o começo e não o fim de um Estado, a área para onde ele tenderia a se expandir. Em contrapartida, a palavra “limite” foi criada no sentido de designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, isto é, uma ligação interna:

Enquanto a *fronteira* é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o *limite* jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. O chamado “marco de fronteira” é na verdade um símbolo visível do limite. Visto desta forma, o *limite* não está ligado a presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, frequentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira. Por isso mesmo, a *fronteira* é objeto permanente de preocupação dos estados no sentido de controle e vinculação. Por outro lado, enquanto a fronteira pode ser um fator de integração, na medida que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, o *limite* é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais. (MACHADO, 1998, s. p., grifos da autora).

Nesse sentido, de maneira didática, a autora aponta que o limite possui uma conotação interna, para dentro, uma força centrípeta, enquanto as fronteiras são orientadas para fora, uma força centrífuga (Figura 4).

Durante muito tempo os estudos da fronteira foram baseados na leitura dessas “frentes do território” como um limite entre a ocupação de dois grupos distintos, tanto que Ratzel (*apud* Martin, 1998) afirma que “a fronteira é constituída pelos inúmeros pontos sobre os quais um movimento orgânico é obrigado a parar.” Por mais que a leitura das margens do território utilizando o conceito de fronteira seja mais abrangente, é preciso ter em mente a compreensão do significado de limite pois esse é de suma importância na leitura das políticas estatais, das geopolíticas territoriais e na compreensão histórica dos movimentos que geraram as fronteiras antigas e atuais.

Figura 4: Limite e Fronteira segundo Machado



(Fonte: Elaborado pelo autor, 2021, a partir de Machado, 1998)

Portanto, o limite é uma linha precisa criada pelo humano, nitidamente definida no terreno, que define a territorialidade e serve como um marco que vai permitir que se estabeleça onde o território pertence a uma determinada nação. Pode ser natural, através de rios, florestas e elevações, ou artificial/cultural, por cercas, muros, estradas e trincheiras. A fronteira, por sua vez, apresenta dinâmicas territoriais próprias através de sua rede de fluxos multi-escalares que muitas vezes não condizem com as atuações do governo central. Inclusive, a fronteira apresenta problemas sociais característicos destas, como é o caso dos contrabandos ilegais, a evasão fiscal e as relações complexas existentes entre cidades-gêmeas (MACHADO, 2005; STEIMAN; MACHADO, 2012).

De um ponto de vista historiográfico, Martin (1998) analisa a ideia de fronteira desde os “povos primitivos”⁵ até a constituição das fronteiras modernas. Entre os povos “primitivos” as fronteiras eram extremamente flexíveis, assimilando o nomadismo das comunidades sempre em movimento, e se fundamentavam em uma noção de propriedade coletiva do território: cada indivíduo era proprietário da terra apenas enquanto um membro da comunidade. Nesse sentido, a fronteira separava o âmbito do cotidiano, o conhecido, contrapondo com o território estranho, do outro. Nota-se, portanto, que entre esses povos primitivos existia a noção de território, tomando para si uma parcela do terreno sem delimitações rígidas, mas adotando zonas fluidas

⁵ Em seu texto, o autor chama a atenção para uma série de ressalvas que acompanham o uso do termo “primitivo”, mas utiliza-o para evidenciar a visão equivocada que a sociedade ocidental construiu sobre tais culturas. Optamos por manter a expressão para sermos fieis à sua teoria, mas concordamos com a inadequação do seu uso.

de interpenetração controlada. Martin também afirma que esse caráter instável fazia com que as comunidades ansiassem por delimitar melhor seus territórios à medida que iam se sedentarizando, principalmente impulsionado por questões de proteção, buscando lugares menos sujeitos a invasões. Steiman e Machado (2012) apontam para existência da compreensão de limite territorial entre os povos antigos e, em alguns casos, até sua demarcação e patrulhamento.

Entretanto, entre os impérios da antiguidade, Martin considera surpreendente a pouca importância dada pelos gregos à delimitação de fronteiras bem definidas, tanto internas nos diversos Estados-cidade, quanto externas. Em contrapartida, no caso da China a situação é emblemática devido à construção da Grande Muralha para solucionar as ameaças dos povos nômades, “uma obra de engenharia militar que passaria desde então a confundir-se com a própria noção de fronteira.” (MARTIN, 1998, p. 25) e, diga-se, configurava um limite entre a civilização chinesa e os povos de fora, conseqüentemente também um limite de expansão espontânea e orgânica, como diria Ratzel. Lattimore (*apud* STEIMAN; MACHADO, 2012), afirma que para os impérios chinês e romano a fronteira significava o “limite da civilização”, e a China tentou cristalizar esse limite através das muralhas, expressando o desejo de excluir os povos considerados bárbaros e seu sistema pastoril, considerado inferior à organização espacial baseada na agricultura intensiva irrigada. Martin (1998) também argumenta que mais do que proteger contra a invasão de estrangeiros, a muralha possibilitou a unificação das várias províncias chinesas em uma grande totalidade – consolidando uma ideia de nação e território com fronteiras delimitadas. Porém, a fronteira também era/é o lugar que possibilita trocas mercantis e culturais com os povos circundantes. Nessa análise, percebe-se um conflito de sentidos no controle das fronteiras: uma razão defensiva, que tem o objetivo de dificultar o acesso ao território, e outra função mercantil, que busca facilitar o contato com os povos e nações vizinhas.

Diferentemente da China, os “limites da civilização” do Império Romano nunca foram cristalizados, pois “estabelecer fronteiras *fixas* significava limitar a expansão dos seus domínios, o que não lhes interessava, donde o longo período que levaram para definir seu sistema de fronteiras.” (STEIMAN; MACHADO, 2012, p. 258?, grifo das autoras). No caso do Império Inca, dada a abundância da natureza na região, os “civilizados” avançavam sobre os nômades e as fronteiras que existiam eram linhas estáticas fortificadas e defensivas, o que não deixava de lado a grande contradição: “[...] enquanto as fronteiras mais seguras dos Impérios permitiam um maior desenvolvimento da sociedade, seu próprio crescimento populacional

terminava por colocar a fixidez dos limites como uma barreira que deveria ser removida para futura expansão.” (MARTIN, 1998, p. 30).

A partir dessa análise histórica, podemos identificar alguns apontamentos para a nossa discussão: a fronteira é uma zona de conflito – diga-se, prático ou epistemológico - entre as comunidades, que requer estratégias de proteção, mas também precisa assegurar o contato com o exterior devido à necessidade de intercâmbio de produtos (relações de mercado), além das possibilidades de expansão do domínio territorial dos Estados. Cabe citar aqui uma passagem de Jacinto (1995, p. 39) ao afirmar que “a fronteira, linha inexistente mas sempre presente, é uma construção da história e da geografia.” - da história pois é resultado de conflitos e acordos, estratégias e processos de ocupação do território para a demarcação das posses; e da geografia pois é uma condicionante espacial influenciada pelo contexto da natureza e pela relação geopolítica e cultural existente entre as sociedades e os territórios nacionais. Nesse sentido, avançaremos na discussão moderna das fronteiras e verificaremos, adiante, como esse tema pode ser revisado a fim de superar alguns conflitos políticos e epistemológicos, inserindo o debate paisagístico.

* * *

Na atualidade, a fronteira possui uma dimensão política muito forte de afirmação de domínios territoriais dos Estados e nações. Segundo Ferrari (2014), o Estado moderno teria sido o responsável pelo aparecimento de limites rígidos entre as sociedades nacionais, fazendo com que o espaço terrestre se fragmentasse concretamente e que as fronteiras sejam tomadas como técnicas de organização política caracterizadas pela linearidade do limite. Assim, “esse território demarcado passa a ser considerado a matriz de legitimidade espacial do direito do Estado constituído por normas jurídicas válidas em seu interior” (*ibid*, p. 12).

Machado (2005) nos coloca que a caracterização das noções de limite e fronteira no mundo atual é uma tarefa complexa, não só pela evolução da organização dos Estados, mas também suas diferenças temporais⁶. Segundo a autora, para estudar uma região fronteira ou transfronteira é preciso levar em conta alguns fatores, que apresentaremos a seguir.

⁶ Para Martins (2019) os sujeitos que vivem em zonas de fronteiras entram em contato com uma grande diversidade de tempos históricos superpostos em suas particularidades. “As mesmas pessoas têm os diferentes momentos de sua vida atravessados, às vezes num único dia, por diferentes temporalidades da história” (p. 28). Essas diferentes temporalidades se constituem a partir da cultura dos povos que historicamente conformaram aquela sociedade, bem como a atuação dos governos dos Estados, das frentes de expansão, das políticas e ideologias que atuaram naquele território. Atravessar uma fronteira nos coloca em contato com outras práticas sociais e distintos arranjos de tempos históricos.

O primeiro elemento é a contextualização, no tempo e no espaço, do sentido daquela fronteira – os processos históricos e geopolíticos que antecedem as delimitações territoriais que configuraram aquela fronteira, isto é, o avanço das frentes colonizantes, os conflitos com os povos originários, os modos de apropriação e superação do meio natural, e assim buscar entender como esses movimentos impactam na construção do território.

Nesse sentido, Cataia (2001), nos afirma que:

As fronteiras são condição e resultado das ações sociais em coerência com seu tempo. Toda ação espora o seu tempo, por isso os movimentos que originam uma fronteira, sofrendo mudanças ao longo do tempo, também podem condicionar a obsolescência das fronteiras. Se o movimento que originou uma fronteira envelhece, então a fronteira, que é uma cristalização do trabalho social no território, também declina. Consequentemente, a abordagem que fazem hoje das fronteiras abdica de muitas variáveis próprias a períodos anteriores (CATAIA, 2001, p. 15).

Além do elemento histórico, Machado (2005) coloca que o elemento jurídico também é muito importante, pois o processo de demarcação das fronteiras passa pela emergência da nação, do Estado territorial. Portanto, quem estuda regiões de fronteira precisa fazer essa retrospectiva do processo político, ou seja, como esse território foi sendo ocupado, mas também como se estabeleceram os marcos regulatórios e políticos, como se dá esse processo jurídico de territorialização e definição dos limites.

De um ponto de vista do surgimento de uma noção jurídica de fronteira, Martin (1998) atribui aos contratos territoriais firmados pelos administradores europeus da idade média: nas negociações entre príncipes poloneses e cavaleiros da Ordem Teutônia, os eslavos referiram-se ao vocábulo “*grenze*”, que indica uma linha no território marcada com sinais particulares, configurando uma noção bem mais precisa do que a ideia genérica de “região periférica” que expressava o vocábulo germânico “*mark*”. Portanto, a palavra referia-se à linha divisória entre dois bens imóveis, posteriormente generalizando-se na noção de “confins territoriais”: “Delineia-se, dessa forma, o desenvolvimento jurídico do conceito e a noção de que, antes de mais nada, as fronteiras resultam de um “contrato entre partes”.” (MARTIN, 1998, p. 34).

Outro elemento elencado por Machado (2005) é o papel do próprio território e da nação na delimitação dos limites do seu Estado, inserindo o debate sobre a identidade nacional e territorial, pois essa identificação é crucial para a demarcação do território estatal. A classificação interna da nacionalidade é extremamente significativa para que esse Estado estabeleça relações de identidade nas áreas de fronteira – como a possibilidade de compartilhar a língua, a cultura e a história, fatos que permitem que as pessoas conheçam umas às outras e que dá identidade à população, demarcando a nacionalidade. Assim, é preciso entender a

nacionalidade como um conjunto de características que definem a nação e que dão a coesão necessária para que a soberania se estabeleça.

Entretanto, a própria constituição da identidade nacional nas zonas de fronteira é um tema sensível, mais ainda em áreas de pouca visibilidade e com projetos falhos de integração com as regiões interioranas do território. Esse fato faz com que as novas identidades sejam criadas através do intercâmbio de experiências extraoficiais que não condizem com os projetos políticos dos Estados, como aponta Jacinto:

Definida por alguns como a isóbara política que traduz, durante uma certa época, um equilíbrio de forças na balança de poderes, as fronteiras partem o espaço geográfico, delimitam o conteúdo dos Estados e fazem nascer, sobre o seu traçado e na sua vizinhança, uma multiplicidade de fenômenos políticos, económicos, sociais e culturais. [...] A fronteira é, sem dúvida, uma elaboração do espírito, que tem pouca importância enquanto realidade geográfica intrínseca, mas com consequências transcendentais sobre o território e a relação entre os povos. Seja qual for a origem de uma fronteira, esta exerce uma função de controle sobre os fluxos entre duas entidades políticas independentes e ajuda a criar uma organização do espaço singular na sua franja. (JACINTO, 1995, p. 38).

É interessante perceber, nessa passagem de Jacinto, que a noção de limite continua presente, ao colocar a fronteira como a delimitação do conteúdo dos Estados. Mas a ideia vai além: além de delimitar o conteúdo dos estados, a região fronteira é um território de dinâmicas particulares, realidades locais próprias e relações internacionais interpessoais distintas por esse contato cotidiano de diferentes costumes e modos de ver e viver.

Dessa maneira, Dorfman, Filizola e Félix (2021, p. 18) nos colocam que a fronteira é marcada por passagens e encontros que formam hibridismos e convergências de culturas “e, assim sendo, a relação do sujeito com a fronteira demanda olhares que ultrapassam o âmbito da mistura, do conflito, da separação, da integração, do domínio, da subordinação”. A partir dessa perspectiva, as autoras avançam na ideia de uma escola pós-nacional, não liquidando a ideia de Estado-Nação, mas considerando que a relação do indivíduo com a fronteira, juntamente com as sensações e percepções que emergem dos diversificados contatos que existem nessas regiões, podem construir uma cidadania outra, própria dessas realidades de integração transnacional.

Nessa mesma direção, Ferrari (2014), aponta que existem duas visões científicas sobre o tema da fronteira: uma primeira que aborda a história política dos Estados nacionais, isto é, do limite de atuação da soberania do poder central; e uma segunda que aborda a escala local/regional, tratando do vivido e das interações entre as populações em zonas fronteiriças.

Essa dimensão do cotidiano, das interações diárias e das influências locais na vida das pessoas nos faz pensar de que maneira podemos promover uma virada epistemológica no debate

sobre a fronteira e seus problemas de articulação política e cultural. Tentaremos, portanto, articular uma outra linha de pensamento sobre o tema da fronteira a partir da chave conceitual da paisagem, que chamaremos de “raia”.

* * *

De acordo com Jacinto (2006), a mundialização da economia e a criação do mercado interno culminou, em 1992⁷, na Europa Sem Fronteiras e em uma série de processos de reestruturação que induziram iniciativas de cooperação por diferentes agentes territoriais e sociais em diversas escalas, onde Portugal e Espanha foram pioneiros. Inicialmente de caráter cultural e sentimental de aproximação com os vizinhos espanhóis, os projetos pilotos e experiências inovadoras foram uma tentativa de reestruturação das economias e dos territórios mais frágeis, como as zonas rurais e as áreas fronteiriças de Portugal. Por isso, essa região de fronteira entre Portugal e Espanha passou a ser chamada de “raia”, pois é um foco de atenções no âmbito de políticas e investimentos que visam a integração do território e o desenvolvimento conjunto de toda uma região internacional que vinha sendo desassistida pelos governos centrais (SOUZA, 2015).

Nesse sentido, Souza (2015, p. 78) afirma que “as raias são esses efeitos de fronteira que não fazem dos limites... barreiras. A raia faz pensar antes nas semelhanças, nas convergências, enfim, nos aspectos comuns entre os territórios, desde o ponto de vista físico ao cultural.” Assim sendo, a concepção estática de limite e fronteira não é suficiente para se aplicar aos espaços raianos e estes não podem ser compreendidos a partir da linha divisória. As raias são produto da diversidade social, fluxos de pessoas, mercadorias e informações, configurando áreas de influências culturais, onde os fatos da sociedade ocorrem sobre um conjunto relativamente homogêneo de elementos naturais (SOUZA, 2010, 2015). O autor também analisa que, apesar de que possam ser usados como sinônimos, existe uma diferença entre raia e fronteira, como se raia fosse um efeito da situação fronteiriça dada pelas diferentes formas de apropriação econômica e cultural dos espaços regionais.

Portanto, a raia nasce de um movimento de repensar as fronteiras a partir de outro referencial - a paisagem -, pois “as dinâmicas da natureza não obedecem à geometria [limite] da sociedade. Além do mais, o próprio movimento da sociedade não respeita os limites abstratos que ela mesmo cria” (SOUZA, 2015, p. 73). O debate geopolítico da fronteira é oriundo do

⁷ Essa data coincide com a realização da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO onde foram debatidas a fundo as ideias e conceitos de paisagem, como veremos adiante.

debate do território, da sua proteção e do exercício do seu domínio político, sua soberania. Ou seja, o debate das fronteiras a partir do território possui a dimensão política do conflito, da tensão, da zona de contato com o externo, o não domado, o que é regido por outras normas diferentes das que regem o espaço interno aos limites políticos e jurídicos do Estado. Em contrapartida, a dimensão política da fronteira como paisagem, isto é, a *raia*, é baseada na gestão conjunta, na continuidade, na aproximação entre as nações, a salvaguarda conjunta dos bens ambientais, culturais e patrimoniais. É a dimensão política do acordo, da iniciativa conjunta e cooperativa, da superação dos conflitos do território rumo a uma nova relação entre humano-humano e humano-natureza.

A ideia de raia é para além da fronteira como território e sim a fronteira como paisagem. Essa relação pode nos trazer outro tipo de prática social, cultural e econômica na fronteira, outra maneira de nos relacionar com os patrimônios através de práticas integrativas (SOUZA, 2018a). Nesse sentido, a apreensão estética da paisagem aproxima-se com o estatuto ético de uma nova relação com o espaço, com o território tomado por meio de um redimensionamento do sentido político. Augustin Berque nos diz que existem sociedades paisagísticas e sociedades não paisagísticas (BERQUE, 1994; MENESES, 2002), isto é, sociedades que se relacionam com o território levando em conta a produção de paisagens e sociedades que passam por cima dessa dimensão na produção do seu espaço. Assim, sociedades que se preocupam com a estética da paisagem tendem a ser mais éticas na sua relação com a natureza. Para construirmos de fato uma sociedade paisagística, precisamos desenvolver processos que promovam a dignidade dos sujeitos entre si e com seu espaço de vida, isso é, uma ética espacial baseada na relação estética com a natureza, a cultura e o patrimônio.

Souza (2015) considera que a raia pode ter duas definições: a raia divisória, em que os limites oficiais podem ser interpretados como impedimentos para a integração paisagística; e a raia socioambiental, apresentando uma abordagem mais abrangente, valorizando mais a geografia do que a geometria dos espaços transicionais. Nesse sentido, a raia socioambiental configuraria espaços “ocupados, produzidos e (des)ordenados de acordo com diferentes usos econômicos, contextos políticos e emergências culturais, mas, cujo contato provoca um efeito de hibridização.” (p. 80).

Portanto, tratar a fronteira como raia, para além do seu aspecto de definição política do limite até onde vai a atuação do governo central e as normas jurídicas do Estado, é considerá-la como uma possibilidade de atuação conjunta no território visando o desenvolvimento econômico, social e cultural, rumo a uma relação mais amigável com a natureza e com os indivíduos. Assim, os estudos sobre raia conformam uma outra maneira de olhar para o espaço

geográfico de regiões de fronteira com outras possibilidades de entendimento do que somos, como nos constituímos enquanto sociedade e qual a nossa função social, ética e moral no modo como exploramos os recursos naturais e nas relações interpessoais que produzimos em sociedade.

Tendo como base essa discussão, refletimos: uma produção paisagística comum em situação de fronteira pode servir como um elemento que promova a ética territorial? A continuidade de paisagens e produções culturais que formam identidades territoriais pode aproximar povos que foram arbitrariamente, hierarquicamente e geometricamente separados por acordos e/ou desacordos políticos? A paisagem das missões jesuítico-guaranis, elemento que configura uma identidade regional internacional transfronteiriça, pode constituir um elo raiano entre Brasil, Argentina e Paraguai?

3 PATRIMÔNIO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A noção de patrimônio cultural – categoria-chave para a orientação das políticas públicas de preservação – é historicamente constituída e tem se transformado no tempo.
Chuva, 2012.

Até o momento estudamos diferentes noções de paisagem, desde a sua constituição enquanto categoria científica no Ocidente, sua apreensão estético-espacial e como ela pode ser abordada como uma dimensão da existência humana e um ato político. Também introduzimos a ideia de raia, uma maneira de olhar para a fronteira a partir da paisagem e, com isso, promover outras relações éticas entre humano-humano e humano-natureza. No conjunto transfronteiriço das Missões Jesuítico-Guaranis, os remanescentes arquitetônicos e as ruínas materiais carregam discursos específicos e, por isso, consideramos importante o debate acerca da temática do patrimônio e suas políticas públicas para entender como eles podem servir enquanto elementos de educação cultural e paisagística.

A temática do patrimônio é complexa e polissêmica, tendo sido por muitas vezes ampliada e reduzida de acordo com ideologias dos diferentes momentos que conformam a história das sociedades. Os debates sobre patrimônio histórico iniciaram após a Revolução Francesa, mas tinham uma visão bastante limitada e voltada à ideia de monumento e monumento histórico a partir da noção de “excepcionalidade”. A primeira Comissão dos Monumentos Históricos, criada na França em 1837, considerava como bens patrimoniais apenas remanescentes da Antiguidade clássica, edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos (CHOAY, 2017). Com o avanço das discussões, o campo do patrimônio histórico foi ampliado, tanto geograficamente (expandindo-se para além da Europa, abarcando bens de outros continentes e culturas), quanto cronológica e tipologicamente (considerando elementos de outros tempos históricos e outras tipologias para além dos monumentos históricos edificados). Assim,

Na atualidade, a área do patrimônio engloba um conjunto significativo de questões de ordem política, de relações de poder, de campos de força e âmbitos do social. Anteriormente alheio a essa prática, hoje o patrimônio toma em consideração questões relativas à propriedade intelectual, ao meio ambiente, aos direitos culturais, aos direitos difusos, ao direito autoral, ao impacto cultural causados pelos grandes empreendimentos, além dos temas já tradicionais, como aqueles que envolvem

questões de urbanismo e uso do solo, expansões urbanas sobre áreas históricas decadentes, questão habitacional em áreas históricas urbanas e, principalmente, os limites que o tombamento impõe à propriedade privada. A noção de patrimônio cultural tornou-se maleável e ampla, capaz de agregar valores, visões de mundo e ações políticas nem sempre harmoniosas ou coerentes entre si. (CHUVA, 2012, p. 152).

Como veremos, inicialmente era o Estado que definia o que era considerado patrimônio, seguindo o constructo de uma identidade nacional, sendo que essa perspectiva seguiu majoritária até os anos 1980. Na atualidade, a perspectiva do monumento histórico baseada na excepcionalidade do bem está sendo cada vez mais obsoleta, dando lugar para uma noção mais plural do patrimônio cultural enquanto um conjunto de práticas e processos que evidenciam os sujeitos e a comunidade. Ou seja, o patrimônio é um processo ativo que leva em consideração como a sociedade se relaciona com o seu passado, seja por meio de elementos materiais (objetos móveis e imóveis), seja por meio de lugares ou práticas culturais e modos de fazer.

Iniciaremos o presente capítulo discutindo algumas questões acerca do patrimônio de maneira mais geral, para lançar as bases de discussão dessa temática e posteriormente seguir rumo ao nosso elemento principal de análise: a paisagem. Na seção *3.1 Patrimônio, identidade e valores*, abordaremos questões relativas ao modo como o patrimônio atua sobre a memória, produzindo identidades e relações éticas e a importância desse fator social na vida das pessoas. Também introduziremos o debate sobre os valores atribuídos ao patrimônio, que promovem o reconhecimento dos bens como produtos das diferentes comunidades e grupos formadores da sociedade.

A paisagem e a natureza constituem parte das práticas e políticas públicas de preservação pois historicamente integraram a noção de patrimônio cultural, em diferentes níveis e escalas. Uma das problemáticas apontadas na elaboração da presente pesquisa foi o questionamento acerca de que se o Brasil seria um país de cultura paisagística, isto é, se o Brasil utiliza a paisagem como elemento de promoção de uma cultura ética dos territórios e se essa dimensão de apreensão do espaço da vida está presente e é incentivada pelo poder público. Parece-nos, de antemão, que atualmente estamos distantes das discussões sobre o assunto em âmbito mundial e até mesmo continental: enquanto alguns países vizinhos sul-americanos apropriam-se de iniciativas e políticas mundiais para evidenciar o papel da paisagem na promoção de identidades e culturas e, a partir disso, na geração de renda (aspecto bastante evidenciado nesse capítulo), no Brasil pouco vemos da dimensão paisagística nas políticas governamentais.

Portanto, na seção 3.2 *Legislação federal e recomendações internacionais*, decidimos analisar essas questões a partir da presença da noção de paisagem e natureza nas políticas de preservação da legislação federal atrelada a influências externas do contexto mundial para tecer um panorama de discussão do assunto no Brasil. No contexto nacional, a paisagem aparece bastante vinculada à categoria de patrimônio natural e, nessa seara, percebemos conflitos ideológicos entre o discurso patrimonial e aquele atrelado à conservação ambiental, como será evidenciado. Também daremos atenção especial ao instrumento da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, por configurar uma grande iniciativa jurídica, ativa há mais de uma década, mas que ainda não foi posta em prática pelo poder público.

Já na seção 3.3 *A paisagem como patrimônio dos povos: o que dizem as cartas nacionais e continentais da paisagem?*, discutiremos essa atribuição à paisagem o papel de protagonismo nas relações humanas e nas marcas que deixamos no espaço, percebendo-a de fato como um patrimônio coletivo da maneira como nos relacionamos enquanto sociedade. Para isso, traremos o conteúdo das Cartas da Paisagem, documentos de associações de arquitetos paisagistas que possuem um discurso bastante complexo e completo acerca da temática e promovem um esforço de valorização das paisagens nacionais como elementos da identidade dos povos. A partir da Convenção Europeia da Paisagem, realizada em Florença no ano 2000, a *International Federation of Landscape Architects* (IFLA) incentivou as associações nacionais de arquitetos paisagistas a publicarem suas Cartas da Paisagem, sendo um documento de declarações éticas que firmam compromisso de responsabilidade na atuação dos profissionais associados às organizações. Perceberemos que os discursos presentes nas Cartas da Paisagem encontram-se mais avançados do que a ótica legislativa atualmente colocada em prática, gerando um descompasso entre a visão civil do que os profissionais consideram uma atuação responsável e os instrumentos jurídicos exercidos pelo governo federal.

Para finalizar o capítulo, na seção 3.4 *Patrimônio raianos* traremos novamente o debate sobre a raia, dessa vez na perspectiva do patrimônio, investigando como essa categoria pode configurar bens raianos que auxiliem na promoção de aproximações entre comunidades transfronteiriças a partir da ótica da gestão conjunta de seus bens. Para isso, traremos exemplos e discutiremos algumas dimensões dos patrimônios em situação de fronteira. Seguimos.

3.1 PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E VALORES

A noção de patrimônio constitui uma categoria global do pensamento, não restringindo-se a uma ou outra cultura, nem à época moderna (GONÇALVES, 2009). Além disso, trata-se de uma noção extremamente interdisciplinar, com vários campos do conhecimento discutindo o assunto e reivindicando para si atribuições sobre os diferentes objetos. Os arquitetos às edificações e centros históricos, os geógrafos e ambientalistas ao patrimônio natural, os arqueólogos aos bens materiais móveis, os antropólogos às manifestações culturais imateriais e assim por diante, além de cada campo ter seu próprio patrimônio em sua historiografia através de elementos marcantes de sua constituição enquanto ciência.

“Patrimônio” é uma palavra de origem latina, “*patrimonium*”, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo que pertencia ao pai ou à figura paterna, muito voltado à noção de família e herança (DICIO, 2019). Já a noção de Patrimônio Histórico diz respeito a um bem que se destina ao usufruto de uma comunidade, como obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, além de trabalhos e produtos dos diversos saberes dos seres humanos (CHOAY, 2017).

Mas qual a importância do debate patrimonial para a vida em sociedade e para os seres humanos? Os patrimônios de determinada comunidade dizem respeito ao contexto local, seus modos de fazer e apropriar-se do espaço, constituindo uma referência social para o indivíduo na sua vida em sociedade:

Nossa identidade depende do nosso patrimônio. A cor de nossos olhos, ou mesmo nossas emoções são frutos das primeiras heranças que recebemos. O comportamento, formas de pensar e agir dependem da base sobre a qual fomos educados, são heranças, portanto, das memórias e histórias de nossos educadores. Estes “educadores” não são apenas aqueles que nos devotaram tempo e empenho na lida cotidiana do aprender e ensinar, mas também as cidades, os bairros, as gentes, seus modos de ser e de fazer, as celebrações e ritos de todo tipo que nos atravessaram o caminho. Sobre esta base nos edificamos; sobre esta plataforma, saltamos, criando novos caminhos, memórias e histórias que constituirão o patrimônio de tantos outros. (CARVALHO, 2014, p. 69).

Assim, os patrimônios ativam a noção de pertencimento e a memória coletiva⁸ que se cria para particularizar determinado local e determinada cultura face ao contexto mundial. Se a

⁸ A memória coletiva ou memória social trata da memória de determinada sociedade, enfatizando o caráter coletivo dos fenômenos de identidade que persistem no tempo, e a “totalidade significativa em que se inscrevem e transcorrem as micromemórias pessoais, elos de uma cadeia maior.” (DUARTE, 2009, p. 206).

cidade não tem patrimônios, como pode diferenciar-se de outra, em outro lugar do planeta, principalmente em um contexto de homogeneização do espaço global? O patrimônio, portanto, está relacionado à memória afetiva com o espaço e suas manifestações culturais, produzindo objetos e modos de fazer que ativam valores artísticos, históricos, documentais, culturais, testemunhais, simbólicos, afetivos, entre outros (MENESES, 2012).

Quando acrescentamos a noção de cultura à do patrimônio (isso é, o patrimônio cultural), esse se torna o produto da cultura de determinado povo ou comunidade e que deve ser compartilhado/legado de geração para geração. Como na noção de cultura, no conceito de patrimônio cultural é indissociável a produção de valores e a dimensão simbólica. Todo patrimônio é fruto de uma sociedade e novas sociedades geram novos patrimônios, por isso sua noção se modifica tanto ao longo do tempo. Nesse sentido, Ruskin (2004) defende conexões conceituais entre a defesa dos direitos humanos, a preservação de artefatos culturais e a conservação da natureza a partir da defesa da continuidade entre passado, presente e futuro e uma noção de responsabilidade coletiva para com os valores humanos representados nos bens patrimoniais e culturais (CARDOSO, 2004). Assim, a preservação de monumentos e bens culturais constitui um compromisso moral para a vida do ser humano social (DVORAK, 2008).

Portanto, a função do patrimônio é ajudar o habitante a se identificar com a própria comunidade e possui o sentido de continuidade de uma cultura comum e também da construção simbólica e material dessa cultura (WAISMAN, 1993). Os monumentos e objetos patrimoniais não possuem valor intrínseco em si, mas sim valores atribuídos: o valor do patrimônio não pode ser reconhecido a não ser em relação a um grupo humano (FABRIS, 2014; RIEGL, 2014; WAISMAN, 1993), isso é, os valores não estão somente no objeto, mas na compreensão que a sociedade tem desse objeto (CARSALADE, 2017). Essa valorização pode se configurar tanto na sua importância enquanto arte e técnica, quanto em virtude dos laços simbólicos e afetivos atribuídos e construídos em torno do bem. Assim sendo, ele precisa ser analisado em relação à comunidade em que está inserido, mas isso não exclui a análise também em um contexto global da vida humana como um todo.

Não raro, patrimônios e monumentos dizem respeito não só à comunidade onde se localiza, mas também a um contexto maior da ocupação humana na Terra e às relações interculturais ou modos de fazer tornados ícones para a constituição da cultura humana global. Não se pode dizer que os grandes monumentos da antiguidade clássica são patrimônios exclusivamente gregos ou romanos, pois sua influência ultrapassa o contexto local e atinge todo o planeta pela disseminação dos seus simbolismos e significados na colonização da sociedade ocidental, tornando-se patrimônio cultural em ampla escala. Também as produções dos povos

pré-colombianos e orientais atingem escala mundial por mostrarem outras formas de apropriar-se do espaço frente à produção de identidade massificada marcada pela disseminação dos clássicos.⁹

Em termos teóricos, Riegl (2014 [1903]) foi um dos primeiros intelectuais a produzir ensaios sobre os diferentes tipos de valores atribuídos aos monumentos. Sua publicação “O Culto Moderno dos Monumentos” faz parte de um projeto de organização legislativa para a preservação do patrimônio na Áustria, cujas propostas tendiam a se distanciar da discussão sobre preservação pautada apenas em questões históricas e artísticas - posição em voga na época - passando a considerar as formas de recepção e de fruição dos monumentos através da atribuição de “valores”. Para isso, Riegl propõe uma série de valores atribuídos aos monumentos e monumentos históricos, divididos em Valores de Memória (valor de antiguidade, valor histórico e valor de comemoração) e Valores de Atualidade (valor utilitário/de uso e valor de arte, subdividido entre arte relativa e de novidade).

Valores de Memória

Valor de antiguidade: caracterizado pelo aspecto inatual que se contrapõe ao tempo presente, revelando-se como algo incompleto que falta coerência devido à dissolução da forma e da cor. Na integralidade do monumento existe o momento estético e a falta de unidade em obras modernas é desagradável, por isso não construímos ruínas, apenas as apreciamos pelo valor de antiguidade: “da mão do homem, exigimos a produção de obras integrais, como símbolos da gênese necessária, ao passo que da natureza exigimos a dissolução da integralidade, igualmente como símbolo, necessário e de lei, do decurso desagregador.” (RIEGL, 2014, p. 51). A percepção da ação do tempo e das forças mecânicas e químicas que agem sobre os

⁹ Eis aqui um assunto complexo: a escala de abrangência do bem considerado patrimônio. Pode-se dizer que existem patrimônios de escala local, como estatuários de praças, monumentos, edificações, danças tradicionais, práticas culturais, entre outros, que constituem o imaginário coletivo da cidade, do bairro ou da região, mas que não ultrapassam essa abrangência regional ou nacional. Em contrapartida, existem patrimônios que atingem a escala global. Exemplo: as cidades de Ponte Preta e Engenho Velho, no norte do Rio Grande do Sul, homenageiam elementos materiais em suas toponímias (uma ponte de ligação entre comunidades e uma antiga serraria, respectivamente) que constituem a memória coletiva da população do local, mas cujo conhecimento dificilmente ultrapassa essa escala. A Torre Eiffel, outro monumento que é a expressão da técnica no espaço e que constitui a identidade local da população, transcende a escala da cidade e torna-se ícone mundial. Isso não quer dizer que existem patrimônios maiores que outros: para o morador local, a velha ponte preta de madeira tem mais significado do que a grande torre de ferro mundialmente conhecida. Além disso, nem só de grandeza monumental se constituem os patrimônios e monumentos que abrangem escalas mundiais: a estátua Vênus de Willendorf é mundialmente conhecida e possui apenas 11,1cm de altura; e o quadro Mona Lisa, de Leonardo da Vinci, não chega a 80cm em sua maior aresta, uma pintura diminuta comparada a outras produções da mesma época. Os jardins históricos também são categorias complexas na atribuição de valores: o parque do Ibirapuera, em São Paulo, possui qualidade projetual (técnica) reconhecida mundialmente, o que não exclui também a produção de memórias individuais e coletivas dos indivíduos e grupos que o ocupam cotidianamente, complexificando a relação de valores atribuídos ao bem. Todos esses exemplos são, indiscutivelmente, bens patrimoniais. Todos referem-se a grupos humanos e à expressão da técnica, da história, da cultura ou da arte, mas enquanto alguns são analisados a partir do grupo local formador, outros são analisados também a partir da sua influência em escala mundial.

monumentos é o que dá seu caráter do passado, ocasionando o valor de antiguidade e, por isso, é um valor democrático: pode ser partilhado por todos, sem distinção entre homens “cultos e incultos”, entendidos e não entendidos em arte.

Valor histórico: repousa sobre uma base científica e só pode ser entendido por intermédio de uma reflexão racional, representando um “estágio evolutivo individual de um domínio qualquer da atividade humana.” (RIEGL, 2014, p. 55). Assim, são menos relevante os traços de influência de degradação da natureza, focando na criação original da obra humana. Esse valor tende a considerar o monumento como intocável, mas em um sentido contrário ao valor de antiguidade: não se trata de conservar os traços da idade e da ação da natureza, mas sim conservar um documento mais autêntico possível em vistas de uma futura atividade de restituição histórica ou artística.

Valor de comemoração: objetiva que o monumento nunca faça parte do passado, permanecendo na consciência das gerações, sempre presente, vivo e imortal. Trata-se de um valor de memória intencional, onde o monumento é criado já com a intenção de lembrar algo e, por isso, qualquer ação do tempo vai de encontro com o objetivo de sua criação.

Enquanto o culto de antiguidade é fundado exclusivamente sobre a degradação e o valor histórico quer detê-la desde já, mas sem tocar na degradação que já se deu e que justifica seu direito de existência, o valor volível¹⁰ de comemoração pretende nada menos do que a imortalidade, o presente eterno, a essência incessante. As forças de degradação da natureza, que se opõem a satisfazer essa reivindicação, precisam ser combatidas, com rigor, e os seus efeitos detidos. (RIEGL, 2014, p. 63).

Valores de Atualidade

Valor utilitário: o valor que o monumento preserva mantendo-se apto para uso. Passa pela percepção da integralidade, característica do tempo presente, respondendo mais a esse do que ao passado. Obras que estamos acostumados a ver em plena utilização pelos homens e cuja falta de uso causa incômodos: “somente as obras sem utilidade podem ser observadas e apreciadas segundo o valor de antiguidade, ao passo que diante de uma obra útil nos sentiremos mais ou menos impedidos e incomodados se esse tipo de obra não apresentar o valor atual esperado”. (RIEGL, 2014, p. 68).

Valor de arte: presente em toda obra que possui integralidade de forma e cor e responde ao “querer da arte” de seu tempo. É dividido em valor de novidade e valor de arte relativo. Valor de novidade: valoriza-se o aspecto novo do monumento em uma contradição direta ao

¹⁰ Monumentos volíveis referem-se às obras que já de início foram destinadas a rememorar determinado momento ou personagem histórico. Monumentos não volíveis são os que suscitam um valor de memória histórico, independentemente de seu valor artístico ou sua importância histórica na época de sua criação (RIEGL, 2014).

culto do valor de antiguidade. É muito evidenciado pelas massas, abarcando indivíduos com pouca ou média instrução em história da arte, pois a integralidade do que é novo e recém-surgido pode ser apreciado por todos: “A massa sempre apreciou o que obviamente parecia novo. Ela prefere enxergar nas obras humanas a força criativa e vencedora do homem, ao invés da força destruidora e inimiga da natureza.” (RIEGL, 2014, p. 71). Valor de arte relativo: contrapõe-se ao cânone da existência de um valor de arte absoluto, expressando-se na natureza específica da obra e caracterizado pelo querer da arte de determinada época.

Para o autor, as pessoas tendem a valorizar mais o aspecto novo, o valor de novidade, perdendo o valor de antiguidade e o caráter temporal. A sua proposta baseia-se em conciliar esses diferentes valores que muitas vezes entravam em conflito, isso é, um relativismo entre diferentes perspectivas. As principais contribuições de sua teoria consistem na contraposição às políticas de preservação que se voltavam apenas aos objetos de excepcional relevância histórica e artística pois, para ele, só se conserva o que se valoriza, ou seja, atribuímos valor e por isso lutamos pela sua conservação (FABRIS, 2014; RIEGL, 2014).

Ter em mente essas dimensões pode nos auxiliar a identificar processos de valoração patrimonial para aplicá-los na leitura crítica das políticas públicas de preservação dos patrimônios culturais. As estratégias de preservação hoje recorrentes nos sítios históricos consideram esses valores? Estão pautadas em um retorno educativo para a sociedade e para a interpretação moral da inserção de diferentes grupos sociais no funcionamento das comunidades? Ou só consideram valores históricos, de arte e de antiguidade, pautadas em um preservacionismo que responde apenas aos desejos do intelecto artístico ou da curiosidade turística?

A teorização de Riegl dialoga com questionamentos de Meneses (2012) acerca do cunho das visitas em monumentos históricos e a produção do seu significado para os turistas. Meneses denuncia a visita desterritorializada e afirma que um objeto que tem valor cultural, mas que não atende à comunidade, perde seu sentido de ser, pois a vivência cotidiana faz parte do valor do patrimônio. Nesse sentido, o patrimônio precisa estar atrelado também a um processo de identificação, valoração e usufruto da comunidade em que se insere, para além do seu valor estético, imagético ou da compreensão e conhecimento de seu valor histórico.

Assim, Choay (2017) defende que o patrimônio e o monumento precisam ser contextualizados em sua significação cultural e histórica, atentando para o seu papel enquanto formador de reconhecimentos e identidades:

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar (CHOAY, 2017, p. 18).

Portanto, se considerarmos a paisagem cultural como “um testemunho do trabalho do homem, da sua relação com a natureza, como um retrato da ação humana sobre o espaço” (RIBEIRO, 2007, p. 14), temos que ela também se constitui objeto de valoração patrimonial, atuando sobre a memória dos indivíduos e tendo papel ativo na formação de suas identidades.

Para Ruiz (2017), estudar a paisagem é uma maneira promissora de iniciar o reconhecimento de elementos distintivos dos habitantes de determinado local, bem como sua identidade e sua forma de ser e atuar no território, visto que:

Rasgos del paisaje identitario son que este contiene una serie de signos que no son estables y, en cada época, cada sociedad y cada grupo se acercan al paisaje de forma diferente y con distintas intenciones; que, por un lado, desempeña un papel fundamental en la definición de un grupo social que se reconoce dentro de un paisaje, y, por otro, es la imagen que el grupo viene a dar al mundo exterior; que los lugares son denominados por la comunidad y en esa toponimia se expresa la tendencia de conformar sistemas propios como modo de apropiación; que el grupo que se reconoce en un paisaje manifiesta su apego a través de la voluntad de protección ante un caso de amenaza, y que, finalmente, en el plano de la identidad individual, el individuo que se apropia del paisaje adquiere unas determinadas cogniciones, afectos, recuerdos, ideas, sentimientos, actitudes, valores, preferencias, significados, etc., que pueden resultar parte fundamental de su propia definición como sujeto. (RUIZ, 2017, p. 122).

O autor também argumenta que o valor patrimonial da paisagem está na sua consideração enquanto “arquivo” de determinado território, já que a paisagem exprime a história dos povos que o habitaram, expressando elementos culturais que outorgam o seu caráter distintivo e conferem o seu valor de identidade, desempenhando papel relevante no processo de formação, consolidação e manutenção de identidades territoriais (RUIZ, 2017).

Nessa relação de valoração patrimonial da paisagem, Kohlsdorf (2001, p. 190-191) não hesita em afirmar que:

Paisagens são, portanto, patrimônio material; este se apresenta aos indivíduos por meio de sua forma física e perceptível a qual, em se tratando de lugares, os expõe, informando sobre a vida social nos mesmos e interagindo com os indivíduos que neles estão. Por isso, atributos morfológicos das paisagens são elementos vivos que permitem, facilitam e induzem; ou inibem, restringem e impossibilitam fazeres que não prescindem da espacialidade. A história da humanidade demonstra que a configuração dos ambientes tem sido mais do que o meio ou produto dos processos sociais: trata-se de um tipo de prática indispensável à vida grupal. A paisagem cultural elevada a bem preservável transmite uma condição patrimonial para sua forma e

justifica os cuidados com a mesma. Pois, em se mostrando o bem através de sua configuração, ela é o veículo de transmissão da identidade e da história do mesmo, sendo o meio pelo qual se contam fatos, processos e práticas. Essas evocações articulam-se em processos cognitivos e possibilitam disponibilizar elementos, encontrados nos lugares cotidianos dos indivíduos, para edificação da história social. Tais elementos tornam a configuração das paisagens sob proteção um bem simbólico que participa ativamente da formação da memória dos povos.

Nesse sentido, entende-se que o encontro sociedade-natureza expresso na paisagem está para além do olhar: da relação da sociedade com seus bens territoriais cria-se uma vinculação das populações que produzem os seus afetos e as suas identidades a partir da paisagem. A paisagem, quando atrelada ao conceito de patrimônio cultural, se torna importante fonte de registro e reconhecimento dos processos de formação de determinado grupo social, bem como o testemunho de sua atuação no território.

A partir desses constatações, indagamos: essas dimensões de interpretação paisagística são estimuladas pelo poder público? As políticas de preservação levam em conta esses aspectos nas propostas de proteção da paisagem? Em que medida o poder público federal atua efetivamente para a preservação de patrimônios culturais coletivos dos grupos sociais que usam e transformam as paisagens em suas vivências cotidianas?

3.2 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS

Como a Constituição Federal é elaborada por diferentes equipes técnicas, a própria menção ao termo “paisagem” é polissêmica, pois expressa as distintas formações e abordagens dos seus redatores e órgãos que representam. Encontramos menções aos termos “paisagem”, “paisagem cultural” e “meio ambiente” em diversos artigos: na educação, na cultura, na questão econômica, nas comunidades quilombolas e terras indígenas, entre outros. Além disso, as noções do que é considerado patrimônio cultural se modificam no tempo, ora expandido, ora contraindo seus conceitos. No que tange à natureza e à paisagem, temos que a partir dos anos 1980 há uma desregulamentação dessas categorias nas práticas de proteção patrimonial, como veremos no desenvolvimento dessa seção.

Como sabemos, na França pós Revolução Francesa estabeleceu-se uma cultura de preservação do patrimônio, incorporando os conceitos de natureza nos discursos sobre a nacionalidade (CAUQUELIN, 2007; CHOAY, 2017). Desde finais do século XIX temos referências a práticas de proteção de patrimônios naturais na França, como as cachoeiras de

Gimel em Corrèze, além da fundação de organizações e leis de proteção de sítios e monumentos naturais de caráter artístico. Atrelado à popularização dos estudos de Humboldt, o país passa a ter uma maior cultura paisagística, o que influencia também as noções de patrimônio.

Os tombamentos brasileiros tiveram forte influência desse paradigma narrativo francês, mas também de uma outra visão desenvolvida nos EUA, onde a matriz discursiva de paisagem e natureza perpassa a ideia dos parques. A criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, é tida como um marco mundial dessa categoria de preservação. Os norte-americanos do século XIX entendiam a natureza e a paisagem de um ponto de vista ambiental, assim como os franceses, mas traziam um sentido de musealização, uma natureza intocada que não deveria ter a presença humana (SCHAMA, 1996). Na França, influenciada por Humboldt, o processo de entendimento possui uma abordagem de maior contato, uma ideia de expedição e conhecimento onde a natureza deveria ser preservada equiparando-se aos monumentos históricos.

Na famosa Carta¹¹ de Atenas de 1931, uma das primeiras cartas patrimoniais que ganha impacto mundial, apresentam-se referências à paisagem urbana e áreas ajardinadas através dos termos “fisionomia das cidades”, “perspectivas pitorescas” e “ornamentações vegetais”, mas mais vinculado à preservação do edifício e do monumento (ARAGÃO, 2019). Assim, “[...] o entorno da edificação (ou a paisagem que a integra) deve ser preservado, mas em função desta, por constituir sua vizinhança. [...] Ou seja, cria-se uma dependência da preservação da paisagem e do jardim em relação ao edifício, imperando ainda a visão do monumento em detrimento da visão paisagística.” (p. 28).

No Brasil dos anos 1930, as ações de preservação do patrimônio eram introduzidas no âmbito das políticas públicas no mesmo momento em que foram instituídas as primeiras universidades brasileiras. Chuva (2012) nos aponta que, para compreender a formação do patrimônio cultural, é preciso entender o período de instituição dos campos científicos, frutos de divisões e lutas por autonomia nas universidades. Assim, as diferentes áreas do

¹¹ As Cartas e documentos semelhantes surgem do debate acerca da preservação do patrimônio em eventos nacionais e internacionais. São declarações criadas para estabelecer normas, procedimentos e conceitos sobre a preservação de bens culturais, tendo como intuito uniformizar os discursos do cuidado com o bem. Tratam-se de instrumentos teóricos que ajudam na atuação de profissionais e instituições da área de conservação e preservação do patrimônio e, portanto, não têm a função de legislar sobre a atuação, mas fornecer embasamento teórico e filosófico para que os órgãos competentes possam legislar. Assim, servem de referências mundiais para que os diversos países adotem métodos e ações convergentes para a preservação, possuindo caráter indicativo cujas formulações devem ser interpretadas e aprofundadas para as diversas realidades culturais de cada país, que poderão ou não ser absorvidas por sua proposta legislativa. Portanto, é essencial conhecer o debate em voga no momento em que o documento foi redigido, visto que a seara das cartas patrimoniais não constituem um conjunto coerente, apresentando diversas contradições. Essas contradições se explicam justamente por serem elaboradas em períodos distintos, por organismos e grupos diferentes, com finalidades diferentes, tendo intenções e repercussões bastante variadas de acordo com os distintos momentos políticos e contextos históricos.

conhecimento vão produzindo especializações: a própria arquitetura se constrói em ressonância com o campo do patrimônio cultural e se torna fator de explicação dessa categoria; no que tange à paisagem e à natureza, o debate acaba sendo apropriado pela geografia, biologia, geologia, entre outros. Essas áreas formaram suas cadeiras e disputaram entre si aspectos relacionados às políticas públicas, reforçaram as dicotomias presentes no tratamento dos temas e, assim, “definiram as noções apropriadas pelas áreas de conhecimento que se estruturavam, tornando-se aparentemente nativas a tais campos.” (p. 149). A autora também coloca que:

A expansão desse campo tem abarcado um universo muito amplo de agentes sociais, de bens e práticas culturais passíveis de se tornarem patrimônio, bem como promovido uma série de consequências sociais, políticas e administrativas relativas à sua gestão, tanto relacionada aos bens de natureza material, com sua proteção, quanto aos bens de natureza imaterial, com as políticas de salvaguarda. Esse campo tem se tornado, progressivamente, multidisciplinar, o que pode ampliar as possibilidades de diálogo em busca de novos consensos. Sob outro ângulo, essa multidisciplinaridade tem colocado em evidência também um campo de batalhas, onde diversas áreas de conhecimento encontram-se em disputa pelo predomínio no campo do patrimônio. Com vistas à reserva de mercado de trabalho ou prestígio, essas disputas podem levar até mesmo a práticas corporativas ou a um isolacionismo prejudicial à finalidade da preservação do patrimônio cultural. Nesse caso, o consenso em torno da multidisciplinaridade que caracteriza o campo – todos reconhecem que nenhuma área de conhecimento é capaz de dar conta de todos os aspectos que envolvem o trabalho com o patrimônio cultural – dificulta um olhar mais atento para as lutas de representação travadas entre diferentes setores e áreas, em busca desse domínio. (CHUVA, 2012, p. 151-152).

No tema da paisagem e da natureza, duas narrativas historicamente coexistem em constante conexão, ora configurando um distanciamento, ora uma aproximação: os campos da conservação ambiental e do patrimônio natural. No mesmo momento em que se constituíam as políticas de patrimônio cultural no Brasil, carregando consigo as premissas do artístico e do natural, também instituía-se as políticas do meio ambiente. O campo do patrimônio natural permite olhar para o ambiente a partir da interface natureza-cultura, carregando a relação de valoração intrínseca ao conceito de patrimônio, enquanto as políticas ambientais relacionam-se mais à proteção da biodiversidade e conformações geomorfológicas. Nisso entra também a dicotomia parque *versus* área ambiental, expressando os diferentes métodos de preservação da natureza. Um campo não exclui o outro, mas a maneira dicotômica com que o assunto é tratado nas estratégias de preservação (seja via patrimônio, seja via criação de Unidades de Conservação – UC), produzem relações distintas nas práticas espaciais e territoriais.

A Constituição de 1934 traz uma menção bastante tímida à paisagem ao colocar, no artigo 10, que “Compete concorrentemente à União e os Estados: [...] III – **Proteger as belezas naturais** e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras

de arte” (BRASIL, 1934, grifo nosso), focalizando, como percebemos, nas relações estéticas da natureza e seu caráter monumental. Nota-se, porém, que a Constituição trata a paisagem de modo mais particularizado do que aquela visão apresentada na Carta de Atenas (da paisagem como auxiliar ao monumento histórico e às edificações), demonstrando um certo avanço da legislação brasileira face ao contexto internacional.

Em 1936 foi encomendado a Mário de Andrade um anteprojeto de órgão de patrimônio nacional, onde é incluída a questão da paisagem e da natureza. Nele, o intelectual introduz ideias bases acerca da cultura brasileira em busca de uma identidade nacional, além de políticas públicas para a sua preservação, que se tornaram balizas inspiradoras do pensamento brasileiro em determinados domínios da cultura. Para Chuva (2012, p. 151), o anteprojeto de Andrade “[...] apontava para uma concepção integral de cultura, na qual concebia o patrimônio em todas as suas vertentes e naturezas, sendo que o Estado deveria estar pronto para uma atuação integradora”. Porém, esse anteprojeto não é institucionalizado, mas serviu como base para o Decreto-Lei 25 de 1937, com muitas redefinições.

O Decreto-Lei 25 (BRASIL, 1937a) traz uma definição mais objetiva e recortada do que seria o patrimônio nacional, em que a ideia primordial é a do patrimônio histórico e artístico e, a partir desses, se formariam todos os outros. O Decreto nos traz que: “Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (Art. 1). Além disso, leva em consideração a noção de natureza e paisagem, mas ainda focando em seu aspecto estético e a noção de beleza natural: “Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento **os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens** que importe conservar e proteger pela **feição notável com que tenham sido dotados pela natureza** ou agenciados pelo indústria humana.” (Art. 1, § 2º, grifos nossos). Mesmo com essa visão recortada, a paisagem é referida no Decreto-Lei como componente do patrimônio, sendo passível de preservação por si própria, independentemente dos monumentos (ARAGÃO, 2019).

Seguindo esse documento, na Constituição de 1937, artigo 134, temos que “os monumentos históricos, artísticos e **naturais**, assim como **as paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza**, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, Estados e Municípios.” (BRASIL, 1937b, grifos nossos). Porém, o Decreto-Lei 25 afirma que “§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente

num dos quatro Livros do Tombo” (BRASIL, 1937a), atribuindo ao Estado o papel de definir e selecionar os itens que comporiam o patrimônio cultural brasileiro.

Em escala mundial, a Recomendação de Paris de 1962 traz a preservação de paisagens de modo mais autônomo em relação ao monumento (ARAGÃO, 2019). Em seu ensaio, Aragão analisa que

Essa recomendação considera os diversos atentados à beleza e ao caráter de paisagens e sítios que empobreceram o patrimônio cultural e estético em todo o mundo – fenômeno este acelerado pela civilização moderna -, e reconhece nessas paisagens e sítios “um poderoso regenerador físico, moral e espiritual”, assim como reconhece sua contribuição para a “vida artística e cultural dos povos” e sua importância na “vida econômica e social de um grande número de países”, ressaltando a necessidade de sua salvaguarda. (ARAGÃO, 2019, p. 28).

Nesse sentido, nas décadas de 1960 e posteriores, a paisagem já aparece como componente do patrimônio cultural e estético mundial, importante para o indivíduo, os povos e as nações (ARAGÃO, 2019). Mas essa visão ainda não era hegemônica na época, sendo que, nas Normas de Quito de 1967, a paisagem é novamente descrita como auxiliar ao monumento, além da consideração de que importa preservar apenas paisagens que apresentam monumentos com marca histórica ou artística do ser humano, como as grandes obras das culturas pré-colombianas e dos períodos coloniais. Porém, mesmo com expansões e contrações do conceito, tratava-se de uma época muito frutífera para os debates sobre paisagem e patrimônio, podendo-se ainda serem mencionadas diversas outras recomendações, como a Carta do Restauro de 1972, a Declaração de Estocolmo de 1972 e a Recomendação de Nairóbi de 1976, trazendo panoramas diversos nessa seara de discussão.

Daremos destaque para a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 (UNESCO, 1972). Nessa convenção, o patrimônio natural e cultural andam lado a lado, mas não de maneira integrada. Define-se, como patrimônio natural

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham **valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;**

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituam *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da **ciência, conservação ou beleza natural.** (UNESCO, 1972, grifos nossos).

E, como patrimônio cultural,

Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou **integração na paisagem** têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou **obras conjugadas do homem e da natureza**, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972, grifos nossos).

Percebe-se um grande destaque a valores estéticos, ecológicos e científicos nessas definições, vinculadas a áreas de beleza notável, conservação da biodiversidade e o conhecimento da história natural do planeta, já configurando uma ampliação do conceito. Além disso, no que tange à preservação do patrimônio natural, temos a consideração por lugares notáveis com valor universal do ponto de vista da beleza natural, desvinculados da ideia de monumento histórico e considerados patrimônios por si só (ARAGÃO, 2019).

A partir dessas definições, a Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural consolida a noção de patrimônio natural nos debates acadêmicos, além de qualificar a noção incorporando questões estéticas, científicas e ecológicas, como já vinha sendo usado no Brasil. Porém, ela é bastante criticada no sentido de acarretar uma série de incompreensões pois mundializa duas perspectivas diferentes que evidenciam a dicotomia entre cultura e natureza (a perspectiva europeia para o patrimônio cultural e a perspectiva estadunidense para o patrimônio natural). Nesse sentido, Smith (2006) discute que esse discurso promove um conjunto de valores culturais da elite ocidental como sendo aplicáveis universalmente e, conseqüentemente, valida esse conjunto de práticas, ao mesmo tempo que subjuga ideias alternativas de outras concepções de cultura.

Os conflitos gerados pela disseminação desses ideais eurocêntrico e estadunidense vão acarretar a criação da categoria de Paisagem Cultural, em 1992. Assim, os critérios não se dividem mais em culturais e naturais, formando uma lista única de inscrição dos bens na Lista do Patrimônio Mundial. Nessa mesma data, a UNESCO define as paisagens culturais a partir de 3 categorias principais onde as candidaturas deveriam se enquadrar (Quadro 1).

Quadro 1: Categorias de Paisagem Cultural segundo a UNESCO

(i) Paisagem Claramente Definida	Paisagem intencionalmente concebida e criada pelo ser humano, englobando paisagens de jardins e parques criados por razões estéticas que estão muitas vezes (mas não sempre) associadas a construções ou conjuntos religiosos.
---	--

<p>(ii) Paisagem Essencialmente Evolutiva</p>	<p>Resulta de uma exigência de origem social, econômica, administrativa e/ou religiosa e atingiu sua forma atual por associação e em resposta ao seu ambiente natural. Estas paisagens refletem esse processo evolutivo na sua forma e na sua composição. Subdividem-se em duas categorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Paisagem relíquia (ou fóssil), uma paisagem que sofreu um processo evolutivo que foi interrompido, brutalmente ou por algum tempo, num dado momento do passado. Porém, as suas características essenciais mantêm-se materialmente visíveis; - Paisagem viva, uma paisagem que conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea, intimamente associado ao modo de vida tradicional e na qual o processo evolutivo continua. Ao mesmo tempo, mostra provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo.
<p>(iii) Paisagem Cultural Associativa</p>	<p>Caracterizada mais pela força de associação dos fenômenos religiosos, artísticos ou culturais ao elemento natural, do que por sinais culturais materiais, que podem ser insignificantes ou mesmo inexistentes.</p>

(Fonte: organizado pelo autor a partir de UNESCO, 2012)

No âmbito nacional, a Constituição de 1988 é a primeira a trazer capítulos exclusivos sobre a questão da Cultura¹², bem como uma definição de patrimônio cultural brasileiro:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza **material e imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, **portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira**, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e **sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico**. (BRASIL, 1988, grifos nossos).

A grande novidade é o inciso V, que apresenta um alargamento do campo do patrimônio para além das belas-artes, considerando-o em um sentido antropológico mais amplo. Assim, valoriza-se a “invenção coletiva de símbolos, valores, ideias e comportamentos, de modo a afirmar que todos os indivíduos e grupos são seres culturais sujeitos de cultura” (CHAUÍ, 1995). Além disso, ao evidenciar a questão da memória e identidade dos diferentes grupos, bem como as formas de expressão e modos de fazer, a Constituição propõe um deslocamento da matriz dessa noção, onde não é o Estado que estabelece o valor do patrimônio mas sim a sociedade,

¹² Nas constituições anteriores, a questão da Cultura era apresentada junto com a Educação.

sendo papel do poder público reconhecer esses bens e os valores que são produzidos no âmbito das comunidades:

[...] era o poder público que instituía o patrimônio cultural, o que só se comporia de bens tombados. O tombamento, portanto, tinha papel instituinte de valor cultural – daquele valor que credenciava a inclusão do bem num rol formalmente definido. Ao inverso, a nova Constituição Federal reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: **os valores culturais (os valores, em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade**. O patrimônio é antes de mais nada um **fato social** – essa afirmação, nos órgãos de preservação, nas décadas de 1970 e 1980, provocava escândalos e alimentava mal entendidos. (MENESES, 2012, grifos nossos).

Para Scifoni (2018), o patrimônio natural é uma dessas diferentes categorias de patrimônio cultural, não sendo seu concorrente e nem seu paralelo: “Assim como existem o patrimônio edificado, o imaterial, o arqueológico e, mais atualmente, a paisagem cultural como uma nova categoria, o patrimônio natural é mais um a se somar neste conjunto, sendo que a sua proteção deve ser feita, no Brasil, por meio do tombamento” (p. 36). Nesse sentido, a área natural protegida é o testemunho da evolução dos processos ecológicos e também resultado do processo histórico de apropriação social da natureza, sendo o patrimônio natural inscrito na memória dos diversos grupos sociais que o compõe e levando em conta o vínculo desses com uma natureza transformada em objeto de ação e apropriação cultural (SCIFONI, 2006).

Mas por que estamos abordando tanto a questão do patrimônio natural, se nosso objeto de estudo é a paisagem em seu sentido amplo? Porque, historicamente, os dois temas são abordados de maneira conjunta na organização institucional do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A Coordenadoria do Patrimônio Natural (1986-1990) tratava do patrimônio natural, os jardins históricos e o patrimônio arqueológico. Depois disso, o patrimônio arqueológico ganha jurisdição própria e, a partir de 2006, é criada a Coordenação Geral de Patrimônio Natural, relativos aos temas do patrimônio natural, jardins históricos e a paisagem cultural. Percebemos que, como no campo teórico, as políticas de atuação paisagística têm uma relação íntima com a natureza.

Porém, na trajetória das políticas culturais existem diferenças entre patrimônio natural e patrimônio paisagístico, devido à maneira como foi institucionalizado no Decreto-Lei 25 e a criação dos Livros de Tombo. O patrimônio paisagístico, na organização institucional do IPHAN, se refere a um conjunto maior de bens que o patrimônio natural, abarcando todos os inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, incluindo aglomerados urbanos e outros itens. Até uma edificação pode ser inscrita no livro paisagístico, configurando assim um patrimônio paisagístico. Além disso, mesmo que o Decreto-Lei 25 afirma que os

monumentos naturais devem ser inscritos no livro paisagístico, alguns exemplos são inscritos no Livro do Tombo Histórico, dependendo da abordagem que foi construída em torno do bem e os valores a ele atribuídos.

No que concerne à proteção da natureza no âmbito das discussões ambientais, temos, no Art. 225, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 1988). Para isso, algumas diretrizes são postas, tais como:

- I - preservar e restaurar os **processos ecológicos** essenciais e prover o **manejo ecológico** das espécies e ecossistemas;
- II - preservar a diversidade e a integridade do **patrimônio genético** do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
- III - definir, em todas as unidades da Federação, **espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos**, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
- [...]
- VII - **proteger a fauna e a flora**, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (BRASIL, 1988, grifos nossos).

Como evidenciamos anteriormente, as vinculações do patrimônio se dão com relação à identidade dos grupos culturais, enquanto no meio ambiente o que motiva a proteção é a necessidade das pessoas de ter um ambiente sustentável e preservado, além da manutenção do patrimônio genético (biodiversidade). Nesse sentido, temos duas matrizes de proteção da natureza pela Constituição Federal. De um lado a (i) política cultural, originária da expansão da noção de monumento histórico e cujo instrumento de proteção é o tombamento, sob responsabilidade do IPHAN com o objetivo de proteger as áreas naturais de relevância cultural (histórica, paisagística, ecológica, paleontológica, científica, etc.) para os grupos sociais. De outro lado, a (ii) política ambiental, originária do movimento ecológico e protegida através de Unidades de Conservação (UC) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), sob responsabilidade do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), com o objetivo de proteger a biodiversidade dos recursos naturais e promover a sua restauração ecológica. A gênese dessas duas categorias se reflete no presente e percebe-se que existe uma timidez recorrente no debate contemporâneo do patrimônio, delegando cada vez mais às políticas ambientais a proteção da natureza.

Na organização interna do IPHAN, antes da criação da Chancelaria da Paisagem Cultural Brasileira, a noção de paisagem era intimamente ligada ao patrimônio natural. Quando técnico do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), Aziz Ab'Saber (1977) apresentou três grandes categorias de patrimônio natural que deveriam servir como diretrizes para as políticas públicas do órgão¹³. A primeira, *Áreas naturais críticas ou ecologicamente estratégicas*, diz respeito a remanescentes de cobertura vegetal situados nas imediações de áreas urbanas, não importando o seu nível de preservação mas sim o papel delas para o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida dos moradores das metrópoles. A segunda categoria, *Áreas naturais de exceção*, refere-se a fatos isolados de diferentes aspectos físicos e ecológicos que estão inseridos no corpo geral das paisagens habituais, isso é, aquela noção de conformação que se destaca esteticamente ou pelo seu valor científico. A terceira categoria, *Áreas naturais de substituição*, evidencia áreas transformadas ou agenciadas pelo trabalho humano, com significado vinculado à história dos grupos sociais. Os jardins históricos foram incluídos nessa categoria, por entender a natureza como suporte à apropriação cultural, mas há controvérsias acerca das classificações desse objeto em específico, inclusive colocando em conflito as visões dos geógrafos (que corroboram com essa classificação) e a dos arquitetos (que podem tratá-los também a partir do campo da qualidade do projeto paisagístico, atribuindo portanto conotações estéticas e científicas).

Já Simone Scifoni (2006) trata o assunto a partir de duas óticas: o patrimônio natural monumental e o do cotidiano. O Patrimônio Natural Monumental refere-se aquele de natureza grandiosa e bela, proveniente de uma noção de monumentalidade intocável, como a noção apresentada pelo Decreto-Lei 25. Por sua vez, o Patrimônio Natural do Cotidiano é a natureza ligada às práticas sociais e à memória coletiva, relacionando-se à noção apresentada na Constituição de 1988. Nessa perspectiva, a legitimidade passa pela discussão do valor social e afetivo que os grupos lhe conferem, ou seja, a relação dos grupos com o lugar e suas práticas socioespaciais, não simplesmente o discurso técnico advindo da ciência ecológica ou a seleção de bens impostas pelo Estado.

Na seara desse debate, Gonçalves (2002) nos coloca que essas duas abordagens, do monumental e do cotidiano, não são perspectivas que se sucedem na noção das políticas de preservação, mas coexistem depois do surgimento da última. Para o autor, o discurso do monumento coexistiu com o do cotidiano, ambos disputando sua legitimidade. Enquanto o do

¹³ Nota-se que essas categorias elencadas por Ab'Saber seguem a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972. Pode-se dizer que o debate acadêmico brasileiro, inclusive dentro dos órgãos de proteção, esteve muito próximo das discussões internacionais da época.

monumento predominou nas primeiras décadas da constituição do patrimônio nacional, a noção de cotidiano ganha força a partir do final dos anos 1970, coincidindo com o momento em que o patrimônio ganha também essa dimensão da experiência pessoal e coletiva dos grupos sociais.

Como vimos, essas discussões e ampliações do debate adentram também o âmbito das políticas públicas e a legislação federal, estando presente na Constituição de 1988 e na própria atuação do IPHAN enquanto órgão responsável pelo reconhecimento e proteção do patrimônio nacional:

A noção de referência cultural, formulada nos anos 70, foi fundamental para a inclusão dos grupos sociais como sujeitos no processo de seleção do patrimônio cultural. Sem perdê-la de vista, outras noções, como a de paisagem cultural, têm se tornado importantes nesse processo. Originariamente lançada pela Unesco, a categoria de **paisagem cultural** talvez seja, hoje, um dos principais passos dados no sentido da superação da falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial, pela ênfase na relação entre o homem e o meio, especialmente se associada à noção de lugar, não como uma categoria de patrimônio imaterial, mas como um dos **elos pertinentes para constituir um patrimônio cultural integral**. (CHUVA, 2012, p. 163, grifos nossos).

Nessa mesma linha de pensamento, Ribeiro (2007) afirma que utilizar a categoria de paisagem cultural nas políticas de preservação deve implicar o reconhecimento da paisagem como o bem em si e não percebê-la como “entorno” ou “ambiência” para outros elementos. Para o autor, a grande vantagem dessa categoria é o seu caráter relacional e integrador, pois “É na possibilidade de valorização da integração entre material e imaterial, cultural e natural, entre outras, que reside a riqueza da abordagem do patrimônio através da paisagem cultural e é esse o aspecto que merece ser valorizado.” (p. 111).

Na seara das recomendações internacionais, a paisagem está presente indiretamente em vários documentos, principalmente aqueles formulados em contextos europeus. Porém, é delegado à Convenção Europeia da Paisagem, ou Carta de Florença no ano 2000, o marco na discussão da paisagem, por se tratar de um documento que versa exclusivamente sobre a proteção, gestão e ordenamento das paisagens europeias. Na leitura de Merida (2016, p. 5), “as convenções internacionais que antecederam a Convenção Europeia da Paisagem de Florença não abordavam o tema da proteção à paisagem de forma exclusiva e holística, mas apenas de forma incidental e parcial, no bojo da proteção ao meio ambiente em sentido amplo.” Assim, a maioria dos documentos anteriores à Carta de Florença tratavam a paisagem e o entorno urbano como auxiliares ao monumento histórico ou possuíam visões limitadas à preservação ambiental (ARAGÃO, 2019).

A Convenção Europeia da Paisagem configura uma iniciativa que tenta estabelecer políticas públicas que consideram a paisagem como instrumento de manutenção e

estabelecimento de uma identidade cultural. A Convenção buscava estabelecer uma maior unidade entre os membros da União Europeia no debate sobre a paisagem ao incorporar essa dimensão na concepção de políticas públicas, visando acordos nos domínios econômico, cultural e social. É um debate instituído no âmbito do planejamento urbano e regional, tendo o patrimônio como um elemento desse processo de planejamento pela valoração da paisagem enquanto dimensão da vida humana.

A paisagem, segundo a Convenção, é “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da inter-acção de factores naturais e/ou humanos” (CONSELHO DA EUROPA, 2000, p. 2). Além disso, a proteção da paisagem (no âmbito da valorização patrimonial) “designa as acções de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e/ou intervenção humana” (p. 3).

A Convenção é bastante voltada ao desenvolvimento sustentável, caracterizado como uma relação de equilíbrio e harmonia entre meio ambiente, atividades econômicas e necessidades sociais. O grande destaque é a amplitude do conceito de paisagem, que considera tanto paisagens excepcionais (monumentalidade) quanto paisagens da vida cotidiana e paisagens degradadas - todas importantes em termos de planejamento regional e valoração patrimonial. Enquanto bem a ser preservado, a Convenção traz que a paisagem colabora na formação de culturas locais e representa um componente fundamental para o patrimônio cultural e natural e que sua preservação contribui para a qualidade de vida das populações em áreas urbanas e rurais (CONSELHO DA EUROPA, 2000).

Nessa dimensão da promoção de identidades, a Convenção considera imprescindível a participação popular e a inserção da comunidade na tomada de decisões. Nesse sentido, a Carta de Florença, no artigo 5º que versa sobre as Medidas Gerais da Convenção, traz que:

Cada Parte compromete-se a:

- a) **Reconhecer juridicamente a paisagem como uma componente essencial do ambiente humano, uma expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade;**
- b) Estabelecer e aplicar políticas da paisagem visando a protecção, gestão e ordenamento da paisagem [...];
- c) **Estabelecer procedimentos para a participação do público, das autoridades locais e autoridades regionais, e de outros intervenientes interessados na definição e implementação das políticas da paisagem [...];**
- d) **Integrar a paisagem nas suas políticas de ordenamento do território e de urbanismo, e nas suas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica,** bem como em quaisquer outras políticas com eventual impacto directo ou indirecto na paisagem. (CONSELHO DA EUROPA, 2000, p. 3, grifos nossos).

Além disso, enquanto instrumento de planejamento urbano e regional, a Convenção dedica bastante enfoque no potencial econômico da paisagem, isto é, utilizá-la enquanto componente de valorização das culturas locais e, a partir disso, gerar renda para a sua manutenção: “a paisagem desempenha importantes funções de interesse público [...] e constitui um recurso favorável à atividade econômica cuja proteção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego” (CONSELHO DA EUROPA, 2000, p. 1). Na nossa interpretação, o reconhecimento dessa dimensão traz outra potencialidade de debate para o tema, uma potencialidade prática de realmente mudar a vida dos cidadãos através da valorização da paisagem e da identidade cultural que é abarcada por ela. A perspectiva de viver da sua paisagem, viver da sua cultura e gerar renda para preservá-la contribui para a valorização e o sentimento de pertencimento ao local.

A partir dos anos 2000 o IPHAN promoveu uma série de debates acerca da paisagem cultural, abrindo as portas para a criação do que viria a ser o instrumento da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Um desses debates culminou na Carta da Paisagem Cultural, ou Carta de Bagé, promulgada em agosto de 2007 a partir de discussões do *Seminário Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira* daquele ano. A Carta de Bagé afirma que a paisagem cultural é a categoria mais ampla de todas, pois reúne o material e o imaterial, sendo a expressão de todas as formas de patrimônio previstas (IPHAN, 2007a). Além disso, as definições consideram as discussões acadêmicas acerca da temática, principalmente a trajetória dos geógrafos no tratamento das paisagens culturais:

Artigo 2 – **A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com o homem, passíveis de leituras espaciais e temporais;**

Artigo 3 – **A paisagem cultural é um bem cultural, o mais amplo, completo e abrangente de todos, que pode apresentar todos os bens indicados pela Constituição, sendo o resultado de múltiplas e diferentes formas de apropriação, uso e transformação do homem sobre o meio natural;** (IPHAN, 2007a, p. 2, grifos nossos).

Também em 2007, no mês de setembro, ocorreu o *Seminário Serra da Bodoquena/MS – Paisagem Cultural e Geoparque*, que deu origem à Carta da Serra da Bodoquena – Carta das Paisagens Culturais e dos Geoparques. Na Carta, afirma-se que “Paisagens culturais [...] **dizem respeito mais às pessoas que às coisas**, uma vez que as premissas de conservação e preservação atendem à necessidade humana fundamental do conhecimento e do **pertencimento a uma cultura e a um lugar.**” (IPHAN, 2007b, p. 5, grifos nossos). Assim, traz a visão de que os instrumentos nacionais deveriam ter particularidades em relação às discussões expressas nos

documentos internacionais, tendo em vista o contexto de um país subdesenvolvido e a realidade de seu povo. Com isso, também abre a premissa de propor diálogos com países da América Latina, com discussões e propostas de ação vinculando-se mais a esses do que aos países europeus, pela proximidade geográfica e o contexto continental nos processos de ocupação do território e desenvolvimento econômico e social.

Já em 2009 ocorreu no Rio de Janeiro o Congresso Internacional da IFLA (*International Federation of Landscape Architects*), organizado pela ABAP (Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas), evento que visava avançar nos debates iniciados com a Convenção Europeia da Paisagem e seguir rumo à criação da Convenção Global da Paisagem. Como decorrência desse evento em âmbito nacional e o envolvimento do IPHAN, aprovou-se no Brasil a Portaria n. 127, que criava a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira (ABAP, 2012).

A Portaria reconhece que os instrumentos legais brasileiros que até então tratavam do patrimônio cultural e natural não contemplavam a paisagem cultural em toda a sua gama de fatores e, por isso, tem por finalidade a complementação dos termos existentes na legislação para contribuir à preservação do patrimônio cultural nacional e aos interesses públicos. Além disso, a aprovação da portaria vincula-se a projetos de expansão da atuação do IPHAN para regiões até então desassistidas pelas políticas de proteção e leva em conta que o tombamento nem sempre é o instrumento mais adequado para a proteção da paisagem, pois essa se trata de um elemento em constante transformação (PEREIRA, 2020).

Em termos de definições, a Chancela traz que a Paisagem Cultural é “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009, s. p.). A Chancela também reconhece que o patrimônio cultural:

[...] é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (IPHAN, 2009, s. p.).

Além disso, outro aspecto importante desse instrumento é a perspectiva de criação de pactos de gestão que incluem a iniciativa privada, o poder público e a sociedade civil, embora não deixe claro como essa gestão conjunta poderia ser constituída e operada. A Portaria também permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, pode requerer a instauração e abertura de

processos administrativos para a chancela da Paisagem Cultural, valorizando a inserção popular na atribuição de valores e reconhecimentos (IPHAN, 2009), nos moldes anteriormente defendidos pela Convenção Europeia da Paisagem.

Pereira (2020) nos apresenta estudos pioneiros onde se pretendia aplicar o instrumento da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira: Roteiros Nacionais da Imigração e Barcos do Brasil (dois projetos que começaram em Santa Catarina e, no caso dos barcos, ganhou abrangência federal); Inventário de Conhecimento do Vale do Ribeira de Iguape (SP); e o Inventário de Conhecimento do Rio São Francisco (MG, BA, PE, AL e SE). Na sua análise, tais contextos tinham o *cotidiano* e as práticas de trabalho como produtores de cultura, alinhando-se ao que Meneses (2006) considera o melhor caminho para assegurar a inclusão social do patrimônio cultural e das políticas de identificação, proteção e valorização, maximizando o seu potencial funcional e o sucesso das ações governamentais.

Porém, Pereira (2020) também destaca que a partir de 2012 muda-se a gestão do IPHAN e o órgão passa a ter outras prioridades internas, contrapondo com aquele momento de ampliação de horizontes e regiões de atuação:

Do investimento no aumento de bens reconhecidos em territórios que até então não constavam no mapa do patrimônio cultural brasileiro, na representatividade da diversidade cultural do país e na afirmação da preservação do patrimônio como direito à cidadania, passou-se a focar na organização interna de procedimentos técnicos, na gestão por processos organizacionais e na eficiência da gestão pública. (PEREIRA, 2020, p. 188).

Além disso, em 2013 o IPHAN firmou um acordo com o Ministério Público Federal para diminuir a quantidade de processos abertos sem conclusão, o que também acarretou o sobrestamento dos processos de chancela para evitar a formação de novos processos passivos (PEREIRA, 2020). O autor ainda analisa que as justificativas em torno do sobrestamento dos processos de chancela giram em torno de quatro questões, sendo elas: a necessária revisão e atualização dos procedimentos administrativos da chancela; tratar-se de um instrumento estabelecido por Portaria interna ao órgão, sem obrigações de terceiros; envolver questões que ultrapassam as competências do IPHAN para a efetiva preservação das paisagens; e a dificuldade de implementação das ações definidas nos pactos de gestão compartilhadas.

Diante disso, em 2015 o órgão publicou o Memorando n. 384 orientando a eliminação da proposta: “a medida foi considerada diante da necessidade de um redesenho completo, que incluía discussão conceitual entre as unidades do Iphan para revisão do marco legal que estabeleceu a chancela, bem como redefinições de papéis em relação às instâncias internas que

abrem o processo administrativo, formulam o plano de gestão, monitoram as ações acordadas, etc.” (ZANIRATO, 2020, p. 23). Em vista disso, criou-se em 2017 um grupo de trabalho com o objetivo de propor soluções para o instrumento, que deveria ter sido publicado até o fim de 2018 mas que até hoje não teve solução.

Para Zanirato,

Os caminhos trilhados para a proteção da paisagem como patrimônio no Brasil, os recursos de que o órgão de proteção do patrimônio teve que se valer e as expectativas para a aplicação da chancela explicitam não só a separação entre cultura e natureza, mas também os embaraços em relação à proteção desse tipo de bem. A conservação da paisagem é, de fato, um desafio, sobretudo nesse contexto de transformações aceleradas na sociedade, em que esta se modifica de forma frenética em nome dos processos e políticas de desenvolvimento [...]. Conservar a paisagem, nessa conjuntura, requer instrumentos jurídicos pactuados pelos atores envolvidos com o espaço a ser protegido, o que nos leva a ver que a chancela proposta pelo Iphan em 2009 tinha problemas por ser uma disposição formal fluida e ampla, com alcances imprecisos. (ZANIRATO, 2020, p. 16-17).

Porém, Pereira (2020) considera que todas essas questões são superáveis, já que as justificativas utilizadas evidenciam “a falta de interesse político em dar continuidade a uma política que dá visibilidade a grupos sociais que historicamente foram desprestigiados pela política de patrimônio, restringindo a atuação do Iphan aos bens que formam o já citado quadro social de memórias” (p. 192). Na sua leitura, a atuação do IPHAN está mais voltada a aproximar-se dos ideais eurocêntricos propagados pela UNESCO em detrimento de uma atuação em consonância com a realidade da sociedade brasileira, periférica e subdesenvolvida, quebrando com o próprio caráter inovador dessa política, que focava em “contextos marcados pela vivência cotidiana e o trabalho de grupos sociais em risco de desaparecimento por conta da expansão da sociedade urbana” (p. 193). Nesse sentido, o autor sintetiza que:

A decisão pelo sobrestamento dos processos de chancela não representa mero procedimento administrativo, mas a frustração de expectativas criadas junto às comunidades e aos poderes públicos locais envolvidos nos procedimentos de identificação e reconhecimento que prometiam a inserção desses contextos no mapa do patrimônio cultural brasileiro por meio da chancela, acarretando na perda de credibilidade e de confiança nas localidades em relação ao Iphan, o que dificultará eventuais retomadas das ações. Desta forma, se a revisão da Portaria Iphan nº 127/2009 e a estratégia da política a ser adotada não levarem em consideração o compromisso social presente nos processos pioneiros; se limitarem a aplicação da chancela a contextos onde o Iphan já atua por meio do tombamento ou registro, limitando as possibilidades de reconhecimento dos patrimônios singelos relacionados ao cotidiano e ao trabalho de grupos sociais invisibilizados; ou caso se aproximem das experiências da Unesco, resultando na chancela, por exemplo, de bens como o Conjunto Arquitetônico da Pampulha, estará se perdendo uma oportunidade histórica de avanço das políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e de atendimento das disposições da Constituição Federal de 1988. (PEREIRA, 2020, p. 194).

Voltando à nossa problemática no início desse capítulo, é preciso reformular a hipótese. Não se pode dizer que a legislação brasileira está atrasada em comparação com o contexto mundial de debates acerca da paisagem e da natureza no campo do patrimônio. A questão é que essas categorias vêm sendo cada vez mais desregulamentadas e excluídas das políticas de preservação patrimonial, muitas vezes realocadas à prática da preservação pela categoria de Unidade de Conservação, que possui abordagens e sentidos muito distintos do debate instituído no campo do patrimônio. Em um momento político de ataque às instituições públicas e sucateamento dos órgãos patrimoniais, cada vez mais postos como coadjuvantes nos assuntos da sociedade, é preciso que o debate acadêmico reivindique espaço para essa ótica, mostrando a importância dos estudos que levam em consideração essa dimensão.

3.3 A PAISAGEM COMO PATRIMÔNIO DOS POVOS: O QUE DIZEM AS CARTAS NACIONAIS E CONTINENTAIS DA AMÉRICA LATINA?

Para avançar nessa discussão, consideramos pertinente a abordagem das Cartas da Paisagem publicadas pelas associações nacionais e internacionais de arquitetos paisagistas¹⁴. Por mais que não se trata de políticas públicas juridicamente instituídas ou oficializadas pelos órgãos públicos, mas sim declarações éticas de pesquisadores e profissionais que atuam em projetos de intervenção paisagística, as cartas configuram um conjunto interessante de documentos que buscam atribuir à paisagem o seu devido valor social, cultural e patrimonial. As cartas apontam para a importância da abordagem paisagística nas políticas públicas no intuito de promover o bem-estar da população e suas potencialidades práticas e simbólicas. A exemplo da Convenção Europeia da Paisagem, não são debates instituídos no campo do patrimônio, mas que se utilizam dessa ótica na sua abordagem, como um instrumento de proteção para a inserção da dimensão paisagística no cotidiano das comunidades.

Segundo a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP),

Uma Carta da Paisagem é uma declaração de princípios éticos (que envolvem a ecologia, a justiça social e as políticas culturais e econômicas de desenvolvimento) para promover o reconhecimento, avaliação, proteção, gestão e planejamento sustentável das paisagens em cada país, através da adoção de convenções (leis, acordos) que reconhecem a diversidade paisagística e os valores locais, regionais e

¹⁴ Uma versão ampliada dessa discussão pode ser encontrada em Zanatta & Souza (2022).

nacionais, bem como os princípios e processos relevantes para salvaguardar os recursos da paisagem. (ABAP, 2012, p. 2).

Na seara dessas declarações profissionais são abordadas diversas perspectivas, com grande protagonismo para os debates acerca do desenvolvimento sustentável e a importância da educação paisagística na qualificação profissional dos indivíduos atuantes no mercado de trabalho e na construção ética da população com seu território. Apresentaremos uma síntese dos principais pontos das cartas da paisagem elencadas para esse estudo no intuito de tecer um panorama dessa discussão no âmbito da perspectiva defendida pelas associações e em que medida elas diferem das abordagens anteriormente apresentadas no tópico anterior. Para isso, serão abordadas, em ordem cronológica de publicação, as cartas nacionais da Colômbia, Costa Rica, México, Argentina, Chile, Bolívia, Brasil, Uruguai e Venezuela, além da Carta Iberoamericana da Paisagem Cultural¹⁵ e a Carta da Paisagem das Américas.

É atribuído à Colômbia o pioneirismo latino-americano nesse âmbito de discussão por ser o primeiro país do continente a adotar as recomendações da Convenção Europeia da Paisagem e redigir sua Carta, além de ser o berço da *Iniciativa Latinoamericana del Paisaje* (LALI). Publicada em 2010 a cargo da *Sociedad Colombiana de Arquitectos Paisajistas* (SAP), a *Carta Colombiana del Paisaje* apresenta uma síntese dos aspectos encontrados na Carta de Florença, como a participação popular e da iniciativa privada no desenvolvimento de projetos de intervenção e proteção da paisagem, o desenvolvimento sustentável, a preocupação com o avanço tecnológico e demográfico e a importância de desenvolver um aporte jurídico para a promoção de políticas públicas que levam em conta a questão da paisagem nas suas estratégias e discussões (SAP, 2010).

Nesse sentido, a associação defende a visão de que todas as paisagens importam, não apenas as de caráter monumental, mas também as paisagens comuns, vernáculas e degradadas, seguindo a abordagem da Convenção Europeia. Além disso, a Carta colombiana avança rumo à utilização dos conceitos da Convenção no seu contexto de país em desenvolvimento e reconhece os problemas referentes à discussão da paisagem no âmbito nacional, apresentando um forte apelo social e político para chamar atenção para a temática:

La Carta, desde una visión de esperanza, es un llamado a la acción. En un momento en el que se requieren con urgencia nuevos paradigmas en la forma de pensar y

¹⁵ Esse conjunto de cartas possuem apoio da Iniciativa Latinoamericana del Paisaje (LALI), grupo colombiano de iniciativa transnacional que propõe debates sobre a paisagem no continente americano, além de incentivar e auxiliar na criação das diversas cartas nacionais e transnacionais da América.

actuar, la Carta plantea un desafío a examinar los actuales valores y a trazar un mejor rumbo para el paisaje del territorio colombiano. (SAP, 2010, p. 2).

De forma bastante visionária para mostrar as potencialidades da inserção do debate paisagístico na formulação de intervenções e políticas sociais, a Carta assegura que a paisagem conforma um grande atrativo que pode servir de matéria prima e fonte de renda para as populações, exaltando as paisagens naturais, rurais, urbanas e suburbanas e defendendo o investimento desse aspecto como elemento da imagem nacional e do *marketing* territorial do país. Para isso, levando em conta a continuidade do debate em âmbito nacional e internacional, a SAP se propõe a redigir declarações acerca do direito da paisagem, o desenvolvimento sustentável e as adaptações às mudanças climáticas para promover uma Lei da Paisagem no país. O documento, inclusive, apresenta uma série de campos de atuação de políticas públicas que apresentam incidência paisagísticas, tais como: planejamento do território, urbanismo e moradia; meio ambiente; infraestrutura e obras públicas de mobilidade; patrimônio histórico-cultural; turismo, comércio e atividades esportivas; agricultura e desenvolvimento rural; atividades tecnológicas e de inovação; infraestrutura energética e de telecomunicações; educação e saúde (SAP, 2010).

Também em 2010 ocorreu a publicação da *Carta Costarricense del Paisaje*, redigida por Carlos Jankilevich e Alberto Negrini com apoio da *Asociación Costarricense de Arquitectos Paisajistas* (ASOPAICO). Além de trazer aspectos gerais relacionados à Convenção Europeia, a Carta avança no debate acerca da dimensão econômica da paisagem, considerando-a como um elemento potencial para determinação do valor do solo, produzindo valor agregado aos ambientes urbanos e rurais. Outro avanço relevante é a seção *Idiosincrasia*, reconhecendo as especificidades nacionais relativos a problemas e potencialidades do tratamento do tema no país. Assim, defende o reconhecimento público e institucional da dimensão da paisagem material, espiritual e ideológica para legitimar a relação entre Paisagem e Identidade Nacional. Além disso, a Carta nos traz que a relação entre arquitetura, paisagem e processos históricos faz com que ela se torne um fator dinâmico e de permanente interação, cujas características de diversidade e pluralidade devem se vincular aos processos de desenvolvimento econômico e social e à sustentabilidade (JANKILEVICH; NEGRINI, 2010).

A *Carta Mexicana de Paisaje*, publicada em 2010 pela *Sociedad de Arquitectos Paisajistas de México* (SAPM), inicia sua discussão fazendo uma contextualização histórica do tratamento do tema nas iniciativas nacionais através da análise de leis de proteção e conservação de ambientes naturais e locais atrelados a monumentos arqueológicos, históricos e artísticos, mas reconhece que essas diversas leis ainda não são suficientes para reverter os processos

nocivos de transformação paisagística. Em vista disso, a Carta tem como objetivo revalorizar a paisagem através do desenvolvimento de políticas adequadas às necessidades do tempo presente e, para isso, identifica uma série de valores atribuídos à paisagem, classificados como estético-ético (bem-estar e harmonia com o território), ambiental (biodiversidade de espécies e ecossistemas), cultural (testemunho do tempo e dos agentes do território), econômico (gerar rentabilidade e eficiência energética em benefício social) e patrimonial (bem cultural que necessita proteção legal) (SAPM, 2010).

Em 2011 foi publicada a *Carta Argentina del Paisaje*, a cargo do *Centro Argentino de Arquitectos Paisajistas*. De forte teor jurídico rumo à criação de um marco legal do direito à paisagem no país, a carta apresenta vários aspectos propositivos ao abordar estratégias de atuação mais concretas do que as declarações anteriores. Tais iniciativas baseiam-se em propostas de cooperação do órgão nos estudos de aspectos paisagísticos das políticas públicas e programas de desenvolvimento rural e urbano e obras de infraestrutura e transportes, além de monitorar o impacto dessas intervenções. A organização também se propõe a auxiliar a criação de mecanismos de participação como Observatórios da Paisagem e Cartas de Acordo em que diferentes atores sociais buscam chegar a um consenso quanto a objetivos, estratégias e ações solidárias e integradas rumo à valoração e preservação da paisagem. Além disso, avança na ideia de inventariar a paisagem, criando catálogos para compor uma ferramenta que auxilie a gestão dos diferentes sítios, buscando os sistemas que apresentam maior fragilidade, as massas florestais públicas e privadas e incorporar essas inventários às jurisdições correspondentes, compondo um banco de dados para embasar decisões das atuações políticas futuras (CAAP, 2011).

No contexto do Chile, a *Carta Chilena del Paisaje* foi publicada também em 2011 pelo *Instituto Chileno de Arquitectos Paisajistas* (ICHAP). De caráter menos propositivo que a Carta Argentina, a edição chilena se detém em descrever e evidenciar a variedade paisagística do país, fruto da diversidade das altitudes andinas e a grande gama de latitudes incluídas em seu território, afirmando que “*en esta diversa geografía, con diferentes costumbres y distintas maneras de relacionarse con el territorio, se contruye la cultura*” (ICHAP, 2011, p. 2). O destaque está na grande preocupação com os desastres naturais que vinha assolando o território chileno, como erupções vulcânicas, terremotos, maremotos e tsunamis, e utiliza dessa perspectiva para fazer um chamado à análise crítica acerca dos processos de ocupação que não se adequam ao meio ambiente e acabam por agravar as consequências dessas catástrofes. Essa preocupação ambiental também se estende aos problemas da metropolização e litoralização e à contaminação dos solos gerada pelos diferentes modos de extração mineral, vegetal e criação

animal. A partir disso, a ICHAP faz um apelo para à reflexão voltada para a construção de relações mais sábias entre natureza e ação antrópica, utilizando do recurso da paisagem e enfatizando a importância do olhar paisagístico no conjunto dessas problemáticas ambientais, sociais, estéticas, patrimoniais, produtivas e políticas.

A Carta Peruana foi publicada em 2011 através do arquiteto paisagista José Canziani. O texto inicia exaltando a diversidade paisagística do Peru, atribuída à presença da Cordilheira dos Andes, à desertificação da zona costeira e os bosques úmidos da floresta amazônica, e descreve minuciosamente as características geográficas e como essa variedade gerou distintos modos de se relacionar com o território, produzindo diversas tradições culturais regionais. Como síntese dessa descrição, a Carta traz um extenso inventário das paisagens peruanas com diferentes classificações baseadas nos modos de relação da sociedade com a natureza. A Carta também produz uma análise crítica acerca da paisagem cultural no país, apontando que tal aspecto possui pouca valorização no contexto nacional pois o Peru sofre de uma crescente alienação das condições territoriais, mas acredita que o assunto tem o potencial de servir de base para discussões sobre o desenvolvimento sustentável e social (CANZIANI, 2011).

A *Carta Boliviana del Paisaje* possui duas edições, a primeira publicada em 2011 e a segunda em 2013, ambas a cargo da *Sociedade de Arquitectos Paisajistas, Ecología y Medio Ambiente* (SAPEMA). A exemplo da Carta Mexicana, também apresenta os principais decretos da legislação nacional que tratam da preservação ambiental e, indiretamente, da paisagem. A Carta traz uma explicação acurada das divisões fisiográficas, geológicas e as bacias hidrográficas e afirma que 90% da população boliviana encontra-se em áreas urbanas. Atenta também para o impacto paisagístico do crescimento sem planejamento dos novos assentamentos humanos, que geram paisagens únicas mas apresentam sérios problemas ambientais que colocam em risco a vida dos habitantes. O teor principal da carta é esse: enquanto evidencia a riqueza geológica, climática e vegetal dos ecossistemas, também demonstra preocupação com os processos de ocupação do território, que vêm comprometendo as paisagens e o meio ambiente e, a partir disso, afirma que os cidadãos bolivianos não tem o costume de apreciar os ornamentos vegetais e não cuidá-los ou respeitá-los. Assim, a Carta aposta no desenvolvimento de leis de proteção jurídica das paisagens e em iniciativas de educação e valorização paisagística para evidenciá-la como bem de interesse público componente da identidade nacional. Outro destaque da Carta Boliviana é a dimensão mística: a Carta apresenta um discurso bastante delicado acerca da psicologia da paisagem, afirmando que os valores, intuições, imaginários e mitos locais acarretam diferentes dimensões de

apreensão paisagística e evidencia que esse tipo de relação é fundamental para a valoração e o respeito das populações com suas paisagens (SAPEMA, 2013).

O Uruguai teve sua carta publicada em 2012 pela *Asociación Uruguaya de Arquitectura de Paisaje* (AUDADP). A *Carta del Paisaje del Uruguay* apresenta como objetivo dirigir estratégias de intervenção em paisagens existentes, artificialmente construídas ou “a construir”, trazendo um caráter bastante voltado ao planejamento urbano e prevendo a elaboração de metodologias para designar valores às paisagens, levando em consideração a qualificação dos habitantes e usuários. Dessa maneira, pretende-se que as propostas de intervenção espacial que possuam incidências paisagísticas sejam avaliadas e aprovadas segundo um sistema de valores propostos para assegurar o seu cumprimento, não passando por cima dos aspectos afetivos identificados pelos cidadãos. A proposta da Carta também prevê que os projetos devem apresentar desenhos de perspectivas futuras, considerando a resiliência dos ecossistemas e possibilidades de adequação alinhado ao conceito de sustentabilidade (AUDADP, 2012). Nota-se, portanto, a preocupação de que as intervenções espaciais se adequem ao imaginário da população através de iniciativas que buscam identificar e salvaguardar elementos da paisagem que possuem algum vínculo com os cidadãos locais.

Em 2012 também foi publicada a *Carta Venezolana del Paisaje y de los Recursos Escenicos*, redigida pela arquiteta paisagista Marianella Sequera-Tamayo, representando a *Sociedad Venezolana de Arquitectos Paisajistas* (SVAP). A Carta coloca a paisagem como sinônimo de imagem ambiental e território percebido, abordando a arquitetura paisagística como um campo disciplinar que “[...] busca la armonía entre las necesidades sociales y las condiciones ambientales, que pretende lograr una adaptación de la obra antropogénica que promueva el bienestar del individuo y la preservación del paisaje.” (SEQUERA-TAMAYO, 2012, p. 4). Ao inserir a noção de “recursos cênicos”, afirma que a paisagem pode ser lida como um cenário que possui características que o individualizam, considerando o local de observação (o lugar de onde se vê a paisagem) e a imagem observada, sendo necessária a proteção de ambos para a constituição da experiência paisagística. Trata-se de um ponto de vista promissor pela óptica do planejamento urbano pois, se não existe paisagem sem observador, é importante que o lugar de observação também seja garantido para que exista a possibilidade da apreensão da paisagem. Além disso, outro destaque da Carta venezuelana está presente em um de seus objetivos, que visa “promover políticas conjuntas entre los países limítrofes para la protección del paisaje y los recursos escénicos” (p. 8), evidenciando a importância da cooperação conjunta entre diferentes países para proteger as paisagens que ultrapassam os limites territoriais.

A Carta Brasileira da Paisagem teve sua versão final publicada em 2012 pela Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP) e apresenta uma grande crítica à maneira como o tema foi tratado no Brasil ao longo de muito tempo, confundindo o trabalho paisagístico com o plantio ornamental nas cidades, sem consciência técnica e ecológica e não abordando questões referentes à construção de cidades mais verdes e abertas, além de defender o princípio da conjugação da natureza aos projetos de espaços físicos de qualidade (ABAP, 2012). Em vista disso, a Carta se desenvolve a partir de uma estrutura de doze pontos que haviam sido anteriormente elencados como resposta aos debates da IFLA em 2010.

O primeiro princípio afirma que a paisagem possui papel coletivo que precisa ser assegurado à toda população, sem discriminações, e cita o reconhecimento do encontro entre o suporte físico (ecossistemas) e as relações culturais atuantes no espaço através de valores éticos, estéticos, ecológicos, ambientais e econômicos. Com isso, defende a participação popular e o incremento dos conhecimentos dos povos nativos nas discussões sobre projetos de desenvolvimento e implantação de novos empreendimentos e infraestruturas, propondo que os planos diretores devam obrigar a realização de estudos prévios que levam em conta a dinâmica natural dos biomas e as relações culturais situadas nos lugares alvo de intervenção. A Carta também aborda a questão econômica da paisagem ao afirmar que essa “[...] é o suporte e meio possibilitador de inúmeras atividades humanas que dela dependem para sua sobrevivência [...]” (ABAP, 2012, p. 8), defendendo o reconhecimento das técnicas tradicionais e das tradições produtivas das populações.

No debate patrimonial, a Carta afirma que critérios cênicos e de monumentalidade não são suficientes para que determinada paisagem seja considerada um patrimônio, sendo que para isso deve haver o acréscimo de outros valores reconhecidos pelas comunidades que dela fazem parte. Nessa discussão, o documento também defende uma visão integrada do conceito de paisagem, abordando-a como todo o território agregado à percepção que a população possui acerca dele, pois essa compreensão “possibilita a superação de entendimentos fragmentários relacionados às paisagens adjetivadas: naturais ou culturais, urbanas ou rurais, históricas ou atuais” (p. 9), servindo de base para políticas mais efetivas a partir do reconhecimento da paisagem como um fenômeno sistêmico e integrado. A Carta termina reafirmando a necessidade de avanços técnicos e visões tecnológicas para a recuperação de paisagens degradadas e para entender o problema do crescimento populacional das metrópoles.

Em âmbito transnacional, daremos destaque para dois documentos: a *Carta Iberoamericana del Paisaje Cultural* e a Carta da Paisagem das Américas. A primeira foi publicada em novembro de 2012 em detrimento do II Encontro de Paisagens Culturais, ocorrido

em *Cartagena de Indias*, Colômbia, também com o apoio da LALI. A publicação da Carta objetivava unificar os critérios de identificação, reconhecimento, proteção e formulação de metodologias de atuação com o patrimônio paisagístico a partir do estabelecimento de princípios que visam conhecer a evolução histórica das paisagens e suas principais características, promovendo um fortalecimento de seus valores e princípios de salvaguarda. Assim, o documento foca no desenvolvimento local das comunidades em vista da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, afirmando que as ações de gestão das paisagens culturais devem contar com rigorosos estudos de ameaças atuais e futuras que possam acarretar a modificação das estruturas sociais (LALI, 2012).

Para isso, a Carta aposta na mobilização de atores sociais chaves para a discussão acerca dos projetos, abarcando o fortalecimento de micro empreendimentos e iniciativas de grupos locais, efetivando a participação comunitária e o apoio técnico de profissionais em todas as etapas de implantação dos projetos de desenvolvimento e proteção das paisagens. Em termos patrimoniais, a Carta aposta na divulgação dos valores para atingir a consciência da comunidade sobre os benefícios da sua salvaguarda, citando o relevante papel das redes sociais nesse processo de disseminação e publicidade. A partir disso, a Carta busca promover uma rede ibero-americana de paisagens culturais, abarcando atores públicos e privados em iniciativas conjuntas, tendo por princípio a responsabilidade social e ambiental na luta contra a pobreza a partir do desenvolvimento turístico responsável. Para isso, propõe redes de diálogos entre universidades e atores civis para a criação de projetos de gestão e redes de conhecimento da memória e identidade de cada região (LALI, 2012).

Em 2018, como uma resposta ao esforço pela criação de todas essas cartas nacionais, a própria IFLA organizou a Carta da Paisagem das Américas, atendendo também ao apelo rumo à criação do Convênio Global da Paisagem. A Carta das Américas configura o documento mais completo pois aborda os principais itens presentes nas cartas anteriores, trazendo um discurso coeso, sensível e bastante filosófico que apela para a subjetividade e à ideia de “felicidade” associada ao direito à paisagem como um bem coletivo:

A Carta da Paisagem das Américas baseia-se na busca de nossas raízes e da razão de nossa existência, baseadas no conhecimento de quem somos e do que possuímos como americanos, habitantes das Américas. Tal demanda é uma das razões fundamentais que vêm motivando a elaboração das cartas nacionais da paisagem e é uma característica distintiva e marco conceitual para o continente americano. Propõe-se assim que o filtro de entendimento de nossas paisagens como identidade, seja a partir da compreensão de nossa “americanidade”, aquela do diálogo permanente entre a diversidade do território e da cultura. (IFLA-AMÉRICAS, 2018, p. 3).

Depois de uma série de definições, objetivos e acordos que colocam a ótica da paisagem da América como uma unidade – heterogênea, cheia de pluralidades e singularidades, mas mesmo assim uma unidade – a Carta apresenta cinco estratos para a compreensão da paisagem no continente americano: natureza, cosmovisão, cultura, ética e “americanidade” como identidade (IFLA-AMERICAS, 2018).

A (1) Natureza é o legado biológico pois, pela sua dimensão que se estende de Norte a Sul, o continente possui grande heterogeneidade climática devido à variação de latitudes, altitudes e grandes faixas costeiras que acarretam diferentes modos de adaptação e apropriação das comunidades. Em segundo lugar, a (2) Cosmovisão é o aspecto metafísico da paisagem, comportando “a espiritualidade, a sacralidade, os sentimentos da alma e a estética filtrada pela arte, o misticismo do épico e do trágico, do simples e do sublime associados ao imaginário individual e coletivo, dos povos originários, assim também como dos povos contemporâneos” (IFLA-AMÉRICAS, 2018, p. 4), evidenciando como componentes da paisagem as psicologias, crenças e valores espirituais, os laços subjetivos construídos com a natureza e a posição do ser humano no universo.

O terceiro estrato trata do (3) Palimpsesto Cultural dos povos originários, desses povos mesclados aos colonizadores e do povo “americano” contemporâneo caracterizado por uma construção social que se superpõe no espaço e no tempo (por isso o nome palimpsesto). A Carta identifica três momentos históricos do palimpsesto cultural da América: o primeiro relacionado às influências da natureza e o nomadismo das tribos indígenas; o segundo a partir da relação entre povos nativos e “conquistadores”; e o terceiro baseado na contemporaneidade e nos modos de industrialização que ocasionaram diferentes realidades entre a América ibérica e a anglo-saxônica. Por sua vez, o quarto estrato (4) Ética e estética ambiental, compreende que a natureza não é inesgotável e apela à utilização mais ética dos recursos naturais, sendo a paisagem “[...] como parte da natureza da qual dependem nossa existência e espiritualidade.” (IFLA-AMÉRICAS, 2018, p. 5).

O quinto estrato, (5) Americanidade com identidade, configura uma construção que recompõe os quatro aspectos anteriores e os transforma em valores: a heterogeneidade biológica e cultural, os laços afetivos com o espaço, as sobreposições de culturas e o entendimento da natureza como condição da existência unem-se para formar os valores da identidade americana. A Carta considera que esse entendimento é condição fundamental para o desenvolvimento do continente e para podermos “focar na busca, na recuperação e consolidação da felicidade como um direito de todos e como uma conquista para todos os americanos” (IFLA-AMÉRICAS, 2018, p. 5). Pode-se dizer que o grande destaque da Carta da Paisagem das Américas é esse apelo

à ideia de “felicidade” dos povos obtida através do reconhecimento da paisagem como componente fundamental da existência humana.

Notamos, através dessas publicações, um grande esforço de relacionar a paisagem enquanto componente da identidade das populações, considerando-a como expressão material das diferentes culturas nacionais e, conseqüentemente, um fator patrimonial. Mas ainda há um distanciamento dessas considerações por parte da atuação territorial do poder público. Na nossa interpretação, não se trata de uma resistência à inserção da paisagem nas políticas públicas. Parece-nos que há certa insegurança na maneira como essas ideias poderiam se concretizar em políticas patrimoniais e culturais. Nesse sentido, trabalhos como essa pesquisa, as cartas da paisagem e as discussões interdisciplinares sobre a temática contribuem para a legitimidade dessas iniciativas, mostrando que existem frentes de debate que estão abertas a diálogos e que buscam propor enriquecimentos conceituais e operativos para as propostas de inserção da dimensão paisagística nas políticas de atuação territorial.

É importante que nossa sociedade aprenda a organizar o território a partir de uma perspectiva paisagística pelos argumentos anteriormente expostos. Existe um esforço pela proposta de chancela e pelas cartas da paisagem, mas ainda não somos uma sociedade paisagística, no sentido de que não temos um estado que opera a partir da paisagem como lógica de atuação territorial. Nosso poder público não considera a paisagem como elemento essencial para a intervenção espacial ou para o reconhecimento de práticas culturais e identidades territoriais. Tal reconhecimento, como dissemos, possui potencialidades de legitimação de grupos sociais desassistidos e a própria identificação da população com seu espaço de vida, minimizando conflitos a partir do acolhimento e aceitação do lugar do outro, pacificando certos atritos espaciais.

Por isso, defendemos que ter a paisagem como elemento componente das políticas públicas patrimoniais implica o reconhecimento de uma produção coletiva do espaço e um primeiro passo para atingir o sentimento de coletividade do patrimônio e do espaço da vida, além do sentimento de responsabilização e dever social com os bens que são expressão da cultura da sociedade. Assim, essa dimensão trabalha rumo à valorização das populações com suas paisagem e, conseqüentemente, à busca da felicidade dos povos, da boa relação humano-humano e humano-natureza.

Para finalizar o presente capítulo, seguiremos discutindo a noção de paisagem e patrimônio em situação fronteiriça, ou seja, o que podemos considerar como “patrimônios raianos” e quais as potencialidades de estudos integrados acerca de práticas culturais e vestígios materiais que investigam ações de preservação em ambos os lados de uma fronteira.

3.4 PATRIMÔNIOS RAIANOS

Os patrimônios raianos dizem respeito a elementos de regiões fronteiriças que não findam no contato com o limite jurídico dos Estados. Nesse sentido, ele pode configurar-se de diversas maneiras, ou melhor, pode configurar-se de todas as maneiras possíveis de patrimônio conhecidas e reconhecidas hoje – como o patrimônio natural, a paisagem, os conjuntos urbanos, os bens materiais e imateriais, as práticas culturais intangíveis, os modos de fazer, entre outros – visto que sua particularidade está no contexto geográfico e político em que se insere e não na sua tipologia propriamente dita.

A complexidade dos patrimônios raianos reside em duas esferas. Primeiramente temos a esfera normativa, por situarem-se em territórios de domínios políticos e administrativos distintos, com diferentes órgãos e estratégias de preservação. Depois a esfera identitária, visto que, como dito anteriormente, através da educação nacional a atuação dos governos centrais acaba por modificar imaginários e processos de formação de identidade que nem sempre conseguem resistir a essas investidas, acarretando em um distanciamento com os modos de produzir o espaço que geraram a identidade comum em determinada zona de fronteira. Mas há, sim, uma resistência, em maior ou menor medida.

Analisando os espaços fronteiriços através de três dicotomias (temporal, espacial e às modalidades de estratificação social em contextos nacionais distintos), Godinho (2008) nos coloca que “[...] a apropriação e a reapropriação da fronteira fazem-se através de agentes e mediadores culturais, que actuam em diferentes escalas, entre o local, o regional, a nação sub-estatal e o transnacional” (p. 209), indicando uma forte influência da condição de residir em áreas raianas na vida cotidiana e nas decisões dos indivíduos. Nesse sentido, analisando especificamente o caso da raia luso-espanhola, a autora identifica uma resistência permitida pelas elites para a ascensão dessas identidades fronteiriças e a consequente busca por uma construção cultural em vista de patrimonialização regional:

Nesta reinvenção do <<popular>> na fronteira, mesmo o que fora subversivo e desautorizado é agora valorizado, contribuindo para a existência de sentidos multifacetados na identidade dos lugares. Com a desvitalização da agricultura local e com a abertura das fronteiras, a “cultura popular” e as “tradições” que lhe estavam associadas parecem revelar uma tendência para serem ressuscitadas ou recriadas, no momento exacto em que o seu desaparecimento parecia iminente. (GODINHO, 2008, p. 216).

O advento dos estudos raianos e do programa Europa Sem Fronteiras vêm incentivando pesquisas sobre a temática dos patrimônios em situações fronteiriças, com protagonismo de Portugal e Espanha. Na raia luso-hispânica, a noção de patrimônio estudado conjuntamente ao conceito de raia está presente em diversas pesquisas que consideram distintas tipologias: desde práticas culturais imateriais, como festas populares religiosas (FITAS, 2014), manifestações artísticas de músicas e danças (SANTANA; SANTANA, 2021), até a candidatura de fortificações e centros históricos fronteiriços a Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO (ALÇADA, 2017; CAMPOS, 2009), bem como a valorização de elementos culturais portadores de identidades que ultrapassam os limites estatais (GODINHO, 2008).

No caso sul-americano, desde os anos 1990 temos iniciativas de aproximação cultural dentro do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), especificamente a criação do Parlamento Cultural do Mercosul (PARCUM) em 1996, com o objetivo de construir um marco normativo facilitador de políticas que promovam a integração cultural, além de organizações não-governamentais que vêm promovendo aproximações entre órgãos culturais locais (ALVAREZ; REYES, 2005).

Uma iniciativa desse bloco econômico que se aproxima dos estudos raianos é apresentada no Regulamento para o Reconhecimento do Patrimônio Cultural do MERCOSUL, buscando “[...] a contribuição do patrimônio cultural para o reconhecimento e a valorização da identidade cultural regional e para a compreensão de referências, princípios e valores compartilhados entre os países da região, além de constituir importante fator para a integração regional.” (MERIDA, 2016). O Regulamento prevê a inscrição de bens culturais de natureza material ou imaterial que:

- a) manifeste valores associados a processos históricos vinculados aos movimentos de autodeterminação ou expressão comum da região perante o mundo;
- b) expresse os esforços de união entre os países da região;
- c) esteja diretamente relacionado a referências culturais compartilhadas por mais de um país da região;
- d) constitua fator de promoção da integração dos países, com vistas a um destino comum; (MERCOSUL, artigo 30, *apud* MERIDA, 2016, p. 9).

De acordo com Merida (2016), porém, esse Regulamento está muito distante das práticas cotidianas. Ao contrário dos demais documentos apresentados anteriormente, como a Convenção Europeia da Paisagem e as cartas continentais latino-americanas, o Regulamento para o Reconhecimento do Patrimônio Cultural do MERCOSUL não permite que qualquer pessoa solicite a candidatura do bem, sendo necessário reportar-se ao órgão nacional responsável pra que se abra o processo de candidatura. Tal prática acaba por enfraquecer a

proposta, visto que acarreta um certo distanciamento entre a população e o órgão regulamentador.

Em 2015 houve o reconhecimento do primeiro bem cultural do MERCOSUL: a Ponte Internacional Barão de Mauá (Figura 5), localizada entre as cidades de Jaguarão (RS, Brasil) e Rio Branco (Uruguai), que já havia sido tombada nacionalmente pelo IPHAN em 2011. A vila Jaguarão foi palco de disputas entre as coroas portuguesa e espanhola, mas a população sempre transitou livremente entre os dois lados do rio. Foi a primeira obra construída para aproximar política, econômica e culturalmente dois países da região, além de configurar a maior obra de estrutura em concreto armado da América do Sul (IPHAN, [s.d., online]). Por isso, “a Ponte possui valor associado a processos históricos vinculados aos movimentos de autodeterminação ou expressão comum da região perante o mundo, e representa os esforços de união regional e está diretamente relacionado às referências culturais compartilhadas pelos dois países.” (IPHAN, [s.d., s. p., online]).

Figura 5: Ponte Internacional Barão de Mauá, entre Brasil e Uruguai



(Fonte: Ministério da Cultura, 2015, via Wikimedia Commons, 2022¹⁶)

De um ponto de vista do patrimônio natural, podemos citar a continuidade de formações naturais que ultrapassam os limites dos Estados, como é o caso do Salto do Yucumã e o Salto Moconá, localizados em Derrubadas (RS, Brasil) e *El Soberbio* (província de *Misiones*,

¹⁶ Domínio comum. Disponível em:

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ponte_Internacional_Bar%C3%A3o_de_Mau%C3%A1_como_Patrim%C3%B4nio_Cultural_do_MERCOSUL_na_cidade_de_Jaguar%C3%A3o_\(18314309251\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ponte_Internacional_Bar%C3%A3o_de_Mau%C3%A1_como_Patrim%C3%B4nio_Cultural_do_MERCOSUL_na_cidade_de_Jaguar%C3%A3o_(18314309251).jpg). Acesso em: 11 jan. 2022.

Argentina), respectivamente (FONSECA, 2021). O Brasil possui 7 itens na lista de Patrimônio Natural da Humanidade da UNESCO, uma delas configurando patrimônio natural raiano: o Parque Nacional do Iguaçu, que comporta as Cataratas do Iguaçu, na fronteira entre Brasil e Argentina.

De um ponto de vista paisagístico, a raia é a continuidade de elementos naturais e práticas culturais que ultrapassam os limites dos Estados. Se a paisagem é o elemento patrimonial mais completo de todos (IPHAN, 2007a), pois comporta todas as tipologias de patrimônio experienciadas no espaço, a paisagem é, por essência, uma chave de leitura para a interpretação integrada de elementos culturais em situação de fronteira, independentemente de sua tipologia, pois todas se expressam na paisagem.

O grande problema dos patrimônios raianos é a dimensão administrativa, pois envolve recortes espaciais fragmentados por políticas de diferentes Estados nacionais ou diferentes setores administrativos (órgãos de regulamentação e proteção nacional, estadual ou municipal). Muitas vezes a dimensão cotidiana e as instâncias reguladoras estão em descompasso, com burocracias e estratégias de gestão que dificultam o fluir espacial e a experiência completa dos bens, tanto para os turistas quanto para os moradores locais que tem nesses bens a construção de sua identidade.

Tendo em vista essa seara, os patrimônios raianos necessitam de estratégias de gestão conjunta de seus elementos, seja a conservação de bens materiais, seja a garantia da continuidade de práticas e modos de fazer imateriais, garantindo a manutenção de identidades regionais que ultrapassam os limites estatais. Para isso, é preciso que as diferentes instâncias jurídicas envolvidas estejam em consonância nas suas abordagens de preservação, para que esses bens não tenham caracteres distintos ao cruzar as linhas imaginárias dos limites dos países, comprometendo a sua preservação total. Nisso, a paisagem entra como uma possibilidade de estudo espacial para a percepção dessas diferenças e potencialidades.

Ao longo do nosso trabalho de campo, identificamos diferenças marcantes no tratamento dos sítios históricos estudados, diferenças essas que condicionam a apreensão da paisagem das missões e que tentaremos abordar sistematicamente ao longo dos capítulos subsequentes. Assim, exemplificaremos que a potencialidade de um estudo raiano é o reconhecimento das distintas estratégias adotadas a patrimônios comuns e o aprendizado contínuo de intervenções que deram certo, para suprir possíveis debilidades percebidas na gestão, divulgação e manutenção de bens patrimoniais.

4 MISSÕES JESUÍTICO-GUARANIS

Os povos das missões jesuíticas dos índios guaranis representam um testemunho histórico de excepcional importância, da qual não devem compartilhar apenas os países onde esses trinta conjuntos se localizam – Brasil, Argentina e Paraguai -, mas toda a cultura universal. Não foi por outro motivo que a Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco declarou-os Patrimônio Mundial da Humanidade, tomando a si a tarefa de coordenar uma ação comum para salvá-los.
Gutierrez, 1987.

Patrimônio Mundial da Humanidade, até hoje tido como símbolo regional da cultura gaúcha missioneira, os remanescentes arqueológicos das missões jesuítico-guaranis compreendem um conjunto complexo. Complexo em sua história, em sua apropriação turística, em seu sistema de valores e significados. Complexo enquanto paisagem cultural, enquanto patrimônio material, enquanto relação contemporânea entre povos brancos e indígenas.

A presença guarani na região faz parte da história cultural e política dos países do cone sul-americano, com populações notáveis na Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia. Estima-se que a população guarani na América do Sul seja de 225 mil pessoas, 67,5 mil desses no Brasil, representando cerca de 7% da população indígena em território nacional (IBGE, 2010, *apud* CPISP, 2020). Por ser considerado um povo de fácil aproximação e diálogo, os guaranis foram muito explorados política e culturalmente e os reflexos dessas explorações perduram ainda hoje nas dinâmicas sociais e espaciais da região.

No Brasil, o legado das missões jesuítico-guaranis é o mais importante patrimônio mundial da humanidade na região sul, além de também haver terras indígenas guaranis protegidas ao longo de distintas regiões do território nacional. Na Argentina, a província de *Misiones* carrega em seu nome o legado cultural do intercâmbio de missionários e originários. No Paraguai, o Dia das Crianças faz alusão à Batalha de *Acosta Ñu*, quando crianças paraguaias, sobretudo guaranis, pegaram em armas para defender o Estado durante a Guerra do Paraguai, no dia 16 de agosto de 1869 (AGRIMBAU; IPPÓLITI, 2021), além de considerar a língua guarani como elemento constituinte do “núcleo duro” da identidade nacional (ALVAREZ; REYES, 2005).

Nosso foco está na compreensão do legado paisagístico deixado pela relação entre padres missionários e povos indígenas, sobretudo nas missões jesuítico-guaranis da Companhia

do Paraguai. No Brasil como um todo, existiu atuação missioneira dos jesuítas em diversas regiões, principalmente na Amazônia, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Paraná (CORDEIRO, 2016). Porém, problemas administrativos e a investida bandeirante em busca de mão-de-obra indígena fizeram com que muitas frentes missioneiras se deslocassem em busca de apoio em outras regiões. Tal fato ocorreu na faixa de fronteira estudada, quando padres missioneiros foram obrigados a deslocar-se ao Rio Grande do Sul e encontrar os jesuítas que ocupavam a região do (rio da) Prata, instalando-se no território hoje compreendido pelo noroeste do estado e ampliando a faixa de atuação que já compreendia a (atualmente) província de *Misiones*, na Argentina, e o departamento de *Itapúa*, no Paraguai (CORDEIRO, 2016; GUTIERREZ, 1987; SOSTER, 2014).

Para entender melhor essa dinâmica cultural, primeiramente apresentaremos, no item *4.1 Notas sobre jesuítas e guaranis*, aspectos gerais sobre os dois grupos que conformam a hibridação cultural da experiência social que estamos estudando. Por isso, abordaremos características da ordem jesuíta e da cultura guarani para tecer um cenário geral das cosmovisões que compõem a criação do nosso objeto de estudo. Além disso, em vista de compreender a dinâmica espacial das reduções, apresentaremos, no item *4.2 Ocupação territorial e constituição dos sítios*, o recorte regional de abrangência das missões da Companhia do Paraguai, acompanhado de cartografias temáticas que contextualizam algumas relações do conjunto, bem como a apresentação mais detalhada dos três sítios históricos que caracterizam os objetos de estudo do presente trabalho.

A seção *4.3 Apreensão paisagística* leva em conta uma das questões levantadas durante essa pesquisa: se as intervenções nos sítios históricos das missões consideram a dimensão paisagística, tanto na politização da paisagem enquanto elemento que nos traz significados e nos faz pensar nas relações que temos entre sociedade e natureza, quanto como componente estético da vida e experiência sensorial. Tendo em vista essas problemáticas, optamos por aplicar dois instrumentos de percepção da paisagem que compõem o rol de estudos desse tema no campo da arquitetura e urbanismo: o Catálogo da Paisagem Urbana (CPU), formulado por Peries *et. al.* (2013); e a avaliação do desempenho topoceptivo do lugar através do Registro Sequencial, elaborado por Kohlsdorf (1996, 2005). Nessa etapa do trabalho apresentaremos as metodologias e resultados de sua aplicação, bem como uma série de provocações percebidas com os instrumentos, que serão discutidas criticamente no capítulo 5. Seguimos.

4.1 NOTAS SOBRE JESUÍTAS E GUARANIS

As ordens religiosas sempre tiveram um importante papel na estrutura da Igreja Católica, tanto que essa autorizou a criação (e também a extinção) de centenas de organizações por toda a sua história. A importância dessas organizações se dá principalmente como estratégia de expandir a atuação da Igreja em novos territórios, pelas ordens missionárias, ou consolidar a sua presença na luta por legitimidade social e espacial. De uma maneira geral, as ordens oferecem infraestrutura para a formação de pessoas, colaboram à inclusão da fé cristã nas comunidades, instalam escolas para leigos e constroem igrejas que exercem papel de encontro e integração comunitária, influenciando o pensamento político de diversos atores sociais que, por sua vez, contribuem à formação de leis e políticas públicas. Além disso, muitas vezes controlam a disseminação de livros e documentos que expressam ou não os ideais cristãos (CORDEIRO, 2016).

Após o descobrimento das Américas, as monarquias espanhola e portuguesa buscaram permissão da Santa Sé para construir igrejas, paróquias e dioceses, com o intuito de organizar e consolidar a evangelização nos novos domínios americanos, abrindo caminho para a vinda de diversas ordens ao Novo Mundo. Quando o papa Júlio II, em 1508, atribuiu à coroa espanhola a responsabilidade direta pelo ensino da doutrina católica e a conversão das populações nativas do continente, alguns padres acreditavam que a civilização europeia era superior às sociedades indígenas, vistas como preguiçosas, bárbaras e desumanas e que, por isso, poderiam ser escravizadas (QUEVEDO, 1996). Outros padres condenavam essa visão e defendiam a evangelização pacífica dos povos nativos e, após vários movimentos entre as estratégias de intervenção, na década de 1530 a Igreja “[...] reconheceu oficialmente que os índios eram capazes de ter fé e, portanto, estavam aptos a ter propriedades e ser livres.” (*ibid*, p. 6).

Acompanhado a essa perspectiva acerca dos povos nativos dos “novos continentes”, no fim do século XV e início do século XVI a igreja católica passava por um contexto político de reorganização, desde a luta contra a reforma protestante que já havia se espalhado por importantes países europeus, passando pela reforma de diversas outras ordens clericais, como franciscanos, agostinianos, trinásios e carmelitas, além da busca por respostas às mudanças da sociedade ocidental através do iluminismo e do humanismo. Na península ibérica, depois de grande período de presença muçulmana e a decorrente transformação cultural, a religião teve papel fundamental na Reconquista e no reconhecimento de sua própria cultura: “O argumento que unia todos emanava da religião” (SEBE, 1982, p. 29). Partindo de um processo de difusão

do espírito cristão, os padres começaram a percorrer as ruas das cidades pregando em espaços públicos como forma de cativar os fiéis. “As ordens mendicantes, sobretudo, lucraram com estas novas formas de apostolado. Conseguiram redobrar o prestígio perdido e ganhar a admiração dos fiéis, que nelas viam um espírito de abnegação e desprendimento.” (*ibid*, p. 29).

Nesse contexto político de mudanças e reformas da Igreja Católica, Inácio de Loyola e alguns companheiros criaram a Companhia de Jesus, em 1534, que seria uma das mais importantes, ativas e controversas frentes evangelizadoras dos séculos seguintes – visão presente na maioria dos escritos acerca da ordem no século XIX e XX (CORDEIRO, 2016; EISENBERG, 2000; O’MALLEY, 2017; QUEVEDO, 1996; SEBE, 1982) –, tomando para si o protagonismo da difusão das ideias reformistas do Concílio de Trento (SEBE, 1982). O reconhecimento oficial da Companhia data de 27 de setembro de 1540, dia em que foi assinada e publicada a bula papal *Regimi Militantis Ecclesiae* que reconhece a *Formula* e o regimento da ordem (EISENBERG, 2000).

Quando os dez fundadores elaboraram a *Formula*, pareciam considerar a Companhia uma nova versão das ordens mendicantes do século XIII, os dominicanos e franciscanos. Com efeito, exerciam os mesmos ministérios: pregação, confissão, eucaristia. Como os dominicanos e franciscanos, tinham desses ministérios um conceito itinerante e sem limites geográficos, estendendo-se, por isso mesmo, às missões de além-mar. Na realidade, os jesuítas concebem sua Companhia como uma ordem essencialmente missionária. Na *Formula* os fundadores exprimem claramente sua disponibilidade para “as missões seja onde for no mundo” mediante um voto particular que os obriga a estarem prontos a percorrer o mundo para se fazerem presentes “quer entre os turcos, quer no Novo Mundo, quer entre os luteranos, junto a populações fiéis ou infiéis”. Como se junta aos três votos tradicionais de pobreza, castidade e obediência, esse voto é tradicionalmente considerado um “quarto voto”. (O’MALLEY, 2017, p. 12).

Para Cordeiro (2016), os jesuítas se diferenciavam pela maestria em conciliar uma sólida formação religiosa e intelectual com a disposição em participar de missões que exigiam resistência física, articulação política e noções de administração e finanças. Essas habilidades levaram os padres da ordem para diversas regiões do mundo, tendo grande influência política ao se tornarem confessores de reis e líderes de expedições, em um contexto onde a igreja vinha sendo severamente criticada pelos protestantes devido à sua passividade política e aos luxos excessivos.

Além da pregação religiosa, a principal via de conversão era através da educação como método evangelizador. Por isso, são famosos pela criação de colégios para a população leiga, filhos de colonizadores e povos nativos: “Para os jesuítas, o índio era como “uma criança” que precisava estudar e aprender. Sua mente, dizia o padre Nóbrega, era um “papel em branco onde se podia escrever tudo”.” (QUEVEDO, 1996, p. 7).

Em uma leitura sócio-histórica, Sebe (1982) analisa a importância da iniciativa educacional jesuítica nos seguintes termos:

A sociedade européia ia lentamente se reorganizando em centros urbanos. Era a progressiva evolução que vinha desde a Idade Média. O desenvolvimento da economia determinava a anulação dos senhores feudais. O novo tipo de vida exigia nova espiritualidade. A vida religiosa tinha que se adaptar a estas realidades: por exemplo, fundando colégios. A difusão da cultura e a generalização do ensino eram decorrências do fenômeno urbano. Os jesuítas se viram com a responsabilidade de moldar-se à situação como educadores e estruturadores de um novo saber. Evidentemente, esta plasticidade obrigada pelas novas condições impunha aos reformados atividades nem sempre religiosas. Os jesuítas aceitaram as exigências que o meio determinava. Como os burgueses cuidavam de suas empresas, os loiolanos também tornaram-se administradores e assumiram atividades burocráticas. A época exigia que os padres respondessem ensinando disciplinas profanas ou organizando meios para atrair. O que antes era função de leigos, os padres começavam a dominar. Não bastavam mais apenas conquistas no plano apostólico medieval. Para se conseguir influir religiosamente, para atrair os fiéis, era necessária uma nova espiritualidade que mantivesse acesa a fé. As escolas foram soluções. As casas de ensino jesuíticas multiplicavam-se, por uma razão muito simples: todos a queriam. Havia por parte das “boas famílias” um grande interesse em dar escolas eficientes para seus filhos. (SEBE, 1982, p. 41-42, *sic.*).

Os colégios se tornaram o elemento propulsor da inserção de padres jesuítas em diversas regiões europeias e além-mar, bem como na atuação comunitária da Ordem. Nessa perspectiva, O'Malley (2017) analisa que a identidade jesuítica girava em torno da iniciativa missionária e da figura de professores, tamanha a sua importância nas estratégias de atuação da Companhia.

Os colégios propunham uma instrução, mas constituíam também bases de escolha para outros apostolados. Os jesuítas descobriram assim que essas instituições os punham em contato com pessoas, como os pais dos alunos, que, sem isso, não teriam, talvez, posto os pés em suas igrejas. Os colégios, alguns dos quais chegavam a dimensões imponentes, tornaram-se instituições que desempenhavam um papel importante na cidade. E eles se mostraram, igualmente, muito cedo, como uma fonte de vocações e contribuíram incontestavelmente para o rápido desenvolvimento da Companhia e para a excelência dos jovens que se juntavam a ela. [...] A decisão de Inácio [de investir na criação de colégios] inaugurou uma nova era do catolicismo romano em matéria de educação. Se os jesuítas foram os primeiros a organizar um sistema de estudos aberto a todos os alunos, clérigos ou leigos, e a fazer dele um apostolado fundamental e de pleno direito, seriam seguidos mais tarde por muitas outras ordens, tanto masculinas, como femininas. Esses estabelecimentos tornaram-se marca registrada do catolicismo pelo mundo, e a influência cultural e religiosa deles foi inestimável. (O'MALLEY, 2017, p. 20-21).

Além dos colégios, os jesuítas obtiveram fama a partir de suas pregações e sermões, cujos textos e a qualidade narrativa chamaram atenção das altas sociedades, tornando-se passatempo da moda, inclusive entre protestantes (O'MALLEY, 2017). Essa característica também se tornou protagonista nas estratégias evangelizadoras do grupo, que buscavam absorver traços das culturas locais para metabolizá-los em suas pregações. O'Malley (2017) e

Cordeiro (2016) expõem a habilidade dos padres em se apropriar de cantigas e histórias dos grupos indígenas onde atuavam para incorporá-los em peças de teatro, cânticos e outras formas artísticas que narravam passagens e princípios da fé cristã.

A influência jesuítica no tratamento de questões acerca dos povos nativos do território nacional é enorme. Tanto que é atribuída aos padres dessa ordem a primeira classificação de grupos indígenas no Brasil: baseando-se na língua e no recorte regional em que era falada, os jesuítas dividiram os índios brasileiros entre o grupo *tapuia*, no interior do território, e o grupo *tupi*, no litoral (DONATO, 2015). Hoje são utilizadas novas classificações a partir do reconhecimento de outras características e o avanço dos estudos antropológicos e etnográficos, mas muitas ainda usufruem da estratégia jesuítica de classificação por troncos linguísticos, que auxiliava a pregação.

Para Donato (2015), tupis e guaranis formavam um complexo grupo de raça e língua que, há cerca de 2 mil anos, deixou a Cordilheira Oriental Colombiana rumo ao sul e leste, em terras hoje brasileiras. Dividindo-se no território nacional, os tupis teriam se fixado no litoral, entre Pará e São Paulo, enquanto os grupos guaranis se estabeleceram na região dos atuais Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Argentina, Bolívia e Paraguai.

Diversos autores, como Sebe (1982), Gutierrez (1987), Donato (2015), Cordeiro (2016) e O'Malley (2017), atribuem grande parte do sucesso das missões na América do Sul à presença do povo guarani. Determinados grupos indígenas tratavam os padres jesuítas com agressividade, dificultando a aproximação e contribuindo para os vários relatos de martirização em prol da ação missioneira. Já o grupo guarani, conta-se, distinguia-se por uma melhor aceitação da aproximação de estrangeiros, a abertura ao diálogo e a tendência à mobilidade espacial em prol da busca pela “terra sem males”, um lugar propício para a existência da vida e a manutenção de sua cultura, exercendo os princípios de ser um “bom guarani” – comportamentos que atendem à moralidade e ao respeito com as tradições e a vida. A boa receptividade faz parte da cultura guarani, estando associado à crença em *Tekokatu* que, como retratado em Agrimbau e Ippóliti (2021, p. 70), representa a perfeição moral e o caminho mais nobre até o paraíso: “*Tekokatu* é ser amável com forasteiros [...], impiedoso com seus inimigos, mas, acima de tudo, *Tekokatu* é jamais renunciar à sua liberdade”.

Vindos da Amazônia 2 mil anos antes, os guaranis eram um povo seminômade, que passava no máximo sete anos num determinado lote de terra até exauri-la com a agricultura. Raramente usavam roupas, sobretudo os homens, e seguiam a divisão de tarefas tradicional, com homens cuidando de caça e pesca e as mulheres de todo o resto. Produziam cerâmica e armas com pedra e lascas de arenito. [...] No contato com os missionários, eles reagiram bem. De maneira geral, aceitaram adaptar seu estilo de

vida e se mostraram interessados na proteção que os jesuítas ajudariam a proporcionar. Os religiosos, por sua vez, seguiam a estratégia de aceitação extremamente respeitosa de alguns costumes locais. (CORDEIRO, 2016, p. 138-139).

Na tradição oral guarani há uma relação íntima entre a alma e a palavra, pois a linguagem foi criada antes mesmo da terra e das coisas materiais, sendo a alma-linguagem a essência do ser, duas coisas inseparáveis.

O ser humano é percebido como “palavra-alma” – é o que se expressa mediante a linguagem e por meio do pensamento. Ser e som têm o mesmo sentido. Para essa percepção é necessário ampliar o nosso conceito de som para além da vibração sonora, percebê-lo como corpo-vida, princípio dinâmico da luz cuja forma denominamos “consciência”. (JECUPÉ, 2001, p. 56).

Jecupé (2001) conta que os Pais Primeiros foram os responsáveis pela criação do ser humano. Tupã Tenondé, um dos primeiros seres, se desdobrou em Seres-trovões que criaram mundos e constelações e depois desdobrou-se em Tupy, um co-criador para a morada terrena. O autor explica que hoje a palavra “tupy” associa-se a uma etnia indígena, mas que sua origem significa *tu* = som e *py* = pé, assento (*apy, apyka*), ou seja, “som-de-pé”, sinônimo de “ser humano”. Assim, o homem seria “Uma tonalidade da Grande Música Divina colocada em pé, encarnada, dentro de um assento chamado corpo-carne, para entoar a criação no mundo terreno, para ser na Terra o que sua essência sagrada é no céu – escultor, tecelão, cantor e transformador da vida.” (*ibid*, p. 79).

Havendo-se erguido
da sabedoria contida em sua própria divindade
e em virtude de sua sabedoria criadora,
parou a essência da palavra-alma
que viria a expressar-se: humano;
da sabedoria contida em sua própria divindade
e em virtude de sua sabedoria criadora,
criou nosso Pai o fundamento da linhagem-linguagem humana
e fez que se pronunciasse como parte de sua própria divindade.
Antes de existir a terra, em meio à Noite Primeira,
antes de ter-se conhecimento das coisas,
criou o fundamento da linhagem-linguagem humana
que viria a tornar-se alma-palavra.
E fez o Grande Espírito que se formara parte e Todo. (JECUPÉ, 2001, p. 42).

Além da palavra e da linguagem, a música tem papel importante na tradição ancestral, sendo considerado o “bálsamo de cura mais profundo” e o “espírito da vida” (JECUPÉ, 2001, p. 34). Depois da linguagem, o primeiro fundamento criado foi o Amor, em meio à Noite Primeira, antes da luz e da terra. Esse fundamento veio acompanhado por um som sagrado que se originou da solidão e, assim, o grande movimento da vida é qualificado com amor e

sabedoria. Em termos materiais, os guarani cultuam diversos elementos do mundo animal, como a coruja e o colibri. No reino vegetal, conta-se que as moradas sagradas (nos planos terreno e celestial) são marcadas por palmeiras azuis que se erguem nos pontos norte, sul, leste, oeste e centro, sendo a palmeira um elemento de grande responsabilidade e poder (*ibid*). Como veremos adiante, palmeiras são elementos de destaque na paisagem do sítio de *Santísima Trinidad del Paraná* (PY), um exemplo da manutenção da cultura guarani em meio à edificação de um conjunto citadino que segue tradições europeias.

No Brasil do século XXI, após uma longa história de exploração e dominação – da qual faz parte a experiência jesuítica –, Luciano (2006, p. 28) aponta para um processo de “etnogênese” ou “reetnização” dos povos indígenas, onde:

[...] povos indígenas que, por pressões políticas, econômicas e religiosas ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais como estratégia de sobrevivência – assim amenizando as agruras do preconceito e da discriminação – estão reassumindo e recriando as suas tradições indígenas.

Tal processo, segundo o autor, ocorre a partir da criação de organizações indígenas formais para representar seus interesses diante da sociedade nacional e global, gerando um processo de consolidação do movimento indígena e a decorrente oferta de políticas públicas específicas, além da revalorização das culturas e a recuperação da identidade e do orgulho étnico: “Os povos indígenas, que por força de séculos de repressão colonial escondiam e negavam suas identidades étnicas, agora reivindicam o reconhecimento de suas etnicidades e de suas territorialidades nos marcos do Estado brasileiro.” (LUCIANO, 2006, p. 33).

Nessa discussão, Jecupé (2001, p. 102) analisa que:

Entre ciclos de milênios, houve várias etapas de apogeu, transformação e degeneração cultural, e as mais antigas são difíceis de precisar e até mesmo compreender seu processo. O século XVI foi o mais recente desses ciclos culturais marcados historicamente como o início da degeneração cultural. Nessa época ocorre a conquista da América do Sul por espanhóis e portugueses e revela o período de escravização dos índios Guarani, principalmente pelos portugueses e seus descendentes, que partiam de São Paulo; [...]. A degeneração social dos Guarani deve-se à escravidão e às guerras que se sucederam nos primeiros trezentos anos de conquista. A imposição de uma religiosidade em detrimento da religiosidade nativa também afetou profundamente o ritmo cultural Guarani. Após esse período, em que os escravos Guarani foram substituídos pelos negros da África, surgiu o desequilíbrio ecológico, que continuou causando a esse povo consequências desastrosas do ponto de vista social e interferindo negativamente na sua cultura.

Para Luciano (2006, p. 34), a sociedade brasileira possui uma visão evolucionista que tende a considerar o indígena como um povo de cultura inferior que tenta se integrar à cultura

global, o que acarreta um duplo desafio: “[...] lutar pela auto-afirmação identitária e pela conquista de direitos e de cidadania nacional e global.” Porém, o autor também aponta para pesquisas datadas dos primeiros anos do século XXI em que pode ser percebido o aumento progressivo de pessoas e segmentos sociais que vêm superando essa visão estereotipada:

Dito de outra forma, há uma consciência cada vez maior de que os povos indígenas constituem, sim, um dos pilares da sociedade brasileira e é uma referência importante, senão central, da identidade nacional, assim como é o negro, sem os quais o Brasil não é possível ser ele mesmo. Este caminho para o reencontro com sua história e sua origem pode significar um reencontro consigo mesmo, única possibilidade de seu desenvolvimento pleno, justo, democrático e igualitário diante da diversidade étnica e cultural de seu povo. (LUCIANO, 2006, p. 38).

Nessa constatação, refletimos acerca de como o patrimônio histórico relaciona-se com as lutas dos povos indígenas. Os povos guarani das missões jesuíticas estão envolvidos na gestão e preservação dos sítios ou isso se dá alheio aos grupos sociais que historicamente se fazem herdeiros culturais desse patrimônio? Trata-se de mais um exemplo de apropriação de determinado legado material deixado por outra cultura e que se faz objeto de mercantilização pelo fetichismo turístico? Qual o significado da visitação desses remanescentes arqueológicos?

4.2 OCUPAÇÃO TERRITORIAL E CONSTITUIÇÃO DOS SÍTIOS

A primeira chegada dos padres jesuítas no continente sul-americano ocorreu no Brasil, em 1549. De caráter bastante diverso, a missão jesuítica abarcava desde cidades costeiras, em pleno desenvolvimento pela coroa portuguesa, até as florestas do interior do território. Como era de costume, primeiramente foram criados colégios para portugueses e “crioulos”, e, depois de consolidados, foram abertos noviciados e casas de estudantes para formação de novos jesuítas. Os padres da ordem logo começaram a se envolver em questões políticas, posicionando-se contra o comércio de escravos e os maus-tratos relacionados a isso, ganhando admiração entre os povos indígenas “[...] quando se espalhou a notícia de que, entre os portugueses, há alguns que tomam sua defesa.” (O’MALLEY, 2017, p. 58). O avanço dos padres à América espanhola ocorreu apenas duas décadas depois, quando outras ordens religiosas já atuavam no território (*ibid*).

No que tange à atuação junto aos povos indígenas, as primeiras reduções ou aldeias criadas por padres jesuítas na América latina ocorreram no vice-reino do Peru. Quando

chegaram, em 1567, os jesuítas optaram pelo tipo de ação evangelizadora denominada “missão”, “[...] um avanço sobre zonas indígenas não catequizadas ou sobre centros urbanos de espanhóis, onde por um certo tempo se pregava e em seguida retornava ao colégio ou residência central.” (GUTIERREZ, 1987, p. 8). Porém, instalava-se uma crise organizacional no vice-reino do Peru no final do século XVI, caracterizada pela exploração intensiva de povos indígenas pelos conquistadores espanhóis, a carência e debilidade das ordens religiosas, além da falta de controle administrativo e tributário e a insuficiência das ações missionárias, que acreditavam que o batismo extensivo por si só transformaria as práticas sociais indígenas. Essas características levaram a uma mudança estratégica rumo à criação de “reduções”, núcleos espaciais cuja finalidade era assegurar a concentração dos indígenas, possibilitando uma maior imersão doutrinária e a eficiência da aprendizagem, além do controle dos tributos exigidos pela coroa. Por mais que preferissem o sistema de missão esporádica, em 1576 os jesuítas tomaram o controle da redução de Julí, na fronteira entre os atuais Peru e Bolívia, constituindo a primeira redução da Companhia de Jesus no continente sul-americano (GUTIERREZ, 1987).

Entre 1576 e 1608, os jesuítas aprimoraram suas ações na redução de Julí para depois aplicar estratégias mais maduras na região da bacia do rio do Prata. A partir da experiência de Julí, perceberam a necessidade de uma autonomia total do indígena acerca do pagamento tributário à coroa, sem intermédio dos colonos espanhóis que buscavam explorar sua mão-de-obra. Perceberam também que deveriam assegurar a permanência de determinados traços culturais no processo de integração sociocultural, como o idioma e a sacralização de algumas ações cotidianas, características que serviram como base para o início das reduções da Companhia do Paraguai, em 1609 (GUTIERREZ, 1987). O’Malley (2017) narra que os jesuítas geralmente enfrentavam hostilidades advindas das populações indígenas por serem confundidos com agressores espanhóis, mas que o contato com o povo guarani constitua uma exceção, devido às características intrínsecas do grupo.

Na análise de O’Malley (2017), a atuação jesuítica na América Latina é a que demonstra de modo mais claro a rede de instituições concebida pela ordem, com um sistema de apoio que levava em consideração os meios urbano e rural através de colégios, igrejas, hospitais, farmácias, pensões, hotéis, olarias, criação de gado, plantações, indústrias de açúcar, roupas e outros produtos. Nesse território, o autor concebe destaque indiscutível à atuação junto aos povos guarani e à “República Guarani” dos 30 povos das missões da Companhia do Paraguai que, segundo ele, levantou grande curiosidade na Europa, suscitando admiração de filósofos como Voltaire e Montesquieu.

Logo após a chegada no Brasil, em 1549, os jesuítas se espalharam por todo o território nacional, da Amazônia ao litoral nordestino, chegando aos atuais estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul (CORDEIRO, 2016). Cordeiro aponta que o destaque do caso brasileiro na história da ordem se dá especialmente por dois fatores fundamentais: primeiro por terem chegado logo no início dos esforços de colonização, tendo exclusividade para o estabelecimento de missões, visto que demoraria quatro décadas até a liberação do acesso de outras ordens religiosas à terra de Santa Cruz. Atrelado a isso, o segundo fator diz respeito à ancoragem com Portugal, “[...] o reino mais agressivo em termos de ações colonizadoras naquele momento.” (*ibid*, p. 50). Porém, mesmo com esse poder de influência, os padres se envolviam em conflitos políticos quanto ao tratamento dos povos nativos e suas ações eram ameaçadas pelas investidas bandeirantes, incentivadas durante o domínio espanhol¹⁷. Por isso, os jesuítas perceberam a necessidade de promover imersões maiores com os povos indígenas a partir da criação de colônias e aldeias onde pudessem controlar a arrecadação de tributos, inserir estratégias evangelizadoras nas práticas cotidianas, incentivar a produção cultural e também suprimir práticas que iam de encontro com os ideais católicos, como a poligamia.

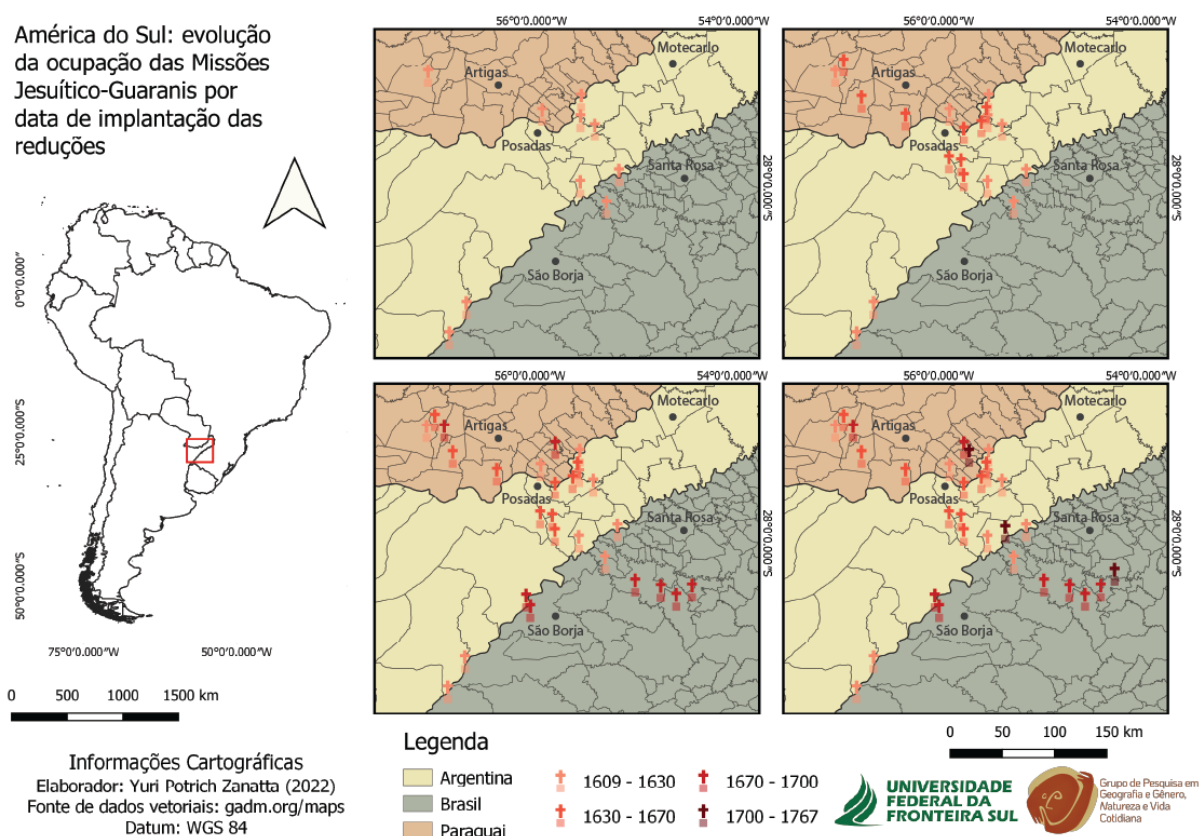
Entretanto, a criação de aldeias não foi suficiente para barrar a investida bandeirante e conflitos com donos de terras, ocasionando uma intensa migração dos padres e das populações indígenas dentro do território nacional. Pelas suas características, espanhóis e bandeirantes paulistas organizavam expedições para capturar os povos guaranis e escravizá-los em suas fazendas. Entre 1638 e 1642, mais de 60 mil guaranis foram levados como escravos para São Paulo e, nesse processo, foram destruídos diversos povoados, obrigando os sobreviventes a transmigrarem. Essas migrações eram motivo de preocupação entre os padres porque significavam o desprendimento do meio natural que o indígena já havia incorporado à sua cosmovisão, mas “[...] a semelhança de qualidades ecológicas do habitat e o cuidadoso critério de seleção dos assentamentos facilitaram a transição em direção a respostas ótimas, dentro do possível.” (GUTIERREZ, 1987, p. 22).

Fugindo dos estados de Paraná e São Paulo, os padres jesuítas, juntamente com populações guaranis, se viram forçados a encontrar os missionários da Companhia do Paraguai

¹⁷ Entre os anos de 1580 e 1640, Portugal e Espanha estavam sob domínio do rei espanhol Filipe II: após a morte do rei português Dom Henrique instaurou-se uma crise sucessória e Filipe II apoderou-se do trono, anexando Portugal à Espanha e estendendo o seu domínio às colônias portuguesas, incluindo o Brasil. Durante esse período, as fronteiras brasileiras puderam ser estendidas para além do Tratado de Tordesilhas, visto que todo o território sul-americano era de posse espanhola, o que intensificou a colonização do Brasil para o interior do continente e teve na figura dos bandeirantes um dos protagonistas dessa expansão (QUEVEDO, 1996).

que haviam se instalado na região do Prata desde início do século XVII (Figura 6). Já haviam reduções em ambas as margens do rio Uruguai, na região hoje compreendida pela fronteira Brasil-Argentina no estado do Rio Grande do Sul, cujo domínio pertencia à coroa espanhola. Ali auxiliaram a criação de diversas aldeias que posteriormente ficaram conhecidas como os 30 Povos das Missões.

Figura 6: Data de criação das reduções dos 30 Povos das Missões



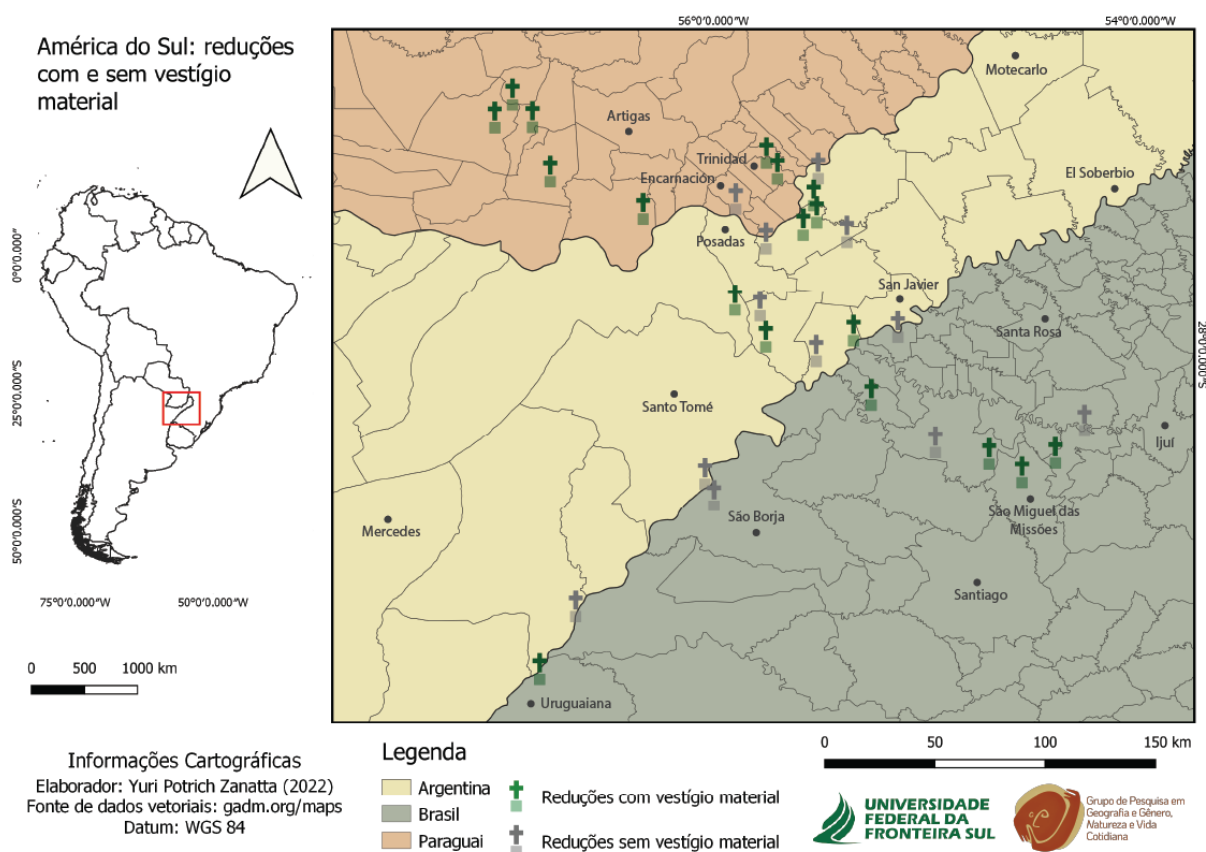
(Fonte: elaborado pelo autor, 2022, a partir de Soster, 2014)

Muitas dessas reduções não resistiram à ação do tempo, seja devido aos sucessivos saques após a Guerra Guaranítica¹⁸ ou à própria tectônica das construções (nem todas as

¹⁸ Com o intuito de resolver algumas questões acerca das fronteiras no sul do território, espanhóis e portugueses assinaram o Tratado de Madri em 1750, complementado em 1751, em que a Espanha entregava à Portugal a área onde ficavam as missões orientais (chamadas assim por estarem situadas à leste do Rio Uruguai, atual Rio Grande do Sul/BR), em troca do território português da colônia de Sacramento (atual Uruguai). Assim, espanhóis passavam a ter controle total sobre o rio da Prata, enquanto portugueses teriam acesso aos enormes rebanhos mantidos nas estâncias jesuíticas. Com o tratado, os jesuítas espanhóis deveriam transferir as missões do atual Rio Grande do Sul para o então território espanhol (atual Argentina, à oeste do rio Uruguai), mas houve resistência e revolta por parte dos guaranis, acarretando que poucos povos seguiram o comando das coroas e os revoltosos se organizaram militarmente para enfrentar as tropas portuguesas e espanholas que intentavam fazer cumprir o tratado. A Guerra Guaranítica assim se desenvolveu em pequenos confrontos durante cinco anos, até que as tropas se enfrentaram em fevereiro de 1756, chefiadas por Sepé Tiaraju, guarani da redução de São Miguel. Sepé foi

reduções contavam com edificações em pedra, sendo comuns as de barro e taipa, principalmente nos aldeamentos mais recentes ou menos desenvolvidos). Segundo levantamentos de Stefano (1997 *apud* SOSTER, 2014), apenas dezoito das trinta reduções apresentam vestígio material na atualidade (Figura 7), sendo sete no Paraguai (*La Santísima Trinidad del Paraná, Jesús de Tavarangue, San Ignacio, Santa María de Fe, San Cosme y Damián, San Santiago e Santa Rosa*), sete na Argentina (*San Ignacio Miní, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto, Santa María Mayor, Nuestra Señora de los Santos Reyes Magos de Yapeyú, San Carlos e Santos Apóstoles Pedro y Pablo*) e quatro no Brasil (São Nicolau, São Miguel Arcaño, São Lorenzo e São João).

Figura 7: Reduções com e sem vestígio material



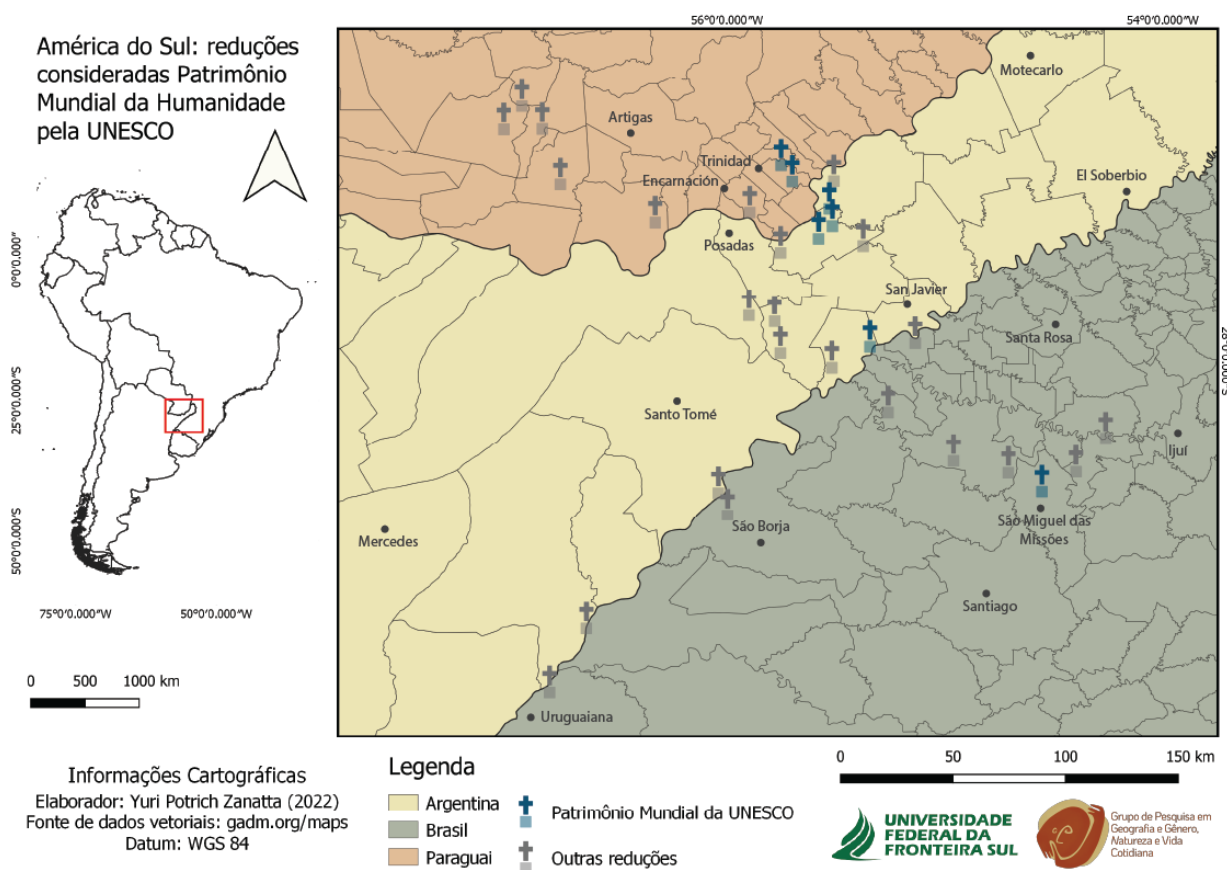
(Fonte: elaborado pelo autor, 2022, a partir de Soster, 2014)

No final da século XX ocorreu o reconhecimento do conjunto das missões jesuítico-guaranis como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO. O site oficial categoriza os

morto em uma tentativa de emboscada e, alguns dias depois, cerca de 1.500 indígenas foram massacrados em poucas horas no passo do Caiboaté, enfraquecendo suas forças e encerrando a resistência poucos meses depois. Devido a isso, muitas reduções foram queimadas e saqueadas. Para uma historiografia detalhada sobre a Guerra Guarânica, recomendamos Henis (1836), Quevedo (1996), Oliveira e Freire (2006), Golin (2014), Soster (2014), Cordeiro (2016) e O'Malley (2017).

itens da lista em Sítio Cultural, Sítio Natural e Sítio Misto, sendo que o conjunto das reduções aparece na primeira categoria como Sítio Cultural¹⁹. Porém, nem todos os sítios históricos foram selecionados para compor o conjunto inscrito na lista de Patrimônio Mundial: dos 18 sítios com vestígio material, apenas sete são considerados pela UNESCO. Em 1983 foram inscritos quatro em território argentino (*San Ignacio Mini*, *Santa Ana*, *Nuestra Señora de Loreto* e *Santa Maria Mayor*) e um sítio brasileiro (São Miguel Arcanjo)²⁰. Em 1993, foram incluídos na lista dois sítios paraguaios (*La Santísima Trinidad de Paraná* e *Jesús de Tavarangue*)²¹, completando os sete sítios atualmente inscritos na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade (Figura 8).

Figura 8: Reduções inscritas na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade da UNESCO



(Fonte: elaborado pelo autor, 2022, a partir de Soster, 2014)

Cabe destacar que as missões jesuítico-guaranis são o único bem do Paraguai inscrito na lista de Patrimônio Mundial. Além disso, dos 23 itens brasileiros (somando sítios culturais,

¹⁹ <https://whc.unesco.org/en/list>. Acesso em: 20/04/2022.

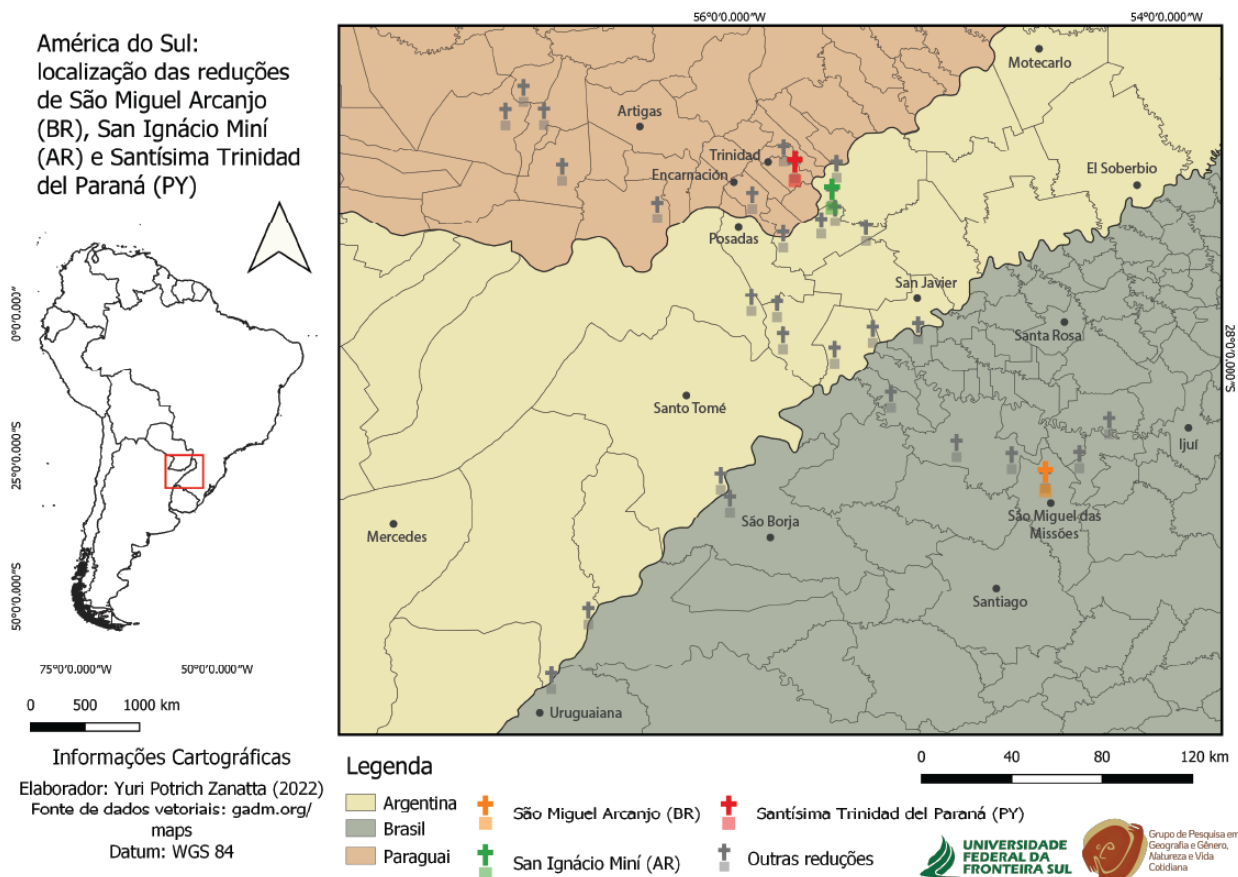
²⁰ <https://whc.unesco.org/en/list/275>. Acesso em: 20/04/2022.

²¹ <https://whc.unesco.org/en/list/648>. Acesso em: 20/04/2022.

naturais e mistos), a redução de São Miguel Arcanjo é o único classificado como bem transfronteiriço²² (devido à inscrição conjunta com as reduções argentinas). A Argentina possui 11 itens na lista, três considerados transfronteiriços: além das missões jesuítico-guaranis, aparece o *Qhapaq Ñan* (sistema rodoviário dos povos incas que se distribui por vários países na região dos Andes), e a casa modernista projetada por Le Corbusier (inscrita juntamente com outras obras do arquiteto em diferentes países).

A abrangência do nosso estudo limita-se a três desses sítios históricos: São Miguel Arcanjo, no Brasil, *San Ignacio Miní*, na Argentina e *Santísima Trinidad del Paraná*, no Paraguai (Figura 9).

Figura 9: Localização das reduções de São Miguel Arcanjo (BR), *San Ignacio Miní* (AR) e *Santísima Trinidad del Paraná* (PY)



(Fonte: elaborado pelo autor, 2022, a partir de Soster, 2014)

O recorte justifica-se segundo interpretação de Soster (2014), ao analisar que esses são os sítios com melhor estado de preservação nos três países envolvidos e, conseqüentemente, os

²² <https://whc.unesco.org/en/list/?&transboundary=1>. Acesso em: 20/04/2022.

que reúnem as principais estratégias de intervenção e gestão, sendo as fontes mais completas para estudo e pesquisa. Porém, é preciso destacar que os demais sítios históricos, estejam ou não inscritos na lista de Patrimônio Mundial, apresentando ou não vestígios materiais, contribuem para a interpretação do patrimônio jesuítico-guarani, principalmente quando intentamos promover uma abordagem raiana, regional e transfronteiriça, o que justifica a abordagem de conjunto apresentada até o momento. A partir de agora, seguiremos aprofundando nossa análise nos assentamentos e destacaremos os três sítios estudados, apresentando-os de maneira mais detalhada.

Como dito, as reduções eram aldeias que visavam intensificar o processo de disseminação da fé cristã a partir das práticas cotidianas, além de proteger os indígenas das investidas bandeirantes e os conflitos territoriais. Para Gutierrez (1987, p. 14-15),

A proposta jesuítica se perfila como uma alternativa integral de formas de vida, que implica, por um lado, a hierarquização de certos traços culturais do indígena e, por outro, aculturação daquelas formas contraditórias com a vigência dos princípios cristãos. Esta proposta é integral, porque inclui as formas de organização social, a divisão do trabalho, o controle dos meios de produção, a planificação do uso do solo e a própria estrutura dos assentamentos urbanos e territoriais.

A isso, Cordeiro (2016), complementa que:

As aldeias serviriam para abrigar o maior número possível de índios, que estariam protegidos dos contatos excessivos com os colonos. Os silvícolas ficariam livres da ameaça de serem escravizados e, em troca, trabalhariam na agricultura e na construção de casas e seguiriam as regras católicas de comportamento. Aprenderiam não só a ser cristãos, mas também a viver num único lugar e a ter uma única esposa. Além disso, dominariam uma profissão e se tornariam figuras totalmente integradas ao novo mundo trazido pelos europeus. Era, na prática, o lugar ideal para que a conversão acontecesse da maneira mais rápida e completa possível. (p. 57-58).

Nos séculos XVII e XVIII, ao sul da América Latina, o conceito de aldeia indígena seria aplicado com tamanha radicalidade que passaria a ganhar um nome específico: *reducciones*, em espanhol, ou missões, em português. Organizadas como cidades de coabitação entre religiosos e indígenas, chegariam ao ponto de organizar exércitos para impedir a invasão de colonos em busca de escravos entre os moradores. As missões formariam uma das experiências mais interessantes de tudo o que se viu em termos de colonização nos últimos séculos [...]. Era espantoso: grupos de brancos, com motivações religiosas, reuniam habitantes locais para formar cidades ao estilo ocidental, mas com gestão delegada aos próprios indígenas. Os padres não abriam mão do controle sobre as missões, é claro. E, como de costume, exigiam que os nativos abandonassem antigos hábitos envolvendo bebidas, poligamia e consulta a xamãs. Mas a administração do dia a dia era delegada a um conselho de notáveis, formado por indígenas cristãos, trabalhadores, vestidos e alfabetizados. No auge, ao fim do século XVII e somando todas as mais de quarenta missões²³, mais de 150 mil pessoas

²³ O autor se refere a missões de toda a América Latina, englobando outros países que não fazem parte do conjunto dos trinta povos analisado por esse trabalho (recorte fronteiro Brasil-Argentina-Paraguai). Nas estimativas de O'Malley (2017), nessa época as trinta reduções da Companhia do Paraguai somavam 110 mil habitantes.

participaram simultaneamente desse modelo de gestão, a maioria da etnia guarani. (p. 138).

Diversas são as narrativas acerca do desenvolvimento cultural das reduções, principalmente através da música e do artesanato. O show de Som e Luz, em São Miguel das Missões, evidencia a produção de representações religiosas através de estatuários e gravações em alto relevo, com exemplares expostos nos museus dos três sítios históricos visitados. Além disso, muito se narra sobre o desenvolvimento musical pelos corais e a confecção e manejo de instrumentos de sopro, corda e percussão. Essa característica também é bastante evidenciada no show de Som e Imagem de *San Ignacio Miní*, na Argentina. Tal dimensão do desenvolvimento cultural como estratégia evangelizadora e de mudança social para adequação aos padrões europeus pode ser encontrada na maioria das fontes consultadas, como Sebe (1982), Gutierrez (1987), Eisenberg (2000), Custódio (2002), Soster (2014), Cordeiro (2016) e O'Malley (2017).

Quanto aos meios econômicos, Gutierrez (1987, p. 14) nos coloca que “A necessidade de se criar um sistema planejado para o conjunto dos trinta povoados levou à definição de características de produção específicas de acordo com as potencialidades do assentamento e a disponibilidade de terras e recursos naturais.” Dessa maneira, algumas aldeias eram especializadas em pecuária e outras na produção de ervas, algodão ou artesanato para ser vendido na colônia ou na península ibérica em troca de insumos e instrumentos. Quando uma redução crescia demasiado, era comum que os padres dividissem a população para criar outro povoado nas redondezas. Inicialmente os esforços se concentravam na concretização física dos assentamentos e, conforme as tarefas iam se especializando, os indígenas eram designados para trabalhar nas terras agrícolas comuns da comunidade como pastores de gado, nos ofícios artesanais ou prestando outros serviços. Era comum o respeito às aptidões pessoais para cada trabalho, reconhecendo as potencialidades e interesses dos indivíduos (*ibid*).

Especialmente, as reduções seguiam certo padrão organizacional (Figura 10) configurado por dois conjuntos: o primeiro formava o núcleo inicial composto pela igreja, escola, cemitério, cotiguaçu²⁴, claustro, casa dos padres, pátio de oficinas e depósitos, tambo²⁵

²⁴ Habitação de mulheres viúvas, órfãs, solteiras, sentenciadas ou aquelas cujos cônjuges estavam prestando serviços fora da aldeia ou encontravam-se em exercício militar (CUSTÓDIO, 2002). Quando questionados acerca dessa forma de isolamento do convívio social da redução, os guias turísticos afirmam que tratava-se de uma estratégia de conter a prática de poligamia que era comum aos povos indígenas e contrário aos dogmas católicos pregados pelos padres jesuítas.

²⁵ Hospedaria para forasteiros e comerciantes que visitavam a aldeia ou estavam de passagem pela região. Segundo descrições, os forasteiros não poderia permanecer por mais de três dias na redução, período no qual recebiam alimento e cuidados para os animais enquanto expunham seus produtos (CUSTÓDIO, 2002).

e quinta²⁶, configurando a hierarquia da organização da redução. À frente desse complexo situava-se o segundo conjunto, composto por uma praça quadrangular de grandes dimensões, cujas demais arestas estruturavam o sistema de ruas e avenidas que abarcavam o cabildo²⁷ e os pavilhões de residências (CUSTÓDIO, 2002). Poderia haver alguma pequena adaptação no complexo principal, mas de maneira geral as reduções seguiam fielmente esse padrão. Segundo Gutierrez (1987), essa organização fazia com que a igreja fosse o elemento protagonista e estruturante da redução, compondo um cenário para a vida cotidiana da população ali presente. Arelado aos princípios estilísticos barrocos, caracterizado pelo excesso de ornamentos e representações, a evangelização ultrapassava os momentos de culto e se estendia para todas as atividades da aldeia.

Figura 10: Esquema de organização de uma redução jesuítico-guarani



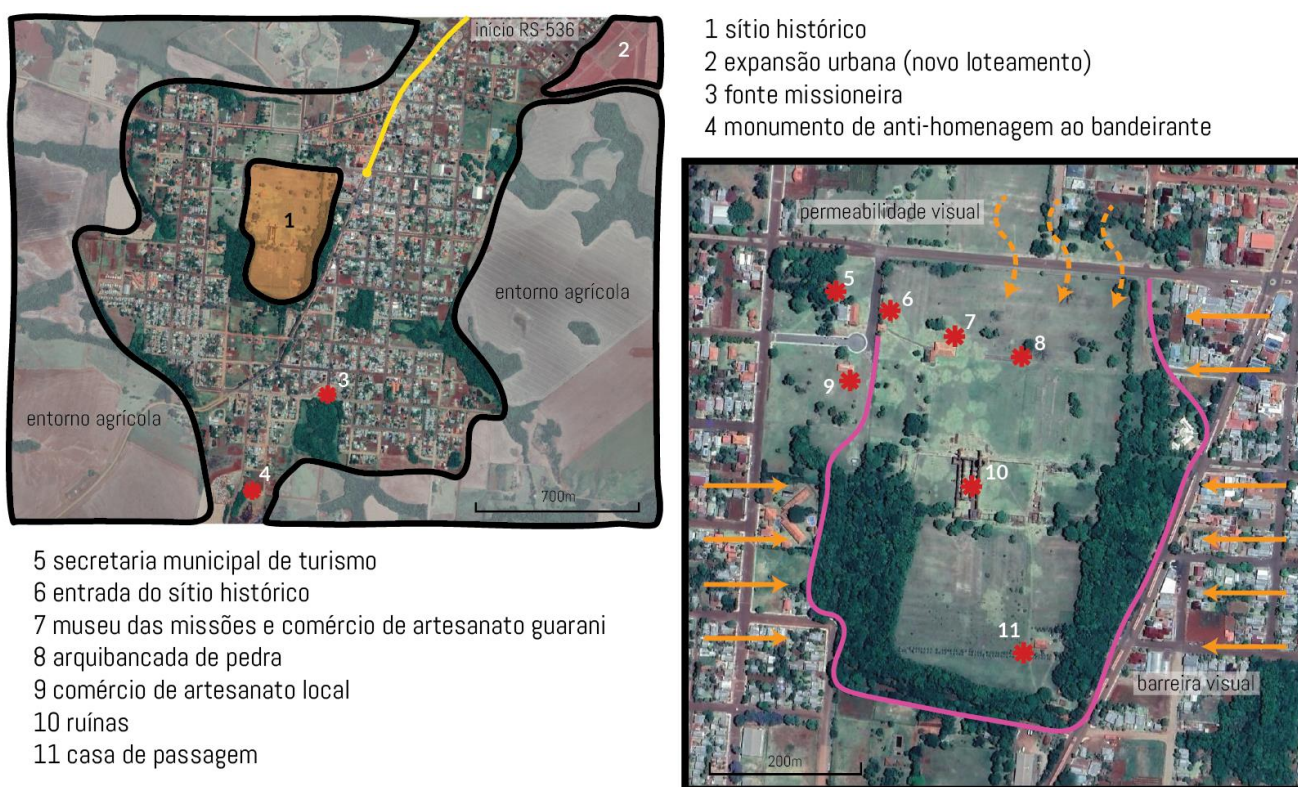
(Fonte: elaborado pelo autor, 2022, com base em Custódio, 2002)

²⁶ Local de cultivo dos padres cercado por pedras, com horta, pomar e jardim. Os guaranis tinham seus locais particulares de cultivo nos arredores da aldeia (CUSTÓDIO, 2002).

²⁷ Sede do conselho indígena integrado pelos caciques que tomavam decisões acerca dos assuntos da redução. Algumas decisões eram tomadas pelos padres, mas a maioria cabia ao conselho indígena. O cabildo ocupava uma ou mais casas em frente à praça (CUSTÓDIO, 2002).

O sítio histórico de São Miguel Arcanjo localiza-se na cidade de São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil (Figura 11). Datado de 1632/1687²⁸, destaca-se pela imponência da igreja que leva em conta preceitos estilísticos barrocos através da correção óptica da perspectiva da fachada, além da inserção de um pórtico de entrada ao templo, que não existia em outras reduções (GUTIERREZ, 1984). Anexo à igreja destaca-se o campanário, que teve um minucioso trabalho de desmonte para consolidação estrutural, onde todas as pedras foram catalogadas para que o remonte fosse fiel à iconografia original. Além disso, é o único sítio que ainda apresenta vestígios do cotiguaçu, à oeste da igreja, quase mesclando-se à mata. Em contrapartida, não há remanescentes significativos dos pavilhões de residências, que encontram-se marcados por pedras no terreno do sítio histórico. Destaca-se também a presença do museu das missões próximo à entrada, configurando um portal de chegada às ruínas (Figura 12).

Figura 11: O sítio histórico e a cidade de São Miguel das Missões, Brasil

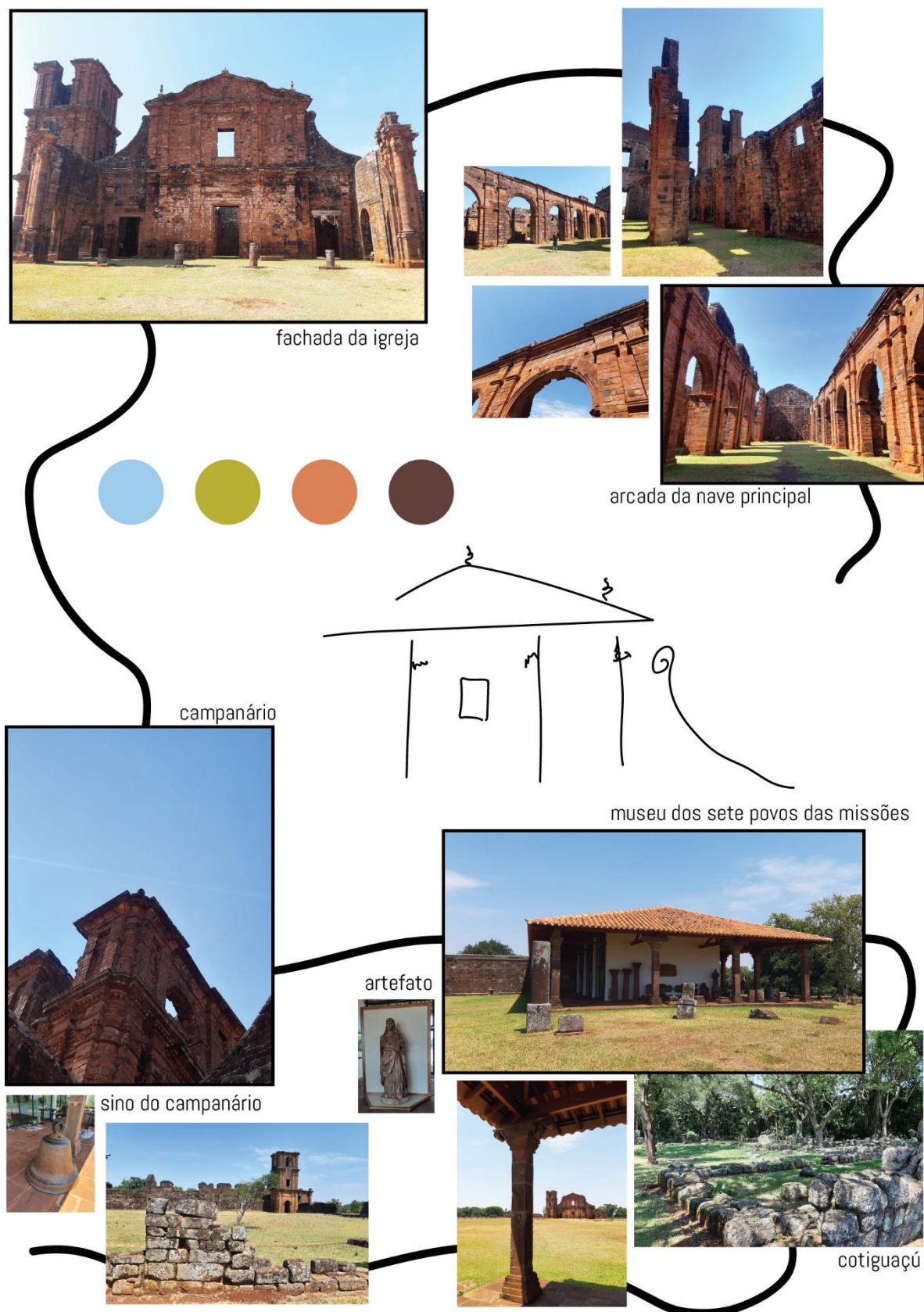


(Fonte: elaborado pelo autor, 2022, imagem aérea obtida em Google Earth Pro, c2021²⁹ modificada pelo autor)

²⁸ Segundo Soster (2014), a redução de São Miguel foi criada inicialmente em 1632 e mudou de lugar por motivos desconhecidos, fixando-se na localização atual em 1687.

²⁹ Imagem de 23 out. 2021, acesso em 20 jan. 2022, c2021 CNES / Airbus, via app Google Earth Pro.

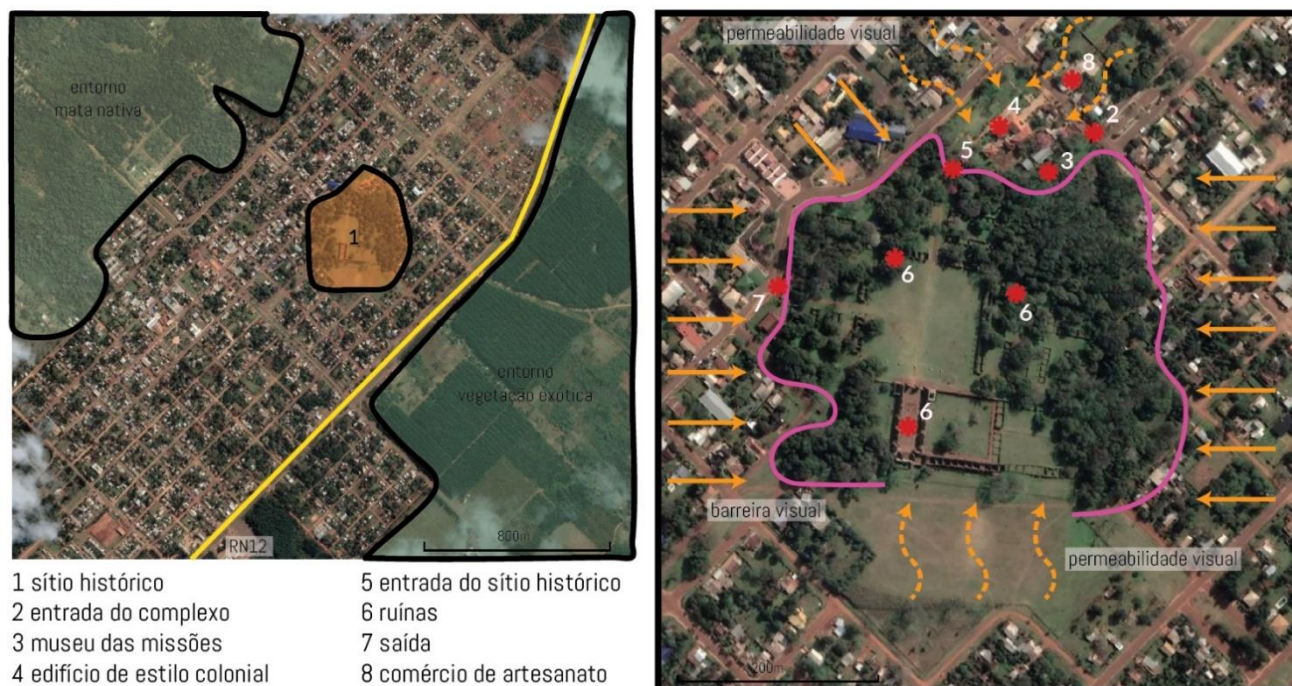
Figura 12: Sítio histórico da redução de São Miguel Arcanjo, Brasil



(Fonte: elaborado pelo autor, acervo próprio, 2022)

O sítio histórico de *San Ignacio Miní* localiza-se na cidade de *San Ignacio*, província de *Misiones*, Argentina (Figura 13). Também datado de 1632, destaca-se pela possibilidade de apreciação mais completa do traçado urbano da redução (SOSTER, 2014), além da presença das paredes das moradias no entorno da praça, o que permite uma melhor visualização e entendimento das suas dinâmicas espaciais. Outrossim, outra particularidade deste sítio histórico se trata da presença das ruínas em meio à mata que foi se formando ao longo dos séculos de desocupação, que também condiciona a experiência espacial. Estima-se que a presença da mata teve papel fundamental para o estado de preservação que o sítio apresenta atualmente, tendo em vista a prevenção de saques das ruínas pelo seu difícil acesso antes da limpeza e dos trabalhos de “revitalização”.³⁰ Também se pode visualizar vários elementos do primeiro conjunto de construções, como edificações que abrigavam cabildo, cadeia e hospital, proporcionando um melhor entendimento da arquitetura e da iconografia do complexo edificado através da visualização dos balaústres, colunas e portadas (GUTIERREZ, 1987).

Figura 13: O sítio histórico e a cidade de *San Ignacio*, Argentina



(Fonte: elaborado pelo autor, 2022, imagem aérea obtida em Google Earth Pro, c2021³¹ modificada pelo autor)

³⁰ Relato do guia turístico Henrique, no sítio histórico de *San Ignacio Miní*, em *San Ignacio*, *Misiones*, Argentina.

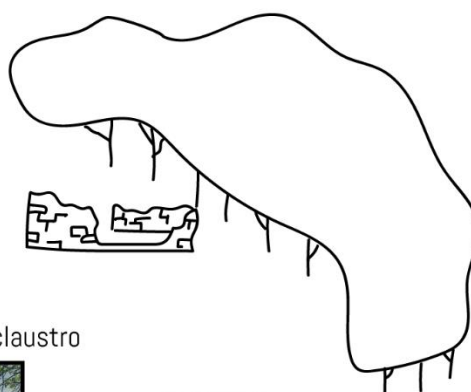
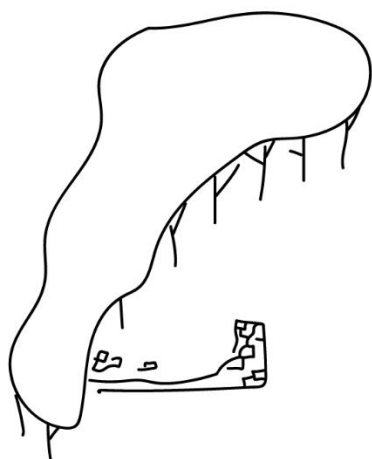
³¹ Imagem de 16 ago. 2021, acesso em 20 jan. 2022, c2021 Maxar Technologies, via app Google Earth Pro.

Figura 14: Sítio histórico da redução de *San Ignacio Miní*, Argentina

fachada da igreja com turistas



ruínas em meio à mata



balaústre do claustro



portal dos padres



parede lateral da igreja



(Fonte: elaborado pelo autor, acervo próprio, 2022)

O sítio histórico de *Santísima Trinidad del Paraná* localiza-se na cidade de *Trinidad*, distrito de *Itapúa*, Paraguai (Figura 15). Datado de 1706, não conserva tanto do seu traçado urbano, mas é possível ter a experiência espacial da praça visto que os pavilhões da primeira fileira de ruas ainda se fazem visíveis. De grande impacto visual devido a um leve aclive no terreno, a igreja não conserva muito de sua fachada, mas as paredes de fundo do altar geram grande efeito cenográfico, além de vários estatuários, pia batismal e púlpito, ainda visíveis e restaurados recentemente. Outro destaque da redução de *Trinidad* é a manutenção das arcadas na fachada das residências, além de um segundo conjunto religioso situado à esquerda da igreja principal, atrás das residências: conforme explicado em Soster (2014), *Trinidad* sofreu um rearranjo espacial quando a igreja principal entrou em colapso em 1775, construindo-se outro conjunto provisório com templo e cemitério, já num período pós-jesuítico. Gutierrez (1987, p. 68) afirma que a redução de *Trinidad* é a “obra máxima da arquitetura jesuítica” e que “O descobrimento da cal em meados do século XVIII foi o que possibilitou a realização de uma obra concebida totalmente ‘à européia’, com suas três naves, torre, cúpula no cruzeiro e até circulação entre os muros.”.

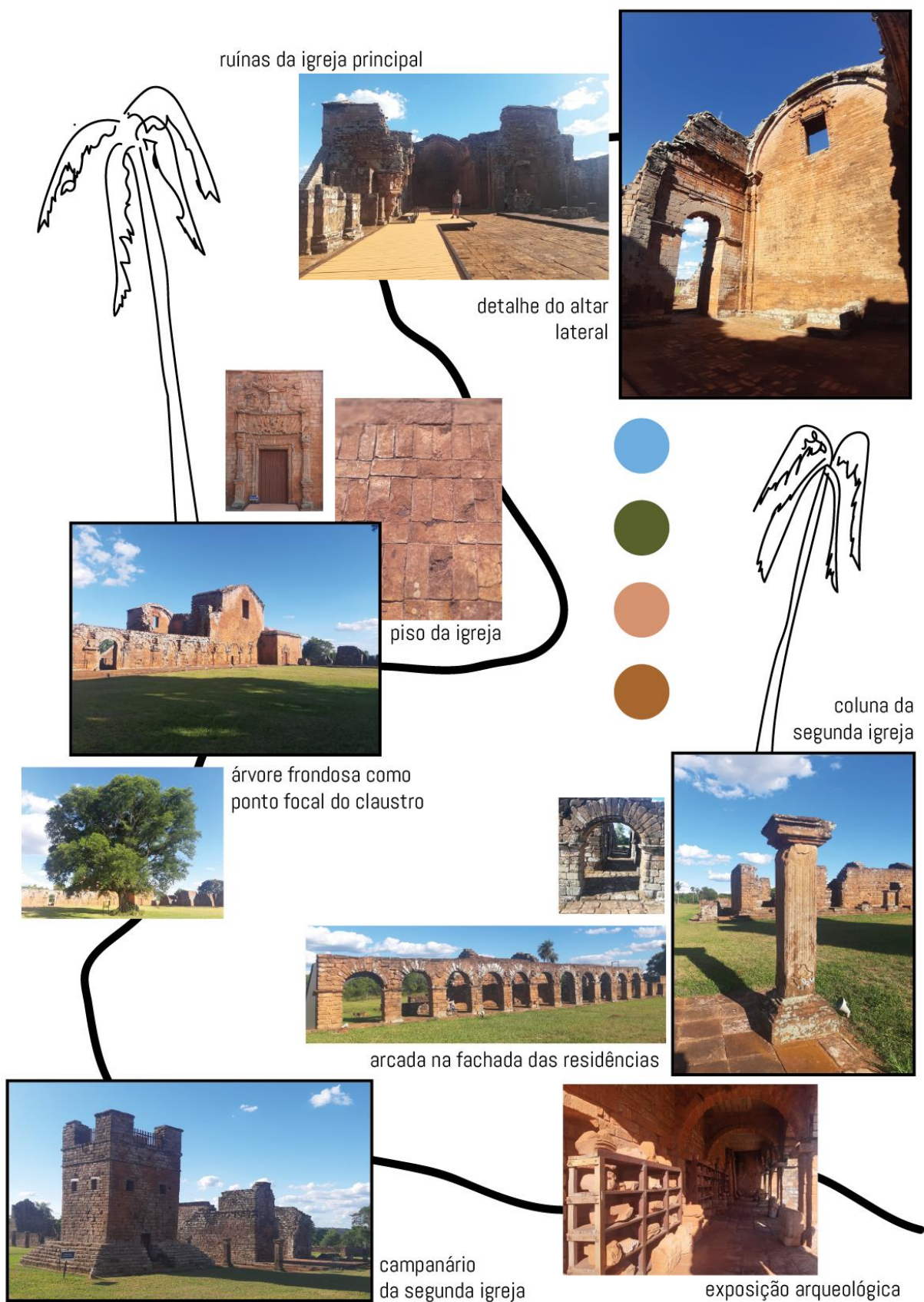
Figura 15: O sítio histórico e a cidade de *Trinidad*, Paraguai



(Fonte: elaborado pelo autor, 2022, imagem aérea obtida em Google Earth Pro, c2021³², modificada pelo autor)

³² Imagem de 23 set. 2020, acesso em 20 jan. 2022, c2021 Maxar Technologies, via app Google Earth Pro.

Figura 16: Sítio histórico da redução de *Santísima Trinidad del Paraná*, Paraguai



(Fonte: elaborado pelo autor, acervo próprio, 2022)

Percebe-se que os três sítios históricos analisados encontram-se inseridos na malha urbana dos respectivos municípios. Tal fator pode ser decisivo para o seu estado de preservação, visto que várias outras reduções do conjunto missioneiro situam-se em meio à mata, acessando-se através de rodovias que passam nos arredores de outras cidades. Segundo levantamentos de Soster (2014), o traçado urbano atual de São Miguel das Missões foi implantado levando em consideração alguns eixos viários da antiga redução, principalmente no sentido leste-oeste. Em contrapartida, na cidade de *San Ignacio* (AR) percebe-se a autonomia do traçado urbano, que deixa preservado apenas parte da área do antigo complexo. Em *Trinidad* (PY), vemos certa relação entre os eixos da redução guaranítica e as ruas do traçado atual da cidade.

Além desses fatores, também se destaca a maneira como a cidade envolve as reduções e os diferentes graus de permeabilidade visual que apresentam, gerando diferentes relações entre o cidadão e o sítio histórico. Em São Miguel das Missões, ao adentrarmos a cidade e percorrermos pela avenida de acesso, chegaremos a uma rótula e rapidamente passaremos pela frente do sítio histórico, cercado por gradil mas de maneira bastante visível da rua, gerando um grande impacto visual nos transeuntes. De outros pontos da cidade, vemos extensas arestas de mata fechada conformando os limites da área cercada da redução e compondo a lateral das avenidas da cidade.

Em *San Ignacio* não se vê o sítio histórico a partir das ruas, apenas o complexo inicial marcado pela fachada e o jardim da construção em estilo colonial que abrigava o antigo museu, onde localiza-se o acesso ao sítio histórico. Tal organização cria quase como uma mística em torno do objeto arqueológico e a sensação que temos é de entrar em um oásis protegido situado em outro momento histórico, ocasionando outra relação espacial entre cidade e sítio. No município de *Trinidad*, a ocupação contemporânea ocorre majoritariamente à norte e leste do sítio histórico, mas com algumas ruas envolvendo suas demais arestas. Em uma relação de permeabilidade visual, de dentro do sítio é possível estender o olhar para além do espaço delimitado, ver casas e paisagens ao longe. Porém, não parece que o recorte arqueológico configura o coração da cidade, tanto que, para acessá-lo, a própria hierarquia viária se modifica: é preciso sair das ruas asfaltadas que acessam a rodovia e se transferir para ruas com pavimentação em paralelepípedo, o que traz a sensação de não estar mais na principal área da cidade.

Por mais que apresentam diferenças perceptivas, configurando maior ou menor grau de interação com a cidade em termos de permeabilidade visual e hierarquia espacial, os três sítios históricos se relacionam de maneira semelhante pois interrompem o fluir do traçado urbano e não passam despercebidos nas dinâmicas espaciais dos municípios em que se encontram. Fato

visto também pela grande quantidade de hotéis, restaurantes e outros comércios que sobrevivem em função do turismo das reduções ou que bebem de sua iconografia para compor a linguagem visual de seus estabelecimentos, aproximando-se da prática de utilizar o patrimônio como *commodity* comercial.

Feita essa análise inicial do nosso objeto de estudo, seguiremos agora para os exercícios de apreensão paisagística. Na próxima seção, explicaremos os instrumentos de pesquisa utilizados nos trabalhos de campo, cujos produtos embasarão nossas reflexões e discussões na última etapa desse trabalho.

4.3 APREENSÃO PAISAGÍSTICA

Se, como dito, a experiência da paisagem é fruto da subjetividade do olhar ao cruzar com a materialidade de um território (BERTRAND; BERTRAND, 2002; BERTRAND, 2009; METAILIÉ; BERTRAND, 2006; SOUZA, 2010, 2015), entende-se que a apreensão da paisagem depende dos sujeitos que a vivenciam. As cargas emocionais e subjetivas, o estado de espírito e a própria capacidade perceptiva do observador não só influenciam como determinam a apreensão do ambiente, bem como as maneiras como nos relacionamos com ele.

Dessa relação subjetiva de viver no mundo é que nasce a experiência estética do lugar, no pressuposto de que existe uma unidade entre o meio físico e o espiritual (SIMMEL, 2009). Para Vitte (2010), a nossa concepção do mundo é moldada pela maneira com que apreendemos os objetos, isso é, as condições materiais e imateriais disponíveis na relação com o espaço, havendo portando uma consciência e uma intencionalidade por parte do sujeito na concepção de determinado objeto. Nesse sentido,

Essa unidade também se manifesta na relação entre arte e ciência, onde o conceito de arte realiza-se na produção da vida, no trabalho e na ciência e, por sua vez, fazer ciência é também fazer arte, o que caracteriza uma estética objetiva e livre do excesso de inteligência, pois há um jogo entre a razão, a imaginação, a história e a política. Havendo uma objetividade no belo e no sublime, que se liga a uma razão prática, moral, que pode fundamentar a experiência estética e a construção da liberdade. Portanto, **a experiência estética é o ato de sensibilizar e de interferir na produção da representação, da consciência e da liberdade, em que o conceito de belo atua como mecanismo motriz na construção de um julgamento sobre o mundo.** Há, assim, um despertar, uma sensibilização do sujeito, da razão, que tem em sua constituição não apenas regras formais e lógicas, mas elementos subjetivos-objetivos, que se conectam a diferentes outros elementos como a intuição, por exemplo, que de maneira diferenciada constituem a totalidade sujeito, portador de uma moral e de uma

postura sobre o mundo. Há uma razão histórica, social e cultural de se construir a mundaneidade do mundo. (VITTE, 2010, p. 14, grifo nosso).

Perceber um ambiente perpassa a atividade de construir uma imagem mental baseada na experiência e nos objetivos do observador, além dos estímulos que chegam à vista e aos demais órgãos perceptivos (LYNCH, 1960). Assim, a construção da imagem mental integra o modo de conhecimento sensível, apoiando-se em informações captadas pelos sentidos humanos e caracteriza-se por representação e interpretação, por meio da memória e de características morfológicas recolhidas pelo processo perceptivo (KOHLSDORF, 1996; KOHLSDORF; KOHLSDORF, 2005). Dessa perspectiva nasce a avaliação do desempenho morfológico dos lugares, a segunda metodologia a ser apresentada.

No campo da geografia, Castro (2021, p. 44) nos traz que a observação “é o processo do qual a paisagem se corporiza e ganha vida, adquire funções, valores, qualidades, sentidos”. Por isso, “observar” a paisagem envolve processos maiores do que o simples “olhar” natural, inconsciente e mecânico. Observar, para a autora, é um processo mais complexo que implica “atenção, querer, vontade” pois responde a um objetivo e um propósito, resultando assim em uma relação entre observador(a) e observado(a). Tal relação não só analisa mas também transforma a interpretação da paisagem, caracterizando um ato dinâmico e múltiplo ao assumir um papel caleidoscópico que leva em conta a diversidade de olhares modelados por diferentes *backgrounds* (acadêmico, cultural, social, geográfico) que determinam a individualidade do ato do observador (CASTRO, 2021).

Além disso, a autora elabora uma proposta taxonômica para estudos de observação paisagística que leva em consideração 3 perspectivas fundamentais: cronotópica (dimensão espacial e temporal), técnica (dimensão investigativa) e a perspectiva referente ao objeto de estudo (dimensão do universo/amostra) (CASTRO, 2021). Nessa taxonomia, nossos procedimentos metodológicos apresentados no desenvolver dessa seção caracterizam-se da seguinte maneira:

Dimensão espacial: caracteriza-se por um processo “de campo”, pois o observador se desloca até o sítio, estando presente na paisagem observada e realizando a visualização diretamente. Além disso, pode-se considerar uma investigação de caráter “variado”, pois levou em conta a movimentação do observador pelo espaço dos sítios, não tratando-se apenas da apreensão de uma única unidade paisagística.

Dimensão temporal: por mais que tenha havido certa programação prévia, a observação deu-se de maneira espontânea, conformando uma situação de observação empírica onde o observador foi surpreendido por fenômenos inesperados que modificaram a sequência inicial

de observação (como as rotas propostas pelos guias turísticos, outros estímulos topoceptivos que não haviam sido previstos no estudo inicial dos objetos, etc). Além disso, a observação se deu em tempo “único” pois contou com uma só visita aos sítios, o que também condiciona parte da percepção.

Dimensão do universo/amostra: não houve classificação prévia de “inclusão” ou “exclusão” de elementos que deveriam compor a investigação, visto que se adotou uma estratégia de observação fluida e dinâmica, cujo protagonismo ou não de elementos se deu a partir da maneira como eles se destacavam na apreensão da ambiência dos sítios históricos. Em termos de unidade, pesquisaram-se três sítios históricos, mas considera-se como unidade de caráter “individual” visto que não serão abordados aspectos externos aos sítios, ou seja, às unidades de paisagem contíguas a eles.

Dimensão investigativa: no que concerne a essa dimensão, temos que a pesquisa contou com observação “direta” e “experimental”, pois a percepção se deu em grande parte pelo próprio investigador, mas também contou, em determinados momentos, com o apoio de colegas que participaram do trabalho de campo e também do roteiro e das informações passadas pelos guias turísticos, caracterizando também uma dimensão “verbal”. Pela inserção junto à atividade turística, pode-se considerar que a observação teve caráter “participante”, visto que o investigador se incorporou na paisagem e nos elementos de estudo para melhor apreender a paisagem dos sítios históricos e os estímulos que ela proporciona.

* * *

Os instrumentos aqui elencados usualmente são aplicados a percursos e espaços urbanos, parques e ambientes externos. Porém, tais metodologias e seus resultados podem se adequar a uma grande diversidade de pesquisas³³. Por isso, optamos por aplicar duas metodologias de apreensão paisagística no campo da pesquisa de paisagem em arquitetura e urbanismo.

³³ A análise da dimensão topoceptiva apresentada por Kohlsdorf leva em consideração estudos elaborados por Kevin Lynch (1960). Outro instrumento também desenvolvido por Lynch, o *Walkthrough*, consiste em uma análise experiencial a partir de uma visita guiada em determinado percurso. Primeiramente aplicado em ambientes urbanos, hoje ele é bastante utilizado como instrumento de Avaliação Pós-Ocupação (APO) de ambientes construídos internos, com análises que levam em consideração tanto o conforto ambiental (lumínico, acústico, térmico, háptico), quanto aspectos relativos ao comportamento, uso e apropriação do/no espaço pelos usuários. A adequação de metodologias de pesquisa para objetos diferentes dos quais foram elaborados é recorrente nas pesquisas em arquitetura e urbanismo, visto que muitas delas se adaptam à transição tipológica e escalar.

O primeiro instrumento, denominado Catálogo de Paisagem Urbana (CPU), foi elaborado por um grupo de pesquisadores da Faculdade de Arquitetura da Universidade Católica de Córdoba, Argentina, por meio do grupo *Observatorio del Paisaje Urbano – UCC*, que busca identificar a composição da paisagem e seus elementos valorativos (CELIS; PERÍES, 2018; PERÍES et al., 2013; PERÍES; BARRAUD, 2021; PERÍES; BARRAUD; KESMAN, 2021; PERÍES; KESMAN; BARRAUD, 2020; PERÍES; OJEDA; KESMAN, 2013). Trata-se de um instrumento relativamente recente cujos estudos ainda estão em processo de disseminação.

O segundo instrumento, elaborado por Kohlsdorf (KOHLSDORF, 1996, 2001, 2005; KOHLSDORF; KOHLSDORF, 2005), já possui algumas décadas de aplicação e caracteriza-se por uma avaliação do desempenho topoceptivo do lugar. A partir de um Registro Sequencial de imagens do ambiente, observa-se a qualidade paisagística do percurso pela identificação de morfologias e seus efeitos visuais. Seguimos.³⁴

4.3.1 Catálogo de Paisagem Urbana (CPU) – Método de Peries et. al.

O Catálogo de Paisagem Urbana (CPU) é um instrumento de apreensão da paisagem de determinado recorte espacial a partir de três etapas: Identificação, Caracterização e Valoração. As três fases “*están dirigidas a conocer el estado, los valores, la dinamica y las tendencias del paisaje, en el análisis e interpretación de los resultados obtenidos para abordar la definición de consideraciones de calidad paisajística.*” (CELIS; PERÍES, 2018, p. 101). Nesse sentido, o instrumento foi desenvolvido para contrapor a ideia da apreensão da paisagem de maneira abstrata a partir de ferramentas cartográficas e busca abordar informações não contidas nos estudos tradicionais de planejamento urbano, utilizando-se da contemplação da paisagem de modo vivencial, atentando para a sua fisionomia e sua dinâmica (PERÍES; OJEDA; KESMAN,

³⁴ Antes de passarmos à descrição das metodologias elencadas, é necessário fazer alguns apontamentos: uma metodologia aplicada às cegas pode trazer resultados que não condizem com a pesquisa proposta, isso é, a aplicação de metodologias de pesquisa precisam ser feitas de maneira crítica, adequando-se aos objetivos do estudo. Por isso, consideramos que os métodos de pesquisa de campo são elementos balizadores, mas não passo-a-passos rígidos que necessariamente precisam ser implementados *ipsis litteris*, principalmente em análises subjetivas que levam em conta a percepção do pesquisador na interpretação dos resultados. Isso não quer dizer que estamos manipulando os resultados das metodologias de acordo com nossas intenções previamente estipuladas, mas sim que algumas dimensões dos instrumentos dizem respeito a outros estudos, objetivos e objetos. O que faremos é a apresentação dos métodos e seus resultados, explicando quais elementos foram utilizados e quais foram adaptados para se adequar ao estudo proposto.

2013). Esse instrumento nos permitirá entender um pouco sobre a paisagem das missões e caracterizá-la em sua conformação visível e sensorial através da identificação dos elementos que a compõem.

Daremos enfoque principal à primeira etapa do procedimento do CPU, tendo em vista os objetivos específicos de cada fase da construção do Catálogo e as nossas intenções de pesquisa. Por isso, atentaremos para etapa 1, enquanto as demais nuances da metodologia serão abordadas de maneira mais livre e dentro das limitações da realização da presente pesquisa, isso é, o contexto pandêmico e as nossas intenções na escolha dos procedimentos metodológicos.

Na fase de Identificação (fase 1), o objetivo é produzir um rol de componentes paisagísticos (CP) que conformam a paisagem estudada, isso é, o reconhecimento da situação atual da paisagem pela identificação dos componentes que a estruturam, levando em consideração fatores tangíveis e intangíveis, naturais e culturais (PERÍES *et al.*, 2013). O procedimento metodológico dessa etapa leva em conta a determinação de pontos de observação (PO) que sejam demonstrativos da paisagem estudada e, a partir deles, registrar fotos panorâmicas (BP) de bacias visuais (CV) representativas da amplitude ocular humana naquele ponto. Depois disso, identificam-se planos de visibilidade, produzindo esquemas interpretativos e mapas de localização do setor de estudo e dos pontos de observação para calcular o cone visual e a sua área de influência. Por fim, constroem-se fichas de identificação de cada cone visual a partir das informações coletadas.

A fase de Caracterização (fase 2) visa relacionar áreas de caráter relativamente homogêneo para zonear as estratégias de intervenção. Trata-se do estudo de uma combinação de componentes paisagísticos identificados e classificados nos cones visuais da fase 1, conferindo uma identidade comum e idiosincrasia do restante do território, através de uma coerência interna e a diferenciação quanto às áreas contíguas (PERÍES *et al.*, 2013; PERÍES; BARRAUD; KESMAN, 2021; PERÍES; OJEDA; KESMAN, 2013).³⁵ A etapa de Valoração (fase 3) busca compreender a visão de diferentes grupos sociais envolvidos no objeto de estudo proposto, composto pelos cidadãos que vivenciam aquela paisagem, profissionais interdisciplinares, além de técnicos e teóricos da paisagem. Assim, procura conhecer as impressões, observações e opiniões desses diferentes grupos para identificar valores e tendências dessas paisagens, incorporando diferentes atores nesse processo de valoração.

³⁵ Lembramos que se trata de um instrumento desenvolvido no âmbito do planejamento urbano, portanto essa etapa de zoneamento de características comuns, visando identificar áreas homogêneas, é de suma importância para a atuação das municipalidades e a inserção dos resultados da pesquisa nos planos diretores, mas não condiz com os objetivos dessa pesquisa.

Juntas, as três fases produzem uma avaliação geral da paisagem, produzindo considerações de qualidade paisagística que podem contribuir para a ação de políticas públicas (PERÍES *et al.*, 2013; PERÍES; OJEDA; KESMAN, 2013).

Tendo em vista a situação pandêmica de Covid-19, que surpreendentemente perpassou todo o tempo de elaboração e escrita da presente dissertação, a terceira fase da metodologia foi bastante prejudicada. Tentamos adaptar a etapa da valoração, buscando indícios em conversas informais com alguns turistas presentes nos sítios, os guias que nos acompanharam e a Secretária de Turismo de São Miguel, que nos atendeu e disponibilizou algumas informações acerca da gestão, sem necessariamente mobilizar um grupo de transeuntes e profissionais para acompanhar a visita dos sítios. Inicialmente nosso planejamento era elaborar entrevistas e questionários para nos aproximar melhor da população residente e dos turistas que visitam os locais, mas a falta de controle da pandemia impossibilitou a realização dessa etapa de maneira plena. Além disso, alguns procedimentos da terceira etapa são mais voltados ao ambiente urbano, com difícil adaptação para o nosso objeto de estudo. A adaptação da metodologia não foi de grande ônus para a realização do trabalho, visto que mesmo assim conseguimos bons indícios e informações relevantes sobre a constituição da paisagem dos sítios históricos.

Aplicação e resultados

Nossa visita aos sítios começou pelo sítio de São Miguel das Missões (Brasil), seguindo para o sítio de *San Ignacio Miní* (Argentina) e terminando no sítio de *Santísima Trinidad del Paraná* (Paraguai). Faremos um breve relato da aplicação da metodologia em cada um deles, apresentaremos as fichas construídas a partir das bacias visuais e, por fim, discutiremos alguns aspectos relevantes percebidos.

Para a aplicação da metodologia, definiu-se como estratégia utilizar a bacia visual do início da praça, por ser a paisagem que concentra a maior quantidade de elementos dos sítios históricos e também levando em consideração a estratégia urbanística e pedagógica da constituição dos sítios: a vida se organizava ao longo da praça central, onde uma das arestas era conformada pela fachada da igreja e o muro dos claustros, educando pela imagem e constituindo um cenário para a vida cotidiana dos moradores.

A visitação ao sítio histórico de São Miguel Arcanjo (Figura 6) ocorreu no dia 26 de janeiro de 2022, pela parte da manhã. No dia anterior havíamos realizado uma reunião técnica com a secretária do turismo do município de São Miguel das Missões e agendado a visitação com uma guia turística. Normalmente os turistas entram em contato com a secretaria ou

direcionam-se ao sítio e, a partir disso, há o acionamento dos guias turísticos de acordo com a disponibilidade e demanda apresentada. A parte protegida de São Miguel possui área cercada de 16ha, pouco mais de 50% da área original da organização urbana, que contava com 31,8ha, além das lavouras e demais espaços de extração e criação animal.³⁶

Na parte interna do sítio encontramos o Museu das Missões, que reúne obras de arte sacra encontradas nas 7 reduções que hoje estão em território brasileiro. Quanto à parte histórica, os elementos mais marcantes são a igreja e os claustros laterais, restando pouco das casas e a conformação urbana como um todo pois, no caso de São Miguel, as residências eram construídas com tijolos de barro, que foram se perdendo ao longo dos séculos. Externamente à área cercada e protegida, encontramos a secretaria municipal de turismo, um centro de informação ao visitante e uma edificação de venda de artesanato de moradores locais. As ruínas são visíveis de forma imponente desde a rua de acesso ao sítio. A foto panorâmica foi registrada por volta das 11:30h da manhã, quando a incidência solar estava próxima à a maior perpendicularidade possível para a época, como instrui a metodologia do CPU.

A visitação ao sítio histórico de *San Ignacio Miní* (Figura 7) se deu no dia 28 de janeiro de 2022, pela parte da tarde. Ao adentrar o sítio histórico encontramos todo um complexo de edificações que conta com museu, bilheteria, sanitários, além de uma edificação histórica de caráter colonial. Esse conjunto configura-se como uma entrada para posteriormente passar para a área do sítio histórico, produzindo uma imersão no contexto de visitação e fazendo com que as ruínas não sejam vistas a partir das ruas externas. Existem guias de prontidão e, quando adentramos, havia um grande grupo iniciando uma visitação cerca de 100m adiante, então nos deslocamos para acompanhá-los. O sítio de *San Ignacio* apresenta um caráter urbano melhor preservado devido ao fato de que as residências e edificações foram construídas com alvenaria de pedras, o que também ocorre no sítio de *Santísima Trinidad del Paraná* e justifica, em partes, o estado de preservação. A foto panorâmica foi registrada por volta das 15:30h da tarde.

A visitação ao sítio de *Santísima Trinidad del Paraná* (Figura 8) ocorreu na tarde do dia 29 de janeiro de 2022. Como nos demais, havia uma estrutura de atendimento ao turista, museu e bilheteria, com um pequeno trajeto ajardinado configurando uma etapa de amortecimento até chegar à área protegida do sítio. Havia poucos funcionários e não foi oferecido serviço de guia turístico para a visitação, mas sim a possibilidade de assistir a um pequeno filme explicando a conformação do sítio e um breve histórico. A foto panorâmica foi registrada por volta das 17h da tarde, quando a insolação prejudicava um pouco a visualização dos componentes.

³⁶ Relato da guia turística Vera, no sítio histórico de São Miguel Arcanjo, em São Miguel das Missões, RS, Brasil.

Figura 17: Ficha de identificação da paisagem de São Miguel Arcanjo, Brasil



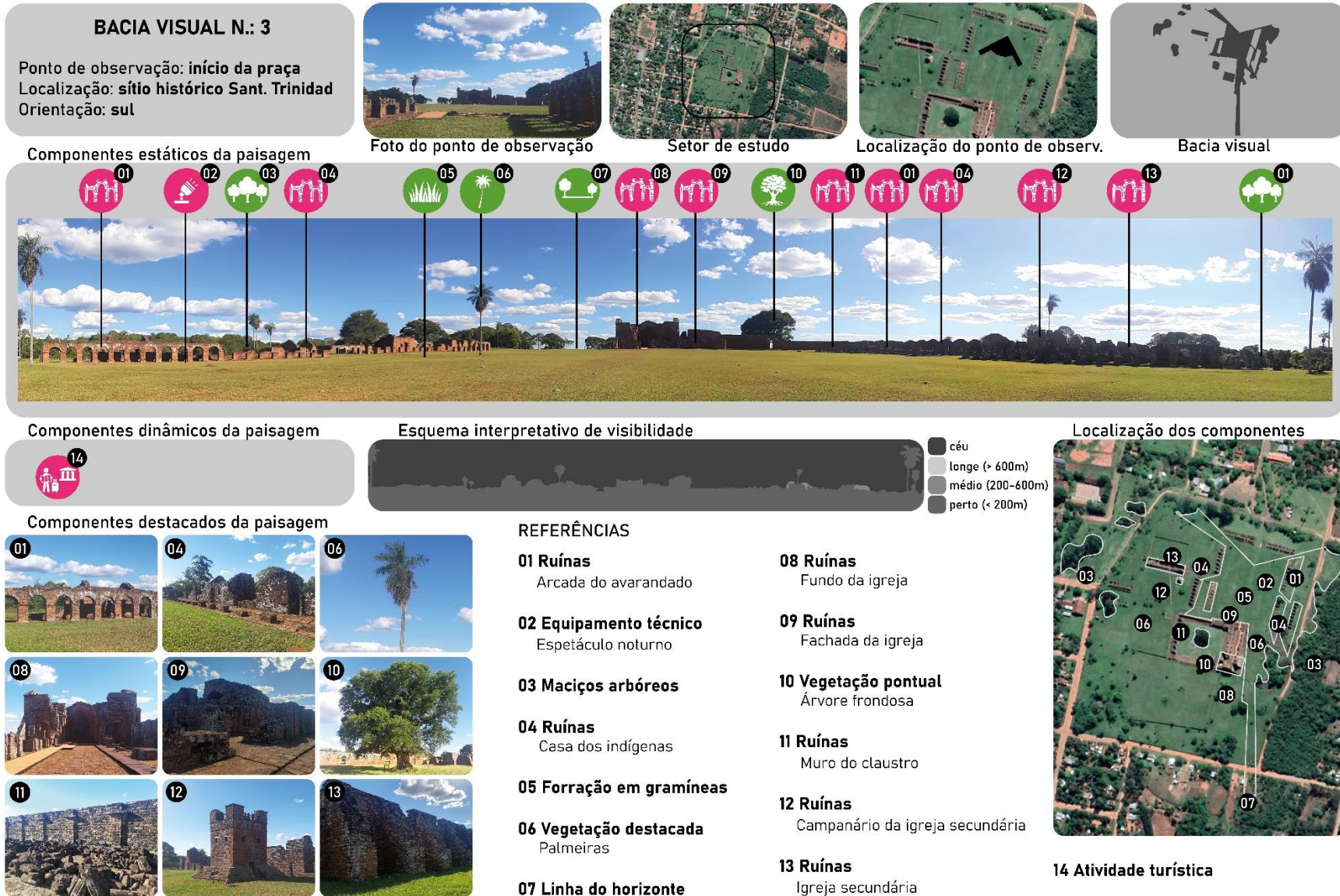
(Fontes: organizado pelo autor; imagem aérea obtida em Google Earth Pro, c2021, modificada pelo autor; demais imagens do autor, 2022)

Figura 18: Ficha de identificação da paisagem de *San Ignacio Mini*, Argentina



(Fontes: organizado pelo autor; imagem aérea obtida em Google Earth Pro, c2021, modificada pelo autor; demais imagens do autor, 2022)

Figura 19: Ficha de identificação da paisagem de *Santísima Trinidad del Paraná*, Paraguai



(Fontes: organizado pelo autor; imagem aérea obtida em Google Earth Pro, c2021, modificada pelo autor; demais imagens do autor, 2022)

Os elementos de destaque da paisagem dos sítios históricos das missões configuram-se, preponderantemente, pelas ruínas das diferentes edificações do antigo tecido urbano. Notadamente os resquícios das igrejas, de grande impacto visual, os muros dos claustros que acompanham a fachada das igrejas e, nos casos de *San Ignacio* e *Santísima Trinidad*, as edificações dos pavilhões de residências que compunham as demais arestas da praça central. Entre os elementos naturais, além da materialidade das ruínas, a presença mais marcante é o grande campo gramado e os maciços arbóreos que configuram o pano de fundo dos complexos. No caso de *Santísima Trinidad*, as palmeiras espalhadas ao longo da paisagem proporcionam singularidade ao espaço, se comparado com a vegetação dos demais sítios.

Quanto aos esquemas interpretativos dos planos de visibilidade, percebemos que a paisagem das missões apresenta profundidade contida: o campo visual raramente ultrapassa a distância de visada próxima (até 200m)³⁷, com alguns elementos visíveis no setor de visada média (200-600m) e nenhum elemento visível em profundidade equivalente à visada distante (acima de 600m). Nota-se que os momentos em que aparecem elementos de visada média, nos sítios de São Miguel e *Santísima Trinidad*, são maciços arbóreos que configuram o pano de fundo da urbanização e cuja visibilidade não está obstruída por resquícios materiais urbanos - isso é, onde não restaram ruínas - ou componentes arbóreos que se sobressaem em altura. Por sua vez, o sítio de *San Ignacio Miní* apresenta apenas visada próxima, tanto pela qualidade da preservação das edificações que circundam a praça, tanto pela tomada da mata nas ruas que configuravam os seus arredores.

Observamos vários elementos em comum na paisagem principal dos três sítios históricos, mas também diferenças e idiosincrasias. A potencialidade paisagística do sítio de São Miguel Arcaño está no estado de preservação da igreja e do campanário, tanto no impacto visual da sua fachada quanto na configuração interna, principalmente no que se refere à apreensão das arcadas e naves da igreja. Porém, não é possível ter uma compreensão da dinâmica espacial que configurava a redução, restando pouco do complexo administrativo e praticamente nada das residências. Por sua vez, o sítio de *San Ignacio Miní* proporciona uma experiência espacial quase completa por preservar um conjunto de várias ruas e construções, além de detalhes marcantes do complexo administrativo, como as varandas, muros e portais de

³⁷ As faixas de distâncias referentes ao nível de percepção visual apresentam variações de acordo com diferentes bibliografias e objetos de estudo. Nesse caso, utilizamos a gradação proposta pelos idealizadores do instrumento metodológico: visada próxima (até 200m de profundidade), visada média (200-600m) e visada distante (acima de 600m).

acesso ao claustro, onde podemos observar muitos detalhes da iconografia indígena ainda intactos. Em contrapartida, poucos detalhes estilísticos são apreendidos no espaço de culto.

No sítio de *Santísima Trinidad del Paraná* existem algumas residências, não configurando um tecido urbano tão impressionante quanto o *San Ignacio*, mas permitindo uma compreensão mais completa da fachada das construções pois muitas das arcadas estão em pé, sendo possível vislumbrar melhor a experiência espacial dos pavilhões de residências. Além disso, podemos observar estruturas para além do complexo da igreja principal, como a igreja secundária e seu campanário, elementos não presentes nas outras reduções. Por mais que a fachada frontal da igreja não esteja muito preservada, pode-se ter uma compreensão melhor do altar principal, do transepto e das naves laterais, de grande opulência ornamental e iconográfica. Também é notório a qualidade construtiva da igreja de *Santísima Trinidad*, pela espessura das paredes e a demarcação das abóbadas do antigo telhado.

Quanto aos componentes dinâmicos da paisagem, identificamos a presença de atividade turística nos três sítios. Nos dias em que visitamos, o sítio de *San Ignacio* contava com um grande número de turistas em grandes grupos de excursões e pequenos grupos isolados que, em conjunto, configuravam um elemento de destaque na paisagem. Nos demais sítios havia poucas pessoas concomitantes à nossa presença: no sítio de São Miguel, apenas um casal; no de *Santísima Trinidad*, um grupo de quatro indivíduos.

O destaque, porém, está no segundo componente dinâmico percebido em São Miguel Arcaño: a presença dos guaranis. No sítio de São Miguel é costumeiro que famílias guaranis vendam seus artesanatos próximo ao museu das missões e existe inclusive uma casa de passagem para abrigar essas famílias quando estão distantes da reserva indígena, que se situa cerca de 40km da cidade³⁸. Nos demais exemplos não há menção e nem observação da presença indígena dentro dos sítios, apenas em algumas bancas de venda de artesanato nos arredores. Tal fato é curioso e nos causa diferentes reflexões. Ao ser indagado sobre a presença de guaranis no sítio de *San Ignacio*, o guia turístico afirmou que alguns indígenas desconhecem a história ou não se veem como o povo que participou das missões, considerando-se apenas descendentes.³⁹ O guia também afirmou que várias comunidades aceitam visitas, mas que há um problema de diálogo e interpretação, sendo difícil opinar sobre o modo de vida deles na atualidade.

Essa não identificação da presença indígena e os discursos ouvidos durante os trajetos também nos despertam indagações quanto às estratégias de intervenção. Será que os guaranis

³⁸ Relato da guia turística Vera, no sítio histórico de São Miguel Arcaño, em São Miguel das Missões, RS, Brasil.

³⁹ Relato do guia turístico Henrique, no sítio histórico de *San Ignacio Miní*, em *San Ignacio, Misiones*, Argentina.

desconhecem a história, não se identificam, ou a maneira como o sítio foi cercado e gestado dificulta o contato com as ruínas? Será que a maneira como a história é contada retrata fielmente a realidade do passado? Até que ponto há uma romantização dos discursos e do material exposto, enquanto fechamos os olhos para as dinâmicas contemporâneas das comunidades envolvidas nesses patrimônios?

Traremos essas indagações no próximo capítulo, quando discutiremos as estratégias de intervenção e os problemas e potencialidades da gestão desses patrimônios. Por enquanto, seguiremos para o segundo instrumento de apreensão da paisagem das missões: a avaliação do Desempenho Topoceptivo por Registro Sequencial, desenvolvido por Maria Elaine Kohlsdorf.

4.3.2 Desempenho Topoceptivo por Registro Sequencial – Método Kohlsdorf

A avaliação topoceptiva objetiva identificar, a partir de um percurso, como se dá a percepção ambiental que o observador tem das características compositivas e sensitivas de determinada paisagem. Assim, a percepção integra a totalidade dos sentidos, mas há uma certa hierarquia do componente visual. Essa hierarquia é notada no instrumento do desempenho topoceptivo, mas outras dimensões são também incluídas na imagem mental, onde podem ser registradas outras sensações através da apreensão da ambiência do espaço.

A avaliação do desempenho topoceptivo dos lugares, pelo método de Kohlsdorf (KOHLSDORF; KOHLSDORF, 2005), apresenta três níveis de análise, subdivididos em duas categorias. Em um primeiro bloco, temos os níveis de conhecimento sensível de abrangência universal, composto por A) Nível de Percepção do Espaço, que avalia os efeitos visuais causados pelo deslocamento do observador no lugar analisado, e B) Nível da Imagem Mental do Espaço, que interpreta a memória das características morfológicas recolhidas no nível da percepção, isto é, os pontos marcantes que a apreensão perceptiva deixou na memória. Em um segundo bloco, temos o nível de conhecimento profissional de abrangência restrita, composto por C) Nível da Representação Projetual do Espaço. Esta dimensão estuda questões relativas à qualidade projetual do lugar, atentando para a identificação dos elementos constituintes, como topografia, construções, vias etc, além de leis de organização desses elementos através de princípios de composição como proximidade, nucleação, dispersão, contraste, entre outros.

Tendo em vista que o método C) Nível de Representação Projetual do Espaço possui algumas dimensões semelhantes com a etapa 1 da análise do Catálogo da Paisagem Urbana

(CPU) apresentado anteriormente, e também adequando-se aos objetivos da seleção dessa metodologia para o nosso estudo, atentaremos para os níveis de conhecimento sensível, pela percepção sequencial do espaço e a identificação da imagem mental construída pelo pesquisador.

O Nível da Percepção do Espaço (A) leva em conta a hierarquia da visão nos sentidos humanos e, por isso, busca registrar a configuração morfológica do ambiente. A técnica utilizada para essa etapa é o Registro Sequencial, através de categorias analíticas que consideram campos e efeitos visuais percebidos ao longo do percurso em determinado lugar. As categorias analíticas são: 1) eventos gerais das sequências, formado por estações e intervalos; 2) campos visuais, e 3) efeitos visuais. As estações são momentos de estímulo visual adequado ao registro perceptivo, enquanto intervalos são as distâncias entre duas estações. Os campos visuais são o registro das cenas pertencentes a cada estação – esses campos visuais podem ser em qualquer direção, mas enquanto convenção utilizam-se visadas frontais e laterais.⁴⁰ Os efeitos visuais resultam da observação dos efeitos topológicos dos campos visuais, bem como a identificação da intensidade dessas impressões.

Esse instrumento nos permite compreender a diversidade perceptiva de determinado sítio, considerando a ideia apresentada por Macedo (1993) de que não é possível ter uma apreensão completa do ambiente a partir de um único ponto, sendo necessário uma sequência de paisagens. Um percurso de visita que nos possibilita diferentes estímulos sensitivos nos proporciona uma experiência estética maior com o espaço e é essa dimensão que pretendemos investigar com esse instrumento. Para melhor descrever a experiência espacial, decidimos incluir também no quadro síntese breves comentários acerca de cada ponto do percurso, atentando para as impressões subjetivas que percebemos no caminhar e observar a paisagem dos sítios.

Aplicação e resultados


A aplicação do instrumento se deu em conformidade com a visita feita nos sítios históricos, seguindo o percurso colocado pelos guias turísticos e o caminhar do pesquisador. A exemplo do instrumento anterior, apresentaremos primeiramente a síntese da aplicação no sítio

⁴⁰ Não obrigatoriamente precisam constar 3 visadas em cada estação (lateral esquerda, frontal e lateral direita). A necessidade das 3 visadas depende da conformação do local e da percepção do pesquisador. Por exemplo: se existe um princípio de envolvimento na visada frontal, conformando um túnel, logo as visadas laterais serão paredes que não necessariamente precisam ser registrados em todas as direções. O desempenho topoceptivo leva em conta a diversidade de conformações morfológicas e o registro se dá a partir da importância dessas conformações.




de São Miguel Arcanjo (Quadro 2), seguido pelos sítios de *San Ignacio Mini* (Quadro 3) e *Santísima Trinidad del Paraná* (Quadro 4). O conteúdo do quadro mostra o percurso a partir da entrada aos sítios. Posteriormente, discutiremos semelhanças, diferenças e conclusões da aplicação do instrumento.

Quadro 2: Registro Sequencial do sítio histórico de São Miguel Arcanjo, Brasil

Percurso



Abreviações
 F: forte
 M: médio
 Fr.: fraco
 Parc.: parcial
 Prep.: preparação para

Estação	Lateral Esquerda	Frontal	Lateral direita
1	 <i>Amplidão M</i> <i>Impedimento Fr</i>	 <i>Amplidão M</i> <i>Direcionamento M</i>	 <i>Amplidão M</i>

Na primeira estação, temos uma sensação de amplidão e distanciamento em relação às ruínas. Somos logo direcionados ao Museu das Missões, com placas descritivas ao lado direito e ruínas isoladas ao lado esquerdo.

2



Amplidão M
Impedimento Parc.



Direcionamento M
Prep. Para Ascenso



Impedimento M
Visual fechada

Aproximando-se do Museu, temos um contato maior com a materialidade da pedra, a vegetação do sítio e o artesanato guarani. Há um senso de direcionamento para que o percurso se inicie pelo museu e posteriormente passe às ruínas.

3



Direcionamento F
Impedimento lateral



Amplidão F



Direcionamento M
Impedimento lateral

A partir da varanda do museu temos o primeiro vislumbre da igreja, bem como a cruz missioneira, alocada ao lado. A vista é protagonizada pelas ruínas, com impedimentos laterais causados pela construção do museu e a parede de pedra que envolve a visada.

4



Amplidão F



Amplidão F



Amplidão M

Da arquibancada temos uma forte sensação de amplidão cujo pano de fundo é a igreja e as demais ruínas. Nas outras visadas prevalece a vegetação dos arredores do sítio e o museu das missões, à direita.

5

*Amplidão M**Impedimento F**Amplidão M*

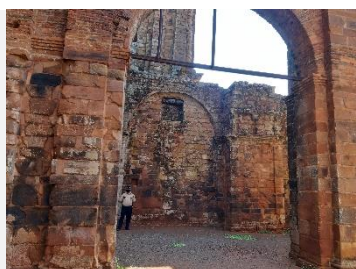
Aproximando-se das ruínas da igreja, temos uma forte percepção da sua monumentalidade e do impacto visual dela sobre a praça. Nas demais visadas, impera a sensação de amplidão acompanhada com o impedimento da vista em função do pano de fundo da vegetação.

6

*Impedimento F*
Envolvimento M*Impedimento F*
Prep. envolvimento*Impedimento F*
Envolvimento M

Na área onde haviam pórticos que configuravam o hall da igreja, temos uma forte sensação de impedimento e relativo envolvimento. Tem-se uma percepção melhor da materialidade, as marcas do tempo e detalhes construtivos.

7

*Impedimento M*
Moldura*Direcionamento F*
Envolvimento F*Impedimento M*
Moldura

Ao adentrar a igreja, temos uma forte sensação de envolvimento e direcionamento, dada a qualidade de conservação das arcadas que delimitam o espaço da nave central. É possível perceber a monumentalidade da construção, a qualidade estilística dos detalhes e a impera a materialidade da pedra.

8



*Estreitamento Parc.
Impedimento F*



Amplidão M



Estreitamento Parc.

A partir de uma das naves laterais da igreja adentramos o espaço onde ficava o cemitério da redução. Como os resquícios foram todos retirados, sobraram apenas os muros bem conservados das laterais da igreja e parte do muro do cemitério.

9



*Impedimento F
Enclausuramento M*



*Impedimento F
Enclausuramento M*



*Impedimento F
Enclausuramento M*

Passamos para o transepto onde situa-se o primeiro altar da igreja. Quando a redução ainda estava em funcionamento, a área do transepto passou por um incêndio que ocasionou a queda de algumas paredes e parte do telhado. A solução foi a criação de uma nova parede de fundo e novo altar, diminuindo o comprimento da nave central (parede de fundo visível na estação 7).

10



Direcionamento F



*Impedimento Parc.
Amplidão M*



*Direcionamento F
Estreitamento Parc.*

Nos fundos da igreja temos a visada dos antigos campos de plantio coletivo (em frente) e as ruínas das salas de aulas, salas administrativas e demais atividades que ficavam anexas ao pátio lateral à direita da igreja.

11

*Amplidão M**Impedimento M*
Envolvimento M*Amplidão M*
Impedimento M

Ruínas das paredes de salas de aulas tomadas por uma árvore centenária. À esquerda, vista da igreja e da torre do campanário. À direita, delimitação das salas e resquícios do piso de pedra.

12

*Impedimento Fr*
Amplidão M*Direcionamento F*
Amplidão M*Impedimento M*
Mirante / Amplidão M

Percepção da estrutura da área administrativa da redução, com delimitação das salas de aulas, pátio da igreja, adega e demais atividades, com vegetação compondo o pano de fundo das cenas.

13

*Amplidão M**Amplidão F**Amplidão M*

Voltando à praça, somos tomados novamente pela sensação de forte amplidão, com vegetação compondo o pano de fundo das cenas. À frente vemos a marcação das ruas e pavilhões de residências. À esquerda, o campanário se sobrepõe na paisagem.

14

*Impedimento M**Envolvimento F
Visual fechada**Envolvimento F
Visual fechada*

Atravessando a praça fomos direcionados ao cotiguaçú, casa de abrigo de mulheres viúvas e solteiras. Forte sensação de envolvimento e isolamento do resto da dinâmica espacial da aldeia, tanto pelo lugar estar tomado por vegetação de pequeno-médio porte, quanto pela localização à parte das demais ruínas e depois de uma leve declividade do terreno.





(Fontes: organizado pelo autor; imagem aérea obtida em Google Earth Pro, c2021⁴¹ modificada pelo autor; demais imagens do autor, 2022)

Nota-se uma restrita variedade de elementos perceptivos, sendo que as ruínas da igreja e o museu das missões são os grandes protagonistas nas diversas estações. Impera o estímulo visual da amplidão em função da falta de remanescentes das demais construções da organização espacial, com pouca presença de efeitos como envolvimento e direcionamento. O percurso apresenta pouca variação paisagística, mas há um intuito projetual de preparação para a vista das ruínas devido à maneira como o Museu das Missões foi alocado ao terreno, ocasionando um bom estímulo topoceptivo quando subimos as escadas e finalmente vislumbramos a igreja e a cruz missioneira. O restante dos estímulos topoceptivos se concentram no interior da igreja, ou em função dela a partir dos demais espaços do sítio histórico.

Seguindo, apresentaremos no Quadro 3 a síntese da aplicação do instrumento no sítio de San Ignacio Miní, Argentina.

⁴¹ Imagem de 23 out. 2021, acesso em 20 jan. 2022, c2021 CNES / Airbus, via app Google Earth Pro.

Quadro 3: Registro Sequencial do sítio histórico de *San Ignacio Miní*, Argentina

Percurso			
		<p>Abreviações</p> <p>F: forte</p> <p>M: médio</p> <p>Fr.: fraco</p> <p>Parc.: parcial</p> <p>Prep.: preparação para</p>	
Estação	Lateral Esquerda	Frontal	Lateral direita
1	 <p><i>Direcionamento M</i></p>	 <p><i>Impedimento F</i> <i>Direcionamento M</i></p>	 <p><i>Direcionamento M</i></p>
<p>A entrada ao sítio histórico se dá a partir de um edifício de estilo colonial/eclético que abrigava o museu das missões argentinas até a construção de uma nova estrutura tecnológica. No momento de nossa visita, essa construção estava fechada para visitação.</p>			

2



Impedimento F
Visual fechada



Impedimento F
Visual fechada



Direcionamento F
Visual fechada

Após a entrada pelo pátio, somos direcionados à bilheteria que funciona em uma construção que segue o estilo do antigo museu. À esquerda é possível ver a entrada do novo museu que abarca coleção de artefatos de diversas reduções argentinas, a exemplo do Museu das Missões de São Miguel.

3



Impedimento F
Visual fechada



Impedimento F
Direcionamento Fr



Direcionamento F
Estreitamento

Começando o percurso, passamos pela frente da construção colonial/eclético do antigo museu para seguir o passeio de calçadas rumo à entrada do sítio histórico. Existe um jardim gramado com diversas árvores e plantas ornamentais exercendo um papel de amortecimento entre a rua e o complexo cercado.

4



Impedimento M
Visual fechada



Direcionamento M
Visual fechada



Impedimento M
Visual fechada

Portão de acesso para a parte protegida do sítio histórico. À direita vemos a relação do jardim com a rua, apresentando visibilidade contida. À esquerda vemos como a vegetação forma um paredão que impede a visualização das ruínas de fora do sítio.

5



Envolvimento / Impedimento M
Visual fechada



Direcionamento F
Envolvimento F



Envolvimento / Impedimento M
Visual fechada

Primeiro vislumbre das ruínas no ponto de fuga de perspectiva do caminho principal de acesso, rodeado por vegetação nativa. Ao longo desse percurso existem placas informativas sobre a história do sítio, a conformação espacial e algumas espécies de árvores de grande porte que compõem o espaço.

6



Envolvimento / Impedimento M
Visual fechada



Direcionamento F
Envolvimento F



Envolvimento / Impedimento M
Visual fechada

Adentrando o caminho, a vegetação começa a clarear e aos poucos vamos descobrindo o complexo do sítio. Alguns totens marcam as antigas fileiras de casas e ao fundo podemos visualizar as paredes de vários pavilhões de residências. Na direita podemos ver a rua em alguns pontos em que a vegetação se abre.

7



Envolvimento / Impedimento F
Visual fechada



Envolvimento / Impedimento F
Visual fechada



Impedimento M
Visual fechada

Antes de chegar à praça o guia turístico nos chama para passar pelo meio das residências nas ruas laterais à avenida principal de onde estávamos. O guia explicou sobre as construções e o sistema viário que estruturava a organização espacial das reduções, deu informações sobre as técnicas construtivas e respondeu perguntas. Segundo o guia, a vegetação nas vias de circulação não é uma característica da época das missões: quando as ruínas foram redescobertas no final do século XIX, estavam cobertas pela mata que se

desenvolveu no local. Houve um processo de limpeza dos arbustos e plantas rasteiras, mas se decidiu manter as árvores de maior porte.

8



Enclausuramento F
Envolvimento F



Enclausuramento F
Envolvimento F



Impedimento F
Envolvimento F

Passamos por entre as ruínas das residências onde podemos perceber os cômodos em que ficavam as famílias guaranis. Algumas residências contavam com dois cômodos, mas a maioria era composta por apenas um aposento, com porta e janela.

9



Impedimento/Direcionamento M
Visual fechada



Impedimento M
Visual fechada



Direcionamento M
Visual fechada

Transcorremos várias quadras de residências, podendo perceber mais a fundo a organização espacial da redução antes de chegar à praça. À esquerda, vemos um refletor para o show de som e imagem que ocorre à noite. À direita, parte de uma coluna que marcava o avarandado das residências – por mais que não houvessem árvores entre as casas, as paredes de pedra e a presença de varanda coberta são estratégias formais para mitigar temperaturas elevadas.

10



Amplidão F



Amplidão F



Amplidão M

Chegando à praça percebemos a dimensão do espaço. Ao contrário da redução de São Miguel, em San Ignácio as residências laterais ainda estão preservadas, o que nos permite entender com maior exatidão a imensidão deste local. Trata-se de um espaço muito amplo:

mesmo do centro é difícil ver detalhes das residências laterais. A fachada da igreja ao fundo é quase intimidadora como ponto focal desse grande espaço, além do fato de as demais construções que a circundam possuírem alturas bem menores. Nas laterais, a vegetação entre as ruas modifica a percepção: provavelmente, sem as árvores a amplitude visual seria maior a partir desse ponto do complexo, evidenciando ainda mais a imponência da igreja.

11



Direcionamento M
Estreitamento Parc.



Impedimento M
Moldura



Amplidão M

Aproximando-se da igreja vemos detalhes da arquitetura e sua riqueza iconográfica. O portal chama atenção dos turistas e foi o local onde mais pessoas permaneceram para registrar fotografias, separando-se da visita guiada.

12



Estreitamento Parc.
Enclausuramento Fr



Mirante
Enclausuramento Fr



Estreitamento Parc.
Enclausuramento Fr

Adentrando o pátio interno, à esquerda da igreja temos uma boa ideia espacial, exceto pelas varandas marcadas pelas pedras na calçada. A maioria das paredes se encontra bem preservadas e mais além é possível ver detalhes dos guarda-corpos da varanda.

13



Estreitamento Parc.
Enclausuramento M



Enclausuramento M
Prep. Para Ascenso



Estreitamento Parc.
Enclausuramento M

Acesso lateral à igreja. À esquerda se vê ao fundo a Porta dos Padres por onde os jesuítas acessavam o pátio da igreja, famosa por suas ornamentações.

14



Envolvimento M
Impedimento F



Envolvimento M
Direcionamento M



Envolvimento M
Impedimento F

Dentro da igreja não conseguimos ver muitos elementos da iconografia religiosa, apenas as dimensões do espaço, a espessura das paredes e a paginação do piso, ainda bem conservada em algumas partes e substituída em outras para a circulação dos turistas. Também se vê, em alguns pontos, suportes metálicos para consolidação estrutural das paredes.

15



Estreitamento Parc.
Enclausuramento M



Impedimento M
Enclausuramento M



Estreitamento Parc.
Enclausuramento M

Depois, passamos para a lateral direita da igreja, onde situava-se o cemitério. A presença de vegetação não permite compreender com exatidão as dimensões do local, percebendo-o menor do que realmente era.

16



Visual fechada



Direcionamento F
Envolvimento Fr



Visual fechada

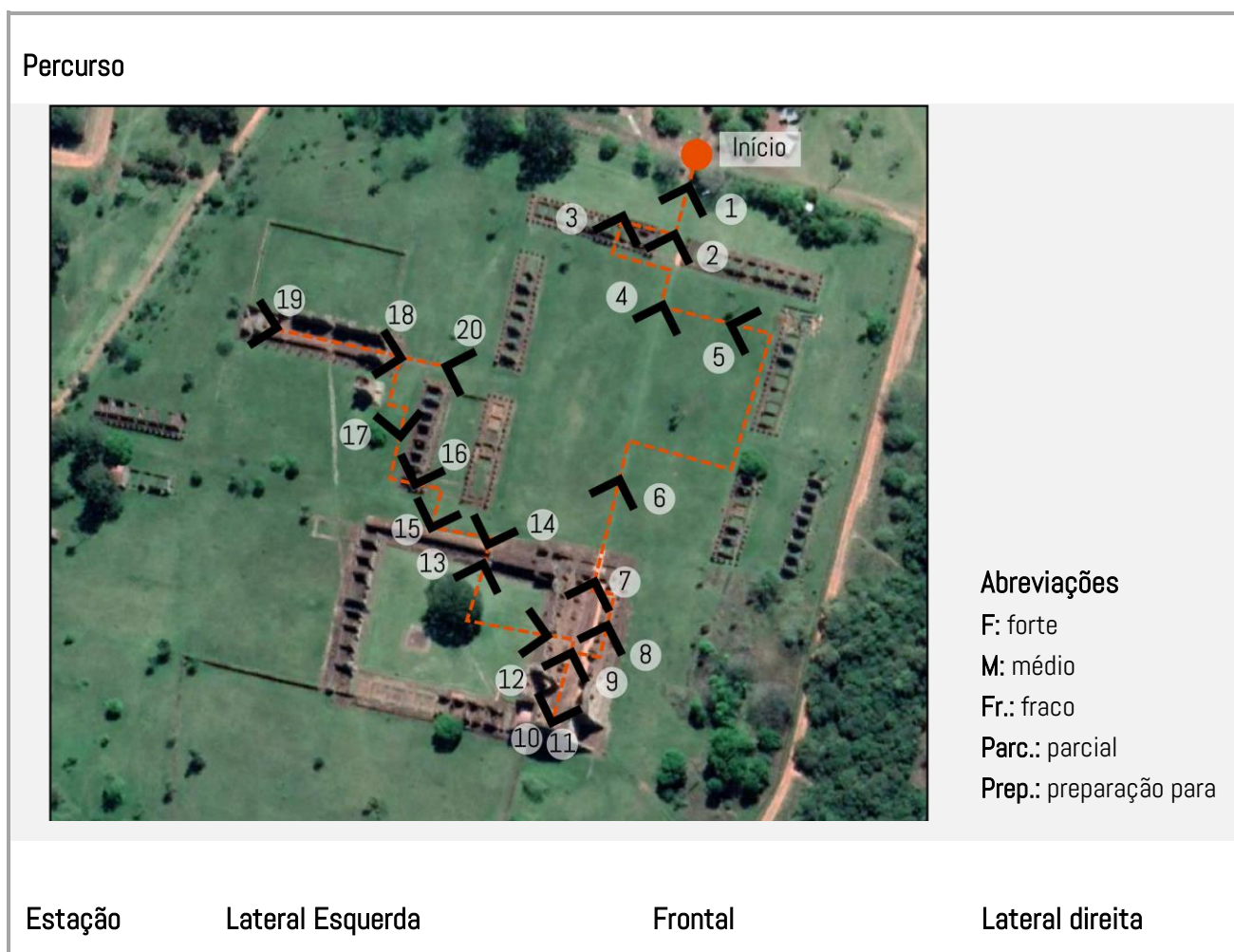
A saída do sítio se dá por uma avenida na lateral direita à praça, diretamente para a rua. Novamente temos a experiência da organização espacial no final do percurso, pelo complexo de várias quadras de residências até chegar ao fim do perímetro do sítio histórico.

(Fontes: organizado pelo autor; imagem aérea obtida em Google Earth Pro, c2021⁴² modificada pelo autor; demais imagens do autor, 2022)

Como podemos notar, o percurso ao longo do sítio de São Miguel foi majoritariamente sobre a catedral. No caso de *San Ignacio*, apesar do visual impactante da praça e das ruínas da fachada da igreja, a experiência do sítio histórico concentra-se na organização espacial do complexo – especialmente a quantidade de residências ainda perceptíveis, o que permite compreender como a redução se organizava enquanto cidade. Atrelado à presença da vegetação entre as ruínas, esses aspectos nos trazem outras diversidades perceptivas, diferentes daquelas encontradas no sítio de São Miguel.

Seguindo, apresentaremos no Quadro 4 a síntese da aplicação do instrumento no sítio de *Santísima Trinidad del Paraná*, Paraguai.

Quadro 4: Registro Sequencial do sítio histórico de *Santísima Trinidad del Paraná*, Paraguai



⁴² Imagem de 16 ago. 2021, acesso em 20 jan. 2022, c2021 Maxar Technologies, via app Google Earth Pro.

1

*Amplidão Fr**Direcionamento M
Prep. Para Ascenso**Amplidão Fr*

O sítio histórico inicia já na primeira fila de edifícios em frente à praça. Ao fundo se vê a imponência da igreja contrastando através de um leve aclive do terreno.

2

*Impedimento M**Direcionamento F
Prep. Para Ascenso**Impedimento F*

Já na primeira residência percebemos elementos das construções através das arcadas bem conservadas, além da altura das divisórias internas. Palmeiras se destacam contra o céu, acrescentando um elemento vertical à composição visual.

3

*Envolvimento M
Moldura**Direcionamento M
Envolvimento M*

Do meio das ruínas é possível ver a igreja a quase todo momento, situada um pouco mais alto devido ao leve aclive da praça. Me desperta certa curiosidade e uma sensação de acanhamento, quase uma mística como se o templo vigiasse tudo. Embora sem teto, o estado de conservação da varanda permite uma experiência espacial da circulação externa das residências.

4

*Amplidão F**Amplidão F**Amplidão F*

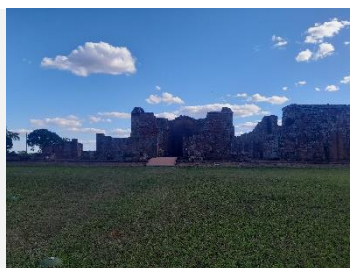
No início da praça novamente uma sensação de acanhamento que não senti nas outras reduções, gerando certo desconforto em atravessá-la. À esquerda, vê-se a composição estética da fachada das residências através da arcada bem preservada. Devido ao sol da tarde é difícil ter uma leitura clara das ruínas à direita, mas percebe-se, mesmo de longe, o campanário da segunda igreja.

5

*Impedimento F**Impedimento F*
Moldura*Amplidão F*

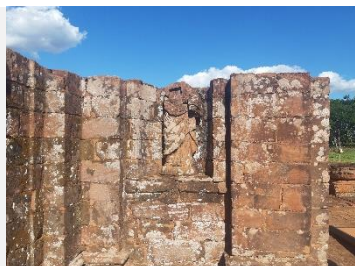
Nos aproximamos às edificações da aresta esquerda da praça. Em frente, vemos o detalhe das arcadas que contrastam com o azul do céu. No primeiro arco é possível notar uma estrutura metálica escura que o sustenta – tais estruturas podem ser vistas em outros pontos, auxiliando na manutenção da integridade dos elementos, mas sem chamar muita atenção no conjunto visual. À esquerda, podemos perceber a escala dos apartamentos de cômodo único que conformam os pavilhões de residências.

6

*Amplidão M**Prep. Envolvimento**Impedimento Fr*

Aproximando-se da igreja, novamente não conseguimos ter uma leitura muito clara das ruínas, talvez devido à insolação. Porém, a robustez das paredes e o formato rígido em ângulos retos das estruturas remanescentes despertam curiosidade. Em San Ignacio Miní essa aproximação pareceu mais intimista, talvez devido à presença de outros turistas acompanhando o trajeto. Aqui, impera o sentimento de imponência.

7

*Impedimento F**Direcionamento F*
Envolvimento F*Impedimento F*

Adentrando a igreja logo percebemos vários elementos da arquitetura, como os nichos trabalhados nas paredes e a presença de partes de alguns estatuários. Ao fundo, o altar cria uma mística que nos convida à aproximação.

8

*Impedimento M**Direcionamento F*
Envolvimento M*Envolvimento M*

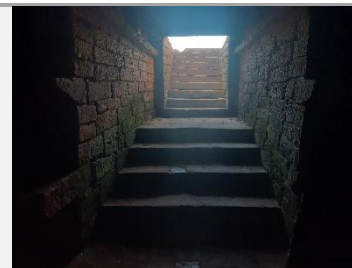
As ruínas da nave lateral esquerda permitem a visualização do espaço externo e a paisagem ao fundo, bem como a espessura das paredes do altar. À esquerda é exposta a pia batismal com elementos da iconografia guarani, especialmente ramos de arbustos da região.

9

*Envolvimento F*
Visual Fechada*Envolvimento F*
Visual Fechada*Envolvimento F*
Visual Fechada

A escala do altar impressiona pelas suas dimensões, a espessura das paredes e os elementos ornamentais. Destacam-se os portais, as colunas e os rendilhados das cornijas e capiteis de estilo coríntio com grande riqueza de detalhes. No centro se situa o acesso à cripta, disponível para visitação.

10

*Enclausuramento F**Enclausuramento F**Enclausuramento F*

A cripta sob o altar era destinado aos padres. Caciques guaranis também eram enterrados na igreja, mas em sepulturas sob a nave principal. Todos os restos foram recolhidos junto às escavações arqueológicas e trabalhos de restauração do sítio, tanto no cemitério quanto nas criptas.

11

*Impedimento F**Direcionamento F*
Envolvimento F*Impedimento M*
Envolvimento F

De costas para o altar temos a visão completa da nave e a configuração dos remanescentes das paredes geram grande impacto cênico pela perspectiva cujo ponto de fuga confunde-se com a paisagem. A cripta dos padres encontra-se no encontro da cruzaria que estrutura a planta do templo, seguindo o exemplo das igrejas barrocas. À esquerda, o portal de acesso dos padres ao altar. À direita, novamente a escala das paredes laterais e o portal da cruzaria à nave lateral.

12

*Estreitamento Parc.**Impedimento Fr**Estreitamento Parc.*

No claustro lateral, uma árvore pontual de grande porte se destaca no centro geométrico do ambiente. À esquerda, remanescentes de paredes ora permitem a visualização da paisagem atrás do conjunto, ora a obstruem. À direita é possível visualizar as arcadas das varandas do claustro, onde encontra-se uma exposição arqueológica de artefatos.

13



Impedimento M
Enclausuramento Fr



Impedimento Parc.
Mirante



Impedimento M
Enclausuramento Fr

De outro ângulo, vemos a paisagem pelos escombros das paredes do fundo. À esquerda, a lateral da igreja e sua escala. À direita, muro onde foram organizados alguns elementos arqueológicos mais brutos, como telhas e pedras talhadas.

14



Estreitamento Parc.
Amplidão Fr



Estreitamento Parc.
Amplidão M



Estreitamento Parc.
Amplidão M

Saindo do claustro conseguimos ver as fileiras de residências e o bom estado de preservação das paredes. Seguimos rumo ao segundo conjunto religioso, à esquerda.

15



Impedimento M



Direcionamento M
Prep. estreitamento



Impedimento M

Na rua entre as residências é possível ver detalhes da arquitetura, bem como a escala das construções e do sistema viário.

16

*Enclausuramento F**Enclausuramento F**Enclausuramento F*

Adentramos o pavilhão de residências e podemos ter uma noção espacial da escala dos apartamentos, caracterizado por pé-direito médio-alto e aberturas (portas e janelas) diminutas.

17

*Amplidão M**Amplidão Fr**Amplidão Fr**Impedimento Fr*

Depois das residências, aos poucos vamos nos aproximando do segundo conjunto, que se destaca pelo campanário em forma de torre. À esquerda, aspectos da vegetação, algumas pedras marcando as antigas residências e os escombros da igreja ao fundo.

18

*Envolvimento M**Impedimento M**Amplidão M*

A segunda igreja possui dimensões bem menores que o templo principal. À direita vemos uma composição de grande beleza cênica com as ruínas, a paisagem e a vegetação, com grande amplitude visual ao fundo. À direita é possível ver a edificação do restaurante que situa-se à frente da entrada do sítio.

19



Envolvimento M
Impedimento F



Envolvimento F
Impedimento M



Envolvimento M
Impedimento F

A segunda igreja possui uma atmosfera mais intimista que o templo devido à sua escala. Porém, é possível perceber um cuidado na construção pois, mesmo com uma só nave, a igreja possui três altares e alguns nichos.

20



Amplidão M



Amplidão M
Direcionamento Fr



Impedimento M

Saindo da segunda igreja vemos os pavilhões de residências e as palmeiras se destacando contra o céu azul. À direita é possível ver o templo principal acima das paredes das residências. Tenho a impressão de que tal visualização seria possível mesmo com o telhado das residências, colocando o templo como elemento presente na visual da vida cotidiana mesmo fora da praça principal.

(Fontes: organizado pelo autor; imagem aérea obtida em Google Earth Pro, c2021⁴³, modificada pelo autor; demais imagens do autor, 2022)

Apesar de apresentar um caráter menos diversificado que *San Ignacio Miní*, o sítio histórico de *Santísima Trinidad del Paraná* impressiona a partir de outros aspectos. Há no sítio uma aura que induz ao silêncio. As ruínas se apresentam de maneira nua e direta, destacando-se contra o céu de maneira imponente. Cabe destacar que a praça apresenta um leve aclive em direção ao templo, o que contribui para a sensação de imponente e quase intangibilidade da catedral frente ao restante do complexo. Além disso, diferentemente do sítio de *San Ignacio* onde a relação plano de fundo (vegetação) e ruínas se confundiam, aqui há um afastamento do

⁴³ Imagem de 23 set. 2020, acesso em 20 jan. 2022, c2021 Maxar Technologies, via app Google Earth Pro.

cerramento vegetal. Esse aspecto atribui profundidade à perspectiva e isola o elemento edificado, gerando maior impacto visual no visitante.

Exposta essa análise preliminar, seguiremos para discussões em uma perspectiva integrada e raiana. No próximo capítulo, investigaremos o potencial dos remanescentes históricos das missões jesuítico-guaranis como elo raiano dessa área de fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, rumo à identificação de potencialidades e debilidades dessa experiência paisagística como base para o desenvolvimento regional transfronteiriço.

5 ELO RAIANO

As fronteiras dos países vizinhos com paisagens análogas apresentam manifestações culturais similares. Tais paisagens devem ser consideradas como pontos de união e não de separação dos povos vizinhos e, portanto, irmãos. O exemplo do passado registrado em territórios como o das Missões deve ser preservado e valorizado de forma integrada.
IPHAN, Carta de Bagé, 2007.

O intuito deste capítulo é investigar relações raianas na faixa de fronteira que abrange a região dos sítios históricos das missões jesuítico-guaranis. Como vimos, a raia se trata da leitura de áreas fronteiriças a partir do componente da paisagem, caracterizando um efeito da fronteira que busca interpretá-la a partir da continuidade de relações ambientais e culturais (SOUZA, 2015). Dessa maneira, a raia carrega o sentido de conexão e não separação dos espaços limítrofes, no intuito de promover uma interpretação espacial que busca aproximar pessoas e territórios pela valorização dos traços culturais comuns que ultrapassam as barreiras impostas pela delimitação política dos Estados.

Tal ponto de vista possui a potencialidade de pensar outros tipos de práticas culturais, sociais e econômicas em zonas de fronteira e diferentes maneiras de nos relacionarmos com os outros através de subjetividades construídas nos territórios, sempre na óptica de construir práticas espaciais integrativas. É a apreensão estética da paisagem carregada pelo estatuto ético de relações amigáveis com as comunidades vizinhas a partir da consideração de que a gestão conjunta das continuidades culturais pode trazer benefícios para as populações. Com isso, temos o território interpretado a partir de um redimensionamento do seu sentido político, integrando, ao invés de afastar, recortes espaciais regidos por diferentes governos e órgãos de gestão.

Para investigar tal relação raiana, trataremos esse capítulo como um fluxo contínuo de impressões e discussões recolhidas através dos levantamentos teóricos e das nossas vivências paisagísticas no recorte estudado, abordando diferentes temas e problematizações levantadas anteriormente. Iniciaremos com discussões referentes às percepções recolhidas nas visitas aos sítios históricos e os resultados obtidos através dos instrumentos de campo. A partir disso, produziremos reflexões acerca da gestão dos sítios, destacando semelhanças e diferenças percebidas nas visitas para elencar potencialidades e debilidades de cada experiência paisagística. Seguiremos o argumento de que a aproximação entre as gestões pode acarretar em

uma maior valorização do patrimônio histórico e cultural a partir da troca de experiências exitosas e a divulgação conjunta dos sítios, tratando-os como um complexo cultural e não como elementos isolados.

Outrossim, voltaremos para o acerca da paisagem e do patrimônio, investigando o potencial raiano desse complexo cultural no recorte fronteiriço analisado e considerando as potencialidades do trabalho na discussão de uma integração regional transfronteiriça baseada na interpretação paisagística e na gestão patrimonial. Além disso, retornaremos às diversas provocações e questionamentos que levantamos ao longo desse trabalho para tecer reflexões críticas acerca do recorte analisado e das problematizações apresentadas. Por fim, destacaremos o potencial de aplicação da chave de leitura da paisagem e do patrimônio na interpretação de dinâmicas espaciais e sociais a partir da experiência do estudo narrado nessa dissertação. Seguimos.

5.1 IMPRESSÕES E DISCUSSÕES

No capítulo anterior narramos a aplicação dos instrumentos de campo utilizados para o reconhecimento da paisagem dos sítios históricos, a saber: o Catálogo de Paisagem Urbana (CELIS; PERÍES, 2018; PERÍES et al., 2013; PERÍES; BARRAUD, 2021; PERÍES; BARRAUD; KESMAN, 2021; PERÍES; KESMAN; BARRAUD, 2020; PERÍES; OJEDA; KESMAN, 2013) e a avaliação do desempenho topoceptivo por Registro Sequencial (KOHLSDORF, 1996, 2001; KOHLSDORF; KOHLSDORF, 2005). Como explicamos, nossa experiência nas missões se baseou na visitação aos sítios históricos e nas impressões que eles nos causaram, desde apreensões de caráter técnico – como o reconhecimento e mapeamento de elementos marcantes que configuram os sítios históricos –, até percepções de caráter subjetivo – sensações e emoções –, destacando o papel ativo do pesquisador como componente essencial da experiência paisagística. Além disso, também ocorreram visitas técnicas na Secretaria de Turismo de São Miguel das Missões/RS e conversas com guias turísticos, moradores locais e demais visitantes dos sítios históricos. Todos esses elementos, atrelados ao levantamento teórico apresentado anteriormente, embasaram as impressões e reflexões que discutiremos adiante.

Em vista de organizar os apontamentos que seguirão, propomos, no quadro a seguir (Quadro 5), uma síntese das percepções espaciais obtidas através das experiências paisagísticas, destacando potencialidades e debilidades encontradas.

Quadro 5: Aspectos dos sítios históricos estudados

	São Miguel Arcanjo	San Ignacio Mini	S. Trinidad del Paraná
Elementos materiais	<p>Predomínio da catedral e do campanário, com alguns remanescentes do claustro. Minuciosidades artísticas na fachada da catedral.</p> <p>Presença forte do museu das missões e de elementos de apoio ao show de Som e Luz (equipamentos técnicos e arquibancada).</p>	<p>Presença de vários pavilhões de residências em meio à mata que tomou as ruínas do sítio. Bom estado de conservação do primeiro complexo (igreja, pátio de oficinas, cemitério, etc). Minuciosidade de detalhamentos artísticos em vários edifícios.</p> <p>Forte presença do complexo contemporâneo de acesso ao sítio, também protagonista da experiência da visitação.</p>	<p>Presença de alguns pavilhões de residências. Hierarquia do templo, remanescentes do claustro e o complexo da segunda igreja. Minuciosidade de detalhamentos artísticos em vários edifícios, sobretudo no templo. Destaca-se também as arcadas das varandas das residências, aspecto não apreensível nos demais sítios.</p>
Efeitos topoceptivos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Amplitude 2. Impedimento 3. Direcionamento 4. Envolvimento 5. Estreitamento 6. Moldura 7. Visual fechada 8. Ascenso 9. Enclausuramento <p>Efeitos se apresentam de forma concentrada relacionando-se ao templo, com poucas vivências alheias a ele.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Amplitude 2. Impedimento 3. Direcionamento 4. Envolvimento 5. Estreitamento 6. Moldura 7. Visual fechada 8. Ascenso 9. Enclausuramento 10. Mirante <p>Efeitos se apresentam de forma bem distribuída ao longo do sítio histórico, com grande variedade de momentos topoceptivos.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Amplitude 2. Impedimento 3. Direcionamento 4. Envolvimento 5. Estreitamento 6. Moldura 7. Visual fechada 8. Ascenso 9. Enclausuramento 10. Mirante <p>Efeitos se apresentam de forma distribuída ao longo do sítio histórico, com variedade de momentos topoceptivos.</p>
Diversidade paisagística	<p>Paisagem pouco diversificada, mas bastante imponente. Efeitos topoceptivos concentrados na figura da catedral. Predomínio da catedral e dos cerramentos vegetais (pano de fundo) na paisagem do sítio.</p>	<p>Paisagem bastante diversificada, com variedade de efeitos topoceptivos. Boa estratégia de envolvimento espacial e descoberta progressiva dos elementos do sítio histórico. Boa mescla entre momentos de envolvimento e amplitude espacial.</p>	<p>Paisagem diversificada, com variedade de efeitos topoceptivos. Predomínio da monumentalidade do templo e as residências ao redor da praça. Destaca-se a imponência e a qualidade artística dos remanescentes, gerando boa impressão imediata.</p>

Legibilidade espacial	O sítio se apresenta de maneira imediata a partir da rua. Na entrada somos tomados pela visão do museu. Após o museu, é possível ter visão clara do conjunto de ruínas, com poucos elementos obstruídos.	O sítio é descoberto aos poucos conforme adentramos seu espaço. Legibilidade espacial do conjunto é condicionada ao passeio, sem compreensão imediata.	O sítio se apresenta de maneira imediata a partir da rua de acesso. Ao passar pelo primeiro pavilhão de resid, é possível ter visão clara do conjunto, com poucos elementos obstruídos.
Relação com a cidade	Sítio histórico inserido na malha urbana, em posição central.	Sítio histórico inserido na malha urbana, em posição central.	Sítio histórico inserido na malha urbana, deslocado do centro geométrico, quase na margem da cidade.
Infraestrutura de acesso aos sítios	Acesso ocorre por rua asfaltada inserida na malha urbana principal da cidade. Qualidade mediana dos passeios públicos. Placas e assentos pouco presentes. Pouca preocupação com paisagismo na área de amortecimento da rua para o sítio histórico.	Acesso ocorre por rua asfaltada inserida na malha urbana principal da cidade. Boa qualidade dos passeios públicos. Presença de placas e assentos. Há preocupação de paisagismo na área de amortecimento do sítio histórico, com bom estado de conservação.	Acesso ocorre por rua em paralelepípedos. Para acessar o sítio é preciso deslocar-se para fora das avenidas asfaltadas contíguas à rodovia. Qualidade mediana dos passeios públicos. Placas e assentos presentes, mas com pouco destaque. Há área de amortecimento com paisagismo planejado mas pouco conservado.
Presença do poder público	Sítio histórico anexo à Secretaria Municipal de São Miguel das Missões e escritório do Iphan.	Na percepção do passeio, não foi identificada presença anexa ao sítio.	Sítio histórico anexo à Secretaria Nacional de Turismo do Paraguai.
Presença guarani	Identificada no interior do sítio. Presença guarani em bancas de artesanato junto ao museu das missões, no alpendre e gramado.	Não identificada no interior do sítio. Presença de bancas de alimentação e artesanato na rua de acesso.	Não identificada no interior do sítio. Presença de uma banca de alimentação e artesanato no pátio de acesso.

(Fonte: elaboração própria, 2022)

Embora apresentem características comuns, as paisagens dos três sítios históricos se complementam entre si. O sítio de São Miguel Arcanjo impressiona pela qualidade da catedral, sobretudo a fachada e seus elementos decorativos ainda presentes. O sítio de *San Ignacio Miní* nos proporciona maior envolvimento espacial e apresenta vários pavilhões de residências, tornando compreensível o ordenamento espacial da aldeia. Em *Santísima Trinidad* vemos

elementos arquitetônicos singulares, como as arcadas das residências, além da imponência da catedral, exemplificando a escala a que chegava a produção material guarani.

A configuração dos remanescentes também condiciona a diversidade paisagística – os sítios de *San Ignacio Miní* e *Santísima Trinidad* apresentam mais momentos de envolvimento espacial, enquanto no sítio de São Miguel Arcanjo impera a percepção da amplitude espacial. Quanto à legibilidade, os sítios de São Miguel e *Santísima Trinidad* se apresentam de maneira quase imediata, tanto da rua quanto do seu ponto de acesso. Já o sítio de *San Ignacio* possui áreas de amortecimento, sendo necessário percorrer um caminho antes de chegar às ruínas propriamente ditas.

No que tange à relação com a cidade, temos que os três sítios se encontram inseridos nas malhas urbanas dos seus respectivos municípios. São Miguel e *San Ignacio* se encontram na área mais central da cidade, enquanto *Santísima Trinidad* está um pouco afastada das avenidas principais e seu acesso se dá por ruas de paralelepípedo, inserido em bairro não central. Em São Miguel e *Santísima Trinidad* percebemos a presença de sedes do poder público anexo aos sítios históricos – Secretaria Municipal de Turismo e Secretaria Nacional de Turismo, respectivamente. Em *San Ignacio* não identificamos presença anexa ao sítio.

Em termos de experiência paisagística, temos aqui indícios da potencialidade de uma maior aproximação entre os sítios históricos. Mesmo com todo o estudo histórico que envolveu o levantamento teórico anterior à visitação, tivemos pouca compreensão espacial ao visitar o sítio de São Miguel Arcanjo. Tal impressão foi sanada quando adentramos o sítio de *San Ignacio Miní*, onde pudemos entender a organização dos pavilhões de residências ao redor da praça, bem como compreender a escala desse espaço comum da vida cotidiana. Em *Santísima Trinidad del Paraná* percebemos o esplendor máximo da arte e da arquitetura presente nas missões, completando a experiência espacial possível através dos remanescentes históricos.

Tratando da contemporaneidade, um aspecto que chamou a atenção e que já foi mencionado anteriormente é a presença do povo guarani. Em São Miguel vemos a presença guarani através de bancas de artesanato na varanda do Museu das Missões. Em visita técnica com a secretária de turismo, essa nos contou que há um projeto de inserção da comunidade indígena como guia turística,⁴⁴ que já encontra-se em processo de formação. Assim, se espera

⁴⁴ Visita técnica ocorrida em trabalho de campo integrado entre os cursos de graduação em Geografia/licenciatura e Geografia/bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS/*campus* Erechim. O trabalho envolveu os componentes curriculares Geografia Urbana, Trabalho de Campo, Epistemologia da Geografia e Geomorfologia, da 5ª fase dos respectivos cursos, entre os dias 15 e 17 de maio de 2022. O autor participou das atividades na figura de palestrante, propondo reflexões e provocações acerca de temas correlatos à pesquisa de mestrado e às disciplinas organizadoras.

que os guaranis tenham outra fonte de renda a partir do sítio histórico, para além da venda do artesanato. Também a potencialidade narrativa de conhecer a história dos sítios a partir da visão dos povos originários, o que pode contribuir com outra percepção espacial, social e histórica. Além disso, quanto ao contato com a aldeia, fomos informados que a visita só ocorre por agência privada e em grupos grandes devido ao deslocamento (a aldeia se encontra afastada cerca de 40km da cidade de São Miguel das Missões, com acesso por estrada de chão). A principal fonte de renda é o artesanato, vendido nas dependências do sítio histórico, além de auxílios do governo federal. Cabe ao município proporcionar o transporte coletivo da aldeia para o centro da cidade, que não ocorre todos os dias. Para suprir essa deficiência, há uma casa de passagem próximo ao sítio, onde as famílias se abrigam em sua temporada de venda (há um sistema de rotatividade na venda dos artesanatos).

Em *San Ignacio Miní*, ao ser indagado sobre a presença do povo guarani, o argumento do guia turístico foi que muitos indígenas desconhecem a história e que as comunidades da região não se identificam com o povo que ali viveu, considerando-se descendentes daqueles que participaram das reduções e, por isso, não têm interesse no sítio histórico. Ele também narrou muitos problemas de diálogos com as comunidades guarani, sendo “difícil opinar sobre o modo de vida deles”. Porém, na rua em frente à bilheteria, vimos várias bancas de artesanato e alimentação com presença guarani o que indica, ao menos, o interesse em participar economicamente dessa dinâmica. Em *Santísima Trinidad del Paraná* não foi ofertado serviço de guia turístico, mas sim a oportunidade de assistir a um pequeno filme sobre o sítio histórico. Além de mostrar aspectos históricos e dizer que o sítio é “*el patrimonio más importante de Paraguay*”, o vídeo cita a inserção da comunidade e como uma parte dessa vive do turismo e do artesanato. Na entrada do sítio vimos uma banca de venda de artesanato.

Essas percepções nos fizeram questionar a maneira como é feita a inserção (ou afastamento) dos povos originários com seu patrimônio. Por mais que não seja o mesmo povo da época, as ruínas dos sítios históricos também são heranças deles, muito mais do que da comunidade que toma para si a sua gestão. Não temos como recuperar essa cultura, mas, embora esteja em um processo de declínio na sua relação espacial com as ruínas, ela não acabou. Por isso, é preciso considerar o papel de cada ator social na atuação do patrimônio e nisso a política pública é fundamental. Se não houver política pública de incentivo à aproximação desses povos com seus patrimônios, continuaremos invisibilizando a memória dos vencidos e afastando esse ator social chave da sua relação com o sítio histórico, prática que vai de encontro às diretrizes apresentadas na *Carta Iberoamericana del Paisaje Cultural* (LALI, 2012).

Nas visitas técnicas na secretaria de turismo de São Miguel das Missões descobrimos alguns dados interessantes acerca da atuação pública. Primeiramente, todo o valor da visitação no sítio de São Miguel é repassado para a União, através do IPHAN, cabendo ao órgão promover projetos de retorno da verba para o sítio histórico – o que mais ocorre são projetos de manutenção e pesquisas referentes às ruínas. O que fica para o município é a arrecadação dos ingressos do show de Som e Luz, que ocorre todas as noites. Esse show conta com espetáculos luminotécnicos e sonoros, com texto gravado em 1978. Em 2011 houve o último aprimoramento dos equipamentos, com a modernização de lâmpadas e caixas de som.

Além disso, a gestão local do sítio busca apoio financeiro através de editais de fomento cultural e patrimonial em diferentes instâncias, seja pelo governo estadual, federal, Organizações Não Governamentais (ONGs) ou agências privadas. Por exemplo, através de edital do programa Avança Turismo, do governo do estado do Rio Grande do Sul, buscou-se verba para a melhoria de praças da cidade. Tratam-se de intervenções pontuais de acordo com a busca e disponibilidade de agências de fomento, dificultando o planejamento de macro estratégias de intervenção que mobilizem toda a comunidade. Ou seja, falta apoio financeiro direto e integrado.

Quanto às iniciativas dos órgãos administrativos da cidade, a secretária narrou que os procedimentos burocráticos do IPHAN e suas políticas de preservação cultural acabam por barrar alguns projetos dos gestores locais. Porém, fomos informados de algumas estratégias de aproximação com os demais sítios históricos argentinos e paraguaios, como a criação de rotas de visitação com roteiros integrados nos três países, inclusive envolvendo aeroportos e outros modais coletivos. Em janeiro/2022, a secretária relatou que, com a pandemia, os diálogos haviam parado mas que estavam se mobilizando para retornar às negociações. No dia da nossa segunda visita, em julho/2022, a secretária havia marcado compromisso com o comitê formado pela gestão dos três sítios, o que fez perceber que os diálogos foram retomados. Outra iniciativa conjunta foi a Caminhada das Missões, que ocorreu em duas edições, começando no Paraguai e terminando no sítio histórico de Santo Ângelo, configurando um roteiro de 30 dias de caminhada na rota do conjunto de sítios históricos. Nessa seara, identificamos que se tratam de iniciativas espontâneas dos gestores locais, não respaldadas em macro projetos de políticas públicas.

Quanto aos órgãos internacionais, a UNESCO foi responsável pelos primeiros projetos de intervenção no sítio, como limpeza, consolidação estrutural das ruínas e pesquisas

arqueológicas.⁴⁵ Indagadas sobre a inscrição na lista de Patrimônio Cultural do Mercosul, ambas as guias turísticas que nos atenderam e a secretária de turismo narraram que nenhuma iniciativa é feita pelo órgão. A fala de uma das guias turísticas nos marcou, ao dizer que “o Mercosul é muito desenvolvido para muita coisa, mas não para o patrimônio.” Tal apontamento corrobora com uma fala da secretária de turismo realizada em visita anterior, ao afirmar que “o Mercosul possui infraestrutura bem avançada, mas não para o patrimônio.”

Outro ponto importante que tivemos conhecimento foi acerca do relacionamento com a comunidade. Fomos informados que, antes do reconhecimento do IPHAN e da UNESCO, havia maior liberdade no tratamento do sítio (inclusive com histórias de saques das pedras para construção de residências dos moradores), mas que os órgãos de preservação chegaram bastante radicais com a comunidade. Com a educação patrimonial através de projetos político-pedagógicos de visita escolar na educação infantil e fundamental, a relação está melhorando. A secretária nos informou que a população local sentiu bastante impacto quando o sítio histórico ficou sete meses fechado devido à pandemia de Covid-19, acarretando a interrupção da prática turística e a percepção de como esse elemento movimenta o comércio local em vários setores (hotéis, pousadas, restaurantes, mercados, farmácias, postos de gasolina, etc.). Identificamos que o IPHAN e a UNESCO trouxeram impacto significativo na maneira como a comunidade vê o patrimônio, agrando mais valorização, porém, não dão o apoio necessário para a sua manutenção.

Por mais que ficamos contentes em ver que o sítio histórico conta com profissionais apaixonados pela causa patrimonial, com variedade de ideias e muita vontade para divulgar e valorizar os monumentos que ali estão, nos preocupa que a falta de incentivo por parte do poder público acabe por frustrar as expectativas da comunidade. Até quando esses profissionais terão fôlego para continuar trabalhando intensamente se não veem no horizonte macro estratégias vindas do poder público para o desenvolvimento social baseado na valoração daquele patrimônio?

Nesse cenário, parece que uma potencialidade imediata seria realmente a aproximação entre os sítios históricos, buscando estratégias conjuntas de atuação. No ingresso de acesso ao sítio de *San Ignacio Mini* temos a seguinte inscrição: “*Válido para ingresar durante 15 días, 1 vez para los 4 conjuntos Jesuitico Guaranies*”. A mesma iniciativa ocorre internamente entre o conjunto de sítios paraguaios e brasileiros. Encontrar uma maneira integrada de um fundo

⁴⁵ No texto de Gutierrez (1987) podem ser encontradas mais informações referentes às primeiras estratégias de intervenção adotadas pela UNESCO nos sítios históricos na época de sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial.

conjunto para a valorização da visitação em sítios internacionais também poderia configurar uma iniciativa de aproximação entre as gestões dos sítios, ou propor algum benefício para o ingresso de turistas que estão acompanhando a rota das missões.

A divulgação presente nos três sítios históricos se restringe às ruínas nacionais: a paisagem dos sítios, isoladamente, não expressa o conjunto internacional. No Museu das Missões de São Miguel Arcanjo/RS há exemplares de arte sacra dos 7 povos das missões do território brasileiro. O mesmo acontece nos museus de *San Ignacio* e *Trinidad*, com exemplares de artefatos de outras reduções localizadas em seus territórios nacionais. Porém, em nenhum dos três museus há uma noção de conjunto, seja em mapas mostrando a localização dos outros sítios históricos, artefatos de outras regiões, ou narrativas de algum tipo de aproximação entre os países. O único indício que temos é através da fala dos guias turísticos, mas nem todos mencionam o conjunto em suas explicações iniciais, o que demonstra certa fragilidade formativa para essa visão integrada e raiana.

Em contrapartida, em visita técnica realizada junto à secretaria de turismo de São Miguel, descobrimos que vários argentinos visitam aquele sítio histórico, principalmente por estar localizado na rota de entrada deles no território brasileiro rumo ao litoral atlântico ou às demais regiões do Brasil. Questionado sobre a presença de turistas de outros países no sítio histórico de *San Ignacio*, o guia turístico local destacou índices relevantes de paraguaios e brasileiros visitando os locais. Mesmo sem incentivos e com materialização opaca desse elo entre os três países, há práticas transfronteiriças que se relacionam aos sítios históricos das missões jesuítico-guaranis, evidenciando seu potencial raiano.

* * *

Nesse momento da presente dissertação possuímos elementos para refletir melhor sobre o conceito que estamos discutindo. Inicialmente pensamos que não havia raia na região analisada. Depois, pensamos que os sítios históricos não configuravam um elo raiano nessa faixa de fronteira. Hoje, consideramos que a questão maior está nas políticas públicas e não na esfera da população e da sua relação com o patrimônio histórico: o poder público dos países, suas estratégias de gestão e como essas se materializam nos sítios, não incentivam uma relação raiana baseada no turismo cultural e na gestão patrimonial. Mesmo com as iniciativas expostas, as gestões ainda apresentam aproximações demasiado incipientes para conformar uma estratégia conjunta de valoração patrimonial. Existem ideias, mas não há poder de decisão

devido, talvez, à centralização em atores que estão longe e não olham para tal recorte geográfico nos diferentes países, além da falta de incentivos fiscais diretos a esses elementos.

Em contrapartida, não podemos ignorar que há uma raia em potencial, porque todos os elementos estão lá, gritando para serem vistos (com urgência). Mesmo com essa deficiência de atuação pública materializada na paisagem, há um intercâmbio cultural na região por parte da sociedade civil. Incentivar esse intercâmbio através de políticas transnacionais não poderia promover o desenvolvimento da região? Novamente caímos no debate da omissão do poder público, ou da incapacidade do poder público de olhar para os patrimônios de todo o seu território de maneira descentralizada e integrada e colocá-los como protagonistas das relações sociais e econômicas, além da falta de macro projetos de políticas públicas que considera o patrimônio e a paisagem como elementos de desenvolvimento territorial.

Além disso, não parece haver esforços para que a fronteira não seja interpretada como um limite territorial. Na experiência do trabalho de campo, a fronteira se caracterizou efetivamente como um limite da nossa vivência mundana. Se algum funcionário aduaneiro dissesse “não”, a única coisa a fazer era virar e voltar. Por mais que a fronteira pareça calma, sem guerra, não deixa de ser uma geometria de poder: chega-se em uma muralha (não no caráter material, como nas fronteiras da antiguidade, mas sim de caráter simbólico) e o que acontece naquele local não depende do nosso querer, da nossa vontade ou das nossas intenções.

As ligações por rodovias são precárias, especialmente no lado brasileiro, com péssima condição de pavimentação e sinalização, desestimulando o contato com a fronteira. Na Argentina há um bom sistema de placas indicando a direção das demais reduções do território argentino que fazem fronteira com o Paraguai, mas carece de um movimento contrário relacionado às reduções em lado brasileiro. Tal aspecto pode se dar devido à distância entre essas fronteiras – como vimos nas cartografias apresentadas anteriormente, há uma maior concentração de sítios históricos com ruínas materiais na fronteira Argentina-Paraguai (Figura 7), que vão se rarefazendo rumo à fronteira brasileira, conformando mais uma rota do que um adensamento entre os sítios históricos. Se analisarmos as reduções consideradas patrimônio mundial da humanidade pela UNESCO (Figura 8), tal situação se torna mais crítica, com poucas reduções desprendendo-se do conjunto adensado na fronteira Argentina-Paraguai.

A própria operação da UNESCO de inscrever sítios históricos específicos na lista do Patrimônio Mundial potencializa a fragmentação do conjunto missioneiro e dificulta a aproximação entre as gestões nacionais. Analisando por essa óptica, podemos inclusive questionar se faz sentido nos apropriarmos da inscrição na lista da UNESCO como *marketing territorial* das missões: não negando a importância do reconhecimento, mas a maneira como

esse reconhecimento foi feito não acarreta em uma fragmentação ainda maior do conjunto? Se tivéssemos todo o complexo (isto é, todos os sítios históricos) sendo alvo de interesse e investimentos do órgão, muito provavelmente seria mais fácil promover a coesão territorial e o desenvolvimento regional a partir do incentivo ao trânsito na fronteira para a visita aos sítios, seja pela criação de rotas com paradas mais próximas, seja pela inserção de um maior número de comunidades e indivíduos nesse sistema. Tal iniciativa potencializaria a importância do turismo desses patrimônios no panorama econômico da região e, conseqüentemente, a valoração que as comunidades envolvidas atribuem a eles – quanto maior a dependência econômica, maior a responsabilização e luta pela proteção e divulgação. Em vista disso, destaca-se a importância do governo brasileiro promover iniciativas para aproximar os sítios nacionais aos argentinos e paraguaios.

A nossa experiência também foi muito marcada pelos procedimentos burocráticos na fronteira devido às exigências referentes à pandemia mundial de Covid-19⁴⁶. Trata-se de uma situação singular e atípica, mas as exigências e os procedimentos escancaravam um despreparo e até o sentimento de “não atravesse”. Não há uma pedagogia raiana que facilite o trânsito transfronteiriço. A passagem foi marcada por falta de informações, os *sites* não são intuitivos e, por mais que se façam todos os trâmites que conhecemos, sempre falta alguma coisa. No processo de travessia as pessoas mal olham, gerando um exercício de intimidação. Por que nações que se consideram irmãs precisam promover essa demonstração desnecessária de poder? Aqui a fronteira se caracteriza como campo de disputa. Reduz-se à questão econômica, imperando o receio de que o estrangeiro adentre o território e corrobore ainda mais com os problemas sociais ali presentes – a defesa dos recursos contra o outro. A falta da visão raiana atrapalha a experiência paisagística mundana em áreas de fronteira.

Nesse cenário, como fica a questão dos patrimônios raianos? Nós só queríamos visitar os sítios históricos, não usurpar os recursos do território estrangeiro. Queríamos ver os resquícios dessa relação humana com o espaço, fruto de uma época em que os governos nem eram os mesmos que hoje atuam naquele recorte espacial. Queríamos ter uma experiência

⁴⁶ As visitas ocorreram entre os dias 26 e 29 de janeiro de 2022, em um contexto de reabertura das fronteiras entre os países. Em virtude desse contexto, não conseguimos aproximações maiores com gestores dos sítios históricos de *San Ignacio* e *Trinidad*, cujo contato poderia trazer outras nuances de informações para as nossas discussões. Porém, em uma análise autocrítica e refletindo acerca desse momento acadêmico (nível de mestrado e o início de investigações maiores de pesquisa científica), não consideramos que tal situação ocasionou grandes ônus para o trabalho, pois permitiu que as impressões e conclusões se dessem quase exclusivamente a partir da experiência paisagística (com suas cargas subjetivas e os *backgrounds* da pesquisa teórica), e não condicionado pela visão dos profissionais e gestores atuantes nos sítios históricos. Isso permitiu que muitas reflexões se desenvolvessem nas entrelinhas da experiência da visita enquanto turista/pesquisador/explorador da paisagem dos sítios, percebendo como essas estratégias de gestão estão materializadas no espaço – a percepção como protagonista das leituras e interpretações aqui expressas.

paisagística mundana, pois a paisagem não admite fronteiras. Se essa faixa de fronteira tivesse um histórico de iniciativas de aproximação e incentivo ao trânsito de pessoas, provavelmente tais processos seriam facilitados, como ocorre em outras regiões fronteiriças do território nacional – nas cidades gêmeas entre Brasil e Uruguai, por exemplo.

Parafraçando a epígrafe dessa dissertação (HILST, 1974), é preciso olhar a fronteira de novo, com menos altivez, e mais atentos – às práticas sociais, às identidades, às vontades das pessoas. Mesmo com todos os problemas elencados, é perceptível na população local das três cidades a valorização desses patrimônios e a influência na constituição de suas identidades. De funcionários públicos a donos de hotéis e garçons de restaurantes, é possível identificar afetos e cuidados com a história contida nas ruínas e o desejo de que essa história e seu legado sejam conhecidos, vivenciados e valorizados. Os órgãos internacionais (como o PARCUM, o MERCOSUL e a própria UNESCO) devem promover a interação na fronteira, a aproximação, o diálogo e o incentivo à passagem – e à paisagem. Na escala local, as políticas públicas devem envolver não só a conservação do sítio, mas também de tudo que está ao entorno dele, fazendo com que as pessoas efetivamente se integrem nas paisagens do ponto de vista cultural e econômico. A gestão pública, ao investir na conservação de um elemento, seja da natureza ou cultural/arquitetônico, também cria mecanismos para que as sociedades locais briguem por aquele elemento: não se pode esquecer toda a história que existe por trás de tal remanescente porque hoje em dia ele é responsável pela manutenção daquela comunidade, pela(s) existência(s) que vive(m) ali.

Tal ideia reforça o pensamento de Assunto (2013) acerca da temporalidade da paisagem. As ruínas de um tempo e uma sociedade do passado mantêm rugosidades socioespaciais no tempo presente e tentam se projetar no futuro como elementos ativos da constituição da identidade das populações. Populações essas que não necessariamente são herdeiras diretas daquela experiência sociocultural, mas que reconhecem ali potencialidades para pensarmos a própria constituição contemporânea da nossa relação com o outro e com o espaço - a conjunção de elementos naturais com elementos artísticos/culturais se transforma na base do reconhecimento cultural da população que ali vive.

No universo das ruínas das missões jesuítico-guaranis identificamos quatro cosmovisões diferentes, semelhantes àquelas apresentadas na Carta da Paisagem das Américas (IFLA-AMERICAS, 2018): a do guarani, com sua cultura pré-missões; a dos jesuítas, com sua carga europeia e católica; a da fusão entre jesuítas e guaranis, que gerou a experiência das reduções; e a interpretação contemporânea desse experimento social, que chega até nós pela experiência paisagística dos sítios históricos e as marcas deixadas no espaço. Quem está ali,

hoje, não são necessariamente os responsáveis e culpados da cativação indígena ou da entrada portuguesa e espanhola que exilou os povos de suas terras, mas eles criaram vinculações com o território a partir de sua interpretação desse passado materializado pelos elementos do sítio histórico.

Por isso a experiência estética precisa ser historicizada e territorializada, pois a contemplação das paisagens e dos bens patrimoniais devem considerar a história dos monumentos, seus símbolos e os laços afetivos criados entre a comunidade que ali se insere e os elementos culturais e naturais que constituem o espaço. A estética da paisagem, aqui, atua como um chamariz para as pessoas pois é inegável a qualidade visual dos sítios históricos. Porém, passada a contemplação estética, é preciso construir uma interpretação política sobre a nossa relação com o outro e com o território.

A óptica da raia possui essa potencialidade de olhar para o espaço a partir das pessoas e de suas paisagens. Novamente encontramos em Assunto (2013) a crítica que procuramos: o advento econômico confunde paisagem e espaço, gerando uma crise social que faz com que os indivíduos não tenham a experiência paisagística como componente de suas vivências cotidianas. A potencialidade da educação paisagística (educar para a paisagem, educar para viver paisagisticamente) reside na ideia de apreciar esteticamente nosso espaço de vida e perceber nuances das relações sociais que vão de encontro com a vida humana. É ajuizar nossos laços com as pessoas, os lugares, a natureza, as paisagens.

Se considerarmos uma visão sistêmica em que todas as paisagens importam para alguém (CONSELHO DA EUROPA, 2000), temos que a ética ambiental e patrimonial deve ser resultado dessa apreciação estética. A natureza e as marcas da cultura – o patrimônio histórico e cultural – possuem valor moral, pois não existe estética sem ética. O poder público tem o dever de proteger lugares e as políticas de proteção devem levar em conta valores e vínculos afetivos que as populações possuem com seus patrimônios e suas paisagens. É preciso atuar com ética, ouvir as pessoas e utilizar os elementos que estão postos como bases para políticas de desenvolvimento regional, cultural e econômico.

Com a leitura das Cartas da Paisagem vimos que existem esforços para que a paisagem seja vista como um patrimônio cultural dos povos latino-americanos. As associações de arquitetos apresentam propostas de proteção de paisagem e declarações de atuação ética, com redes de pesquisadores interdisciplinares que consideram instrumentos patrimoniais para a salvaguarda desses elementos. Inclusive, as Cartas abordam a paisagem como elemento inter/transnacional de expressão cultural. As missões jesuítico-guaranis são exemplos desses

patrimônios que ultrapassam fronteiras, mas que ainda não são vistos de maneira integrada por parte das políticas públicas de proteção e gestão nacionais.

Por isso a importância de lutar pelo lugar da dimensão paisagística nas políticas públicas nacionais e internacionais. Se as políticas de desenvolvimento considerarem apenas o espaço ao invés da paisagem como elemento base para a atuação territorial, perdemos algumas potencialidades de ação, abrindo margem para transformações espaciais que não respeitam as particularidades de determinado local. Tanto as cartas latino-americanas como a Convenção Europeia da Paisagem não são debates instituídos no campo do patrimônio histórico-cultural, mas que utilizam dessa abordagem para buscar tal dimensão ética na atuação sobre os territórios. Assim, tentam envolver as comunidades na proteção dos seus espaços de vida através da valorização dos atributos culturais que se expressam nas paisagens rumo ao bem-estar das populações, a felicidade dos povos e o decorrente desenvolvimento social/territorial/econômico/cultural.

Ter em vista tal dimensão pode inclusive auxiliar no entendimento de questões relativas à identidade dessas populações que vivem em áreas de fronteira. Retomando Machado (2005), temos que o intercâmbio de experiências extraoficiais estabelece outras relações territoriais que podem não condizer com os projetos políticos dos Estados. As experiências de campo nos mostraram que as populações possuem considerações raianas muito além daquelas expressas na paisagem da fronteira, gerando um descompasso entre identidade e atuação/materialização espaço-territorial. Esse descompasso pode ser interpretado a partir da deficiência das políticas públicas em atuar de acordo com os desejos dos habitantes de seu território, o que reforça o nosso argumento sobre a importância da dimensão paisagística nas políticas de desenvolvimento.

Também respondendo a provocações anteriores, afirmamos que a continuidade de paisagens e produções culturais comuns podem sim aproximar povos que foram arbitrariamente, hierarquicamente e geometricamente separados por acordos políticos. Também respondemos que a herança cultural e os remanescentes dos sítios históricos das missões jesuítico-guaranis podem sim configurar elementos bases para políticas de integração transnacional na faixa de fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. Porém, não apenas pelo seu potencial turístico e educativo: antes dessas dimensões, a aproximação deve acontecer para respeitar os valores atribuídos pelas populações locais que têm nesses elementos a produção de sua cultura e de sua identidade espacial.

Para isso, é preciso que o Brasil se torne um país de cultura paisagística, utilizando a paisagem como esfera ontológica para a promoção de atuações éticas com o território. As

políticas públicas devem levar em conta essa dimensão da vida humana nas iniciativas culturais rumo à felicidade defendida pela Carta da Paisagem das Américas, respeitando assim os cidadãos que conformam a sociedade brasileira em suas múltiplas identidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo evidenciamos o papel da paisagem, do patrimônio e das políticas públicas na interpretação arquitetônica/geográfica de elementos patrimoniais em situação de fronteira, especialmente os sítios históricos das missões jesuítico-guaranis da Companhia do Paraguai. Os resultados apontaram para aproximações incipientes entre as gestões dos sítios históricos, mas que as comunidades que ali vivem possuem vinculações afetivas com o patrimônio muito maiores do que aquelas expressas na paisagem dos sítios, ocasionando um descompasso entre a atuação territorial e os sentimentos das populações. Os sítios não se aproximam porque não há uma raia consolidada – a raia aqui se apresenta como uma possibilidade, uma potencialidade de desenvolvimento regional para os três países, cujas políticas públicas ainda não dão conta de promover tal relação.

Nessa discussão, percebemos a deficiência de uma visão paisagística no tratamento de questões relativas à atuação espacial do poder público – seja através da análise dos documentos, seja pela percepção da própria materialização da paisagem dos sítios históricos e da vivência na fronteira. A negação da paisagem enquanto categoria de leitura e interpretação do espaço nos afasta da visão da fronteira como recorte espacial de relações sociais contíguas e conjuntas. Nisso, a desregulamentação das políticas públicas que consideram a paisagem como um componente ativo da vida humana, através dos patrimônios e da transformação espacial, agrava essa relação de distanciamento entre comunidades que tiveram a base da sua história e da sua identidade territorial construída a partir de elementos que transpassam os limites jurídicos/estatais.

Como arquiteto urbanista em um programa de pós-graduação em Geografia, tomei o cuidado de agregar discussões da ciência geográfica sem me despir da minha formação inicial. Ao longo da pesquisa, fiz o esforço de me colocar enquanto arquiteto que fala sobre patrimônio e enquanto pesquisador que está produzindo um debate na Geografia, abordando o espaço apropriado e politizado. Também falando de paisagem tomada a partir de uma dimensão social e ética, tentando identificar valores patrimoniais para entender o modo como os cidadãos locais percebem os remanescentes históricos e se as políticas públicas atuantes naquele território dão conta de atender a essas demandas subjetivas.

O objetivo desse trabalho foi produzir um estudo interdisciplinar entre Geografia e Arquitetura para compreender o papel da paisagem e do patrimônio histórico enquanto elementos de aproximação cultural e social entre povos em situação de fronteira. Porém,

considero que fomos um pouco além: mais do que isso, demonstramos a potencialidade da aproximação dessas duas ciências na produção de pesquisas com temáticas socioespaciais, repensando algumas práticas de interpretações científicas parceladas do mundo.

O percurso conceitual e metodológico proposto para a construção dessa pesquisa configurou um importante elo entre os dois principais campos disciplinares que estamos abordando. Foram utilizadas metodologias consolidadas nos estudos em Arquitetura e Urbanismo para avaliar remanescentes arquitetônicos e patrimoniais e, com isso, produzir discussões interdisciplinares abordando temáticas próprias do debate geográfico – raia, território, desenvolvimento regional, paisagem. Considera-se que o resultado foi um estudo rico em discussões atuais e urgentes, que merecem ser desenvolvidas, divulgadas e continuadas.

Além disso, destaca-se a contribuição desses procedimentos metodológicos para a ciência geográfica. O pragmatismo dos instrumentos utilizados como estratégia de apreensão paisagística e registro das vivências nos lugares analisados pode contribuir como estratégia metodológica de compreensão do espaço em outros estudos de caráter geográfico. Por mais que a paisagem se construa no encontro entre a subjetividade do olhar com a materialidade do território (METAILLÉ; BERTRAND, 2006), é importante mostrar ao leitor de onde vêm as impressões e como foram feitas as experiências de imersão espacial que embasaram as discussões em nossos trabalhos. Nisso, os procedimentos metodológicos utilizados podem contribuir aos trabalhos de geógrafos e outros profissionais que produzem estudos de percepção subjetiva do espaço. Por esses aspectos, reitera-se a potencialidade do intercâmbio entre esses dois campos do conhecimento (Geografia e Arquitetura) na identificação e discussão de problemáticas sociais, ambientais, culturais e econômicas. Esse contato interdisciplinar pode ser abordado para a interpretação de outras problemáticas socioespaciais – as possibilidades são tantas quanto é possível a imaginação do pesquisador.

Nessa seara, a paisagem não é a única forma possível de aproximação, mas é um caminho promissor para discussões acerca de questões socioespaciais, visto que problemáticas ambientais, urbanas, urbanísticas, arquitetônicas e geográficas se manifestam no espaço, conformando e condicionando as vivências paisagísticas. Atrelado a essa abordagem pelo conceito de paisagem, o debate patrimonial toma dimensão social e coletiva, pois não se produz paisagem sozinho. Tentamos abordar essas questões de forma fluida e integrada, buscando as potencialidades da leitura de cada uma dessas ciências para promover uma terceira interpretação das dinâmicas culturais no recorte fronteiriço analisado.

Assim, reiteramos o poder do encontro dessas duas ciências e também o papel da paisagem enquanto componente de interpretação do mundo. A vivência paisagística, atrelada à

ética da atuação espacial e das políticas públicas, devem servir como elementos propulsores de dinâmicas sociais de encontro, de respeito ao lugar de outro e de valorização dos laços afetivos construídos com os patrimônios que expressam a diversidade da nossa cultura.

Destaca-se também a utilização da ideia de raia para a discussão de relações socioespaciais em áreas de fronteira. Nosso estudo movimenta uma abordagem que surgiu na década de 1990 de maneira mais forte, pelas aproximações entre Portugal e Espanha através do projeto Europa Sem Fronteiras, mas que, em certa medida, perdeu força nos últimos anos: o olhar para o espaço fronteiriço pela ótica da integração e não da separação. Nossa narrativa dos desafios e frustrações quanto aos trâmites aduaneiros são ilustrativos de como essa abordagem não se faz presente nas estratégias estatais de atuação territorial – como o Estado dificulta o contato internacional, o trânsito na fronteira e a vivência paisagística do mundo. Dito isso, argumentamos que a fronteira precisa ser vista como investimento. As políticas públicas, ao investir na paisagem da fronteira como elemento de desenvolvimento territorial, valorizam os patrimônios, a memória e a identidade das comunidades que vivem nessas áreas que foram historicamente deixadas de lado pelos órgãos de gestão e investimento público. Em toda a fronteira interna brasileira são identificadas zonas de desenvolvimento opaco, fator que também ocorre nos demais países limítrofes, reiterando a fragilidade com que essas áreas têm sido tratadas no contexto sul-americano.

Destarte, o que gostaríamos de registrar, como discussão final dessa dissertação, é a defesa de que a paisagem pode (e deve) ser um elemento central da ação do Estado do ponto de vista do planejamento e da gestão. Demonstramos ao longo do trabalho as diversas potencialidades do conceito de paisagem como elemento de atuação territorial, pela visão das Cartas da Paisagem e outros pesquisadores, e também argumentamos como essa visão se perdeu na seara das políticas públicas de valorização cultural dos territórios. Nesse sentido, é preciso que se pense o futuro a partir da paisagem, como um instrumento de gestão e planejamento regional, olhando para as pessoas, as comunidades, os patrimônios e a temporalidade das construções culturais e como esses aspectos podem ser tomados como base para a atuação espacial ética e estética.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no estado de São Paulo. **Geografia e Planejamento**, São Paulo, n. 30, p. 07–26, 1977.
- AB'SABER, Aziz Nacib. **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- ABAP, Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas. **Carta Brasileira da Paisagem**, 2012. Disponível em: http://www.lali-iniciativa.com/wp-content/uploads/2019/03/BRASIL_Carta-da-Paisagem-.pdf. Acesso em: 22 dez. 2020.
- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Disponível em: <https://pt.b-ok.lat/book/1128084/979c31>. Acesso em: 9 maio. 2022.
- AGRIMBAU, Diego; IPPÓLITI, Gabriel. **Guarani: a terra sem mal**. São Paulo: Comix Zone, 2021.
- ALÇADA, Margarida. De dossier a processo: a candidatura das Fortalezas Abaluartadas da Raia à Lista do Património Mundial. **O Pelourinho: Boletim de Relaciones Transfronterizas**, [S. l.], n. 21, p. 93–101, 2017.
- ALVAREZ, Marcelo; REYES, Patricio. El patrimonio según el Mercosur. *In: Patrimonio e Identidad Cultural*. Buenos Aires, Argentina: Comisión para la Preservación del Patrimonio Histórico Cultural de la Ciudad de Buenos Aires, 2005. p. 135–157.
- ARAGÃO, Solange de. A presença do jardim e da paisagem nas cartas patrimoniais e na legislação brasileira. **Arq.urb**, São Paulo, n. 16, p. 21–37, 2019. Disponível em: revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/189. Acesso em: 18 dez. 2020.
- ARISTÓTELES. **Física I-II**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2009.
- ASSUNTO, Rosario. A paisagem e a estética. *In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). Filosofia da paisagem. Uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013. p. 341–375.
- AUDADP, Asociación Uruguaya de Arquitectura de Paisaje. **Carta del Paisaje de Uruguay**, 2012. Disponível em: <http://www.lali-iniciativa.com/wp-content/uploads/2019/03/URUGUAY-CARTA-DEL-PAISAJE-2012.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- BARBOSA, Liriane Gonçalves; GONÇALVES, Diogo Laercio. A paisagem em Geografia: diferentes escolas e abordagens. **Élisée - Revista De Geografia Da UEG**, Anápolis, v. 3, n. 2, p. 92–110, 2014. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/3122>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. *In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). Paisagem, Tempo e Cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 84–91.

BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. **Une Géographie Traversière. L'environnement à Travers Territoires et Temporalités**. Paris: Éditions Arguments, 2002.

BERTRAND, Georges. Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico. **RA'EGA**, Curitiba, v. 8, p. 141–152, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3389>. Acesso em: 4 maio. 2020.

BERTRAND, Georges. En passant par le paysage... parmi lieux et milieux, environnements et territoires. In: **GÉODOC – Documents de Recherches de l'Institut Daniel-Faucher**. Toulouse: Université de Toulouse - Le Mirail, 2009.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006. Disponível em: <https://br1lib.org/book/12048493/ee2c6d>. Acesso em: 7 out. 2021.

BESSE, Jean-Marc. **O Gosto do Mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BOSA, Eliezer; SOUZA, Reginaldo José De. Natureza e técnica na raia SC-RS: cyborgs hidrelétricos e ressignificação de paisagens. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 27–47, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/62075/44283>. Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. **Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 8 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei N. 25, de 30 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 8 dez. 2021a.

BRASIL. **Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 8 dez. 2021b.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 dez. 2021.

BRASIL. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2009.

CAAP, Centro Argentino de Arquitectos Paisajistas. **Carta Argentina del Paisaje**. Buenos Aires, 2011. Disponível em: <http://www.lali-iniciativa.com/wp-content/uploads/2019/03/ARGENTINA-Carta-del-Paisaje-1.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

CAMPOS, João (ORG.). **Almeida: candidatura das fortificações abaluartadas da raia luso-espanhola a património mundial - UNESCO**. Almeida: Câmara Municipal de Almeida, 2009.

CANZIANI, José. **Perú: Cartal del Paisaje**, 2011. Disponível em: <http://www.lali-iniciativa.com/wp-content/uploads/2019/03/PERU-Carta-del-Paisaje.pdf>.

CARDOSO, Rafael. Apresentação. *In: Ruskin, J. A economia política da arte*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

CARSALADE, Flavio de Lemos. Dualidades patrimoniais. *Oculum Ensaios*, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 203–216, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3517/351752733003/html/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

CARVALHO, Evandro Luiz. Educar para o patrimônio. *In: SOUZA, Sergio Linhares Miguel; CARVALHO, Evandro Luiz (org.). Patrimônio Cultural. Educação para o Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro: SEC/Inepac, 2014. p. 67–72.

CASTRO, Fátima Velez De. “Encham os olhos de paisagem!” - ensinando a observar em geografia. Uma proposta taxonômica. *Geografia: Publicações Avulsas*, Teresina, v. 3, n. 1, p. 40–57, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/geografia/article/view/11250>. Acesso em: 6 out. 2021.

CATAIA, Márcio. **Território Nacional e Fronteiras Internas: a fragmentação do território brasileiro**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.ige.unicamp.br/geoplan/wp-content/uploads/sites/22/2014/08/tese-Marcio-Cataia.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2021.

CAUQUELIN, Anne. **A Invenção da Paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CELIS, Ricardo Riveros; PERÍES, Lucas. Valoración sensible del paisaje urbano: la experiencia del parque Sarmiento en la ciudad de Córdoba. *Arquetipo*, [S. l.], v. 16, p. 97–111, 2018.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 71–84, 1995.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, Ed. UNESP, 2017.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, [S. l.], n. 34, p. 147–165, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero 34.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

CONSELHO DA EUROPA. **Convenção Europeia da Paisagem**. Florença, 2000. Disponível em: www.dhnet.org.br/direitos/sip/euro/ue_convencao_eu_paisagem. Acesso em: 22 dez. 2020.

CORAJOURD, Michel. A paisagem é o lugar onde o céu e a terra se tocam. *In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). Filosofia da paisagem. Uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.

CORDEIRO, Tiago. **A Grande Aventura dos Jesuítas no Brasil**. São Paulo: Planeta, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. Denis Cosgrove - a paisagem e as imagens. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 7–21, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3528/2454>. Acesso em: 22 abr. 2021.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Geografia Cultural: uma antologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2012. p. 219–238.

CPISP, Comissão Pró-Índio de São Paulo. **Guarani: Mbya e Tupi**. 2020. Disponível em: <https://cpisp.org.br/indios-em-sao-paulo/povos-indigenas/guarani-e-tupi/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. **A redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao estudo da tipologia urbana missionária**. 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

DICIO, Dicionário Online de Português. **Patrimônio**. 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/patrimonio/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

DONATO, Hernâni. **Os Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015.

DORFMAN, Adriana; FÉLIX, Julia Mokwa; FILIZOLA, Roberto. Ensinar a fronteira - uma introdução. *In*: DORFMAN, Adriana; FÉLIX, Julia Mokwa; FILIZOLA, Roberto (org.). **Ensinando Fronteiras: projetos estatais, representações sociais e interculturalidade**. Porto Alegre: Editora Letra1, Editora Diadorim, 2021. Disponível em: <https://www.editoralettera1.com.br/epub/9786599023460/9786599023460.pdf#page=1>. Acesso em: 6 jul. 2021.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Memória e flexibilidade na cultura ocidental. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 305–316.

DVORAK, Max. **Catecismo da Preservação de Monumentos**. 1. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

FABRIS, Annateresa. Os valores do monumento (prefácio). *In*: RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 9–22.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em geografia. **Perspectiva Geográfica**, [S. l.], v. 9, n. 10, 2014. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161/7550>. Acesso em: 23 jun. 2021.

FITAS, Ana Paula. A festa da Aldeia da Venda (Alandroal - Alentejo): patrimônio cultural imaterial e religiosidade na raia alentejana - extremenha. **Etnicex: revista de estudos**

etnográficos, [S. l.], v. 6, p. 153–164, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5226136>. Acesso em: 10 fev. 2022.

FONSECA, Raquel Agnes. **Paisagem e fronteira: geografias da raia internacional Brasil-Argentina-Paraguai**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, RS, 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4391>. Acesso em: 30 dez. 2021.

GODINHO, Paula. Processos de emblemização: fronteira e acepções de “patrimônio”. *In*: PEREIRO, Xerado; PRADO, Santiago; TAKENAKA, Hiroko (org.). **Patrimonios Culturales: educación e interpretación. Cruzando límites y produciendo alternativas**. [s.l.] : Ankulegi Antropologia Elkartea, 2008. p. 205–220. Disponível em: <https://www.ankulegi.org/wp-content/uploads/2012/03/1212Godinho.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica: o levante indígena que desafiou Portugal e Espanha**. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. *In*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: História e Desafios**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 108–123.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria do pensamento. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25–33.

GUTIERREZ, Ramón. **A Missões Jesuíticas dos Guarani**. Rio de Janeiro: UNESCO, 1987.

HENIS, Tadeo Xavier. **Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaraníes, situados en la costa oriental del río Uruguay, del año 1754**. Buenos Aires: Imprenta del Estado. Biblioteca virtual Miguel de Cervantes, 1836.

HILST, Hilda. **Da poesia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ICHAP, Instituto Chileno Arquitectos Paisajistas. **Carta Chilena del Paisaje**. Valdivia, 2011. Disponível em: <http://www.lali-iniciativa.com/wp-content/uploads/2019/03/CHILE-carta-del-paisaje-2011.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

IFLA-AMERICAS. **Carta da Paisagem das Américas**. 2018. Disponível em: http://www.abap.org.br/abap/wp-content/uploads/2019/10/Carta-da-Paisagem-das-Américas_VERSÃO_FINAL_PORTUGUÊS_150619.pdf. Acesso em: 22 dez. 2020.

IPHAN. **Ponte Internacional Barão de Mauá - Brasil e Uruguai**. [s.d.]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1126/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

IPHAN. **Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural**. Bagé, RS: IPHAN, 2007. a. Disponível em: <https://docplayer.com.br/25861888-Carta-de-bage-ou-carta-da-paisagem-cultural.html>. Acesso em: 17 dez. 2021.

IPHAN. **Carta da Serra da Bodoquena - Carta das Paisagens Culturais e Geoparques**. Bonito, MS: IPHAN, 2007. b. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/Carta_das_Paisagens_Culturais_e_Geoparques.PDF.

Acesso em: 17 dez. 2021.

IPHAN. **Portaria N. 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.** Brasília: D.O.U. - Diário Oficial da União, n. 83, 2009.

JACINTO, Rui. As regiões portuguesas de fronteira: perspectivas de desenvolvimento e de cooperação transfronteiriça. **Cadernos de Geografia**, Coimbra, F.L.U.C., n. 14, p. 37–54, 1995. Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/40724/1/As regioes portuguesas de fronteira.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/40724/1/As%20regioes%20portuguesas%20de%20fronteira.pdf). Acesso em: 23 jun. 2021.

JACINTO, Rui. Raia central, espaço de cooperação: esbater fronteiras, integrar territórios, recentrar periferias. In: JACINTO, Rui; VIRGÍLIO, Bento (org.). **O interior raiano do centro de Portugal: outras fronteiras, novos intercâmbios**. 1. ed. Porto: Campo das Letras, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/43779150/Raia_Central_espaço_de_cooperação_esbater_frenteiras_integrar_territórios_recentrar_periferias. Acesso em: 23 jun. 2021.

JANKILEVICH, Carlos; NEGRINI, Alberto. **Carta Costarricense del Paisaje**, 2010. Disponível em: http://www.lali-iniciativa.com/wp-content/uploads/2019/03/COSTA-RICA-Carta-del-paisaje-octubre_10.pdf. Acesso em: 22 dez. 2020.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Disponível em: <https://pt.b-ok.lat/book/2362535/9c260f>. Acesso em: 9 maio. 2022.

JECUPÉ, Kaka Werá. **Tupã Tenondé: a criação do Universo, da Terra e do Homem segundo a tradição oral Guarani**. São Paulo: Peirópolis, 2001.

KANT, Immanuel. **Crítica da Faculdade do Juízo**. 3. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 2017.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 1996.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Percepção e preservação da paisagem cultural. **OLAM - Ciência e Tecnologia**, Rio Claro, v. 1, n. 2, p. 187–211, 2001.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Patrimônio cultural e preservação da identidade dos lugares. **Arquiteturarevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 2, 2005.

KOHLSDORF, Maria Elaine; KOHLSDORF, Gunter. **Dimensões morfológicas dos lugares. Dimensão topoceptiva**. Brasília, 2005.

LALI, Iniciativa Latinoamericana del Paisaje. **Carta Iberoamericana del Paisaje Cultural**. Cartagena de Indias, Colombia. Disponível em: <https://laliniciativablog.files.wordpress.com/2013/04/carta-iberoamericana-del-paisaje-cultural.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Brasília: MEC/UNESCO, 2006.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 1960.

MACEDO, Silvio Soares. **Paisagem, urbanização e litoral - do éden à cidade**. 1993. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. *In*: STROHAECHER, T. M.; DAMIANI, A.; SCHAEFFER, N. O.; BAUTH, N.; DUTRA, V. S. (org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998. p. 41–49. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/1998-Limites-fronteiras-redes-LOM.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidades, redes. Cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. *In*: SILVEIRA, M. L. (org.). **Continentes em Chamas: globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 246–284. Disponível em: https://www.academia.edu/16138912/Estado_Territorialidades_Redes_Cidades_Gêmeas_na_Zona_de_Fronteira_Sul_americana. Acesso em: 13 jul. 2021.

MACIEL, Ana Beatriz Câmara; LIMA, Zuleide Maria Carvalho. O conceito de paisagem: diversidade de olhares. **Sociedade e Território**, Natal, v. 23, n. 2, p. 159–177, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3505>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

MENESES, Ulpiano Bezerra De. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcances na preservação do patrimônio ambiental urbano. *In*: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (org.). **Patrimônio: atualizando o debate**. 1. ed. São Paulo: IPHAN, 2006. p. 33–53. Disponível em: <https://patrimonioconservacao.files.wordpress.com/2017/11/a-cidade-como-bem-cultural-ulpianotoledobezerra.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2021.

MENESES, Ulpiano Bezerra De. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In*: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL 2012, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25–39.

MERIDA, Carolina. Proteção internacional da paisagem: um paralelo entre a Convenção de Florença e o Regulamento para reconhecimento do Patrimônio Cultural do Mercosul. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, n. 4918, 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/35771>. Acesso em: 14 dez. 2020.

METAILIÉ, Jean-Paul; BERTRAND, Georges. **Les mots de l'environnement**. Toulouse: Press Universitaires du Mirail, 2006.

MOURA-FÉ, Marcelo Martins De. Historicidade e contemporaneidade do conceito de paisagem. **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), v. 10, n. 2, p. 101–114, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/download/9975/11818>. Acesso em: 15 abr. 2021.

O'MALLEY, John W. **Uma História dos Jesuítas: de Inácio de Loyola a nossos dias**. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco De; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: MEC/UNESCO, 2006.

PASSOS, Messias Modesto Dos. **Paisagem e Meio Ambiente**. Maringá: Ed. da UEM, 2013.

PEREIRA, Danilo Celso. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira: 10 anos de caminhos e descaminhos de uma política de cultura com compromisso social. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 12, n. 22, p. 173–197, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/16018/11051>. Acesso em: 30 out. 2021.

PERÍES, Lucas; BARRAUD, Silvina. La construcción del catálogo de paisaje urbano del Parque Sarmiento de la ciudad de Córdoba. **Quivera - Revista de Estudios Territoriales**, Universidad Autónoma del Estado de México, v. 23, p. 89–109, 2021.

PERÍES, Lucas; BARRAUD, Silvina; KESMAN, María Cecilia. La caracterización de componentes paisajísticos en los catálogos de paisaje urbano. **Estoa**, Córdoba, v. 10, 2021.

PERÍES, Lucas; KESMAN, María Cecilia; BARRAUD, Silvina. El color como componente paisajístico en los catálogos de paisaje urbano. **Revista de Arquitectura**, Bogotá, Colômbia, v. 22, n. 1, p. 58–66, 2020.

PERÍES, Lucas; OJEDA, Beatriz; KESMAN, Cecilia; BARRAUD, Silvina. **Procedimientos para un catálogo del paisaje urbano**. 1. ed. Córdoba: I+P Editorial, 2013.

PERÍES, Lucas; OJEDA, Beatriz; KESMAN, María Cecilia. Hacia un método para catálogos del paisaje urbano. *In*: FACULTAT DE ARQUITECTURA, URBANISMO Y DISEÑO - FAUD CONGRESOS 2013, Guayaquil. **Anais [...]**. Guayaquil: UNC - Universidad Nacional de Córdoba, 2013. Disponível em: <https://rdu.unc.edu.ar/handle/11086/15940>. Acesso em: 17 jan. 2022.

QUEVEDO, Júlio. **A Guerra Guaranítica**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC., 2007.

RIEGL, Alois. **O culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RUIZ, Ángel Liceras. Patrimonio y paisaje. *In*: HERNÁNDEZ, María de la Encarnación Cambil; SANCHO, Antonio Tudela (org.). **Educación y patrimonio cultural: fundamentos, contextos y estrategias didácticas**. Madrid: Piramide, 2017. p. 119–134.

RUSKIN, John. **A Economia Política da Arte**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTANA, Helena; SANTANA, Rosário. Pauliteiros de Miranda: quando a musica, a ação e a dança se cruzam em territórios de fronteira. *In*: XXI CURSO DE VERÃO NOVAS FRONTEIRAS, OUTROS DIÁLOGOS: COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2021, **Anais [...]**. : Centro de Estudos Ibéricos, 2021. p. 54.

SANTOS, Mário Ferreira. **Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais**. São Paulo: Ed. Matese, 2008. Disponível em: <https://pt.b-ok.lat/book/6061960/f2366b>. Acesso em: 9 maio.

2022.

SAP, Sociedad Colombiana de Arquitectos Paisajistas. **Carta Colombiana del Paisaje**, 2010. Disponível em: http://www.lali-iniciativa.com/wp-content/uploads/2019/03/COLOMBIA-Carta-del-Paisaje_2010.pdf. Acesso em: 22 dez. 2020.

SAPEMA, Sociedad de Arquitectos Paisajistas Ecologia y Medio Ambiente. **Carta Boliviana del Paisaje**. La Paz, 2013. Disponível em: <https://laliniciativablog.files.wordpress.com/2013/04/ultimocarta-boliviana-del-paisaje-2013.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SAPM, Sociedad de Arquitectos Paisajistas de Mexico. **Carta Mexicana de Paisaje**, 2010. Disponível em: http://www.lali-iniciativa.com/wp-content/uploads/2019/03/MexicoC._PAISAJE__2.pdf. Acesso em: 22 dez. 2020.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **RA'EGA**, Curitiba, n. 7, p. 79–85, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v7i0.3353>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3353/2689>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.

SCIFONI, Simone. Patrimonialização da natureza no Brasil: atualizando o debate. *In*: CARVALHO, Aline Vieira; ESPEJEL, Benjamin Ortiz; JULIANO, Tiago (org.). **Perspectivas Patrimoniais: natureza e cultura em foco**. Curitiba: Prismas, 2018. p. 35–58. Disponível em: <https://www.nepam.unicamp.br/perspectivas-patrimoniais-natureza-e-cultura-em-foco/>. Acesso em: 9 out. 2021.

SEBE, José Carlos. **Os Jesuítas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

SEQUERA-TAMAYO, Marianella Genatios. **Carta Venezolana del Paisaje y de los Recursos Escénicos**. Caracas, 2012. Disponível em: <http://www.lali-iniciativa.com/wp-content/uploads/2019/03/Carta-VENEZOLANA-del-Paisaje.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. Filosofia e paisagem. Aproximações a uma categoria estética. **Philosophica**, Lisboa, v. 23, p. 87–102, 2004.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada? **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 7–27, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view>. Acesso em: 3 abr. 2021.

SILVA, Gladis de Fátima Nunes Da; OLIVEIRA, Ivanilton José De. Paisagem: evolução conceitual, interpretações e abordagens na geografia. *In*: XV EGAL - ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA 2015, Havana, Cuba. **Anais [...]**. Havana, Cuba: Ed. da Universidad de Havana, 2015. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Teoriaymetodo/Metodologicos/04.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SILVEIRA, Roberison Wittgenstein Dias; VITTE, Antonio Carlos. A Paisagem em Humboldt: da instrumentalização do olhar a percepção do Cosmos. *In: XII EGAL - ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA 2009*, Montevideu. **Anais [...]**. Montevideu Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/27.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SIMMEL, Georg. **Filosofia da Paisagem**. Covilhão: LusoSofia Press, 2009. Disponível em: www2.uefs.br/filosofia-bv/pdfs/simmel_01.pdf. Acesso em: 3 abr. 2021.

SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. New York: Routledge, 2006. Disponível em: <https://book.lat/book/949039/83fbb4>. Acesso em: 17 dez. 2021.

SOSTER, Sandra Schmitt. **Missões jesuíticas como sistema**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

SOUZA, Reginaldo José De. **O Sistema GTP (Geossistema-Território-Paisagem) aplicado ao estudo sobre as dinâmicas socioambientais em Mirante do Paranapanema-SP**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Presidente Prudente, 2010.

SOUZA, Reginaldo José De. **Raia Divisória ou Raia Socioambiental? Uma (re)definição baseada na análise da paisagem através do sistema GTP**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Presidente Prudente, 2015.

SOUZA, Reginaldo José De. Paisagem e lugar: alicerces de uma outra política. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 380–393, 2018. a. DOI: 10.5380/geografar.v13i2.63708. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/63708/37236>. Acesso em: 9 mar. 2021.

SOUZA, Reginaldo José De. **Paisagem e Socionatureza: olhares geográfico-filosóficos**. Chapecó: Ed. UFFS, 2018. b.

SOUZA, Reginaldo José De; LINDO, Paula Vanessa de Faria. A paisagem como visão política da natureza. *In: FIDALGO, Pedro (org.). Dinâmicas da paisagem: entre a realidade e o desejo*. 4. ed. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2021. p. 265–280.

STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica. *In: TRINCHEIRO, H. H.; OLIVEIRA, T. C. M. (org.). Fronteiras Platinas: Território e Sociedade*. 1. ed. Dourados: UFGD, 2012. p. 257–278. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343555549_Limites_e_fronteras_internacionais_uma_discussao_historico-geografica. Acesso em: 24 jun. 2021.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova**, [S. l.], v. 5, 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>. Acesso em: 9 mar. 2021.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

UNESCO. **Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial**. Lisboa: UNESCO, 2012. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/opguide11-pt.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2022.

VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos; PIMENTEL, Maurício Ragagnin. As múltiplas abordagens para o estudo da paisagem. **Espaço Aberto**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 131–150, 2016. DOI: <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2016.5240>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/5240/3848>. Acesso em: 15 abr. 2021.

VITTE, Antonio Carlos. Da sensibilidade à representação da paisagem: considerações sobre a estética da natureza como um recurso para a sensibilização ambiental. **RA'EGA**, Curitiba, n. 20, p. 7–17, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/20601/13736>. Acesso em: 3 abr. 2021.

WAISMAN, Marina. **El Interior de La Historia: historiografía arquitectónica para uso de latinoamericanos**. 2. ed. Bogotá, Colômbia: Escala, 1993. Disponível em: <https://book.lat/book/2472068/564333>. Acesso em: 13 jan. 2022.

ZANATTA, Yuri Potrich; SOUZA, Reginaldo José De. A paisagem como patrimônio: da Convenção Europeia às cartas nacionais da América Latina. **Espaço em Revista**, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 60–83, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/70208>. Acesso em: 23 mar. 2022.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Paisagem cultural e espírito do lugar como patrimônio: em busca de um pacto social de ordenamento territorial. **Revista CPC**, [S. l.], n. 29, p. 8–35, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/161594/162391>. Acesso em: 22 dez. 2020.



Emitido em 01/12/2022

DISSERTAÇÃO Nº 104/2022 - PPGGEO - CH (10.41.13.10.06)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 01/12/2022 14:24)

ANDERSON JOSE GUI SOLPHI

TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

CAPPG - CH (10.41.13.10)

Matrícula: ###059#3

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/documentos/> informando seu número: **104**, ano: **2022**, tipo: **DISSERTAÇÃO**, data de emissão: **01/12/2022** e o código de verificação: **6f9890150f**